

A grayscale hand is shown from the bottom, palm up, holding a large, dense cluster of 3D cubes. The cubes are in various colors including green, yellow, orange, and red, and are arranged in a way that they appear to be floating or being held together. The background is dark.

Pdi

Plano de
Desenvolvimento
Institucional

IFFluminense 2018 - 2022



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE

REITORIA

RUA CORONEL WALTER KRAMER, 357, PARQUE SANTO ANTÔNIO, CAMPOS DOS
GOYTACAZES / RJ, CEP 28080-565
Fone: (22) 2737-5600, (22) 2737-5624, (22) 2737-5625

RESOLUÇÃO N.º 43, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense, no uso as atribuições que lhe foram conferidas pelos Artigos 10 e 11 da Lei N.º. 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e o Decreto Presidencial de 05 de abril de 2016, publicado no D.O.U. de 06 de abril de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – do Instituto Federal Fluminense vigência de 2018 a 2022.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

**JEFFERSON MANHÃES DE AZEVEDO
PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR**

Documento assinado eletronicamente por:

- **Jefferson Manhaes de Azevedo, REITOR - CD1 - REIT, REITORIA**, em 21/12/2018 17:46:33.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 21/12/2018. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.iff.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 48486

Código de Autenticação: 198b688aaf



Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro da Educação
Rossieli Soares da Silva

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
Romero Portella Raposo Filho

REITORIA DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE

Reitor
Jefferson Manhães de Azevedo

Pró-Reitor de Ensino
Carlos Artur de Carvalho Arêas

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas
Aline Naked Chalita Falquer

Pró-Reitor de Pesquisa, Extensão e Inovação
Vicente de Paulo Santos de Oliveira

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional
José Luiz Sanguedo Boynard

Pró-Reitor de Administração
Guilherme Batista Gomes

Diretor de Desenvolvimento de Políticas Estudantis, Culturais e Esportivas
Carlos Márcio Viana Lima

Diretora de Comunicação
Juliana Lima Gomes Cardoso

Diretor de Relações Institucionais
Fernando Antônio Abrantes Ferrara

DIRETORES GERAIS DOS CAMPI

Campus Bom Jesus do Itabapoana
Carlos Antonio Araujo de Freitas

Campus Cabo Frio
Victor Barbosa Saraiva

Campus Avançado Cambuci
Luiz Alberto Louzada Hosken

Campus Campos Centro
Carlos Alberto Fernandes Henriques

Campus Campos Guarus
Christiano Carvalho Leal

Campus Itaperuna
Michelle Maria Freitas Neto

Campus Macaé
Marcos Antonio Cruz Moreira

Campus Avançado Maricá
Emerson Brum Bittencourt

Campus Quissamã
Aline Estaneck Rangel Pessanha dos Santos

Campus Avançado São João da Barra
Valdeir de Souza Julio

Campus Santo Antônio de Pádua
Arthur Rezende da Silva

COMISSÃO CENTRAL DO PDI¹

Presidente: Aline Sardinha Cordeiro Morais
Diretora de Planejamento Estratégico

Membros:

Carlos Artur de Carvalho Arêas
Pró-reitor de Ensino

Cátia Cristina Brito Viana
Diretora de Desenvolvimento Pedagógico

Fernanda Carvalho Costa
Diretora de Administração

José Luiz Sanguedo Boynard
Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional

Juliana Gonçalves Vidigal
Diretora de Políticas Sociais e Relações Empresariais

Juliana Lima Gomes Cardoso
Diretora de Comunicação

Márcia Regina Chrysostomo
Coordenadora de Políticas Estudantis

¹ Portaria IFF N.º 1227, de 12 de Setembro de 2017

Nathália Sepulveda Terra Alves
Técnica em Arquivo

Taís Freitas de Carvalho Castro
Diretora da Escola de Formação e Desenvolvimento de Pessoas

COMISSÕES LOCAIS DO PDI

Campus Bom Jesus do Itabapoana²

Adriano Costa da Silva
Anderson de Souza Lima
Daniel Coelho Ferreira
Fabrício Barros Gonçalves
Ludymilla Medeiros da Rocha Monteiro
Will Pereira de Oliveira
Diego Pádua de Almeida (aluno)

Campus Cabo Frio³

Cátia Cristina de Oliveira Ramos
Fábio de Lima Wenceslau
Gustavo Dias da Silva
Leidy Daiana da Silva Rangel Oliveira
Maria Carolina Gomes Barbalho
Mônica Fiúza Lobo
Nei Cipriano Ribeiro
Renan Alvarenga Santos da Silva

Campus Avançado Cambuci⁴

Bruno Faria Fernandes
Gabriel Almeida Frazão
Jaqueline de Moraes Thurler Dalia
Vicente Martins Gomes
Wanderson Souza Rabello
Odino Ferreira Neto

Campus Campos Centro⁵

Camila Borges Barreto de Carvalho
Helder Siqueira Carvalho
Jonivan Coutinho Lisboa
Mônica Chagas Gomes
Eduardo Birchler Pinto (aluno)

Campus Campos Guarus

Adriana Lima de Sousa
Aida Maria Jorge Ribeiro
Dayse Maria Alves de Andrade Ribeiro
Tiago Tadeu Ribeiro Sousa

² OS N° 49, de 01 de Dezembro de 2017

³ OS N° 38, de 12 de Julho de 2017

⁴ Memorando N° 095/2017 – DGCAC

⁵ OS N° 134, de 26 de Junho de 2017

Campus Itaperuna⁶

Bruna Paula da Cruz
Pablo de Souza Boechat Coelho
Luiz Cláudio Tavares Silva
Willians Salles Cordeiro
Luís Paulo Fonseca Porto (aluno)
Laís Chieregatti Folly da Mota (aluno)

Campus Macaé

Nathalie Terra de Azevedo
Suellen Aparecida Chrisóstomo da Silva
Henrique Barreiros Alves
Alice Marques Nicolau (aluno)

Campus Avançado Maricá⁷

Gabriel Gonçalves da Silva
Mendel Cesar Oliveira Aleluia
Emerson Brum Bittencourt
Danielle Dias Marques Franco
Célio Bastos Nogueira Júnior
Carlos Roberto Soares Cardoso
Arthur de Souza Casado (aluno)
Lucas Moura Santos Silva (aluno)
Leonardo Lobão Legentil Filho (aluno)
Eloise Marie Deniau (aluno)

Campus Quissamã

Luciano Ferreira Machado
Guilherme Melo Miranda
Manoel Martins Caetano Júnior
Raquel Barcelos Tavares de Azevedo (aluno)
Júlio Cezar Rosa Gomes Barroso (aluno)

Campus Avançado São João da Barra⁸

Alessandra da Rocha
Paola Barros de Faria Fonseca
Priscila Mattos Monken
Rômulo dos Santos Rangel
Iana Gaiato Amaral (aluno)
João Victor Felizardo de Vasconcelos (aluno)
Maxwel Marcelino do Amaral (aluno)
Daniel Pinheiro Caetano (Secretário de Educação do Município)

Campus Santo Antônio de Pádua⁹

Ana Beatriz Simões da Matta
Camila Mendonça Romero Sales
Fábio da Silva Eiras
Janderson Melegario Lima
Gabriela Rodrigues Tostes (aluno)
Pedro Rodrigues Barbosa (aluno)

⁶ OS N° 26, de 07 de Junho de 2017

⁷ OS N° 16, de 07 de Agosto de 2017

⁸ OS N° 08, de 19 de maio de 2017

⁹ OS N.º 4, de 19 de fevereiro de 2018

COMISSÕES TEMÁTICAS

Perfil Institucional

Mauricio Guimarães Vicente (presidente)
Alline Sardinha Cordeiro Morais
Carlos Márcio Viana Lima
Cátia Cristina Brito Viana
Luiz Augusto Caldas Pereira
Vicente de Paulo Santos de Oliveira

Projeto Político-Pedagógico Institucional¹⁰

Carlos Artur de Carvalho Arêas (presidente)
Alcione Gonçalves Campos
Alline Sardinha Cordeiro Morais
Antonio Rodrigues da Silva Neto
Arthur Rezende da Silva
Breno Fabricio Terra Azevedo
Bruno de Castro Jardim
Bruno Faria Fernandes
Carlos Márcio Viana Lima
Cátia Cristina Brito Viana
Christiane Menezes Rodrigues
Cleber de Medeiros Navarro
Daniel Guimarães de Oliveira
Elias Freire de Azeredo
Evelyn Rueb Lacerda de Araujo
Fillipi Azevedo da Silva
Francesco Lugli
Frederico Santiago Lima
Heise Cristine Aires Arêas
Helder Siqueira Carvalho
Ileana Celeste Fernandez Franzoso
Jacqueline Silva Facco
José Luis Boldo
Juliana Gonçalves Vidigal
Karine Soares de Souza Silva
Larissa Cristina Cruz Brum
Luiz Carvalho Braga
Márcia Regina Chrysóstomo
Maria Lucia Ravela Nogueira da Silva Nunes
Michelle Maria Freitas Neto
Monica Machado Neves Ramos
Monique Freitas Neto
Paola Barros de Faria Fonseca
Plínio Rodrigues Rosa Barreto
Raquel Fernandes
Renata de Azevedo Siqueira Pessanha
Saionara Rosa da Cruz
Sarah Vervloet Soares

¹⁰ Portaria IFF N° 562, de 13 de maio de 2018

Tais Freitas de Carvalho Castro
Thiago Lopes Ferreira
Vagner Machado de Assis
Victor Barbosa Saraiva

Planejamento Estratégico

Alline Sardinha Cordeiro Morais (presidente)
Carlos Artur de Carvalho Arêas
Cátia Cristina Brito Viana
Carlos Márcio Viana Lima
Juliana Gonçalves Vidigal
Taís Freitas de Carvalho Castro

Plano de Ofertas de Cursos e Vagas

Cátia Cristina Brito Viana (presidente)
Francesco Lugli
Membros das Comissões Locais do PDI

Plano Diretor de Infraestrutura Física

José Luiz Sanguedo Boynard (presidente)
Marcelo da Silva Peixoto
Thaís Ferreira Torres

Organização e Gestão de Pessoal

Aline Naked Chalita Falquer (presidente)
Carlos Aristocles Carvalho Figueiredo
Fillipi Azevedo da Silva
Joelma Vieira de Lima
Nathália Sepulveda Terra Alves
Taís Freitas de Carvalho Castro

Organização Administrativa

José Luiz Sanguedo Boynard (presidente)
Breno Fabrício Terra Azevedo
Fernanda Carvalho Costa
Gustavo Gomes Lopes
Jefferson de Souza Gomes
Joelma Vieira de Lima
Juliana Lima Gomes Cardoso
Mauricio Guimaraes Vicente

Políticas de Atendimento aos Discentes

Carlos Marcio Viana Lima (presidente)
Amanda Bersácula de Azevedo
Carlos Augusto Sanguedo Boynard
Cleidiane Basílio de Almeida Gomes
Frederico Santiago Lima
Gustavo Gomes Lopes
Jonis Manhaes Sales Felipe

Márcia Regina Chrysóstomo
Neila Fernanda Oliveira Fernandes
Roberto da Silva Lanes Filho
Rosimeri Rezende da Silva de Barros

Capacidade e Sustentabilidade Financeira

Guilherme Batista Gomes (presidente)
Alline Sardinha Cordeiro Morais
Fernando Antonio Abrantes Ferrara
Francine Macedo Dias
Helder Siqueira Carvalho
Fernanda Carvalho da Costa
Victor Bastos Tostes

Educação a Distância

Breno Fabricio Terra Azevedo (presidente)
Ana Christina Marchi da Silva Figueiredo
Eduardo Francisco da Silva Freire

Políticas de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)

Ronaldo Amaral Santos (presidente)
Anderson Alex de Souza Sales

Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional

Alline Sardinha Cordeiro Morais (presidente)
Membros da CPA¹¹

Revisão de texto

Marcela Luiz Francisco Azeredo
Thalles Rezende Corrêa

Projeto gráfico e criação de capas

Bruno Leite de Freitas

Diagramação

Bruno Leite de Freitas

¹¹ Portaria N.º 1049 de 07 de Agosto de 2017

“Para que a utopia renasça é preciso confiar no potencial humano”
(Zygmunt Bauman)

O futuro está chegando e, com ele, desenham-se outras realidades, novos pontos de vista e um novo panorama! Nessa nova cartografia, interessam, sobremaneira, o potencial humano, a metamorfose do cidadão, sujeito de direitos, em indivíduo em busca de afirmação no espaço social; a passagem de estruturas de solidariedade coletiva para as de disputa e competição; o enfraquecimento dos sistemas de proteção estatal às intempéries da vida, gerando um permanente ambiente de incerteza. Globalização, mudanças climáticas, migrações, automação e tecnologias inteligentes, concentração econômica e de poder e um Mundo do Trabalho cada vez mais complexo, desafiador, em constante mutação que a cada dia vai se estratificando e se estreitando, tensionando, mas precisando tecer e potencializar a força do mundo para o atendimento das necessidades humanas existe Antes ou que possam vir a existir, condição inegociável para a real convivência pacífica e fraterna entre os povos. Solução de problemas complexos, pensamento crítico, criatividade, inteligência emocional, liderança, flexibilidade cognitiva são algumas das novas habilidades e competências necessárias para que os nossos jovens e trabalhadores estejam aptos para este desafiador mundo futuro que se aproxima a passos largos. Talvez, o grande desafio não seja o como preparar nossos jovens e trabalhadores para se adaptarem a esse estreito futuro que se anuncia, mas o como prepará-los para construir um novo e largo futuro onde todas as pessoas estejam e se sintam incluídas.

É certo que estamos diante de um mundo cada vez mais complexo e desafiador, que exige mulheres e homens competentes na arte de conviver e de liderar as mudanças para construir um futuro em que caibam todos. Um mundo mais equitativo em suas oportunidades, mais inclusivo e com estruturas sociais com menores distâncias. Mas apesar de necessárias, as mudanças de posturas e de consciências individuais não são suficientes para tecer esse novo mundo. Precisamos formar coletivos competentes. Instituições competentes. Cidades, estados e países competentes. A Agenda 2030 da ONU, por meio de seus dezessete objetivos, nos apontam metas e desafios coletivos de grande amplitude e ousadia, na busca de alcançar um mundo sustentável para a vida planetária mais digna e possível para todas as criaturas. Porém, o Objetivo 4, que se refere à educação de qualidade inclusiva e equitativa para todos ao longo de toda a vida, é vista como base para que os demais sejam alcançados. Em especial, é crescente a percepção mundial de que a Educação Profissional e Tecnológica transformadora tem o potencial de aumentar a equidade, reduzir a pobreza e diminuir as desigualdades socioeconômicas, sendo então, uma importante ação para que um Mundo Sustentável torne-se uma realidade.

E quais são os desafios da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil? Não é possível responder a essa pergunta sem compreender a evolução da sociedade brasileira. As características mais marcantes do Brasil são sua diversidade regional e suas desigualdades sociais. O Brasil é um país continental com marcantes diferenças regionais. Diferenças entre o Norte e o Sul. Entre o Leste e o Oeste. Entre as regiões litorâneas e suas extensas áreas rurais. Grandes diferenças de clima, bioma e cultura. Mas também muitas desigualdades no desenvolvimento de regiões e cidades. Desigualdade na renda das famílias e desigualdade nos níveis de educação. Somos marcados pela nossa história de colonização. A escravidão deixou marcas profundas e uma estrutu-

rante injustiça social. As consequências são notórias e retratadas nos baixos níveis de educação para a maioria dos trabalhadores do nosso país, assim como pelos baixos níveis de renda para a maioria das pessoas, com gritantes diferenças entre gêneros e cor da pele. Em geral, a maior parte dos benefícios resultantes do crescimento econômico experimentado em nossa história foram partilhados entre poucos, mas suas mazelas foram compartilhadas por muitos.

No entanto, e especialmente nos últimos quinze anos, o governo brasileiro, em sintonia com a Agenda 2030 da ONU, vem percebendo que a Educação Profissional e Tecnológica pode ser um instrumento importante para auxiliar a superação de muitos dos nossos desafios. Neste sentido, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica se espalhou em todo o país visando alcançar seus cidadãos, especialmente os mais empobrecidos, nas periferias das grandes cidades e no interior do país, dispensando especial atenção aos jovens e trabalhadores informais. Hoje somos seiscentos e cinquenta e nove *campi* espalhados pela nossa continental nação, com aproximadamente um milhão de matrículas e aproximadamente oitenta mil servidores da educação.

Além disso, constituímos um novo modelo de instituição: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que se caracterizam por criar ambientes formativos que possibilitam aos estudantes percorrerem toda a trajetória da Educação Técnica e Tecnológica: de cursos profissionalizantes curtos, passando por programas técnicos e de graduação até programas de pós-graduação, como mestrado e doutorado em ciências aplicadas, na mesma instituição. Ao longo desse percurso da Educação Tecnológica, o aluno pode participar de projetos de pesquisa e inovação, projetos de inovação social e comunitária, intercâmbio internacional, atividades culturais e esportivas, com o objetivo de preparar mais do que profissionais competentes. Esses ambientes e trajetórias formativas visam o desenvolvimento de um ser humano competente. Um cidadão do mundo. Nesse novo modelo de instituição, não são as condições socioeconômicas que definem ou circunscrevem a longevidade da educação ou os níveis de qualificação de uma pessoa, mas sim o seu desejo de ir além.

Não há dúvida, entretanto, de que um dos maiores desafios para a Educação Profissional e Tecnológica do Brasil ainda continua sendo o acesso e a permanência do educando. Não temos vagas suficientes para todos aqueles que desejam e precisam se matricular em uma das ações educativas da Rede Federal. Além disso, apesar do fato de que o número dos *campi* da Rede Federal aumentou cerca de cinco vezes nos últimos quinze anos, outro grande desafio é como apoiar e criar condições mais adequadas para a permanência e êxito dos alunos mais empobrecidos, de regiões mais distantes e, em especial, do aluno trabalhador. Muitos deles vivem longe das escolas e suas famílias não têm recursos suficientes para arcar com os custos de deslocamento, moradia e alimentação. Outros não encontram eco em currículos formativos mais flexíveis e adaptados aos imperativos da vida real que os obrigam à dupla jornada de trabalho e estudo.

É a partir desta perspectiva, que as comunidades acadêmicas que compõem o Instituto Federal Fluminense, que abrangem uma região do estado do Rio de Janeiro com riquezas e desafios próprios, em diálogo com seu território e com os diversos atores locais e regionais, se organizam e se colocam diante da desafiadora missão de participar de maneira protagonista na construção de um desenvolvimento sustentável

que esteja lastreado pelos pilares da preservação ambiental, da justiça social e da prosperidade econômica. Mas como se lançar em mares tão abertos e revoltos sem a orientação adequada de instrumentos que possibilitarão apontar nortes e terras mais seguras? Para isso, ao longo dos últimos dois anos, a gestão do Instituto Federal Fluminense, em humanitário e responsável diálogo com suas comunidades acadêmicas assumiu o desafio de constituir seu Plano de Desenvolvimento Institucional que não possui a ambição de esgotar todas as nossas possibilidades e potencialidades de navegação, mas apontar direções que possibilitaram a convergência de esforços e de nossas competências, para formar um ambiente profícuo de transformação de vidas e realidades.

Jefferson Manhães de Azevedo
Reitor do Instituto Federal Fluminense

LISTA DE FIGURAS

Figura 3.1: Mapa Estratégico IFFluminense para o período de 2018 a 2022

Figura 3.2: Fluxo do processo com as etapas da metodologia utilizada na elaboração dos indicadores

Figura 7.1: Organograma da Reitoria

Figura 7.2: Organograma da Pró-Reitoria de Ensino

Figura 7.3: Organograma da Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação

Figura 7.4: Organograma da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

Figura 7.5: Organograma da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Figura 7.6: Pró-Reitoria de Administração

Figura 7.7: Organograma da Diretoria de Políticas Estudantis, Culturais e Esportivas

Figura 7.8: Organograma da Diretoria de Comunicação

Figura 7.9: Organograma do Polo de Inovação Campos dos Goytacazes

Figura 7.10: Organograma do Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação

Figura 12.1: Ficha de Acompanhamento de Indicadores

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 9.1: Evolução dos Valores da Matriz CONIF Homologados

LISTA DE QUADROS

Quadro 5.1: Demandas de mobiliário e equipamento solicitadas pelos *campi* - parte 01

Quadro 5.2: Demandas de mobiliário e equipamento solicitadas pelos *campi* - parte 02

Quadro 5.3: Demandas de mobiliário e equipamento solicitadas pelos *campi* - parte 03

Quadro 5.4: Demandas de mobiliário e equipamento solicitadas pelos *campi* - parte 04

Quadro 5.5: Demandas de reforma solicitadas pelos *campi* - parte 01

Quadro 5.6: Demandas de reforma solicitadas pelos *campi* - parte 02

Quadro 5.7: Demandas de reforma solicitadas pelos *campi* - parte 03

Quadro 5.8: Demandas de reforma solicitadas pelos *campi* - parte 04

Quadro 5.9: Demandas de reforma solicitadas pelos *campi* - parte 05

Quadro 5.10: Demandas de reforma solicitadas pelos *campi* - parte 06

Quadro 5.11: Demandas de reforma solicitadas pelos *campi* - parte 07

Quadro 5.12: Demandas de reforma solicitadas pelos *campi* - parte 08

Quadro 5.13: Demandas de reforma solicitadas pelos *campi* - parte 09

LISTA DE TABELAS

Tabela 4.1: Indicadores da Oferta total do IFF

Tabela 4.2: Indicadores da Oferta Total de Custeio Próprio do IFF5

Tabela 4.3: Distribuição da oferta de custeio próprio, medida pela Capacidade total anual de alunos equivalentes (CAEq)

Tabela 4.4: Oferta de vagas dos cursos do Proeja de custeio próprio, medida pelo total anual de Vagas de Ingresso (VIng) e pela Capacidade total anual de alunos equivalentes (CAEq)

Tabela 4.5: Distribuição da Oferta de custeio próprio por nível de ensino, medida pela Capacidade de Alunos Equivalentes (CAEq)

Tabela 4.6: Relação matrículas-professor (RAPm) da oferta de custeio próprio, com Detalhamento do total anual de Alunos-Equivalentes (AEq) por nível de ensino

Tabela 4.7: Relação capacidade-professor (RAPc) da oferta de custeio próprio, com detalhamento da Capacidade total anual de Alunos-Equivalentes (CAEq) por nível de ensino

Tabela 4.8: Totais anuais de vagas de ingresso (VIng) da oferta de custeio próprio, por tipo de curso

Tabela 4.9: Número de cursos da oferta de custeio próprio, com detalhamento por tipo de curso

Tabela 4.10: Capacidade total anual da oferta de custeio próprio, representada pela Capacidade total anual de alunos equivalentes (CAEq), com detalhamento por tipo de curso

Tabela 4.11: Número de cursos em extinção e seu respectivo total anual de Vagas de ingresso (VIng)

Tabela 4.12: Número de cursos novos da oferta de custeio próprio e seu respectivo total anual de Vagas de ingresso (VIng)

Tabela 4.13: número de cursos da oferta de custeio próprio, conforme situação de curso.

Tabela 4.14: número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de cursos FIC, por Eixo Tecnológico

Tabela 4.15: número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos Técnicos, por Eixo Tecnológico

Tabela 4.16: Número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos Superiores de Tecnologia, por Eixo Tecnológico

Tabela 4.17: Número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos de Bacharelado, por nome de curso

LISTA DE TABELAS

Tabela 4.18: Número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos de Licenciatura, por nome de curso

Tabela 4.19: Número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos de Especialização, por nome de curso

Tabela 4.20: Número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos de Mestrado Profissional, por nome de curso

Tabela 4.21: Indicadores da oferta de custeio próprio em regime pleno, por *campus*

Tabela 4.22: Distribuição da oferta de custeio próprio estratificada por *campus*

Tabela 4.23: Número cumulativo de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral entre 2017 e 2021 por *campus*, com detalhamento por modalidade de oferta

Tabela 4.24: Alunos-Equivalentes (AEq) e Relação matrículas-professor (RAPm) da oferta de custeio próprio em regime pleno, por *campus*

Tabela 4.25: Capacidade de Alunos-Equivalentes (CAEq) e Relação capacidade-professor (RAPc) da oferta de custeio próprio em regime pleno, por *campus*

Tabela 4.26: Número cumulativo de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral entre 2015 e 2019 por *campus*, com detalhamento por tipo de curso

Tabela 4.27: Número cumulativo de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral entre 2015 e 2019 por *campus*, com detalhamento por modalidade de oferta

Tabela 4.28: Cronograma de abertura de Cursos Técnicos

Tabela 4.29: Cronograma de abertura dos Cursos Superiores de Tecnologia

Tabela 4.30: Cronograma de abertura dos Bacharelados

Tabela 4.31: Cronograma de abertura das Licenciaturas

Tabela 4.32: Cronograma de abertura dos Cursos de Especialização (pós-graduação lato sensu)

Tabela 4.33: Cronograma de abertura dos Cursos de Mestrado Profissional

Tabela 4.34: Oferta de Cursos FIC à distância

Tabela 4.35: Oferta de Cursos Técnicos à distância

Tabela 4.36: Oferta de Cursos Superiores de Tecnologia a distância

Tabela 4.37: Oferta de Cursos de Licenciatura à distância

Tabela 4.38: Oferta de Cursos de Especialização à distância

LISTA DE TABELAS

Tabela 5.1: Estrutura de funcionamento e acervo das bibliotecas

Tabela 5.2: Diagnóstico dos sistemas de combate a incêndio e pânico no IFFluminense em 2017

Tabela 5.3: Percentual de adequação dos sistemas de combate a incêndio e pânico

Tabela 5.4: Prognóstico de adequação dos sistemas de combate a incêndio e pânico – Ano 2018

Tabela 5.5: Prognóstico de adequação dos sistemas de combate a incêndio e pânico - Ano 2019

Tabela 5.6: Prognóstico de adequação dos sistemas de combate a incêndio e pânico - Ano 2020

Tabela 5.7: Prognóstico de adequação dos sistemas de combate a incêndio e pânico – Ano 2021

Tabela 5.8: Prognóstico de adequação dos sistemas de combate a incêndio e pânico – Ano 2022

Tabela 5.9: Tabela 5.9 - Diagnóstico de acessibilidade no IFFluminense em 2017 - Rua em frente à escola - parte 01

Tabela 5.10: Diagnóstico de acessibilidade no IFFluminense em 2017 - Rua em frente à escola - parte 02

Tabela 5.11: Diagnóstico de acessibilidade no IFFluminense em 2017 – Acesso ao campus

Tabela 5.12: Diagnóstico de acessibilidade no IFFluminense em 2017 - Recepção, Salas de Atendimento e Ambiente Administrativo

Tabela 5.13: Diagnóstico de acessibilidade no IFFluminense em 2017 - Corredores

Tabela 5.14: Diagnóstico de acessibilidade no IFFluminense em 2017 - Escadas e Rampas - pt 01

Tabela 5.15: Diagnóstico de acessibilidade no IFFluminense em 2017 - Escadas e Rampas - pt 02

Tabela 5.16: Diagnóstico de acessibilidade no IFFluminense em 2017 - Salas de Aula e Laboratórios

Tabela 5.17: Diagnóstico de acessibilidade no IFFluminense em 2017 - Biblioteca

Tabela 5.18: Diagnóstico de acessibilidade no IFFluminense em 2017 - Auditório

Tabela 5.19: Diagnóstico de acessibilidade no IFFluminense em 2017 - Sanitários - parte 01

Tabela 5.20: Diagnóstico de acessibilidade no IFFluminense em 2017 - Sanitários - parte 02

Tabela 5.21: Diagnóstico de acessibilidade no IFFluminense em 2017 - Refeitório

Tabela 5.22: Diagnóstico de acessibilidade no IFFluminense em 2017 – Quadra de esportes

Tabela 5.23: Diagnóstico de acessibilidade no IFFluminense em 2017 – Pátio e circulação externa

LISTA DE TABELAS

Tabela 5.24: Proposta de evolução do Plano de Acessibilidade do IFFluminense

Tabela 5.25: Situação dos *campi* com relação aos itens priorizados - ano 2018

Tabela 5.26: Proposta de adequação da acessibilidade nos itens priorizados - ano 2019

Tabela 5.27: Proposta de adequação da acessibilidade nos itens priorizados - ano 2020

Tabela 5.28: Proposta de adequação da acessibilidade nos itens priorizados - ano 2021

Tabela 5.29: Apuração de acessibilidade nos itens priorizados - ano 2022

Tabela 5.30: Quadro de áreas das unidades administrativas do IFFluminense

Tabela 5.31: Levantamento dos espaços físicos - parte 01

Tabela 5.32: Levantamento dos espaços físicos - parte 02

Tabela 5.33: Levantamento dos espaços físicos - parte 03

Tabela 5.34: Levantamento dos espaços físicos - parte 04

Tabela 5.35: Levantamento dos laboratórios existentes - parte 01

Tabela 5.36: Levantamento dos laboratórios existentes - parte 02

Tabela 5.37: Levantamento dos laboratórios existentes - parte 03

Tabela 5.38: Demandas de obras novas solicitadas pelos *campi* e previsão de execução

Tabela 5.39: Investimentos anuais para alcançar os indicadores do Plano Diretor de Infraestrutura

Tabela 5.40: Diagnóstico da estrutura mínima

Tabela 5.41: Indicadores de evolução do Plano Diretor de Infraestrutura

Tabela 9.1: Recursos Orçamentários Exercício 2018 do IFFluminense

Tabela 9.2: Valor do IFFluminense Matrizes CONIF Homologadas SETEC/MEC

Tabela 9.3: Proposta Orçamentária 2018 para o funcionamento dos *campi*

Tabela 9.4: Proposta Orçamentária 2018 para a Assistência Estudantil

Tabela 9.5: Projeções orçamentárias de Custeio Exercícios 2018 – 2022 do IFFluminense

Tabela 9.6: Projeções de Despesas de Custeio Exercícios 2018 – 2022 do IFFluminense

LISTA DE TABELAS

Tabela 9.7: Projeções de Necessidade Custeio x Disponibilidade de Recursos Exercícios 2018 – 2022 do IFFluminense

Tabela 9.8: Projeções orçamentárias de Investimento Exercícios 2018 – 2022 do IFFluminense

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACPP	Conduta Pessoal e Profissional
AEE	Atendimento educacional especializado
AF	Agricultura Familiar
AVAs	Ambientes Virtuais de Aprendizagem
BGU	Balço Geral da União
BPeq	Banco de Professor-Equivalente
BSC	<i>Balnced Scorecard</i>
CAI	Coordenação de Avaliação Institucional
CEB	Câmara de Educação Básica
CEDERJ	Centro de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro
CNCT	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CENPEI	Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação
CF	Constituição Federal
CGTIC	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e da Comunicação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONSUP	Conselho Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CRSEA	Centro de Referência em Sistemas Embarcados e Aeroespaciais
CST	Técnico, Curso Superior de Tecnologia
DGTI	Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação
DOU	Diário Oficial da União
DIRPLAN	Diretoria de Planejamento Estratégico
EaD	Educação a Distância
e-Tec	Escola Técnica Aberta do Brasil
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMBRAPII	Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
EPCT	Educação Profissional, Científica e Tecnológica
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ETFC	Escola Técnica Federal de Campos
FASIFF	Fórum de Assistentes Sociais do Instituto Federal Fluminense
FIC	Formação Inicial e Continuada
FIEP	Manifesto Mundial da Educação Física
FORPLAN	Fórum de Planejamento dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
CGTIC	Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
IF	Instituto Federal
IFF	Instituto Federal Fluminense
IFFluminense	Instituto Federal Fluminense
IFET	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor
JINIFF	Jogos Internos do IFFluminense
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOA	Lei Orçamentária Anual

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

MEC	Ministério da Educação
NAPNEE Especiais	Número de Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais
NUGEDIS	Núcleos de Estudos sobre Gênero, Diversidade e Sexualidade
NIT	Núcleo de Inovação Tecnológica
OMS	Organização Mundial de Saúde
PAA	Planos de Ações Anuais
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PCD	Pessoa com Deficiência
PDCA	<i>Plan, Do, Check, Action</i>
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEN	Processo Eletrônico Nacional
PFRH	Programa de Formação de Recursos Humanos
POCV	Plano de Oferta de Cursos e Vagas
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPI	Projeto Político-Pedagógico Institucional
PICG	Polo de Inovação Campos dos Goytacazes
PNAE	Execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNE	Plano Nacional de Educação
PROAD	Pró-reitoria de Administração
PROTEC	Programa de Expansão do Ensino Técnico
PROEJA	Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Jovens e Adultos
PRODIN	Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional
PROPEI	Pró-reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação
PLS	Projeto de Lei do Senado
QRSTAE	Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação
RAP	Relação aluno-professor
RDP	Regulamentação didático-pedagógico
RIP	Regime de internado pleno
RSC	Reconhecimento de Saberes e Competências
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIPEC	Sistema de Pessoal Civil da União
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SINAES	Sistema Nacional da Avaliação da Educação Superior
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNED	Unidade de Ensino Descentralizada
UNESCO	Organização das Nações Unidas
UPEA	Unidade de Pesquisa e Extensão Agroambiental

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – PERFIL INSTITUCIONAL

- 1.1 Apresentação
- 1.2 Histórico
- 1.3 Missão, Visão e Valores
- 1.4 Finalidades, Características e Objetivos
- 1.5 Áreas de Atuação Acadêmica
 - 1.5.1 Ensino
 - 1.5.2 Pesquisa, Pós-Graduação, Inovação e Assuntos Internacionais
 - 1.5.3 Extensão

CAPÍTULO 2 - PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI

- 2.1 Apresentação
- 2.2 Fundamentação Legal
- 2.3 Identidade
- 2.4 Concepções
 - 2.4.1 Educação, Ciência e Tecnologia
 - 2.4.2 Educação
 - 2.4.3 Trabalho
 - 2.4.4 Juventudes
 - 2.4.5 Currículo
 - 2.4.6 Educação Profissional e Tecnológica
- 2.5 Princípios Pedagógicos
 - 2.5.1 A indissociabilidade Ensino, Pesquisa e Extensão
 - 2.5.2 A Pesquisa como Princípio Pedagógico
 - 2.5.3 O Trabalho como Princípio Educativo
 - 2.5.4 O Respeito à Diversidade
 - 2.5.5 Interdisciplinaridade
- 2.6 Das Políticas Educacionais
 - 2.6.1 O Acesso, a Permanência e o Êxito
 - 2.6.2 Qualificação Profissional
 - 2.6.3 Internacionalização e interculturalidade
 - 2.6.4 Inovação
 - 2.6.5 Níveis e Modalidades de Educação e Ensino no IFF
 - 2.6.6 Formação dos Profissionais de Educação
- 2.7 Princípios orientadores dos Projetos Pedagógicos de Cursos
- 2.8. Regulamentação Didático-Pedagógica
- 2.9 Acompanhamento e avaliação do PPI

CAPÍTULO 3 – PLANO ESTRATÉGICO

- 3.1 Planejamento
 - 3.1.1 Gestão Estratégica
 - 3.1.2 Gestão Estratégica no IFF
- 3.2 Perspectivas do BSC
 - 3.2.1 Resultados Sociedade/Alunos
 - 3.2.2 Processos Internos
 - 3.2.3 Pessoas, Infraestrutura Física e Tecnológica e Orçamento
- 3.3 Mapa Estratégico

SUMÁRIO

- 3.4 Objetivos Estratégicos, Indicadores e Metas
 - 3.4.1 Metodologia de Elaboração de Indicadores
 - 3.4.2 Objetivos Estratégicos e Indicadores do Desempenho Institucional
 - 3.4.2.1 Objetivos da Perspectiva Resultados - Alunos e Sociedade
 - 3.4.2.2 Objetivos da Perspectiva Processos Internos
 - 3.4.2.3 Objetivos da Perspectiva Pessoas, Infraestrutura Física e Tecnológica e Orçamento
- 3.5 Iniciativas estratégicas de Implementação dos Objetivos Estratégicos
- 3.6 Considerações finais

CAPÍTULO 4 – PLANO DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS - POCV

- 4.1 Apresentação
- 4.2 Oferta Total do IFF
- 4.3 Indicadores estratificados por *campus*
- 4.4 Cronograma de abertura dos cursos presenciais
 - 4.4.1 Cursos Técnicos
 - 4.4.2 Cursos Superiores de Tecnologia (CST)
 - 4.4.3 Bacharelados
 - 4.4.4 Licenciaturas
 - 4.4.5 Especializações
 - 4.4.6 Mestrados
 - 4.4.7 Cursos FIC (Formação Inicial e Continuada)
- 4.5 Oferta de Educação a Distância
 - 4.5.1 Cursos FIC
 - 4.5.2 Cursos técnicos
 - 4.5.3 Cursos Superiores de Tecnologia (CST)
 - 4.5.4 Licenciaturas
 - 4.5.5 Especializações
- 4.6 Glossário

CAPÍTULO 5 – PLANO DIRETOR DE INFRAESTRUTURA FÍSICA

- 5.1 Introdução
- 5.2 Acervo das Bibliotecas
- 5.3 Plano para adequação dos sistemas de combate a incêndio no IFFluminense
 - 5.3.1 Premissas para identificação dos componentes de um sistema de combate a incêndio
 - 5.3.2 Premissas para atribuição do peso de cada componente dentro do sistema de combate a incêndio
 - 5.3.3 Premissas para o cálculo do peso de cada *campus* do instituto
 - 5.3.4 Premissa para definição do índice de combate a incêndio de cada *campus* e do Instituto
- 5.4 Plano de acessibilidade
 - 5.4.1 Diagnóstico da acessibilidade no IFFluminense
 - 5.4.2 Premissas para construção do Plano de Acessibilidade
- 5.5 Plano Diretor de Infraestrutura
 - 5.5.1 Levantamento dos espaços físicos existentes
 - 5.5.1.1 Estrutura física geral
 - 5.5.1.2 Laboratórios

SUMÁRIO

5.5.2 Demandas dos *campi*

5.5.2.1 Demandas relativas a mobiliário e equipamentos

5.5.2.2 Demandas relativas às reformas de instalações físicas existentes

5.5.2.3 Demandas relativas à construção de obras novas

5.5.3 Diretrizes para organização dos ambientes dos *campi*

5.5.3.1 Diagnóstico sobre o conjunto elementar de infraestrutura nos *campi*

5.6 Percentual de processos administrativos em meio eletrônico

CAPÍTULO 6 – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

6.1 Diretrizes Gerais

6.1.1 Critérios de seleção e contratação

6.1.2 Da admissão de pessoas com deficiência

6.1.3 Da Admissão de Pretos e Pardos

6.1.4 Da admissão de estrangeiros

6.1.5 Desenvolvimento de Pessoas

6.1.5.1 Programa de Apoio ao Desenvolvimento Acadêmico-Profissional e à Formação Continuada dos Servidores

6.1.5.2 Escola de Formação Continuada dos Trabalhadores da Educação

6.1.5.2.1 Plataforma da Escola de Formação

6.1.5.2.2 Banco de Especialistas

6.1.5.2.3 Registro e Certificações

6.1.5.3 Programa de Recepção dos Novos Servidores

6.1.5.4 Plano Anual de Capacitação dos Servidores

6.1.5.5 Formação Continuada dos Docentes

6.1.5.6 Política de Bem-Estar do Servidor

6.2 Corpo Docente

6.2.1 Composição

6.2.2 Plano de carreira

6.2.3 Procedimentos para Substituição de Professores e Recomposição do Quadro

6.3 Corpo Técnico-Administrativo

6.3.1 Composição

6.3.2 Plano de Carreira

6.3.3 Procedimentos para recomposição do quadro

6.4 Redimensionamento de Cargos

CAPÍTULO 7 – ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

7.1 Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão

7.1.1 Competências da Reitoria

7.1.2 Competências da Pró-Reitoria de Ensino

7.1.3 Competências da Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação

7.1.4 Competências da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

7.1.5 Competências da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

7.1.6 Competências da Pró-Reitoria de Administração

7.1.7 Competências da Diretoria de Políticas Estudantis, Culturais e Esportivas

7.1.8 Competências da Diretoria de Comunicação

7.1.9 - Competências da Diretoria de Relações Institucionais

7.1.10 Órgãos de Atuação Finalística

7.1.10.1 Competências do Polo de Inovação Campos dos Goytacazes

SUMÁRIO

7.1.10.2 Competências do Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação

7.1.10.3 Estrutura administrativa dos *campi*

7.2 Órgãos Superiores da Administração

7.2.1 Conselho Superior

7.2.2 Colégio de Dirigentes

7.3 Órgãos de Assessoramento

7.3.1 Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)

7.3.2 Comissão Interna de Supervisão (CIS)

7.3.3 Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação (CENPEI)

7.3.4 Comissão Própria de Avaliação (CPA)

7.3.5 Colegiados dos *campi*

7.3.6 Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e da Comunicação (CGTIC)

7.3.7 Comissão Permanente de Licitação

7.3.8 Comissão de Ética Profissional

7.4 Núcleos Permanentes

7.4.1 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNEE)

7.4.2 Núcleo de Estudos sobre Gênero, Diversidade e Sexualidade (NUGEDIS)

7.4.3 Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI)

CAPÍTULO 8 – POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

8.1 Apresentação

8.2 Programa de Assistência Estudantil do IFFluminense

8.3 Permanência e Êxito no Percurso Formativo

8.4 Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

CAPÍTULO 9 – CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

9.1. Capacidade e Sustentabilidade Financeira

9.1.1 A Sustentabilidade Financeira do IFFluminense

9.1.2 Estrutura do Orçamento e Finanças do IFFluminense

9.1.3 O Orçamento do IFFluminense

9.1.4. A Matriz CONIF

9.1.5. Distribuição Interna Orçamentária

9.2. Projeções: Disponibilidade Orçamentária x Despesas de Custeio de Funcionamento do IFFluminense - Exercícios 2018 – 2022

9.3 Estratégias de Gestão Econômico-Financeira Sustentável no IFFluminense

CAPÍTULO 10 – EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

10.1 Introdução

10.2 Convênios e programas de fomento para oferta de Educação a Distância

10.3 Estrutura da Educação a Distância

10.4 Oferta de Educação a Distância

10.5 Metodologia da Educação a Distância

10.5.1. Atividades de mediação pedagógica (tutoria)

10.6 Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação

SUMÁRIO

CAPÍTULO 11 - POLÍTICAS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)

- 11.1 A Tecnologia da Informação e Comunicação como ativo estratégico
- 11.2 Planejamento no âmbito da Tecnologia da Informação e Comunicação
- 11.3 Colegiados de TIC do IFFluminense
- 11.4 Equipes de TIC do IFFluminense

CAPÍTULO 12 – AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

- 12.1 Avaliação do Desempenho Institucional
- 12.2 Comissão Própria de Avaliação (CPA)
- 12.3 Acompanhamento, Avaliação e Atualização do PDI
 - 12.3.1 Acompanhamento dos Indicadores de Desempenho
 - 12.3.2 Formas de utilização dos resultados das avaliações
- 12.4 Formas de Participação da Comunidade

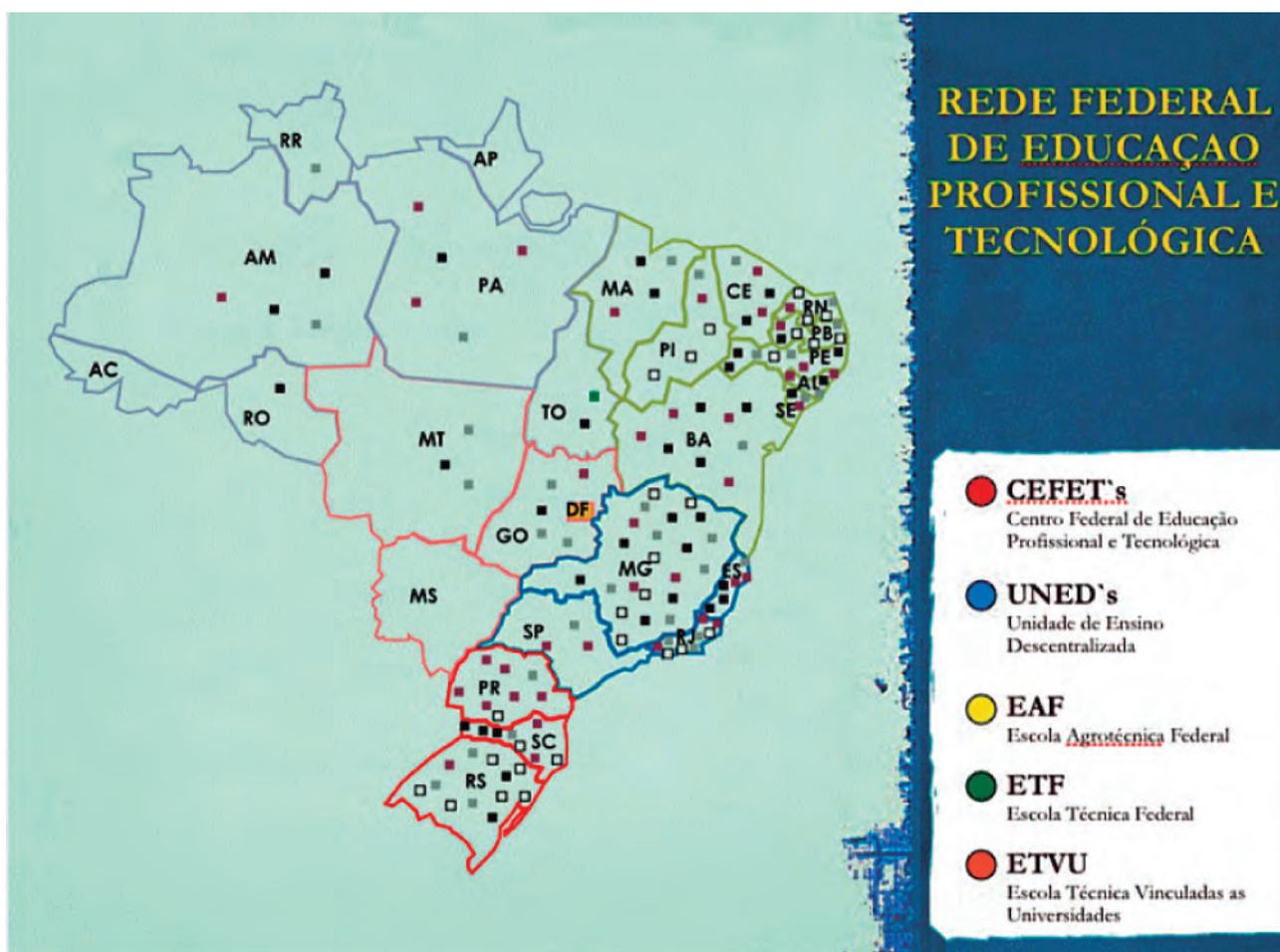


PERFIL INSTITUCIONAL

CAPÍTULO
01

1.1 Apresentação

A natureza singular dos Institutos Federais, no Sistema Educacional Brasileiro, no limiar de uma década de sua constituição, deve servir de base para uma “tecitura” política do PDI. Na construção deste instrumento, deve ser renovada a função social das instituições enquanto expressão de escolhas na perspectiva da transformação e superação de assimetrias e desigualdades sócio-educacionais. A expansão e interiorização pelo território nacional dos Institutos Federais, em suas três fases, revelam um movimento de integração de políticas educacionais em diálogo com as instituições de ensino com vistas a contribuir com a melhoria da qualidade do ensino básico e, sem estar dissociadas de outras políticas que abarcam o mundo do trabalho, da saúde e entre outras.



Expansão e interiorização pelo território nacional dos Institutos Federais em suas três fases.
Fonte: Ministério da Educação (MEC)

Nessa perspectiva, entende-se que pensar e interferir no sentido da redução das desigualdades no país requer, antes de tudo, conceber esse fenômeno como multidimensional e relacional. Portanto, qualquer política ou compreensão que, eventualmente, possa traduzir os Institutos Federais apenas como instituições ofertantes da educação profissional em todos os níveis de ensino, sem que se destaque a sua autonomia em se posicionar como agente político que segue na direção de mudanças significativas no sentido do pertencimento e da dignidade humana, seria uma definição míope; seria negar a sua natureza social, que é dinâmica e autônoma para caminhar pari passu e prospectar o futuro de tantos brasileiros.

Desse modo, sem desconsiderar as dificuldades enfrentadas em anos recentes (sobretudo a partir de 2016), todos os atores envolvidos no processo de desenvolvimento e crescimento do Instituto tornam-se corresponsáveis por (re) desenhar o que queremos vivenciar em um futuro próximo.

Outro aspecto importante é manter o foco em finalidades, objetivos, expectativas e anseios da sociedade como um todo quanto à importância e à razão de existirmos. Portanto, em um processo de desenvolvimento institucional há uma latente necessidade de definir, de forma objetiva, as decisões políticas que sedimentem a nossa institucionalidade.

Neste Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), tivemos avanços metodológicos na elaboração do documento e adotamos uma dinâmica capaz de movimentar a comunidade para conseguirmos chegar a um documento democrático, participativo e solidário. Diversos servidores empenharam-se para a conclusão do nosso documento mais importante, PDI 2018-2022, o qual servirá de referência base para a construção de todos os outros documentos institucionais (políticas, programas, projetos).

Dentro desse processo destaca-se a construção compartilhada e coletiva do Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI), que para além de um documento formal, passou a permear efetivamente as práticas pedagógicas da instituição, possibilitando ainda a progressiva constituição de uma identidade institucional sólida, considerando as decisões estratégicas e políticas, as especificidades da oferta da educação profissional técnica e tecnológica nos Institutos Federais e seu compromisso com a construção de uma sociedade mais solidária e justa.

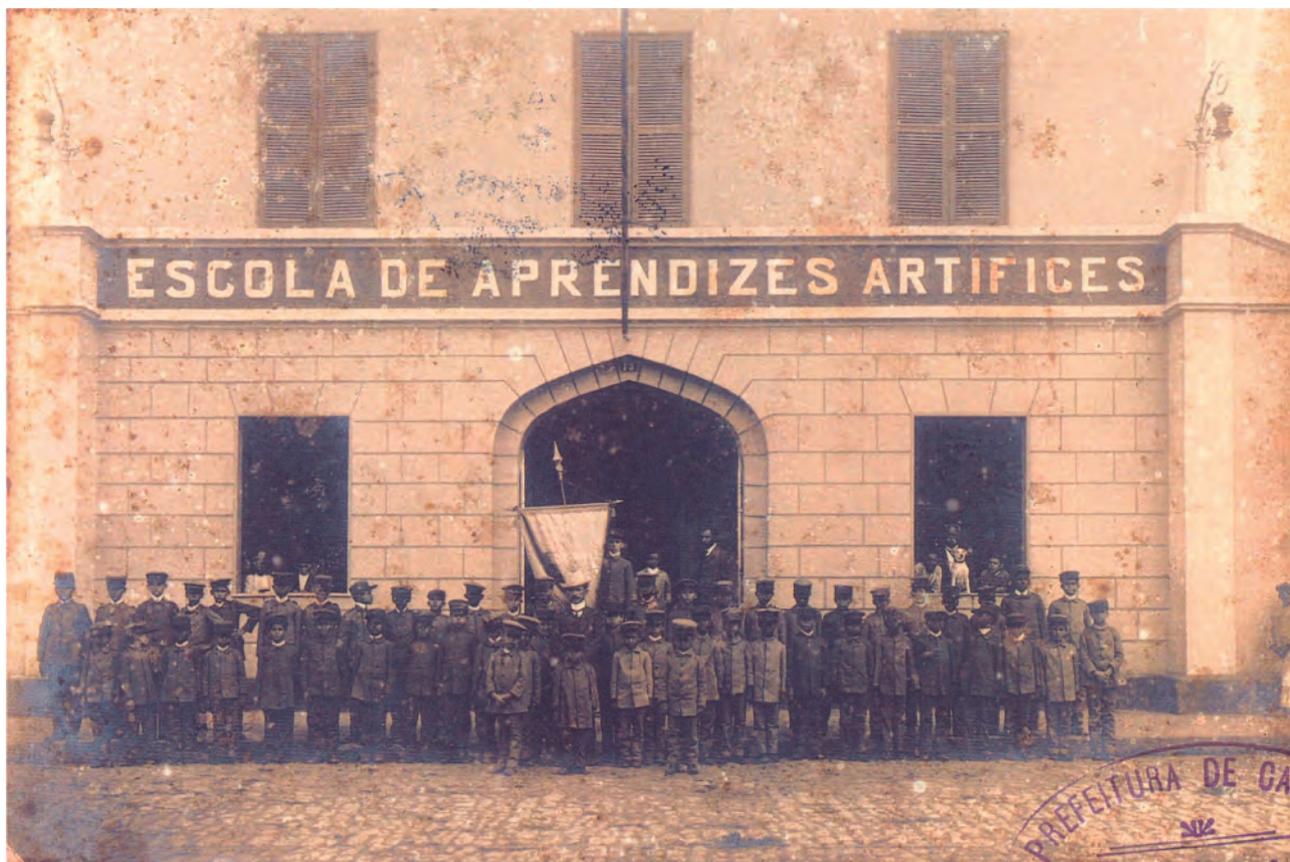
Identificaram-se desafios no sentido de engajar a comunidade institucional com o processo, diante do acúmulo de atividades ligadas ao ensino, pesquisa e extensão em que os servidores estão envolvidos. As ações foram permeadas por um processo contínuo de reuniões, visitas aos campi (Caravana PDI) e Seminário de Gestores, que condicionou seu aprimoramento, possibilitando a superação das dificuldades e desafios que emergem no processo de formação pedagógica pautado em práticas democráticas e coletivas.



Dessa forma, reafirmando o PDI como um instrumento de gestão, o IFFluminense entrega à comunidade um documento que retrata a identidade da Instituição no que diz respeito a filosofia de trabalho, missão, diretrizes didáticopedagógicas, estratégias para atingir suas metas e objetivos, estrutura organizacional, administrativas, orçamentárias, de infraestrutura, dentre outros. Assim, exercita o pensamento estratégico da instituição na perspectiva do desenvolvimento institucional.

1.2 Histórico

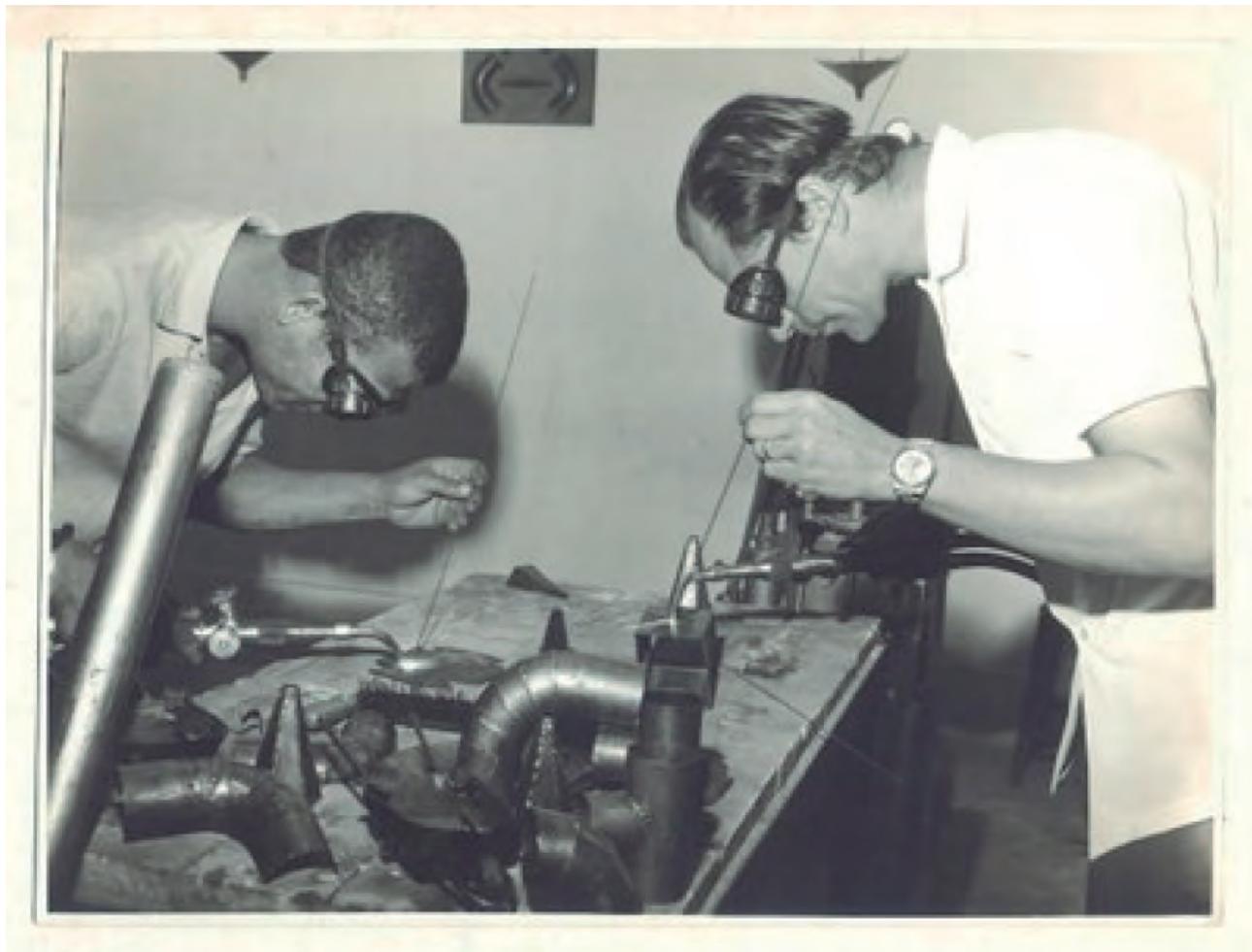
A História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense) começou a ser construída no início do século passado, com Nilo Peçanha, o então Presidente da República, que criou por meio do Decreto N.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, as Escolas de Aprendizes Artífices, com o propósito de educar e proporcionar oportunidades de trabalho para os jovens das classes menos favorecidas. A princípio, o Decreto sancionava a implantação das Escolas de Aprendizes Artífices nas capitais dos Estados com maior capacidade de absorção de mão de obra, em atendimento àqueles que buscavam novas alternativas de empregabilidade nos espaços urbanos. Excepcionalmente, a do Estado do Rio de Janeiro seria instalada em Campos, cidade do Norte Fluminense, em janeiro de 1910, devido às articulações político-partidárias para a época, assumindo, desde esse tempo, importância significativa para a região.



A Escola de Aprendizes e Artífices criada em 1909
Fonte: IFFluminense

No dia 23 de janeiro de 1910, a Escola de Aprendizes Artífices em Campos entra em funcionamento sendo a nona a ser criada no Brasil, com a implantação de cinco cursos: alfaiataria, marcenaria, tornearia, sapataria e eletricidade. É emblemático o caráter ideológico quando se referenda o interesse e a missão de formar profissionais com a singularidade dessas instituições de educação. No Brasil do início do século XX, era preciso compor a força de trabalho com base em uma mão de obra livre, daí a presença nos discursos da valorização do trabalho manual, cuja história reserva a marca do desprestígio social. Mais que isso, a educação que se forjava nessas escolas talvez se prendesse mais à preocupação de atuar como um dispositivo de controle social em relação ao segmento da sociedade que acolhia, oriundo das classes proletárias, pessoas consideradas como potenciais adquirentes de vícios e hábitos nocivos à sociedade e à construção da nação. Não há dúvida, contudo, de que, desde os primórdios de sua

atuação, construiu-se uma circunscrição em torno desse aspecto da educação, referente ao caráter de qualificação de mão de obra especializada e à responsabilidade do atendimento à necessidade de preparação para o trabalho exigido pela estrutura industrial então existente no país.



Alunos da Escola de Aprendizes Artífices
Fonte: IFFluminense

Com o investimento na industrialização no Brasil, as escolas de formação profissional foram alterando seu perfil e, pelo Decreto N.º 4.073, de janeiro de 1942 - Lei Orgânica do Ensino Industrial, no bojo da “Reforma Capanema”, as Escolas de Aprendizes Artífices passaram a se denominar Escolas Técnicas Industriais. A partir de então, foram equiparadas às de Ensino Médio e Secundário, possibilitando o prosseguimento de estudos no que diz respeito à formação profissional em nível secundário; sem, contudo, favorecer o acesso ao ensino superior.

No ano de 1942, a sede da Escola Industrial e Técnica em Campos requereu novas instalações. Assim, adquire-se terreno no Parque Dom Bosco, onde atualmente se encontra instalado o *Campus* Campos Centro do IFFluminense.



Novas instalações da Escola Técnica Federal de Campos
Fonte: IFFluminense

A Escola de Aprendizes Artífices de Campos passou a ser denominada Escola Técnica Federal de Campos em 1945 e, como as demais, atrela-se às políticas de desenvolvimento, com interesse voltado para o crescimento e consolidação da indústria. Apesar do amparo legal para disponibilizar os cursos técnicos para a sociedade, muitas escolas, como foi o caso da Escola Técnica de Campos, por um tempo, passaram a oferecer, além do ensino primário, o 1º ciclo do 2º grau, o que, na verdade, significava cursos industriais básicos. A promulgação da Lei N.º 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, que dispõe sobre a nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de Ensino Industrial do Ministério de Educação e Cultura, confere a essas escolas industriais, segundo o Art.16, “personalidade jurídica própria e autonomia didática, administrativa, técnica e financeira” e elas passam a ser reconhecidas como Escolas Técnicas Federais. Esse cenário tem lugar no Governo de Juscelino Kubitschek que, em seu Plano de Metas - 50 anos em 5 -, evidenciava forte incremento para a industrialização do país.

Denominadas a partir de então Escolas Técnicas Federais, apresenta-se forte o discurso por parte das instâncias governamentais e dos representantes do Ministério da Educação a favor da ampliação da formação de técnicos como fator crucial a uma aceleração da industrialização. Como tal, elas intensificaram a formação técnica de segundo ciclo.

Em 1966, a Escola Técnica Federal de Campos (ETFC) reestruturou seus currículos na perspectiva de associar teoria à prática, criando os Cursos Técnicos em Edificações, Eletrotécnica e Mecânica de Máquinas e, posteriormente, o Curso Técnico em

Estradas. Em 1973, implantou o Curso Técnico em Química voltado para a indústria açucareira, uma das bases da economia da cidade. Sob a égide da Ditadura Militar de 1964, houve um forte investimento na reforma das escolas técnicas existentes e na construção de novos prédios, na definição dos padrões e, no que concerne à educação técnica, nas habilitações que seriam ofertadas aos jovens estudantes das Escolas Técnicas Federais de todo o Brasil, independente da vocação da região em que estivessem instaladas.

Em torno da Lei N.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, pôde-se observar o interesse e o encaminhamento do governo militar do período 1964-1984, em relação à proposta de ensino técnico profissional no Brasil, como compulsório no ensino de 2º grau, obrigatoriedade revogada em 1982 com a Lei N.º 7.044. Em se tratando das escolas federais, que serviram de motivação para o MEC, seja pela sua função histórica, seja pelo investimento de verbas oriundas do governo federal, o trabalho desenvolvido ganhava cada vez mais credibilidade. Intensificava-se a formação de técnicos, destacando, inclusive, as qualificações de acordo com áreas priorizadas pelo governo com vistas ao desenvolvimento nacional. No ano de 1974, a ETFC passa a oferecer apenas cursos técnicos em seu currículo oficial e põe fim às antigas oficinas.



Cursos técnicos passam a ser ofertados no currículo oficial
Fonte: IFFluminense

Neste ano, a Petrobras anuncia a descoberta de campos de petróleo no litoral norte do estado, notícia que mudaria os rumos da região e influenciaria diretamente na história da instituição. A Escola Técnica Federal de Campos, agora mais do que nunca, representa o caminho para o sonho e passa a ser a principal formadora de mão de obra para as empresas que operam na bacia de Campos. Ressalta-se que a extensão e a distribuição geográfica dessa rede de instituições federais conferem singular possibilidade ao governo brasileiro na execução de políticas no campo da qualificação de mão

de obra. No caso específico da Escola Técnica Federal de Campos, por se localizar geograficamente em uma região menos favorecida e distante da capital, seu perfil sempre esteve mais próximo das iniciativas que estabeleciam sintonia entre educação e mundo do trabalho, com o compromisso de buscar oportunidades significativas de vida para seus alunos, oriundos de camadas populares em uma proporção aproximada de 80% de sua clientela.

A partir desse período, o avanço tecnológico que se evidenciou no mundo da produção gerou outros paradigmas. Descobertas de novos materiais e avanços na microeletrônica e na microbiologia vêm revolucionando todos os aspectos da vida do homem e, conseqüentemente, também do sistema produtivo. O mundo começa a se deparar com uma ameaça crescente de desemprego estrutural, pois as novas tecnologias têm chegado com possibilidade de substituir a mão de obra ou exigido que o trabalhador adquira competências para lidar com a nova realidade numa velocidade antes desconhecida. A queda vertiginosa dos postos de trabalho, visivelmente observável, motiva, no interior das escolas federais, a necessidade de rever a formação profissional ofertada, pois o feedback dos egressos dessas escolas não era mais tão promissor quanto antes no que se referia à sua absorção pelas empresas. Na região de Campos dos Goytacazes, porém, essa demanda ficou um pouco embaçada pela descoberta e exploração de petróleo em águas campistas. Esse fato, favorável à nossa escola, demandou mão de obra especializada e, enquanto o município de Campos passava a ser polo de exploração de petróleo (anos de 1980), o trabalho educativo parecia ter sentido e gerava pouco questionamento, pois os egressos da formação profissional de nível médio encontravam campo farto de atuação. Nesse tempo, implantaram-se os Cursos Técnicos de Instrumentação e de Informática e, a seguir, os Cursos Técnicos de Segurança do Trabalho e de Meio Ambiente, dois cursos coerentes com a defesa da preservação da vida humana e do ecossistema, vertente que perpassa todos os níveis de ensino e se constitui em um dos eixos estruturais da proposta institucional.



Curso Técnico em Meio Ambiente

No governo do então Presidente José Sarney, com o Programa de Expansão do Ensino Técnico (PROTEC) adotado pelo governo, a Escola Técnica Federal de Campos ganha a sua primeira Unidade de Ensino Descentralizada em 1993, em Macaé - UNED Macaé -, que contou com verba da Petrobras para a construção do prédio e com a doação do terreno pela Prefeitura Municipal de Macaé. Os primeiros cursos implantados vieram com o objetivo precípuo de capacitar profissionais para o trabalho nas plataformas de petróleo.



Primeira Unidade de Ensino Descentralizada – Uned Macaé

Em finais dos anos noventa, a realidade mudara significativamente. A obsolescência dos cursos passara a preocupar tanto as escolas quanto ao governo e a Escola Técnica Federal de Campos fez-se membro ativo no movimento por uma reformulação curricular que, de fato, pudesse responder às exigências da modernidade. Como partícipe da rede de escolas, a Instituição empenhou-se, mediante discussões internas, na construção de uma proposta curricular mais coerente com a realidade do mundo tecnologicado, sem perder de vista a concepção de educação que concebia a formação humanística, científica e tecnológica, com ângulos convergentes e formadores do cidadão trabalhador, aliada a um trabalho educativo voltado para o desenvolvimento local e regional.

Em 1996, alguns fatos de extrema relevância na educação tecnológica, tais como, a reforma do ensino resultante da nova lei de diretrizes e bases, a Lei N.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996, toda a legislação posterior referente à reforma do ensino técnico e a transformação de Escola Técnica em Centro Federal de Educação Tecnológica, em 18 de dezembro de 1999, resultaram num crescimento de possibilidades para a Instituição no sentido de atuar com maior autonomia e nos mais diferentes níveis de formação. No segundo semestre de 1998, a Escola implanta o seu primeiro Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados, posteriormente denominado Informática. A partir de seu reconhecimento pelo MEC, o curso passa a ser denominado Curso Superior de Tecnologia em Desenvolvimento de Software e mais recentemente (2006) Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Estava assegurado à Instituição o direito de atuar nos Cursos Superiores de Tecnologia. Implantam-se assim, a partir de 2000, com o perfil da indústria, os Cursos Superiores de Tecnologia em: (a) Automação Industrial (2000); (b) Gerência de Manutenção Industrial (2000), que, em 2005, passa a denominar-se Curso Superior de Tecnologia em Manutenção Industrial; (c) Petróleo e Gás (2001), na Unidade de Ensino Descentralizada

de Macaé; (d) Sistemas Elétricos (2002). Enfatiza-se que outros Cursos Superiores de Tecnologia como Telecomunicações, Design Gráfico e Produção Agrícola também foram implantados.



Laboratório do curso Técnico em Automação Industrial
Fonte: IFFluminense

Com a publicação do Decreto N.º 3.462/2000, a Instituição recebe permissão de implantar Cursos de Licenciatura preferencialmente em áreas de conhecimento em que a tecnologia tivesse uma participação decisiva. Em se tratando de nossa região, que apresentava um déficit enorme de profissionais nessas áreas, a Instituição optou pelos cursos de formação de professores. Assim, em 2000, criou-se o Curso de Ciências da Natureza - Licenciatura em Biologia ou Física ou Química. No ano seguinte, implantam-se as Licenciaturas em Matemática e Geografia. Em 2003, o CEFET Campos começa a oferecer, gratuitamente, à comunidade cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, a saber: (a) Produção e Sistemas; (b) Literatura, Memória Cultural e Sociedade; (c) Educação Ambiental. Em 2004, os Decretos 5.224 e 5.225, assinados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicados em D.O.U. em 04 de outubro de 2004, referendam o Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos como uma instituição de ensino superior, equiparando-o a Centro Universitário.



Biblioteca do *Campus* Campos Centro
Fonte: IFFluminense

O diálogo do CEFET Campos com os municípios próximos, fruto do fortalecimento de sua política de interiorização e de participação no desenvolvimento regional, se intensificara. Ações concretas têm início e começam a surgir os Núcleos Avançados em parceria com as prefeituras dos municípios de Arraial do Cabo, Quissamã, São João da Barra e Rio das Ostras. A partir de 2005, instauram-se os Cursos de (a) Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação Industrial (2005), em Campos dos Goytacazes e em Macaé no ano de 2006; (b) Pós-Graduação Stricto Sensu Profissionalizante em Engenharia Ambiental (2006), em Campos dos Goytacazes e Macaé. Ainda em 2005, inicia-se uma proposta de curso técnico integrado para jovens e adultos, especificamente para aqueles que não conseguiram construir sua trajetória profissional na idade própria firmada em lei - o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). A implementação do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, a adesão do CEFET Campos ao PROEJA e a criação de novos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu marcou o ano de 2006.

Nesse mesmo ano, inicia-se a construção da Unidade de Ensino Descentralizada, no distrito de Guarus, distante da sede apenas cinco quilômetros, mas mergulhada numa realidade de vulnerabilidade social. A referida unidade representa a opção política da instituição pelos menos favorecidos e a decisão de democratizar o conhecimento e transformar a realidade local.



Fachada da Unidade de Ensino Descentralizada no distrito de Guarus
Fonte: IFFluminense

Com a ampliação das ações extensionistas, no ano de 2006, uma Unidade de Pesquisa e Extensão Agroambiental (UPEA) foi criada no município de Campos dos Goytacazes, na BR-356, *Campus* São João da Barra à margem do rio Paraíba do Sul. As ações desenvolvidas na UPEA objetivam não só a realização de pesquisas nos ecossistemas existentes na área de abrangência do IFFluminense, como também o desenvolvi-

mento e a difusão das tecnologias, por meio da extensão, voltadas principalmente para micro e pequenos produtores da região com perfil de Agricultura Familiar (AF). Mais que uma unidade de pesquisa, a UPEA se apresenta como um espaço compartilhado com o objetivo de agregar diferentes instituições e projetos voltados para as questões ambientais, concorrendo assim para o desenvolvimento local e regional.



Imagem aérea da Unidade de Pesquisa e Extensão Agroambiental (Upea)

O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, implantado pelo governo em 2006, fortaleceu a luta da Instituição em favor da região e o diálogo com os governos locais possibilitou a conquista de mais duas unidades de ensino: uma na mesorregião Baixadas, com sede na cidade-polo Cabo Frio e outra na mesorregião Noroeste, cidade-polo Itaperuna. Os critérios utilizados pelo Governo Federal para definição dos locais dessas novas unidades reforçam e consolidam a decisão já adotada pelo CEFET Campos de promover ações para o desenvolvimento humano sustentável da região. No ano de 2008, o então CEFET Campos implantou o Curso de Graduação - Bacharelado em Sistemas de Informação - na unidade sede Campos dos Goytacazes.



Foto aérea do *Campus* Cabo Frio
Fonte: IFFluminense



Imagem aérea do *Campus Itaperuna*
Fonte: IFFluminense

O compromisso social e a responsabilidade com que assume suas ações traduzem a concepção de um projeto que o fortalece como instituição de educação profissional e tecnológica, que busca potencializar o indivíduo no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos, a partir de uma prática interativa e postura crítica diante da realidade. Sempre dialogando com a sociedade e sem jamais desprezar a sua principal vocação de instituição de formação profissional, o CEFET Campos já atuava em níveis diferenciados de ensino: na Educação Básica (Ensino Médio), EJA (Fundamental e Médio), PROEJA (Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Jovens e Adultos), na Formação Inicial e Continuada de trabalhadores, na Educação Profissional e Tecnológica, no Ensino Superior (Graduação e Pós-Graduação) e na Pesquisa e Extensão. Seu fazer pedagógico sempre se traduziu por um convite permanente à reflexão sobre uma pedagogia da inclusão e pelo estabelecimento de um diálogo com a realidade.

No ano de 2006, a educação profissional e tecnológica passa por um novo processo de reestruturação a partir da iniciativa do MEC junto ao Conselho Nacional de Educação (CNE), decorrente do Parecer CNE/CES N.º 277. Haveria, neste contexto, a necessidade de uma reorganização dos cursos superiores de tecnologia, por poucos eixos tecnológicos e mais compactos, diante da organização por áreas profissionais definidas no Parecer CES/ CNE N.º 436/2001 encontrar-se superada e não contribuir para o desenvolvimento industrial. No Parecer CNE/CES N.º 277/2006, os conselheiros reforçaram a importância da flexibilidade como sendo uma necessidade a ser conseguida a partir da interdisciplinaridade (AZEVEDO; COAN, 2013).

Na data de 24 de abril de 2007, o Decreto N.º 6.095 estabelece as diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Neste, foi delineado que os IFETs se caracterizam como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas (Art. 01, § 2º). No que diz respeito à implantação dos Institutos, deve-se levar em consideração bases territoriais definidas, como dimensão geográfica e as características históricas, culturais, sociais e econômicas (Art. 01, § 3º).

Segundo esse documento, a vocação dos Institutos é formar e qualificar profissionais para os diversos setores da economia, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade (Art. 4, § 1º, I), visando à consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos locais (Art. 4, § 1º, III), bem como estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda (Art. 4, § 1º, IV). Em relação à oferta de educação superior, objetiva-se formar profissionais para os diferentes setores da economia (Art. 4, § 1º, VII, a).

Nesse processo de expansão da Educação Profissional e Tecnológica, o governo federal, por meio da Lei N.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no D.O.U. de 30 de dezembro de 2008, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense.



Luiz Inácio Lula da Silva com os Ministros na criação dos Institutos Federais

O novo desenho, em 2009, traz outra dimensão ao trabalho institucional: torná-vamos assim um sistema que integra seis *campi*: (a) na mesorregião Norte Fluminense, três *campi*: Campos Centro e Campos Guarus, no município de Campos dos Goytacazes, e Macaé no município de Macaé; (b) na mesorregião Baixadas, o *Campus* Cabo Frio (região dos Lagos); (c) na mesorregião Noroeste Fluminense, os *campi* Bom Jesus do Itabapoana – antigo Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Bastos Borges da Universidade Federal Fluminense (UFF) - e Itaperuna. Em fevereiro de 2010, implanta-se, na mesorregião Norte Fluminense, o sétimo *campus* denominado *Campus* Avançado Quissamã, que três anos depois passaria a condição de *campus* garantindo à unidade mais autonomia administrativa e financeira para ampliar suas atividades que haviam começado desde 2006, por meio de parceria com a Prefeitura Municipal.



Fachada do *Campus* Quissamã
Fonte: IFFluminense

Também fruto de uma exitosa parceria com o poder público municipal, tem-se a autorização de funcionamento do *Campus Avançado São João da Barra* em junho de 2014. Contudo, as ações do Instituto neste município haviam se iniciado em 2002, sendo exemplo para tantas outras que se seguiriam, e ampliando o papel da instituição como copartícipe do desenvolvimento local e regional.



Foto aérea do *Campus Avançado São João da Barra*

A expansão da Rede Federal também foi caracterizada pela interiorização de suas unidades o que multiplicou oportunidades de acesso à educação de milhares de jovens e adultos, ampliando o direito ao conhecimento e ao trabalho, por meio da educação inicial e continuada de trabalhadores e da formação técnica de nível médio ou em nível superior, forçando mudanças estruturais na pirâmide social. Neste contexto é que em 2012, o Núcleo Avançado Cambuci iniciou suas atividades após a doação da Fazenda Santo Antônio, com 50 hectares de área de terras, pelo governo municipal, passando a condição de *Campus Avançado*, em 2014.



Entrada da Fazenda Santo Antônio, doada para instalação do *Campus Avançado Cambuci*.

Em 2015, instituído pela PORTARIA Nº 27, DE 21 DE JANEIRO DE 2015, entrou em funcionamento o *Campus Santo Antônio de Pádua* com uma proposta diferenciada: oferta dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio por Eixos Tecnológicos nas áreas de Controle e Processos Industriais, Gestão de Negócios e Infraestrutura. Tal proposta não pode ir a diante em virtude das restrições governamentais referentes aos códigos de vaga de professor e técnicos-administrativos., tem como objetivo possibilitar ao aluno o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, rompendo com a fragmentação do conhecimento. Ou seja, uma formação integral do estudante, por meio da interdisciplinaridade e da integração da educação profissional com a formação humanística.



Fachada do *Campus* Santo Antônio de Pádua

É válido ressaltar que em 2015, concomitante com o início de atividades em Santo Antônio de Pádua, teve início as ações na Unidade de Formação Cordeiro, que é vinculada ao campus Santo Antônio de Pádua, com cursos na área de metal-mecânica. Ofertando os cursos técnicos integrados ao ensino médio nas áreas de Administração, Automação Industrial, Edificações, além dos concomitantes em Edificações, Automação Industrial e Mecânica, este em Cordeiro; cursos de qualificação na área de administração e uma especialização em cultura, patrimônio e educação, o campus Santo Antônio de Pádua chega ao seu quarto ano com aproximadamente 700 alunos..

Neste mesmo ano e seguindo a mesma proposta pedagógica, inicial do Campus Santo Antônio de Pádua, também entrou em funcionamento o *Campus* Avançado Maricá, o primeiro na região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro, em uma parceria com a Prefeitura Municipal que cedeu um espaço provisório. A sede definitiva da unidade, em uma área de 42.000 m², está sendo construída pelo poder público municipal. Também na região metropolitana, encontra-se em construção o *Campus* Itaboraí.



Imagem aérea das obras do *Campus* Maricá

É em 2015 também que se inaugura o Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação para o desenvolvimento de ações relacionadas à educação profissional e tecnológica, com o objetivo de ampliar os diálogos necessários à educação com vistas à produção, apropriação e inovação do conhecimento. Assume assim, o compromisso de contribuir para a qualidade dos processos educacionais da região de atuação do Instituto, empreendendo ações que invistam na formação continuada dos docentes, na educação à distância e na produção de tecnologias educacionais. Atualmente, é onde funciona a sede da Reitoria do IFFluminense.



Fachada do Centro de Referência

Em seu compromisso de contribuir para o desenvolvimento local e regional por meio do desenvolvimento de tecnologia e inovação, o Instituto Federal Fluminense deu um importante passo ao se candidatar a Polo de Inovação em Chamada Pública da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPPII). O Polo de Inovação Campos dos Goytacazes, sediado na antiga Upea, foi uma das cinco propostas aprovadas em toda a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, em 2015. A unidade é composta por laboratórios onde são desenvolvidas ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação na área de monitoramento e instrumentação para o meio ambiente com foco em recursos hídricos, energia e resíduos, de forma a promover uma gestão eficiente dos recursos naturais dentro das indústrias que atuam na área de abrangência do IFFluminense. Adicionalmente, como consequência da transformação em Polo de Inovação, foi incorporado a sua estrutura o Centro de Referência em Sistemas Embarcados e Aeroespaciais (CRSEA). Tais ações fizeram do Polo um Centro Multiusuário consolidado, onde são desenvolvidas ações de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI), extensão tecnológica e ensino. Seu objetivo central é ser o braço executivo e da política de PDI do Instituto, além de apoiar o setor produtivo e Instituições de Ciência e Tecnologia parceiras na execução de projetos, além de prestar serviços tecnológicos e disseminar conhecimento associado às suas áreas de atuação.



Laboratório instalado no Polo de Inovação
Fonte: IFFluminense

Nos dias atuais, no movimento de territorialização, o Instituto Federal Fluminense encontra-se em 11 municípios com uma malha espacial que alcança 12 *campi*, um Polo de Inovação, um Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação e a Reitoria, reunindo 14.238 estudantes, 938 professores e 742 técnico-administrativos (dados atualizados em 2016). A representatividade territorial do IFFluminense ainda conta com os polos de Educação a Distância nos municípios de Casimiro de Abreu, Bom Jardim, Porciúncula e Miracema que se somam aos municípios onde há *campus*, constituindo, assim, uma verdadeira rede.

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos, ao se transformar em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, procurou, mediante um debate coletivo com representação de todos os *campi* e núcleos avançados, estabelecer um referencial teórico para essa nova institucionalidade definindo, no documento intitulado “Carta de Cabo Frio”, a base científica para essa nova forma de intervenção na sua área de abrangência local e regional. A transformação em IFFluminense representa mais que a mera expansão quantitativa espacial e de políticas públicas.

Assim sendo, entende-se que essa reconfiguração requer uma mudança de paradigma: transformar a simples união das unidades isoladas em um todo, em sinergia. Essa configuração impõe desafios que dizem respeito à nova forma de tratar sistemas complexos, extremamente entrópicos, que exigem um incremento crescente de energia no processo de organização em que o coletivo é resultado das partes em ação. Em outras palavras, não se consegue entender e organizar um sistema a partir de uma análise isolada de suas unidades e da mera montagem do seu desenho. Há que se entender os fluxos de informação e as trocas que permeiam e circulam por essa rede, na perspectiva de se construir um pensamento sistêmico (CAPRA, 2004).

De Aprendizizes Artífices a CEFET Campos, foram muitas as conquistas e cada uma delas nos impulsiona a abandonar velhas crenças e práticas e a assumir novos valores e desafios. Basta refletir a trajetória histórica dessa instituição para ratificar o quanto se cresceu institucional e individualmente na coletividade. Cada uma das conquistas é o resultado da produção coletiva crescente dos servidores, que possibilita o crescimento do aluno e da produção social e econômica da região de sua abrangência. Ao longo do tempo, as mudanças promovidas consolidaram o IFFluminense. Ressaltam-se as

diversas transformações, a saber: de Aprendizizes Artífices para Escola Técnica Industrial; de Escola Técnica Industrial para Escola Técnica Federal; de Escola Técnica Federal para Centro Federal de Educação Tecnológica e de Centro Federal de Educação Tecnológica para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Hoje, o desafio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, instituição de educação superior, básica e profissional, consiste em construir um sistema pluricurricular e multicampi, especializado na oferta de educação profissional e tecnológica nos diferentes cursos ofertados, a saber: Cursos Técnicos de Nível Médio; Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio por Eixo Tecnológico; Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio; Proeja; Educação a Distância; Cursos Superiores de Bacharelado, Licenciatura e de Tecnologia; Pós-Graduação Lato Sensu; Pós-Graduação Stricto Sensu. Com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com suas práticas pedagógicas, que represente a consolidação de um projeto institucional fundamentado no trabalho coletivo e colaborativo.

1.3 Missão, Visão e Valores

MISSÃO

Promover a Educação Profissional e Tecnológica nacional e suas relações com a educação básica e superior a partir das regiões noroeste, norte e baixadas litorâneas do estado do Rio de Janeiro, na perspectiva da formação integral dos jovens e trabalhadores e do desenvolvimento regional, articulando os atores socioeducacionais e econômicos, assumindo protagonismo na definição e execução de políticas de educação e trabalho.

VISÃO

Ser uma instituição inclusiva de educação profissional, científica e tecnológica, fundamentada na gestão colegiada e democrática, integrando ensino, pesquisa, inovação, extensão, esporte, cultura e internacionalização, reconhecida pela sua relevância e compromisso com o desenvolvimento regional.

VALORES

- Valorização de pessoas;
- Respeito à diversidade humana e cultural;
- Integração institucional;
- Inclusão social;
- Defesa da educação pública e de qualidade;
- Formação integral;
- Cooperação;
- Comprometimento;
- Gestão colegiada e democrática;
- Equidade;
- Sustentabilidade.

1.4 Finalidades, Características e Objetivos

Os Institutos Federais têm por finalidades e características, segundo a Lei nº 11.892/2008:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

São objetivos dos Institutos Federais, segundo a Lei nº 11.892/2008:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

1.5 Áreas de Atuação Acadêmica

1.5.1 Ensino

O IFFluminense possui a prerrogativa, conforme previsto em sua lei de criação, de atuar na educação básica e na educação superior, em diferentes níveis e modalidades de ensino, atendendo a diversos eixos tecnológicos e áreas de conhecimento.

Assim, os níveis de oferta são:

- Qualificação profissional: cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores;
- Educação Básica: cursos de qualificação profissional articulada ao ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos, incluindo ofertas de educação no campo; Cursos de qualificação profissional ou cursos técnicos articulados ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos; Cursos técnicos integrados, subsequentes e concomitantes, articulados ao ensino médio regular, incluindo ofertas de educação no campo.
- Educação Superior:
 - Cursos de graduação: cursos superiores de tecnologia; bacharelados; licenciaturas;
 - Cursos de pós-graduação: lato sensu: aperfeiçoamentos e especializações; stricto sensu: mestrados e doutorados.

As modalidades ofertadas no IFF são: presencial e a distância e os eixos tecnológicos ofertados em cursos técnicos do IFF são: Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Produção Alimentícia; Produção Industrial; Recursos Naturais; Segurança; Turismo, Hospitalidade e Lazer.

Na oferta dos cursos de graduação, o IFF oferta cursos na área do conhecimento de Engenharia: Controle e Automação; Elétrica e Computação.

Nas Licenciaturas, a oferta se dá com os seguintes cursos: Licenciatura em Ciências da Natureza; Licenciatura em Química; Licenciatura em Física; Licenciatura em Biologia; Licenciatura em Letras; Licenciatura em Educação Física; Licenciatura em Geografia e Licenciatura em Música.

Pela Lei N° 11.982/2008, 50% de suas vagas deverão ser para ministrar educação profissional técnica de nível médio para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; e 20% de suas vagas para programas especiais de formação pedagógica, com o objetivo de formar professores para a educação básica, sobretudo, nas áreas de ciências e matemática e para a educação profissional.



Uma das áreas das Licenciaturas no *Campus* Campos Centro
Fonte: IFFluminense

1.5.2 Pesquisa, Pós-Graduação, Inovação e Assuntos Internacionais

A Pesquisa do IFFluminense busca o fortalecimento da pesquisa aplicada na instituição, utilizando como estratégia, avaliações externas qualificadas, fomento para bolsas para discentes, do técnico à pós-graduação, e para servidores, além da viabilização de infraestrutura física e de pessoal nos *campi*, principalmente no Polo de Inovação.

A melhor qualificação dos projetos e dos pesquisadores aumenta a capacidade institucional na captação de recursos em órgãos de fomento nacionais e internacionais, assim como permite maior integração com o setor produtivo na prestação de serviços tecnológicos e de projetos de inovação, principalmente quando ocorre a integração da pesquisa à extensão e ao ensino. O fortalecimento da pesquisa no IFFluminense resulta em um diferencial na formação dos acadêmicos interessados em uma investigação científica aplicada, com a possibilidade de uma educação complementar diferenciada.

Como uma consequência direta do fortalecimento da pesquisa e extensão institucional, a política da pós-graduação se apresenta como uma estratégia de consolidação institucional. O consequente aumento da produção científica e tecnológica, somado ao avanço da pesquisa aplicada com soluções de grande impacto quando transferidos para a sociedade, possibilita importante a inserção institucional, especialmente por meio de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, permitindo uma qualificação profissional diferenciada e de alto nível que atenda atuais demandas do mercado e da sociedade.

Para o IFFluminense, deve-se promover a inovação na instituição para atender às demandas da sociedade, fomentando a transferência de conhecimento e tecnologia por meio do desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão. O Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) é órgão institucional responsável pelo estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia, além de promover a disseminação da cultura de inovação na instituição. As atividades de pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação em articulação com o setor produtivo são realizados a partir do Polo de Inovação Campos dos Goytacazes (PICG), credenciado em 2015 junto a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII). O PICG destina-se ao atendimento de demandas das cadeias produtivas por Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) e à formação profissional para os setores de base tecnológica, este último a partir do Programa de Formação de Recursos Humanos (PFRH).

A Política de Internacionalização do IFFluminense visa incluir no ensino, na pesquisa, na extensão e na cultura organizacional institucional, as dimensões do global e intercultural, proporcionando a sua comunidade uma diversidade de conceitos, princípios gerenciais contemporâneos e ideologias, mas sem abrir mão de suas origens. O fortalecimento da internacionalização se dará com a promoção e consolidação de redes acadêmicas vinculadas a programas institucionais estruturados, possibilitando oportunidades de mobilidade de estudantes e servidores, que possibilite a divulgação, produção científica e tecnológica. A internacionalização institucional exige mudanças organizacionais, remete a inovação curricular e à profissionalização do corpo acadêmi-

co e administrativo, possibilita a mobilidade acadêmica com a finalidade de buscar a excelência na docência, na pesquisa, na extensão e na pós-graduação.



Laboratório de Pesquisas no Polo de Inovção
Fonte: IFFluminense

1.5.3 Extensão, Cultura e Esporte

A política de extensão do IFFluminense visa fortalecer e ampliar as atividades de extensão de cunho tecnológico, científico, cultural e esportivo, qualificando-as com avaliações externas independentes, os projetos e programas de extensão, promovendo a integração com a pesquisa e com o ensino, além de estabelecer relacionamento entre a instituição e seus diversos públicos, com a finalidade de valorizar a extensão como atividade institucional. Nesta política, o fortalecimento do empreendedorismo na instituição a partir da incubação de empresas e a criação de empresas juniores se apresentam como importante estratégia de formação e de inserção no mundo do trabalho. A instituição se apresenta como importante agente de transformação social no seu território a partir da implantação e/ou no apoio a políticas sociais aderentes as demandas regionais. A qualificação e ampliação da extensão no IFFluminense promove a integração institucional regional no seu território de atuação, contribuindo para fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais.

A política de cultura do IFFluminense tem por princípio a vinculação estreita com o desenvolvimento regional e a inclusão social, a partir das produções artísticas e manifestações culturais, através dos saberes e fazeres comprometidos com a construção da cidadania, da democracia, da preservação e memória, da liberdade de expressão, do respeito aos direitos humanos, da sustentabilidade socioambiental, da valorização da diversidade e da inclusão. O escopo principal da cultura no IFFluminense é a promoção dos direitos humanos e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais. Busca dialogicidade com o ensino, pesquisa e extensão, de forma integrada entre os diversos níveis e modalidades de ensino e área de conhecimento, intercambiando saberes entre academia e artista, professores, mestres de notório saber e a sociedade em geral, provendo oportunidade para uma educação continuada, que deve estar atenta ao dinamismo da sociedade e do mundo. Além disso, as ações culturais devem criar articulações entre o IFFluminense e a sociedade e vice-versa, propiciando mecanismos de acesso por toda e qualquer pessoa, por meio de cursos e outros serviços, contribuindo para o crescimento profissional também no âmbito artístico e cultural, melhorando assim a sua qualidade de vida, levando-se em conta também uma das

principais demandas da sociedade: o direito à dignidade da pessoa humana.

A cultura no IFFluminense visa a atender, ainda, ao que consta no Anexo do Plano Nacional de Cultura (PNC), Lei nº 12.343/2010, em seu Cap. III, qual seja: “universalizar o acesso dos brasileiros à arte e à cultura, qualificar ambientes e equipamentos culturais para a formação e fruição do público e permitir aos criadores o acesso às condições e meios de produção cultural” (Brasil, 2010), destacando, dentre outras, a seguinte estratégia de ação:

“[...] 3.3.2 - Garantir a criação, manutenção e expansão da rede de universidades públicas, desenvolvendo políticas públicas e a articulação com as pró-reitorias de cultura e extensão, para os equipamentos culturais universitários, os laboratórios de criação artística e experimentação tecnológica, os cursos e carreiras que formam criadores e interagem com o campo cultural e artístico, principalmente nas universidades públicas e centros de formação técnica e profissionalizante” (BRASIL, 2010).

O Instituto Federal Fluminense, por meio de seu plano de cultura, consolida um pacto de compromisso com o desenvolvimento local, regional e nacional em prol da cultura brasileira. A política de esportes do IFFluminense compreende a prática de atividades esportivas como dimensão da formação integral e cidadã, imbricada na concepção de currículo integrado, pela obrigação do Estado em consonância com a LDB, Lei nº 9.394 de 20/12/1996 que reitera a promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais (artigo 27, inciso IV). Outros documentos relevantes como, por exemplo, a Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte, de 1978, elaborada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO; e o Manifesto Mundial da Educação Física, elaborado pela Federação Internacional (FIEP), de 2000, apresentam elementos que corroboram com a prática do esporte e da educação física no espaço escolar como ferramentas benéficas à completude dos estudantes. Por fim, o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, estabelece em seu artigo 58 que no processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.

Na concretização da política esportiva, desde 2013, são realizados os Jogos Internos do IFFluminense – JINIFF que em 2018 completou a sua 4ª Edição. Este evento, além de valorizar a educação física escolar - já que o esporte é um dos seus elementos constitutivos -, desenvolve o esporte no chão da escola como um fator de promoção da saúde e qualidade de vida dos estudantes. Por fim, os Jogos Internos promovem também a integração entre os servidores dos diversos *campi*; potencializam a integração discente intra-intercampi; e fortalece a imagem social do IFFluminense perante a sua Comunidade, no geral e à Comunidade Civil, em específico, consubstanciando a Lei 11.892, de 2008.



Partida de Basquete dos Jogos dos Institutos Federais
Fonte: IFFluminense



PPI

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

CAPÍTULO
02

2.1 Apresentação

O Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) é o instrumento teórico e metodológico de referência e orientação para as reflexões e ações institucionais. Seu conteúdo estabelece ligações entre os conceitos de humanidade e sociedade desejados, coletivamente, pela instituição e as práticas cotidianas, como resultado de opções políticas, pedagógicas e filosóficas. Este percurso passa por diferentes dimensões e temas. A primeira dessas dimensões, estabelecida pela natureza institucional, é fundamentada na articulação entre a educação, a ciência e a tecnologia; já a outra, trata da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como elemento fundamental para o processo educacional.

Partindo do princípio de que a educação é um bem público social e um direito humano e universal, o IFF se posiciona a favor da ciência e da tecnologia com humanismo. O acesso ao conhecimento é um bem social, coletivo e estratégico, essencial para garantir os direitos humanos básicos e imprescindíveis para o bem-estar de todos os indivíduos e a construção de uma cidadania plena. A educação, a ciência, a tecnologia, a arte, a cultura e o esporte devem ser assim, um meio para a liberdade e a igualdade, garantidos sem distinção social, de gênero, etnia, religião e idade.

A partir da análise da sociedade brasileira, profundamente desigual no que diz respeito ao acesso ao mundo do trabalho e, por consequência, à possibilidade de fruir os serviços essenciais (inclusive a educação), o princípio norteador do Projeto Político-Pedagógico Institucional aqui apresentado é a igualdade de condições para o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes no IFF, tendo como meta a qualidade das ações pedagógicas, que não pode ser privilégio de minorias em situações econômicas e sociais favorecidas a priori. Trata-se de incluir todos os públicos, juventudes e trabalhadores, como atendidos pelas políticas de acesso. Da mesma forma, orienta-se a ação institucional à inclusão daqueles com maior risco de evasão e de insucesso no processo de aprendizagem. Analogamente, a inclusão também se dá pelo êxito, ao avaliar as expectativas dos públicos ingressantes e propiciar a consecução de seus objetivos vinculados ao processo formativo.

O ponto de partida da orientação e reflexão das ações institucionais é o entendimento de que a ação educativa deve superar a mera organização de atividades e técnicas no cotidiano escolar e assumir o papel que a ciência da educação se propõe a exercer: de ferramenta de intervenção.

A atividade pedagógica é, em sua essência, a instauração de uma dinâmica de reflexão dos contextos, conceitos e indivíduos para propor ações que materializam a interseção possível para promover o desenvolvimento da instituição e de sua comunidade em práticas contínuas e organizadas de reconhecimento e intervenção. Essas ações ocorrem quando a prática pedagógica traduz as escolhas tomadas em objetivos a serem alcançados, ao mesmo tempo em que estruturam no cotidiano da instituição uma dinâmica de avaliar o que foi alcançado e visitar os pontos de partida para checar se as decisões atenderam ao almejado.

Nesse sentido, a ação pedagógica é também uma ação política, que demarca posições relevantes, pressupostos comuns e opta por formas de atuar coerentes com os objetivos institucionais, sendo seu resultado visível e materializado em projetos, programas e ações.

O PPI do IFF será complementado pelos Projetos Político-Pedagógicos dos *campi* e da Reitoria, a partir do entendimento de que os princípios e as opções devem se refletir objetivamente em toda instituição, suas unidades e setores, aprimorando-se e materializando-se a partir dos processos de interação.

Assim, o PPI é construído como parte da natureza institucional, de educação, ciência e tecnologia, apresenta opções político-pedagógicas de intervenção focadas na inclusão e direcionadas à contribuição para uma sociedade mais justa, democrática, igualitária e sustentável.

2.2 Fundamentação Legal

A reforma educacional, preconizada pela Lei n.º 9.394/1996 (LDBEN), pela primeira vez, incorporou o tema Projeto Pedagógico enquanto instrumento da gestão democrática e com a participação dos profissionais da educação, bem como da comunidade escolar. O Decreto n.º 5.773, de 09 de maio de 2006¹, alterado pelo Decreto n.º 6.303, de 12 de dezembro de 2007², criou a articulação entre o PPI e o PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional, visto ser o PPI um dos elementos do próprio PDI. Esses instrumentos estão diretamente associados às avaliações de cursos e processos de reconhecimento e credenciamento (BRASIL, 2007a). Como instituição de Educação Profissional Tecnológica e Superior, o IFF pauta-se em documentos legais vigentes para orientar suas atividades educacionais.

O PPI foi elaborado considerando a Constituição Federal (CF) de 1988, sobretudo, no que se refere à igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola e a gestão democrática (art. 206). Também se constituiu como importante referência a Lei n.º 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e incumbe aos estabelecimentos de ensino a elaboração e execução de suas propostas pedagógicas (art. 12, inciso I), destacando a participação da comunidade escolar nessa elaboração (art. 14).

A Lei n.º 9.394/1996 traz uma importante referência para a educação profissional, tanto pela forma global como trata o tema, quanto pelas possibilidades de oferta. Tratada em um capítulo a parte da educação básica, essa lei traz ao ensino profissional o conceito de aprendizagem permanente, e destaca a relação entre educação profissional e processos formativos integrados ao trabalho, à ciência, à tecnologia e às diferentes formas de educação e ainda define que a educação profissional pode ocorrer para além da escolaridade formal e para além da escola (CHRISTOPHE, 2005).

A Lei n.º 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, também é importante referência tanto às atividades educativas do IFF quanto a sua organização acadêmica e possibilidades de oferta. Conforme estabelece o artigo 2.º, os Institutos Federais “são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino”, que passam a ter autonomia para criar e extinguir cursos na educação profissional.

¹ O Decreto n.º 5.773, de 09 de maio de 2006, foi revogado pelo Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

² O Decreto n.º 6.303, de 12 de dezembro de 2007, que altera o Decreto n.º 5.773, de 09 de maio de 2006, foi revogado pelo Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

2.3 Identidade

Desde a sua criação, por meio da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, os Institutos Federais vêm se estruturando com vistas à consolidação da sua institucionalidade, a fim de que se cumpra sua missão social. Comprometidas com a educação profissional e tecnológica de jovens e adultos numa perspectiva emancipadora e cidadã, são instituições democráticas quanto à gestão, públicas quanto à destinação de recursos e funcionamento, inclusivas enquanto instituição de educação e articuladas aos arranjos produtivos regionais e às comunidades locais.

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, de acordo com o documento *Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica: Concepções e Diretrizes* (BRASIL, 2010), foi a materialização da compreensão que considera a educação profissional e tecnológica estratégica não apenas como elemento contribuinte para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, mas também como fator para fortalecimento do processo de inserção cidadã de milhões de brasileiros.

A proposta educacional dos IFs com o compromisso de unir a construção de conhecimentos à transformação da sociedade a partir da educação profissional e tecnológica (EPT) trouxe um caráter inovador decorrente das especificidades de sua identidade institucional, caracterizada pela expansão territorial, pela estrutura multicampi e a clara definição do território de abrangência das ações, pela organização pedagógica verticalizada, a partir da educação básica, passando da formação inicial e continuada até os níveis superiores.

É diante dessa perspectiva, que os Institutos Federais assumem o papel de agentes estratégicos na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais.

Cabe ressaltar que nos Institutos Federais, passados 10 anos desde a Lei de Criação dos Institutos, posta a expansão territorial e a interiorização, um dos principais desafios tem sido a constituição de uma identidade político-pedagógica a partir da qual possam se reconhecer como uma unidade institucional. Especificamente no IFFluminense, essa definição também busca não perder de vista toda a diversidade que o constitui, por meio de seus onze *campi* em funcionamento.

Alinhando-se à proposta dos Institutos Federais, a identidade política-pedagógica do IFF possui um substrato definido pela comunhão entre a formação acadêmica, a preparação para o trabalho (compreendendo-o em seu sentido histórico, mas sem deixar de firmar o seu sentido ontológico) e a compreensão dos princípios das tecnologias a ele concernentes. Assim, diante dessa proposta de formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos, encontra-se um propósito para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica.

Para a construção da sua identidade, a estruturação didático-pedagógica, administrativa e de gestão exige constante revisão de paradigmas, intercâmbios com a realidade do território e atenção política e histórica ao processo de desenvolvimento da sociedade. É fundamental considerar a heterogeneidade territorial na qual o IFFluminense se insere, percebendo as potencialidades da região, criando currículos que buscam formação profissional e tecnológica e elevação de sua escolaridade.

Cabe ressaltar, portanto, que a identidade institucional será refletida nos currículos. Mais do que o perfil do egresso, os currículos sendo espaços de formação plural, dinâmico e multicultural, fundamentados nos referenciais sócio-antropológicos, psicológicos, epistemológicos e pedagógicos, devem apresentar um conjunto de elementos que integram os processos de ensinar e de aprender num determinado tempo e contexto, garantindo a identidade do curso e o respeito à diversidade regional.

Tão importante quanto a constituição da identidade institucional é o autorealhecimento da comunidade frente a ela, sem que isso signifique uma uniformidade restritiva das políticas e de suas regulamentações nos *campi*, que mesmo dotados de orientação política e pedagógica institucional, devem ser os espaços de decisão sobre as suas políticas e de construções de regulamentações mais flexíveis.

2.4 Conceções

2.4.1. Educação, Ciência e Tecnologia

A primeira característica da identidade do IFFluminense é percebida a partir de sua própria designação, por articular a educação, a ciência e a tecnologia. Conforme proposto na III Conferência Regional de Educação Superior para a América Latina e o Caribe Declaração Córdoba, Argentina, 14 de junho de 2018, o IFF se posiciona a favor da ciência com humanismo e da tecnologia com justiça, pelo bem comum e os direitos para todas e todos, princípios fundados na convicção de que o acesso, o uso e a democratização do conhecimento é um bem social, coletivo e estratégico, essencial para garantir os direitos humanos básicos e imprescindíveis para o bem-estar dos povos, a construção de uma cidadania plena e a emancipação social. Devemos pensar que a ciência e a tecnologia podem e devem contribuir fortemente para resolver os problemas prementes da humanidade, mas este entendimento, ainda que importante e fundamental não são suficientes. É necessário um diálogo plural e igualitário que propicie o diálogo de culturas, para que a educação, a ciência, a tecnologia e as artes se constituam em um meio para a liberdade e igualdade.

Para os fins do Projeto Político-Pedagógico Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, entende-se que a ciência se desenvolve por um trabalho sistemático e criativo, abrangendo o conhecimento do ser humano em sociedade, da natureza e da cultura.

A ciência deve ser vista a partir de sua dimensão ética e social, e, no ambiente do IFF, como produtora de qualidade social e de melhoria dos próprios processos educacionais. Nesse sentido, devem ser desenvolvidas, em articulação com o conceito de ciência e em interação com a sociedade, tecnologias que se orientem para transformações sociais e redução de desigualdades, e tecnologias produtivas que busquem o aprimoramento dos processos produtivos e seus desdobramentos, em atendimento às necessidades humanas. Tendo isso em vista, o IFF deve estar comprometido com a produção, socialização e difusão do conhecimento científico produzido e das tecnologias, em articulação com a sociedade e o mundo do trabalho, do qual a educação também faz parte.

O aumento da influência da ciência e da tecnologia no mundo tem estado em pauta na discussão dos currículos, sobretudo quando há a opção de tratar os conteúdos científicos em seu contexto social, vinculando a formação dos estudantes ao exercício da cidadania. Por outro lado, os avanços científicos e tecnológicos atingiram a própria razão científica nas diversas dimensões do comportamento humano. Dentre as consequências, há de se tomar cuidado para que a supervalorização da ciência não sugira mitos, como o da neutralidade científica e o da possibilidade de todos os problemas da humanidade serem resolvidos cientificamente, pois a ciência pela ciência, e a tecnologia, sem considerar seus efeitos e aplicações, não são capazes de resolver as grandes questões éticas e sociopolíticas da humanidade.

Da responsabilidade social dos produtores de conhecimento científico e tecnológico vem o processo de disponibilização das representações que permitam aos estudantes/cidadãos interagir, tomar decisões e compreender as dimensões relativas ao trabalho e a sociedade. Como concepção, a proposta pedagógica corresponde a uma integração entre educação científica, tecnológica e social, na qual o estudo dos conteúdos científicos e tecnológicos ocorre junto à discussão de seus aspectos éticos, históri-

cos, políticos e socioeconômicos. O objetivo formativo, dessa maneira, passa a abarcar o desenvolvimento de valores vinculados aos interesses coletivos, e a própria discussão desses valores contribui para a formação de cidadãos críticos e comprometidos com a sociedade.

A natureza multidimensional da tecnologia abrange não apenas aspectos técnicos, mas também organizacionais e culturais, que propiciam a compreensão de sua relação e dependência com os sistemas sociopolíticos, os valores e as ideologias da cultura em que se insere. É a partir desse entendimento que os indivíduos baseiam suas percepções e as interferências que a tecnologia traz à sociedade, e como eles podem intervir nessas atividades. A crescente evolução e utilização de novas tecnologias vêm trazer, portanto, grandes mudanças no meio ambiente, nas relações sociais e nos modos de vida da população.

Partindo do contexto da ciência e tecnologia, cabe desta feita, a constante indagação e movimento crítico acerca da integração entre arte e tecnologia, cultura e inovação, todos estes pertencentes à dimensão humana criadora.

Pensar a arte e a cultura no interior da concepção de um projeto educacional requer considerar que a construção da identidade dos sujeitos, com a conquista da sua autonomia e criticidade frente às questões sociais que os cercam, ocorre por meio das manifestações artísticas e expressões culturais. Consideram-se estas fundamentais como agentes transformadores e socializadores, sabendo que:

Como princípio educativo, a diversidade cultural leva-nos a rever constantemente os valores políticos, sociais e culturais da compreensão do outro. Lançar mão desse princípio significa, ao mesmo tempo, entender o saber e a cultura como parte da produção sócio-histórica de determinada sociedade e também problematizar os ditos valores sociais e culturais universais. (SILVA, 2011, p. 13).

Assim se dá o desenvolvimento da criatividade e da imaginação, e todo resultado que esse processo traz pode ser percebido na capacidade de pensar fora do padrão, criar soluções para problemas e elaborar algo novo a partir da história, do contexto e dos recursos disponíveis. O desenvolvimento dessas habilidades do educando também aguça a expansão dos mecanismos de percepção do mundo e de reconhecimento da própria história e das formas de expressão resultantes da compreensão do funcionamento do mundo, onde as emoções e a ação em grupo assumem papel fundamental ao desenvolvimento do senso crítico em relação à realidade da sociedade.

2.4.2. Educação

A educação é compreendida como um bem coletivo essencial para a promoção da cidadania, por isso, é imprescindível para a inclusão social plena.

Entende-se a educação em uma dimensão mais ampla, que conduz à formação de um cidadão consciente de seus deveres e direitos; que compreende a realidade e seja capaz de ultrapassar os obstáculos que ela apresenta; que seja capaz de pensar e intervir na perspectiva de possibilitar as transformações políticas, econômicas, culturais e sociais do meio em que vive. Ou seja, uma educação potencializadora do ser humano enquanto integralidade, no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade e na perspectiva de sua emancipação.

Sendo assim, o IFFluminense deve cumprir, por meio da educação, seu papel social de contribuir para uma sociedade com menos contraste socioeconômico e mais sustentável, mais autônoma e solidária, principalmente em virtude das transformações e diversidades do mundo contemporâneo.

2.4.3. Trabalho

A educação é um processo que liberta o homem, torna-o sujeito de suas aprendizagens e produtor de conhecimento a partir de suas próprias experiências e valores (humanos, políticos, socioeconômicos, culturais e religiosos), com sólida base científica, cultural e tecnológica, formando-o para o mundo do trabalho. Assim, a educação é para o trabalho e para a cidadania.

Diferente dos animais, que têm sua existência garantida pela natureza, e por isso a ela se adaptam, a humanidade veio se constituindo como tal adaptando a natureza a si. "Ajustar a natureza às necessidades, às finalidades humanas, é o que se faz pelo trabalho" (SAVIANI, 2003). Então, ainda de acordo com Saviani (2003), trabalhar é agir sobre a natureza e transformá-la. Mas esta ação transformadora é guiada por objetivos, e este é um elemento diferenciador da ação humana.

Uma vez que a transformação da natureza pelo homem não se dá de forma isolada, mas no relacionamento social, compreende-se que "o homem transforma a natureza ao mesmo tempo em que se relaciona com outros homens" (ibid.), e ao produzir a sua existência travam-se relações e estabelecem-se normas de convivência das quais a sociedade se constituiu. E, na sociedade contemporânea, a produção dos meios de existência se faz dentro do sistema capitalista, que se mantém e se reproduz pela apropriação privada do tempo de trabalho do trabalhador.

2.4.4. Juventudes

A juventude é a etapa do ciclo da vida na qual culmina o processo de socialização, pois prepara o indivíduo para a produção e reprodução da vida e da sociedade (ABRAMO; BRANCO, 2005). As inúmeras possibilidades de exercício da cidadania desafiam o IFFluminense, enquanto instituição de educação, a olhar e ouvir o que os jovens têm a dizer, reconhecer nas práticas culturais juvenis e diminuir a distância entre as práticas culturais juvenis e a cultura escolar, a fim de promover o sentimento de pertencimento. Já a atualidade provoca esta instituição a observar os recursos tecnológicos e redes sociais utilizados pelos jovens a fim de fazer uso positivo de suas potencialidades, enfatizando seu caráter educacional, potencializando a aprendizagem e promovendo as relações humanas.

Para tanto, é essencial compreender que a noção de juventude é uma construção social e cultural, não estando reduzida a um recorte temporal e biológico, e não podendo ser entendida de maneira singular, e sim a partir de suas múltiplas relações e contextos sociais. Condições de classe social, moradia, gênero, etnia, pertencimento religioso e tantas outras apontam várias ideias sobre ser jovem. Desse modo, por se apresentar diversificadamente, é que falamos em "juventudes", no intuito de abranger os diferentes modos de se vivenciar esta etapa da vida, que se constrói e reconstrói permanentemente na contemporaneidade.

Trazer a ideia de "juventudes" para o campo educacional é problematizar o papel do Instituto Federal no atual contexto social. Assim como a juventude é uma etapa da vida humana, a instituição de ensino é uma etapa da juventude, e, neste sentido, cabe constantemente o questionamento sobre como as dinâmicas institucionais contribuem nos processos de formação e reconhecimento da identidade individual e coletiva dos jovens, em meio às suas diversas oportunidades de vivência e experimentação; na elaboração dos seus projetos pessoais de maneira que persigam uma vida digna e no seu acesso aos direitos sociais, principalmente à educação, à cultura e a inserção no mundo do trabalho.

2.4.5. Currículo

Em consonância com missão, visão e os valores institucionais, o IFFluminense estabelece fundamentos a serem observados na construção dos currículos:

- o compromisso com a justiça social, a equidade, a cidadania, a ética, a preservação do meio ambiente, a transparência e a gestão democrática;
- a verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e com a extensão;
- a eficácia nas respostas por formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte ao desenvolvimento local e regional, social e cultural, sem perder de vista a formação integral;
- o compromisso com a educação inclusiva e emancipatória; e
- a natureza pública e gratuita do ensino.

A concepção de currículo no IFF volta-se para a formação do sujeito em sua integralidade, de maneira crítica e reflexiva, de modo que este possa ser capaz de atuar na sociedade que se revela em constante processo de transformação. É compromisso da instituição construir uma organização curricular que favoreça a formação ética do cidadão, a aquisição de competências técnicas para o exercício profissional, a capacidade de desenvolver ações empreendedoras e o compromisso com a sustentabilidade, tornando-o um ser atuante na sociedade.

Deve-se prezar um currículo inclusivo que considera diferentes perfis sociais, faixas etárias e regionalidades dos estudantes ingressos, adotando linhas teórico-metodológicas apropriadas ao processo de ensino-aprendizagem. Portanto, o currículo deverá ser constantemente e coletivamente discutido, atualizado e contextualizado, de modo a ser significativo para os sujeitos a que se destina e para a sociedade.

Partindo desses preceitos, a avaliação, como parte integrante do currículo, precisa ser entendida como um processo contínuo de diagnóstico da aprendizagem, tendo por objetivo a inclusão e o êxito do educando. As diferentes vivências sociais, experiências anteriores e formas particulares de construir e reconstruir conhecimentos dos sujeitos necessitam ser reconhecidas a fim de que se encontrem os melhores caminhos para os melhores resultados. A perspectiva da inclusão no processo de avaliação se remete à busca e à construção de diferentes formas de avaliar, que valorize as diferenças entre os modos de aprender, compartilhe as experiências de aquisição e elabo-

ração do saber e promova a socialização do conhecimento, de modo que viabilize, ao final do processo, o domínio tanto da parte técnica quanto dos demais aspectos relevantes à formação cidadã.

2.4.6. Educação Profissional e Tecnológica

A educação profissional é, em primeiro lugar, pautada pela construção do sujeito no seu contexto histórico-social, mas também é profissional, que se orienta pela construção de um cidadão consciente de seus deveres e direitos e capaz de intervir na sociedade. A concepção de educação profissional e tecnológica do IFF é sustentada pela educação integral do sujeito, cujo caráter é de totalidade, possibilitando a manifestação das individualidades, sem se limitar apenas ao trabalho manual ou intelectual da atividade produtiva (SILVEIRA, 2007).

Os principais documentos de referência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica remetem-se ao tema da construção de saberes integrado à formação profissional, à constituição da cidadania e ao compromisso com a sustentabilidade. Os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e desenvolvimento da capacidade de investigação científica são dimensões essenciais à construção da autonomia e dos saberes necessários ao mundo do trabalho. Considera-se, portanto, a pesquisa como princípio pedagógico essencial para que conhecimento e o seu potencial investigativo (e transformador) sirvam para superar a fragmentariedade no processo educativo, explicitando os nexos entre ciência, tecnologia e sociedade.

O processo educativo na EPT implica, pois, no domínio de um conjunto de saberes, métodos e técnicas de determinado eixo tecnológico e área de conhecimento, para que os sujeitos envolvidos conheçam, com o devido rigor, cientificidade e criticidade, as dimensões técnicas do exercício profissional e as condições nas quais esse exercício ocorre. Assim, na EPT, entende-se que a prática profissional, a aquisição e o desenvolvimento de saberes, bem como o aprimoramento dos princípios pedagógicos, devem orientar o trabalho dos educadores e a construção curricular.

2.5 Princípios Pedagógicos

2.5.1. A indissociabilidade Ensino, Pesquisa e Extensão

Em seus objetivos específicos, a Lei n.º 11.892/2008 traz o compromisso dos Institutos Federais em ministrar educação em todos níveis de ensino, ofertando possibilidades de acesso, além de realizar pesquisas aplicadas, visando estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade. Também há o compromisso de desenvolver atividades de extensão em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Tendo seus contornos definidos a partir dessa natureza, o IFF assume que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve ser buscada no processo de construção curricular, sendo, pois, um princípio pedagógico.

O princípio da indissociabilidade Ensino, Pesquisa e Extensão:

projeta possibilidades pedagógicas de reprodução, produção e socialização de conhecimentos, o que contribui na efetivação da interdisciplinaridade, além de ser um meio de transcender a dicotomia entre teoria/prática, sujeito/objeto, empiria/razão, constituindo, pois, outro fundamento epistêmico. (PUHL; DRESCH, 2016, p. 37)

A articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão fornece conhecimentos, propostas de investigação e espaços para diferentes programas, projetos e cursos, incluindo também a perspectiva da formação política. Da mesma forma, contribui para a identificação de novas linhas de pesquisa e para a proposição de projetos que articulem, de modo interdisciplinar, a investigação, a apropriação do conhecimento e a intervenção social, permitindo um diálogo contínuo e permanente entre a comunidade local e o projeto curricular de cada curso.

O projeto curricular do curso deve, pois, contemplar articulações tanto com a pesquisa, por meio da apresentação de linhas de atuação, de ênfases, de especificidades que expressem e orientem a definição dos projetos integradores e Trabalhos de Conclusão de Cursos, quanto com a extensão, sobretudo nos cursos superiores, nos quais a obrigatoriedade existe conforme estabelecido no PNE 2014-2024, Meta 12, Estratégia 12.7. Nesse sentido, as linhas de formação do corpo docente dos cursos podem atuar como incubadoras de linhas de pesquisa e de linhas de extensão, no entanto, não devem ser encaradas como determinantes, uma vez que a estas cabem intrínseca articulação com o projeto curricular dos cursos.

2.5.2. A Pesquisa como Princípio Pedagógico

Tratar da pesquisa numa ótica pedagógica é compreendê-la como agente possibilitador de emancipação humana, que deve propiciar ao estudante a produção de novos conhecimentos, a compreensão da sua realidade e a construção e o fortalecimento de sua autonomia. O fomento à pesquisa como uma prática diária entre discentes e docentes é uma atividade reflexiva e investigativa que proporciona o conhecimen-

to teórico e empírico acerca das temáticas a serem investigadas, repercutindo no processo educativo e formativo do sujeito.

O ato de pesquisar, no IFF, baseia-se em dois princípios: o princípio científico, que se consolida na construção da ciência; e o princípio educativo, que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade. O desafio colocado à pesquisa é ir além da descoberta científica, pois o seu compromisso com a humanidade deve representar a conjugação do saber, fazer e transformar. Os novos conhecimentos produzidos pelas pesquisas deverão estar colocados a favor dos processos locais e regionais numa perspectiva de reconhecimento e valorização dos mesmos no plano nacional e global.

Cabe ao docente despertar as atitudes de pesquisador nos estudantes, tendo a pesquisa como fonte de saber e de transformação do ambiente acadêmico em um espaço dinâmico. Por meio da pesquisa, o professor pode desenvolver uma ação pedagógica diferenciada, aplicando o princípio da ação-reflexão-ação e relacionando a teoria e a prática de forma dialógica, contextualizada, interdisciplinar e flexível. Mas, também é preciso que o currículo garanta em seu espaço e nos seus movimentos a pesquisa como princípio pedagógico, de modo que este não seja uma prática e/ou iniciativa individual de cada docente, e sim uma dinâmica fundamental em toda organização curricular.

Apoiados no entendimento advindo da Resolução CNE/CEB n.º 06/2012 sobre a pesquisa como princípio educativo, do ponto de vista da organização curricular, são necessárias novas formas de seleção e organização dos conteúdos. Esses processos contemplariam o diálogo entre as áreas de conhecimento, supondo a primazia da qualidade da relação com o conhecimento pelo protagonismo do estudante sobre a quantidade de conteúdos apropriados de forma mecânica e a preferência do significado social do conhecimento ante os critérios formais inerentes à lógica disciplinar.

2.5.3. O Trabalho como Princípio Educativo

O cenário de carência de mão-de-obra sempre foi o mais forte elemento balizador da educação profissional e, portanto, definidor de política de ampliação de vagas para essa modalidade de educação. Sem dúvida, a formação do trabalhador exige que se estabeleça uma articulação entre a educação profissional e o mundo da produção e do trabalho. Entretanto, as políticas para a educação profissional e tecnológica se colocam para além do fator econômico. Daí a relevância de buscar relacionar, no caso específico, as variáveis educação e trabalho em busca de novas políticas de inclusão social.

A educação para o trabalho é entendida como potencializadora do ser humano enquanto integralidade, no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, na perspectiva de sua emancipação, tornando o cidadão um agente político. Na extensão desse preceito, trata-se de uma educação voltada para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente.

Assim, o trabalho engendra um princípio educativo, que não se confunde com aprender fazendo. A indissociabilidade entre teoria e prática não deve ser reduzida simples reprodução de tarefas pré-determinadas – o que não elide a importância da

prática na atividade técnica –, e sim tendo o trabalho como mediador a partir de um caso particular prático para se chegar à teoria geral: ou seja, o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como prática pedagógica.

2.5.4. O Respeito à Diversidade

O reconhecimento e a convivência com a diversidade sociocultural e a pluralidade no campo das ideias contribuem na formação de cidadãos mais autônomos intelectual e eticamente. Nesse sentido, as políticas de ensino do IFF refletem uma instituição em permanente construção, que, embora centenária, se renova a cada dia, enriquecendo o contexto socioeconômico e cultural brasileiro.

A diversidade na educação não se resume só aos choques culturais e de gêneros, há também situações geracionais, como os adultos que estão em busca do tempo perdido, pois não tiveram oportunidade de estudar quando jovens; a terceira idade que, com o aumento da expectativa de vida, busca atividades relacionadas com a educação para sair da rotina; as pessoas com deficiência, que necessitam de acessibilidade para que possam manter dignidade na sua vida; e isso exige profissionais qualificados para receber esse público.

As políticas educacionais nacionais não somente aumentaram o número de estudantes nas instituições de ensino, mas, fundamentalmente, ampliaram a convivência com as mais variadas formas de diversidade sociocultural. Tal contexto levou o IFF à busca por novos valores, novos modos de ensino e aprendizagem e de convívio que propiciem uma inclusão de fato, ou seja, um ambiente educacional no qual todos possam ter suas diferentes necessidades e anseios atendidos de forma justa e equitativa.

Nesse sentido, diversos grupos socioculturais têm se mobilizado e conquistado direitos no campo educacional, produzindo-se, assim, novas respostas pedagógicas às questões de cada grupo. Educar para a diversidade não significa apenas reconhecer a diferença, mas construir caminhos possíveis para o convívio democrático. Sendo o Instituto um espaço sociocultural em que as diferentes identidades se encontram, é fundamental que os processos de ensino e aprendizagem envolvam todos os estudantes, acolhendo-os em sua diversidade e garantindo sua permanência e êxito. Para tanto, é preciso possibilitar aos educadores a construção de conhecimentos necessários para trabalhar com pessoas procedentes de diferentes contextos sociais e culturais, a fim de garantir a participação e a aprendizagem de todos e de cada um.

2.5.5. Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade é a compreensão da relação entre a totalidade das partes e destas no todo. Assumir essa perspectiva como princípio pedagógico implica superar o ensino fragmentado, sem relação com o entorno, e compreender que a busca do conhecimento é um processo que nunca se completa, pois conforme Kuenzer (2000), uma educação que se pauta numa perspectiva interdisciplinar

[...] cria a possibilidade de construção do novo, permitindo aproximações sucessivas da verdade, que nunca se dá a conhecer plenamente; por isto, o conhecimento resulta do processo de construção da totalidade, que nunca se encerra, pois há sempre algo novo para conhecer. Nesta concepção, se evidencia que conhecer a totalidade não é dominar todos os fatos, mas as relações entre eles, sempre reconstruídas no movimento da história.

Por ser um princípio pedagógico, a interdisciplinaridade visa estabelecer elos de complementaridade, de convergência, de interconexões, de aproximações e de interseção entre saberes de diferentes áreas. Implica em ser uma organização curricular e didático-pedagógica pautada na integração e na contextualização de conhecimentos, utilizando-se de estratégias de ensino e aprendizagem que possibilitam, ao mesmo tempo, um diálogo com as bases científicas, com a vida em sociedade, com a atividade produtiva e com as experiências subjetivas, favorecendo aos discentes uma formação integral.

2.6. Das Políticas Educacionais

2.6.1. O Acesso, a Permanência e o Êxito

Como dever do Estado e da família, o direito à educação deve consolidar-se na promoção do pleno desenvolvimento da pessoa, no preparo para o exercício da cidadania e na qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, art. 205). O direito à educação pode ser considerado como um dos alicerces da República Federativa do Brasil na medida em que é instrumento necessário à construção de uma sociedade livre, justa e solidária; à garantia do desenvolvimento nacional; à erradicação da pobreza e da marginalização, com a redução das desigualdades sociais e regionais; e à promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (GARCIA, 2004).

Na perspectiva da inclusão e em atendimento à Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, alterada pela Lei n.º 13.409, de 28 de dezembro de 2016; ao Decreto n.º 7.824, de 11 de outubro de 2012, alterado pelo Decreto n.º 9.034, de 20 de abril de 2017; e à Portaria Normativa MEC n.º 18, de 11 de outubro de 2012, alterada pela Portaria Normativa MEC n.º 9, de 5 de maio de 2017; o IFFluminense reservará, do total das vagas ofertadas para ingresso em seus cursos, por curso e turno, a cota mínima de 50% (cinquenta por cento) das vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o Ensino Fundamental (ingressos em cursos técnicos de nível médio) ou o Ensino Médio (ingressos em cursos de graduação) em escolas públicas da rede nacional de ensino, conforme observadas as seguintes condições:

- no mínimo 50% (cinquenta por cento) das vagas serão reservadas aos estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita;
- proporção de vagas no mínimo igual à da soma de pretos, pardos e indígenas, e de pessoas com deficiência (PCD) na população da unidade da Federação do local de oferta de vagas da instituição, segundo o último Censo Demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, será reservada, por curso e turno, aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, e às pessoas com deficiência.

Ainda na perspectiva da inclusão, os processos seletivos não precisam se reduzir apenas em provas classificatórias para o acesso. Outras possibilidades de seleção podem ser admitidas na elaboração dos projetos pedagógicos conforme a característica do curso, do público alvo e objetivo do curso, desde que aprovadas em colegiados próprios.

Entretanto, não basta admitir a educação como direito fundamental. É necessário concretizar e prover as ações que permitam a garantia desse direito. Nesse sentido, tanto a CF, em seu art. 206, quanto a LDBEN, em seu art. 3.º, indicam os seguintes princípios, com relação direta com o sucesso escolar, para que o processo educacional ocorra de forma efetiva: a igualdade de condição para o acesso e permanência na escola, a garantia do padrão de qualidade, a valorização do profissional da educação escolar e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

No caso dos Institutos Federais, para além de promover a ampliação do acesso por meio da interiorização das instituições, do incremento do número de vagas, da

ampliação do alcance e da utilização de ações afirmativas, para garantir a democratização da oferta é necessária a adoção de ações que promovam a permanência e o êxito dos estudantes e a inserção socioprofissional e educacional dos egressos. Os mapeamentos periódicos do perfil do estudante realizados pelas instituições integrantes da Rede Federal sinalizam o atendimento de um percentual significativo de uma população socioeconomicamente vulnerável, constituída marcadamente por estudantes de baixa renda, trabalhadores, residentes em localidades distantes ou com necessidades educacionais específicas.

Entender a permanência como um fenômeno que envolve fatores multidimensionais (culturais, sociais, institucionais e individuais) e relacionar esse entendimento à complexidade da Rede Federal no cumprimento da sua função social, implica articular ações que deem conta do atendimento a um público diversificado, que, em sua maioria, é socioeconomicamente vulnerável e egresso de sistemas públicos de ensino em regiões com baixo índice de desenvolvimento educacional. Assim, reforça-se a necessidade premente de implementação de planos estratégicos de superação desses fenômenos, de modo a possibilitar a realização de diagnósticos apurados em relação às causas da evasão e da retenção, a definição de políticas institucionais e a adoção de ações administrativas e pedagógicas que visem atacar e minimizar esses fatores. Políticas de acesso, permanência e êxito são aquelas que, na perspectiva de ampliação das oportunidades, são planejadas e executadas de forma holística, ou seja, desde a escolha do eixo-tecnológico ou área, da modalidade e da forma de oferta, da elaboração do currículo, da definição de turnos e horários, os cursos são concebidos levando em conta o atendimento das demandas público-alvo.

2.6.2. Qualificação Profissional

Em seu aspecto global, a formação inicial e continuada ou qualificação profissional é concebida como uma oferta educativa (específica da educação profissional e tecnológica) que favorece a qualificação, a requalificação e o desenvolvimento profissional de trabalhadores nos mais variados níveis de escolaridade e de formação. Centra-se em ações pedagógicas, de natureza teórica-prática, planejadas para atender a demandas socioeducacionais de formação e de qualificação profissional. Contempla-se, ainda, no rol dessas iniciativas, trazer de volta ao ambiente formativo, pessoas que foram excluídas dos processos educativos formais e que necessitam dessa ação educativa para dar continuidade aos estudos.

A formação inicial e continuada, em razão de suas características e do papel que desempenha no contexto da formação profissional e tecnológica, demanda (de modo significativo, contínuo e constante) planejamento articulado com a realidade do entorno local. Ancorada na perspectiva crítico-emancipatória, a formação inicial e continuada, ao se estabelecer no entrecruzamento dos eixos sociedade, cultura, trabalho, educação e cidadania, compromete-se com a elevação da escolaridade, materializado-se na elaboração de projetos via itinerários formativos e outras formas de certificação profissional, sintonizando formação humana e formação profissional com vistas à aquisição de conhecimentos científicos, técnicos, tecnológicos e ético-políticos, propícios ao desenvolvimento integral do sujeito.

De acordo com o Parecer CNE/CEB n.º 11/2012, na educação profissional, a formação inicial e continuada, ou qualificação profissional, oferece o atendimento de necessidades da maioria da população trabalhadora, sua flexibilidade responde às variadas demandas de seu público. O fortalecimento de ofertas dessa natureza pode

influenciar na decisão de retorno dos sujeitos atendidos pela modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) à escola e aos estudos, dentro de uma lógica de elevação da escolarização articulada à profissionalização. Para promover o atendimento ao público da EJA na articulação com a Educação Profissional, propõe-se a adoção de um modo de gestão baseado em um processo sistemático de articulação; e o planejamento e cooperação entre instituições e segmentos da sociedade, considerando a multiplicidade de condições históricas, sociais, regionais, culturais e geracionais para a elaboração de ações educacionais para este público.

A multiplicidade de propostas deve ser norteada pela demanda de sujeitos a serem atendidos por aquelas instituições, seus grupos de interesses e seus perfis escolares e profissionais. A partir dessa diversidade também a oferta deve se estruturar: desde o movimento de qualificação de trabalhadores em cursos de curta duração de Formação Inicial ou Continuada aos processos de reconhecimentos de saberes e certificação profissional, à construção de ofertas institucionais baseadas em Itinerários Formativos por eixo profissional, prevendo o aproveitamento de estudos e experiências laborais, até a consolidação da formação técnica de nível médio articulado ao Ensino Médio na modalidade EJA. A certificação profissional contempla a avaliação dos saberes adquiridos na trajetória do sujeito relacionada ao trabalho, visando ao aproveitamento para prosseguimento de estudos ou ao reconhecimento para certificação do exercício profissional.

A mobilização de grupos profissionais específicos a partir do diálogo com os sindicatos de classe; a construção de parcerias entre empresas e unidades educacionais para a qualificação profissional de seus funcionários; a articulação entre instituições federais, estaduais e municipais na construção de um caminho para a continuidade da trajetória escolar de seus estudantes, são exemplos de ações em articulação que ultrapassam uma ou outra instituição e que viabilizam o retorno do público trabalhador e promovem a elevação de escolaridade dos trabalhadores.

2.6.3. Internacionalização e interculturalidade

A internacionalização também é um elemento orientado a promover a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, fundamental para as mudanças sociais e econômicas. Sua ação se relaciona ao desenvolvimento de competências que permitam aos indivíduos, países e regiões, atuar em cenários complexos e inserirem-se de forma efetiva nas dinâmicas mundiais baseadas no conhecimento. A internacionalização deve se apoiar em cooperação e relação solidária, que se desenvolvem a partir de diálogos interculturais e respeitam as idiossincrasias e identidades dos países e instituições. A integração resultante deve fortalecer as capacidades nacionais ao mesmo tempo em que promove a circulação e apropriação do conhecimento como bem social estratégico a favor do desenvolvimento sustentável da região e de seus países. A ação de internacionalização também favorece a formação de cidadãos e profissionais respeitosos da diversidade cultural, comprometidos com o entendimento intercultural, e o estabelecimento da cultura de paz e com capacidade para conviver e trabalhar em uma comunidade local e mundial.

A interculturalidade deve orientar a atuação institucional a produzir políticas que contribuam para desmontar todos os mecanismos geradores de racismo, sexismo, xenofobia e todas as formas de intolerância e discriminação. O desafio não é só incluir

nas instituições de educação grupos sociais historicamente discriminados, mas promover sua relevância social e cultural. Para isso, devemos incorporar nas discussões institucionais cosmovisões, valores, conhecimentos, saberes, sistemas linguísticos, formas de aprendizagem e modos de produção de conhecimento de grupos socioculturalmente diferentes, nos quais é necessário se reconhecer e valorizar as epistemologias, modos de aprendizagem e concepções próprios.

A proposta de internacionalização do IFF deverá ser apresentada no “Plano de Internacionalização”, a ser desenvolvido no período de um ano. Como princípios fundantes do plano estão à natureza transversal da internacionalização, a priorização da atuação regional na América Latina e no Caribe e a tematização da ação, a partir da definição das possibilidades e prioridades da ação institucional (economia solidária, energias, educação do campo, combate à pobreza, etc.). Tais princípios articulam o desenvolvimento de um plano de atuação internacional do IFF com suas referências, história e proximidade cultural, mas também com a aprendizagem institucional, que se apoia basilarmente na diversidade cultural e interculturalidade.

O Plano de Internacionalização deverá contemplar a criação de redes e mecanismos de cooperação com outras instituições de ensino ou não, a partir da definição das regiões e temas, que definirão também a participação dos profissionais da educação, docentes ou não, servidores ou não do IFF, e as consequências das ações para o IFF e a sociedade.

As políticas e projetos de internacionalização do Plano de Internacionalização deverão ser extensivos a todos servidores e se relacionarão com as políticas de capacitação, ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Complementarmente, há ações de outras naturezas a serem desenvolvidas: convênios de colaboração acadêmica; internacionalização de currículo; mobilidade de servidores e estudantil; convites a professores estrangeiros para realização de atividades acadêmicas na instituição; oferta de cursos massivos abertos online (MOOC); possibilidades para mobilidade virtual; programas de graduação em conjunto e/ou duplo, ofertando titulações conjuntas ou dupla titulação; programas conjuntos de pós-graduação. Além disso, relaciona-se à ação de internacionalização do IFF a implementação de uma política linguística envolvendo necessariamente a política de ensino de idiomas, estabelecimento de um Centro de Línguas especializado para o ensino de idiomas tanto para estudantes da comunidade interna, como para a comunidade externo, como também português para estrangeiros.

Políticas voltadas para a internacionalização do IFF visam ao desenvolvimento de um perfil internacional aos membros de sua comunidade interna, melhoraria da qualidade dos programas acadêmicos, fortalecimento da internacionalização do currículo, fortalecimento da investigação e da produção do conhecimento, promoção de um perfil institucional mais ativo no cenário internacional e diversificação do público ingressante. Além destes fatores, o respeito a outras perspectivas e o desenvolvimento de trabalhos com temáticas regionais e internacionais são benefícios relevantes a estudantes, servidores, e a própria instituição.

2.6.4. Inovação

A inovação no IFF deve ser multidimensional e transversal, atingindo as ações educacionais e de gestão, ocorrendo a partir de uma estratégia de incentivo e valoriza-

ção que ultrapasse a ação individual ou iniciativas isoladas, desconectadas das metas da instituição. Os processos pedagógicos, acadêmicos e administrativos inovadores devem ser práticas internas de construção coletiva que envolva concepções, processos e efetivas intervenções, que componham a cultura de trabalho nos diferentes níveis e setores.

Nesse sentido, inovar não deve ser compreendido como uma experiência meramente individual ou pessoal. A inovação emerge do registro de intenções, ações e reflexões pelo coletivo e que resultam em reformas ou mudanças para a melhoria deste coletivo incidindo sobre as dimensões educacionais e administrativas e todas as políticas institucionais.

Na perspectiva pedagógica, a inovação pode agregar a utilização de novos materiais ou tecnologias, o uso de novas estratégias ou atividades pedagógicas, intervenções no currículo e a mudança de paradigmas por parte dos intervenientes. É, portanto, promotora da reflexão-ação, apelando ao questionamento de um coletivo que se propõe mudar as práticas de forma intencional, ou seja, a inovação como um processo e não como um fim em si mesmo (FULLAN, 2007).

Adicionalmente, é relevante abordar a perspectiva da inovação tecnológica, associando-a ao empreendedorismo. Grande parte das inovações nas instituições e nos polos de inovação é associada a demandas socioeconômicas ou de empresas, porém, cabe ressaltar que os princípios indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão e a pesquisa como princípio pedagógico devem ser propulsores de ideias que podem vir a resultar em inovação tecnológica, a serem apoiadas pelo polo de inovação e pela incubadora de empresas da instituição.

Diante do exposto, as estratégias para a difusão da cultura da inovação têm como premissa o reconhecimento do que já é feito e do compartilhamento dos erros e acertos a formação de redes e grupos de trabalho; a execução de “projetos pilotos”; a elaboração de currículos que utilizem princípios pedagógicos que promovam a criatividade e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a divulgação de práticas e projetos inovadores; promoção de ações de sensibilização quanto à importância da inovação para o desenvolvimento institucional; capacitação de servidores e publicações (livros, periódicos, blogs) de projetos inovadores.

2.6.5. Níveis e Modalidades de Educação e Ensino no IFF

A educação profissional no Brasil, modalidade complementar à educação básica, explicitada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.394/96 – artigos 39 a 42, regulamentada pela Lei n.º 11.741, de 16 de julho de 2008, e pelo Decreto n.º 8.268, de 18 de junho de 2014, pode ser desenvolvida por meio de cursos e programas de:

- a) qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores;
- b) educação profissional técnica de nível médio;
- c) educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Diante deste cenário e atendendo às exigências da Lei n.º 11.892/2008 quanto à oferta de vagas em cursos técnicos nos IFs, o IFFluminense sintoniza sua oferta com a finalidade de proporcionar habilitação profissional aos egressos do ensino fundamental e a estudantes matriculados no ensino médio ou dele egressos, de acordo com o §1.º do art. 4.º do Decreto n.º 5.154/2004, pelas formas que seguem:

- Integrada: oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada estudante;
- Concomitante: oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, e com matrículas distintas para cada curso. Esta forma poderá ocorrer em três situações distintas:
 - Na mesma instituição de ensino (alínea “a” do inciso II do §1.º, art. 4.º, do Decreto n.º 5.154/2004) com matrículas distintas em cada curso;
 - Em instituições de ensino distintas (alínea “b” do inciso II do art. §1.º, art. 4.º, do Decreto n.º 5.154/2004);
 - Em instituições de ensino distintas, porém com convênio de intercomplementaridade (alínea “c” do inciso II do art. §1.º, art. 4.º);
- Subsequente: oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio. E como disposto no Decreto acima citado, a instituição poderá adotar qualquer uma das formas previstas, decidindo aquelas que melhor se inserem com proposta pedagógica institucional.

A Lei n.º 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Ensino, estabelece, em seu Art. 7.º, a oferta de educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Dessa forma, o IFFluminense deve ministrar, em nível de graduação:

- a) cursos superiores de tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
- e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

A educação superior de graduação, no âmbito do IFFluminense, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI), está pautada em uma concepção

de formação que contempla os aspectos humano, político, cultural, científico, técnico, tecnológico, artístico e estético, com vistas ao desenvolvimento de sujeitos autônomos, críticos e criativos, capazes de atuar de forma responsável, transformadora e cooperativa nos diversos âmbitos da vida pessoal e profissional.

A pós-graduação no IFFluminense visa proporcionar aos egressos de cursos superiores a formação especializada, o treinamento avançado e o desenvolvimento para atuação na pesquisa científica aplicada. É resultado de uma política institucional voltada para a produção e a socialização de conhecimentos científicos e tecnológicos, visando formar não só profissionais em nível de pós-graduação, mas também pesquisadores para atuar nas mais diversas áreas profissionais.

Os cursos de pós-graduação, compreendendo especialização (*lato sensu*) e programas de mestrado (*stricto sensu*), podem ser ofertados nas modalidades presencial, semipresencial ou à distância, sempre por edital, à candidatos que atendam às exigências regulamentadas da instituição.

A instituição desenvolve cursos de especialização em diferentes áreas de atuação, em sintonia com as demandas sociais, culturais e do setor produtivo, e que se caracterizam pela flexibilidade, dinamicidade e agilidade na sua oferta.

As pós-graduações *stricto sensu* do IFFluminense compreendem programas de mestrado e doutorado, recomendados pela Capes e reconhecidos pelo CNE, ofertados sempre por edital a candidatos diplomados em cursos superiores de graduação. Ao final do curso, o estudante terá direito ao diploma com o título de mestre ou doutor, desde que atendidas exigências previstas no regimento do programa.

Os programas profissionais respondem a uma necessidade socialmente definida de capacitação profissional de natureza diferente da propiciada pelos programas acadêmicos, atendendo, prioritariamente, a profissionais que atuam no setor produtivo e em instituições públicas e privadas das regiões de atuação do IFFluminense.

Dessa forma, concebe-se a pós-graduação como um espaço de produção e de socialização de conhecimentos, fortalecido pelo protagonismo dos sujeitos envolvidos e pelo desenvolvimento da cultura da pesquisa. É um espaço fortalecido também pela responsabilidade social inerente ao processo de produção socioeconômica e de formação profissional.

O IFFluminense, em consonância com as demandas sociais, busca empreender ações para implantar a modalidade de Educação a Distância (EaD) nos diferentes níveis de ensino.

A Educação a Distância, de acordo com Decreto n.º 9.057, de 25 de maio de 2017, é considerada.

a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolve atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017)

A formação em cursos EaD considera que o estudante deve construir conhecimento, desenvolvendo competências, habilidades, atitudes e hábitos relativos ao

estudo, à profissão e a sua própria vida, adequando-os ao tempo e espaço disponíveis.

A educação mediada por ferramentas tecnológicas ganha adesão neste contexto, garantindo aprendizagem na flexibilidade e na interatividade. A partir do Decreto n.º 9.057/2017, as Instituições de Ensino Superior (IES) podem ampliar a oferta de cursos superiores de graduação e pós-graduação a distância, criar polos de EaD sem a exigência de credenciamento prévio para a oferta presencial e ofertar cursos em EaD sem a oferta simultânea de cursos presenciais. A modalidade EaD será prevista no projeto pedagógico da Instituição considerando a Meta 12 do PNE no tocante à expansão da educação superior.

2.6.6. Formação dos Profissionais de Educação

O IFFluminense busca promover o desenvolvimento de seus servidores docentes e técnico-administrativos em educação ao longo de sua atuação, oferecendo diversas possibilidades de formação, com uma política de qualificação que visa o aperfeiçoamento profissional e um desempenho cada vez mais qualificado.

A formação continuada deve ser permanente na vida e no decorrer do exercício de uma profissão, podendo se apresentar em diferentes formatos e por meio de diferentes recursos presenciais ou à distância. Segundo Nóvoa (1992, p. 25), “[...] Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vistas à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional”. Para tanto, é preciso que se ampliem oportunidades formais e não-formais em que os trabalhadores possam trocar suas experiências, seus saberes e pontos de vista.

Compreendendo a importância primordial da formação para o desenvolvimento dos servidores, o IFFluminense investe em capacitação e na elevação dos níveis de formação. Na certeza de que a formação deve ser permanente, especialmente, numa instituição cujos profissionais lidam com a construção, produção e disseminação do conhecimento, o IFFluminense mantém a Escola de Formação Continuada dos Trabalhadores da Educação e o Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação do IFFluminense.

A Escola de Formação iniciou a promoção de ações, tais como cursos presenciais, semipresenciais ou à distância, grupos permanentes de estudos e eventos técnico-científicos; tendo em vista a implementação de ações educacionais e públicas que busquem contribuir para alavancar o pleno desenvolvimento do território de abrangência do IFFluminense.

O Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação do IFFluminense é um espaço para o desenvolvimento de ações relacionadas à educação profissional e tecnológica com o objetivo de ampliar os diálogos necessários à educação com vistas à produção, apropriação e inovação do conhecimento, assumindo o compromisso de contribuir para a qualidade dos processos educacionais da região de atuação do Instituto, empreendendo ações que invistam na formação continuada dos docentes, na educação a distância e na produção de tecnologias educacionais.

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Acadêmico-Profissional e à Formação Continuada do IFFluminense para os servidores docentes e técnico-administrativos em educação é um instrumento de gestão que integra a Política Institucional, na qual a formação do servidor assume relevância. Como Política Institucional, atinge todos os profissionais efetivos de forma equânime e se consolida a partir da conjugação de três fatores: as diretrizes traçadas para a administração pública, a importância estratégica da capacitação do servidor para a gestão e a aspiração do servidor no sentido de seu aperfeiçoamento, num movimento de fortalecimento da missão e do compromisso institucional com os estudantes e com a sociedade.

Compete à instituição promover e garantir espaços para a participação coletiva para estudar, planejar, implementar, avaliar e revisar as ações institucionais decididas sob a égide da autonomia bem como garantir que sejam observadas e cumpridas por todos os seus participantes. A responsabilidade de promover e garantir a formação continuada em serviço é, antes de tudo, dos gestores da instituição. E, por gestores, entende-se desde do Reitor ao docente enquanto gestor da sala de aula ou o técnico administrativo responsável por um setor específico. Por isso, no caso dos IFs, para garantir a identidade institucional e o trabalho em rede, é imprescindível que a Reitoria em planejamento direto e conjunto com equipe diretiva dos respectivos *campi*, a Escola de Formação e o Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação do IFFluminense promovam a formação dos profissionais da educação de forma eficiente e eficaz.

2.7. Princípios orientadores dos Projetos Pedagógicos de Cursos

Os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) devem fundamentar-se no compromisso ético da instituição educacional em relação à concretização do perfil profissional de conclusão do curso, aos anseios e necessidades da região e da sociedade, às orientações acadêmicas, políticas e pedagógicas definidas no PPI e constituir-se como instrumento de orientação às ações de ensino, pesquisa e extensão.

Nessa perspectiva, o Projeto Pedagógico de Curso, constituído pela concepção de currículo que se quer implementar, deve nortear o trabalho pedagógico de forma que contemple a articulação entre ciência, cultura, tecnologia e sociedade, tomando o trabalho como eixo articulador dos conteúdos, de forma a proporcionar uma formação profissional que dê suporte a uma atuação prática e intelectual.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos, definido o currículo, passam a ser entendidos como produtos de uma realidade na qual estão situados os interesses do sistema educativo, mas também as múltiplas demandas dos grupos sociais caminham na mesma direção, e devem contemplar um conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais que expressam e orientam a prática pedagógica do curso.

A organização do PPC deve considerar:

- as concepções, princípios e orientações contidas ao longo deste documento – PPI;
- os documentos legais, em especial as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, inerentes à modalidade e ao nível de ensino desejado;
- um currículo transformador e contextualizado que contemple as demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho, em termos de compromisso ético para com os estudantes e a sociedade (BRASIL, 2012);
- a flexibilidade necessária, de modo que cada *campus* construa projetos inovadores, atualizados e próprios considerando as possibilidades da instituição;
- o perfil profissional de conclusão que contemple, de forma explícita, os conhecimentos, saberes e competências profissionais e pessoais correspondentes ao itinerário formativo, de modo que este perfil possa responder aos constantes desafios da vida cidadã e profissional, bem como às necessidades requeridas pelos arranjos sociais, culturais e produtivos presentes nos territórios de influência de cada *campus*;
- os princípios da interdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade como mecanismos pedagógicos que superem a fragmentação de conhecimentos e a segmentação da organização curricular; que favoreça a compreensão de significados e a integração entre a teoria e a prática, envolvendo as dimensões das ciências, cultura, trabalho e as tecnologias a elas vinculadas;
- o compromisso ético para com os estudantes, considerando-os como sujeitos históricos e de direitos, participantes ativos e protagonistas do seu processo de formação;

- o respeito aos valores estéticos, políticos e éticos, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional (BRASIL, 2012);
- o reconhecimento das diversidades nas suas singularidades, desde as pessoas com necessidades especiais às identidades de gênero e étnico-raciais;
- o ensino, a extensão e a pesquisa de forma indissociável;
- a pesquisa como princípio educativo e científico e a extensão como forma de integração com a sociedade, superando a dicotomia entre a teoria e a prática.

Para a construção do PPC, devem-se constituir comissões próprias que se articulem com os demais setores acadêmicos para que, de forma coletiva e participativa, tomem as decisões sobre a estrutura e o funcionamento do curso, tendo como foco a formação de cidadãos críticos e compromissados com a transformação social. O PPC deve ser avaliado periodicamente, no sentido de sua reestruturação, reformulações e adaptações, se necessário, tendo em vista dar-lhe publicidade à comunidade acadêmica e à sociedade.

Os elementos operacionais constituintes do PPC são orientados por uma normativa específica, elaborada pelo IFF, respeitadas as orientações legais exigidas para cada nível de ensino.

Embora exista uma singularidade presente em cada *campus* que se reflete notadamente e apropriadamente nos projetos dos cursos, é importante que os diferentes projetos tenham uma identidade, sobretudo, entre os que compartilham a mesma área ou eixo tecnológico, mesmo porque a identidade dos cursos é estabelecida, em parte, por meio do catálogo nacional de cursos e demais regulamentações curriculares nacionais. É necessário ponderar que, de fato, existem algumas especificidades locais e regionais que necessitam ser incorporadas e que as experiências profissionais e formações acadêmicas específicas de um determinado corpo docente possam contribuir com a formatação do curso, todavia, não é viável que a especificidade do corpo docente seja o fator determinante para a formatação do curso, uma vez que é possível a mobilidade dos docentes entre os *campi*, descaracterizando e comprometendo esse ponto.

2.8. Regulamentação Didático-Pedagógica

A regulamentação didático-pedagógica (RDP) do IFF é apresentada em um documento que regula todas as atividades acadêmicas do Instituto, desde a inscrição nos processos de ingresso até a emissão de certificados e diplomas.

Fundamentada nas leis e demais normas do sistema federal de ensino, a RDP mantém estrita consonância com a missão do IFF e com toda sua estrutura de planejamento, administrativa, de ensino, pesquisa e extensão.

A RDP considera as características do IFF, bem como as atuais normas e os avanços que o Instituto vem incorporando aos seus processos educativos. O processo de elaboração do atual RDP foi um exercício democrático e de construção coletiva do IFF, com ampla consulta à comunidade e aprovação nas instâncias responsáveis.

Várias questões que refletem os avanços do Instituto estão presentes na RDP, agilizando e simplificando processos, definindo instâncias recursais e garantindo a identidade institucional do IFF, preceitos de sua lei de criação.

Demais instrumentos normativos e diretrizes em construção ou atualização, garantem a identidade institucional do IFF, pois retratam a diversidade de práticas e ofertas por todos os seus *campi*.

A ampliação das ofertas, desde cursos de formação inicial e continuada até a pós-graduação *stricto sensu* traz uma necessidade de harmonização de cursos e procedimentos educativos e a revisão permanente da regulamentação da instituição, trazendo legitimidade a discussão e participação de todos os segmentos, bem como garantindo regra única para todo o Instituto.

2.9. Acompanhamento e Avaliação do PPI

Considera-se que este Projeto Político-Pedagógico Institucional – PPI – se materializa como um instrumento resultante de um processo democrático. Os atores responsáveis pela sua construção tiveram por objetivo um documento que representasse a organização do pensar e do fazer pedagógico do Instituto Federal Fluminense – IFF de maneira identitária, em que todos os sujeitos se reconhecem.

O PPI do IFF será complementado pelos Projetos Político-Pedagógicos dos *campi* e da Reitoria, a partir do entendimento de que os princípios e as opções devem se refletir objetivamente em toda instituição, suas unidades e setores, aprimorando-se e materializando-se a partir dos processos de interação.

O acompanhamento e a avaliação do Projeto Político Institucional constituem-se como prerrogativa de toda a comunidade acadêmica. Assim, a cada quatro anos, deve-se abrir um processo de revisão e avaliação do documento, de natureza coletiva, composta por estudantes, técnicos-administrativos e professores, a fim de se averiguar o que tem sido alcançado, feito, desenvolvido ou não, e quais as dificuldades que a instituição tem encontrado para que o almejado não esteja sendo efetivado.

Como mecanismo de revisão e avaliação, destacamos os fóruns presenciais, a serem realizados nos *campi*, conforme calendário próprio, bem como as consultas, enquetes e/ou questionários, disponibilizados no site do IFF, os quais devem ser conduzidos e desencadeados por sub-comissões escolhidas por cada *campus* e referendadas por portaria, sob a gestão central da Pró-Reitoria de Ensino do IFF. Ressalta-se que, com a contribuição de todas as comissões, será elaborada uma minuta do PPI atualizada, a qual ficará disponível por tempo determinado em cronograma, para avaliações e contribuições, de modo a possibilitar a finalização do documento, para posterior publicação a toda comunidade acadêmica.



PLANO ESTRATÉGICO

CAPÍTULO

03

3.1. Planejamento

Planejamento é uma palavra que significa o ato ou efeito de planejar, criar um plano para otimizar o alcance de um determinado objetivo. O planejamento consiste em uma importante tarefa de gestão e administração pública, que está relacionada com a preparação, organização e estruturação de atividades visando atingir um determinado objetivo. É essencial para tomada de decisões.

Pode ser definido também como um processo de definir antecipadamente objetivos futuros, programar atividades, definir os recursos necessários para alcançá-los, implementar e controlar. É a ferramenta administrativa mais apropriada para interferir na realidade atual para alcançar a desejada. O processo de planejamento é também um instrumento de comunicação e integração entre os diferentes níveis da instituição.

3.1.1. Gestão Estratégica

Formulada a estratégia, ela precisa ser executada e continuamente gerenciada, surgindo daí o conceito de gestão estratégica, definida como o conjunto de decisões que determinam o desempenho da instituição no longo prazo. A gestão estratégica está diretamente relacionada aos conceitos de eficiência (fazer certo) e eficácia (fazer a coisa certa), cuja combinação resulta na efetividade da ação gerencial.

Uma das metodologias mais difundidas nos últimos anos na Gestão Pública é o *Balanced Scorecard* (BSC) (KAPLAN & NORTON, 1992). Tal método estabelece uma forma sinérgica de gestão dos objetivos estratégicos com as áreas/temáticas que envolve as instituições, tendo como base os indicadores tangíveis. Para o alcance desse objetivo, o BSC adota quatro perspectivas interligadas em uma relação de causa e efeito com a Missão e a Estratégia da instituição.

Embora o BSC tenha sido originalmente projetado para uso em organizações do setor privado (com fins lucrativos), a sua aplicação em instituições do setor público tem mostrado grande potencial. Neste contexto, o BSC é visto como uma ferramenta de gestão que pode ser utilizada para gerenciar importantes processos do IFFluminense, bem como direcionar o estabelecimento de metas para toda a instituição e dos *campi*, alocação de recursos, planejamento e orçamento, feedback e aprendizado estratégico.

O BSC reforça a função de traduzir a estratégia em objetivos operacionais para que sejam compreendidos por toda a instituição em suas diversas unidades. Isso é necessário em virtude de todos os problemas enfrentados pelas instituições públicas quanto à execução da estratégia.

3.1.2. Gestão Estratégica no IFFluminense

Não é suficiente se preparar para as transformações, é necessário antecipar-se a elas, portanto com a gestão estratégica é possível tornar-se um agente de mudanças, e que a partir desta nova realidade a instituição deve ter uma nova postura para alcançar seus objetivos, orientados pela missão, cultivando seus valores e buscando concretizá-los através da adoção das estratégias, desenvolvimento e acompanhamento dos projetos.

O IFFluminense tem buscado modernizar as suas ações de gestão em virtude, sobretudo, do contingenciamento de recursos que tem impulsionado, cada vez mais, os Institutos Federais a racionalizar e otimizar a aplicação de seus recursos financeiros e humanos. Além do compromisso com a sociedade na entrega de serviços públicos de qualidade. Ao contrário do que se pensa, é no momento de grande mudança que o planejamento se torna ainda mais relevante.

A Diretoria de Planejamento Estratégico tem parte de suas atividades voltada para o seu Planejamento Estratégico com o objetivo de revisar, propor, gerir, implantar, monitorar e aplicar o planejamento estratégico como uma ferramenta de gestão e planejamento transparente da instituição, definindo seu modelo de implantação, metodologia de construção, desdobramentos e acompanhamento.

Este Planejamento Estratégico orientará a ação do IFFluminense nos próximos cinco anos. Além disso, ele é um capítulo que norteia o restante do conteúdo do Plano de Desenvolvimento Institucional, desde o planejamento da oferta de cursos até a organização e gestão de pessoal e infraestrutura. A participação dos servidores e alunos na elaboração deste plano reforça a gestão participativa da instituição e remete a todos os envolvidos a responsabilidade pela construção do futuro do IFFluminense.

A estrutura multicampi do IFFluminense e as metas estabelecidas para a Rede Federal de EPCT requerem mecanismos de gestão que garantam o fortalecimento do caráter sistêmico do Instituto e a consolidação da identidade institucional. Nesse contexto, o Planejamento Estratégico assume um papel fundamental como ferramenta de gestão.

Durante o período de execução do PDI, o Planejamento Estratégico orientará a elaboração dos Planos de Ações Anuais (PAA), o planejamento de caráter mais tático e operacional que vinculado ao orçamento da instituição, impactará na proposta orçamentária do IFFluminense para a definição de prioridades.

A construção do Planejamento Estratégico do IFFluminense levou em consideração a metodologia do BSC, assim, estabelecendo um processo estruturado para a criação dos indicadores de desempenho e objetivos estratégicos em todos os níveis, possibilitando a integração de ações e o alinhamento de toda a instituição.

3.2 Perspectivas do BSC

As perspectivas representam os fatores-chave para uma visão ampliada da instituição. Em outras palavras, cada perspectiva compreende um conjunto de objetivos estratégicos que retratam o que a instituição pretende alcançar mediante um olhar para cada ponto de interesse. São perspectivas do Planejamento Estratégico do IFFluminense: Resultados (sociedade e alunos); Processos Internos; Pessoas, Infraestrutura (Física e Tecnológica) e Orçamento.

3.2.1 Resultados - Sociedade/Alunos

Preocupam-se em medir o quanto as escolhas estratégicas executadas pela instituição estão contribuindo para satisfazer e beneficiar os alunos e a sociedade. Os objetivos estratégicos que constituem esta perspectiva devem ser capazes de responder às seguintes perguntas: para realizar nossa missão, como devemos ser percebidos pelos nossos alunos e pela sociedade? Para realizar nossa missão, quais benefícios devem ser gerados para alunos e sociedade?

3.2.2 Processos Internos

Nesta perspectiva são estabelecidos objetivos voltados à melhoria dos processos existentes e à implantação de processos inovadores, nos quais a instituição deve atingir a excelência para alcançar seus objetivos. Os objetivos estratégicos que constituem esta perspectiva devem ser capazes de responder às seguintes perguntas: para atender nossos públicos e cumprir nosso papel institucional, em quais processos devemos ser excelentes? No que devemos melhorar ou inovar para alcançar a nossa missão?

3.2.3 Pessoas, Infraestrutura Física e Tecnológica e Orçamento

Representa as bases que a instituição deve desenvolver para gerar crescimento e melhoria em longo prazo. Abrange quatro categorias principais: capacitação dos servidores; clima organizacional; disponibilidade de recursos e sustentabilidade financeira para execução da estratégia. Os objetivos estratégicos que constituem esta perspectiva devem ser capazes de responder à seguinte pergunta: como proveremos a nossa capacidade de fazer, aprender, melhorar e inovar?

3.3 Mapa Estratégico

A construção do Mapa Estratégico concretiza a primeira etapa da metodologia de implantação da gestão estratégica na instituição. O mapa é uma ferramenta simples e eficaz que traduz de forma visual os objetivos estratégicos que serão considerados pela equipe gestora. Ele proporciona como sua maior virtude, a materialização da missão institucional.

A tradução da estratégia por meio desse mapa cria um referencial comum e de fácil compreensão, proporcionando a clara percepção de como as atividades de cada um corroboram e se ligam aos objetivos gerais da instituição, possibilitando, desse modo, o trabalho coordenado e colaborativo em prol das metas. Assim, os propósitos do mapa estratégico são: definir e comunicar com clareza e a todos os níveis, o foco e a estratégia de atuação escolhidos; indicar a forma como as ações impactam no alcance dos resultados desejados; subsidiar a alocação de esforços e evitar a dispersão de ações e de recursos.

A implantação da estratégia exige que os servidores estejam alinhados e comprometidos com o referencial estratégico organizacional. Para assegurar tal conexão, o IFFluminense deve dispor de processo de comunicação eficaz que demonstre a forma pela qual as ações da organização se convertem em resultados que maximizam o cumprimento da missão e o alcance da visão do futuro.

Todo o processo de elaboração do PDI foi realizado de forma participativa, com visitas aos *campi*, debates com lideranças e membros da comunidade acadêmica. Esse processo iniciou-se em setembro de 2016, com a realização de um encontro para conhecimento da metodologia de elaboração do PDI de outras Instituições. Após a definição da metodologia própria, foi realizada uma reunião com pró-reitores, diretores das unidades acadêmicas e lideranças ligadas à instituição. Na sequência, deu-se início à fase de sensibilização e debate nos *campi*.

A opção pela metodologia BSC possibilitou uma perspectiva abrangente e integrada para descrever a estratégia, por meio da medição e avaliação dos objetivos estratégicos e das iniciativas voltadas para o cumprimento da missão e da estratégia da instituição.

O Mapa Estratégico do IFFluminense representa, visualmente, as perspectivas e os objetivos estratégicos para os quais serão elaborados programas e projetos. A execução desses programas e projetos contribuirá significativamente para a produção de resultados positivos que conduzam a instituição ao cumprimento das metas e políticas institucionais.

Com vistas à otimização das atividades, foi de fundamental importância descrever cada um dos objetivos estratégicos, visando abranger cada um dos itens do mapa estratégico. Diversas reuniões foram realizadas entre os meses de agosto de 2017 e março de 2018, objetivando apresentar e validar as propostas dos indicadores estratégicos para definir as metas a serem alcançadas pela instituição, além de discutir e consolidar os objetivos estratégicos propostos neste PDI.

MAPA ESTRATÉGICO - IFFLuminense (2018-2022)

RESULTADOS ALUNOS E SOCIEDADE

- Proporcionar formação ampla e qualificada (1)
- Atender demandas dos alunos com efetividade (2)
- Consolidar e ampliar políticas culturais, inclusivas e afirmativas (3)
- Fortalecer a inserção socioprofissional do aluno e egresso (4)
- Fortalecer a institucionalidade (5)
- Ampliar a abrangência de atendimento, diversificando a oferta de cursos, considerando a demanda social regional (6)
- Desenvolver pesquisa, inovação e extensão em articulação com outros atores (7)
- Promover o reconhecimento de saberes, certificação e qualificação profissional (8)

PROCESSOS INTERNOS

- Aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito (9)
- Fortalecer a Internacionalização do IFF (10)
- Incentivar as práticas de ensino, pesquisa, extensão e cultura (11)
- Aprimorar as Políticas de Acesso (12)
- Ampliar e aperfeiçoar a comunicação interna e com sociedade (13)
- Aperfeiçoar os processos de trabalho (14)
- Promover a Política Estudantil do IFF (15)
- Desenvolver relacionamento com egressos (16)

PESSOAS E INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

- Promover a Qualidade de Vida no Trabalho (17)
- Promover o desenvolvimento dos servidores e captar as competências necessárias (18)
- Desenvolver cultura orientada à estratégia (19)
- Garantir infraestrutura física e tecnologias adequadas (20)
- Promover integração e sinergia no IFF (21)
- Ampliar a participação dos servidores nas atividades de pesquisa, extensão e cultura (22)

ORÇAMENTO

- Aprimorar a eficiência dos gastos (23)
- Ampliar a captação de recursos extra orçamentários (24)

Figura 3.1 – Mapa Estratégico IFFLuminense para o período de 2018 a 2022

3.4 Objetivos Estratégicos, Indicadores e Metas

3.4.1 Metodologia de Elaboração de Indicadores

Para elaboração do conjunto de indicadores que serão utilizados no processo de monitoramento, de avaliação dos objetivos estratégicos e do plano de ação, utilizou-se uma metodologia estruturada em dez etapas, conforme ilustrado na Figura 3.2, indicando o fluxo do processo.

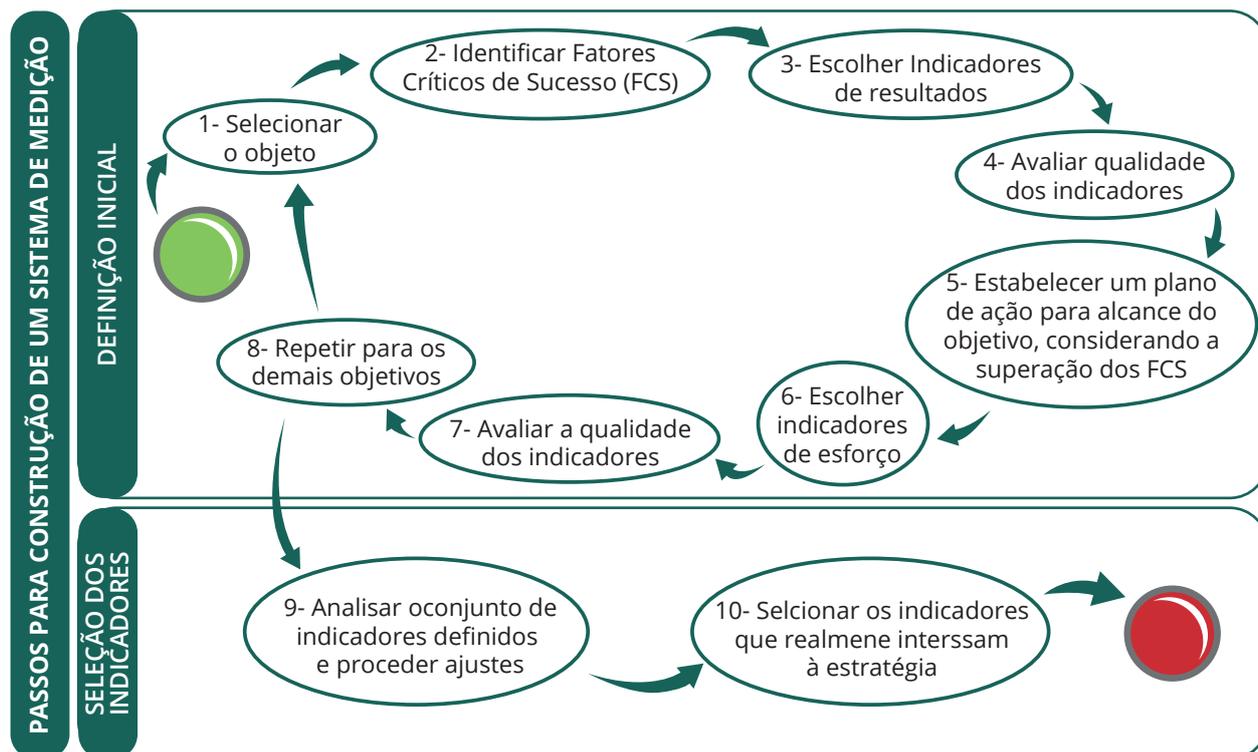


Figura 3.2 – Fluxo do processo com as etapas da metodologia utilizada na elaboração dos indicadores

Na primeira etapa selecionou-se um objetivo estratégico (Figura 3.1) que seria alvo da análise, na sequência avaliaram os seus Fatores Críticos de Sucesso, ou seja, forma identificados os possíveis desafios, obstáculos ou restrições que, se não for superado, impediria o alcance do objetivo. Na terceira etapa, um ou mais indicadores foi elaborado no intuito de acompanhar o desempenho institucional no alcance de resultados.

A qualidade dos indicadores foi constantemente avaliada em função dos seguintes atributos: Utilidade, Representatividade, Confiabilidade Metodológica, Confiabilidade da fonte, Disponibilidade, Economicidade, Simplicidade de comunicação, Estabilidade, Tempestividade e Sensibilidade. Após essa avaliação, alguns indicadores foram mantidos enquanto outros foram ajustados ou retirados do sistema de medição.

Com o intuito de alcançar os objetivos estratégicos e superar os Fatores Críticos de Sucesso, foram apontadas as iniciativas estratégicas e/ou ações que serão desdobradas e trabalhadas dentro dos Planos de Ação Anuais (PAA) desenvolvidos pelos *campi* do IFFluminense. A quinta etapa contemplou esse trabalho.

Além dos indicadores de resultados (que, em geral, buscam medir a eficácia e efetividade da instituição no alcance dos objetivos), o esforço institucional em relação ao desenvolvimento de ações também deve ser acompanhado. Para tanto, na sexta etapa foi elaborado um conjunto de indicadores de esforço que ficará dedicado a acompanhar e avaliar a eficiência do IFFluminense na execução das iniciativas estratégicas e dos planos de ação. A mesma análise de qualidade realizada para os indicadores de resultado foi replicada na etapa sete.

Essa metodologia percorreu os vinte e quatro objetivos estratégicos dispostos no Mapa, até chegar a um conjunto de sessenta e cinco indicadores. Esses indicadores buscarão medir sistematicamente o desempenho institucional, oportunizando a realização de intervenções à medida que ocorrem flutuações e resultados não desejados, possibilitando a tomada de decisões e a execução de ações que irão melhorar o desempenho da instituição. Os indicadores de esforço estarão presentes no PAA e monitorados através de um software de planejamento estratégico.

3.4.2 Objetivos Estratégicos e Indicadores do Desempenho Institucional

Nos quadros abaixo se apresenta uma breve descrição para cada um dos objetivos estratégicos e as metas para o conjunto de indicadores propostos nesse plano estratégico.

Segundo Uchoa (2013), as metas dos indicadores institucionais devem ser desafiadoras e interdependentes. Desafiadoras a fim de impulsionar à ação e interdependentes para contribuir com a lógica das inter-relações entre os diversos objetivos. Isso significa que um resultado esperado para um objetivo somente será considerado alcançado se a meta do indicador de resultado for também alcançada.

Para complementar, seguindo a lógica da metodologia do BSC, o alcance de um objetivo da perspectiva de sustentação, “Pessoas, Infraestrutura Física e Tecnológica e Orçamento” (seção 3.2.3), deve sempre impulsionar o alcance de outros objetivos estratégicos e alavancar os resultados da instituição.

Por fim, para efeito de estabelecimento de metas, algumas métricas ficaram para serem estabelecidas futuramente, considerando as seguintes situações: (i) alguns indicadores, considerados importantes estrategicamente para acompanhamento dos objetivos, ainda não haviam sido modelados e (ii) o diagnóstico da realidade institucional era desconhecido, portanto dificultando a realização de projeções. Após sanear tais dificuldades, as metas serão pactuadas e projetadas para o período de vigência do plano.

3.4.2.1 Objetivos da Perspectiva Resultados - Alunos e Sociedade

Objetivo Estratégico 1: Proporcionar formação ampla e qualificada

Descrição: Proporcionar aos alunos uma formação profissional e cidadã fundamentada no ensino, na pesquisa e na extensão, fomentando sua participação em intercâmbios, atividades científicas, culturais, desportivas e artísticas.

Indicador 1.1 - Percentual de alunos concluintes que participaram de projetos e ações de pesquisa e extensão

Metas: *estas metas serão estabelecidas após realização da pesquisa de avaliação institucional, sob a ótica dos estudantes concluintes, a ser realizada em 2018.*

2018	2019	2020	2021	2022
*	*	*	*	*

Indicador 1.2 - Percentual de alunos concluintes que participaram de atividades culturais, desportivas ou artísticas

Metas: *estas metas serão estabelecidas após realização da pesquisa de avaliação institucional, sob a ótica dos estudantes concluintes, a ser realizada em 2018.*

2018	2019	2020	2021	2022
*	*	*	*	*

Indicador 1.3 - Número de currículos revisitados**

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
10	21	21	10	10

Indicador 1.4 - Índice da qualidade institucional (auto-avaliação)

Metas: *estas metas serão estabelecidas após realização da pesquisa de autoavaliação institucional a ser realizada em 2018.*

2018	2019	2020	2021	2022
*	*	*	*	*

Indicador 1.5 - Índice de satisfação dos egressos com sua formação

Metas: *estas metas serão estabelecidas após a pesquisa de egresso a ser realizada em 2018.*

2018	2019	2020	2021	2022
*	*	*	*	*

*A ser preenchido após determinação das metas.

** O número de currículos revisitados é proposto tendo como base as políticas implantadas pela pró-reitoria de ensino quanto à proposição de cursos a partir de itinerários formativos, diretrizes para o ensino médio integrado e curricularização da extensão em cursos superiores. Cada currículo indica um curso que terá seu currículo revisitado a partir dessas políticas. (Total: 72 cursos a serem revisitados).

Objetivo Estratégico 2: Atender as demandas dos alunos com efetividade

Descrição: Melhorar e implantar processos que otimizem o tempo e a qualidade de atendimento aos alunos no que se refere às suas demandas administrativas, pedagógicas e sociais, dentro das atribuições legais do IFFluminense.

Indicador 2.1 - Índice de satisfação dos alunos em relação à instituição

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
65%	70%	75%	80%	85%

Objetivo Estratégico 3: Consolidar e ampliar as políticas culturais, inclusivas e afirmativas

Descrição: Desenvolver ações que garantam a inclusão social das pessoas com deficiências e em vulnerabilidade social, e voltadas à proteção e promoção de manifestações culturais.

Indicador 3.1 - Número de Núcleos de Estudos sobre Gênero, Diversidade e Sexualidade (NUGEDIS) institucionalizados como núcleo permanente*

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
0	11	11	11	11

Indicador 3.2 - Número de Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) institucionalizados como núcleo permanente*

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
0	11	11	11	11

Indicador 3.3 - Número de Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNEE) institucionalizados como núcleo permanente*

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
1	5	8	11	11

Indicador 3.4 - Percentual de execução do Plano de Cultura

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
30%	40%	60%	80%	100%

* A partir de 2018, propõe-se implantar a estrutura de Núcleo Permanente em cada *campus*, alcançando a implantação em todos os 11 *campi* em 2021.

Objetivo Estratégico 4: Fortalecer a inserção socioprofissional do aluno e do egresso

Descrição: Estabelecer as condições necessárias para garantir a qualidade do processo de formação profissional dos alunos, por meio de estágios e atividades empreendedoras, favorecendo a inserção socioprofissional do aluno e do egresso e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Indicador 4.1 – Número de *campi* com ações formalizadas de promoção de oportunidades para inserção no mundo trabalho**

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
1	5	8	11	11

Indicador 4.2 - Percentual de egressos em ocupação (empregados e/ou em continuidade dos estudos)

Metas: *estas metas serão estabelecidas após a pesquisa de egresso a ser realizada em 2018.*

2018	2019	2020	2021	2022
*	*	*	*	*

Indicador 4.3 - Percentual de alunos participando de atividades empreendedoras

Metas: *as metas relacionadas a este indicador serão estabelecidas após modelagem do indicador e da primeira medição. Entende-se que neste caso não é possível estabelecer uma meta percentual sem que a situação diagnóstica seja conhecida.*

2018	2019	2020	2021	2022
*	*	*	*	*

*A ser preenchido após determinação das metas.

**Setor próprio (como as agências de oportunidades) ou funções designadas a este propósito vinculadas a setores já existentes. Considera-se como oportunidade as ações promovidas para estágio, participação em processos seletivos, empregos, trabalho voluntário, cursos de extensão e palestras com empresas.

Objetivo Estratégico 5: Fortalecer a Institucionalidade

Descrição: Fortalecer a imagem do IFFluminense como uma instituição de EPT pública, gratuita e de qualidade. Além disso, propiciar aos seus públicos estratégicos a compreensão da sua abrangência, história e valores, bem como da importância da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Indicador 5.1 - Percepção dos públicos estratégicos quanto à imagem institucional

Metas: *as metas relacionadas a este indicador serão estabelecidas após modelagem do indicador e da primeira medição. Entende-se que, neste caso, não é possível estabelecer metas de percepção dos públicos estratégicos sem que a situação diagnóstica seja conhecida.*

2018	2019	2020	2021	2022
*	*	*	*	*

Indicador 5.2 – Relação candidato/vaga

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
>1	>1	>1	>1	>1

*A ser preenchido após determinação das metas.

Objetivo Estratégico 6: Ampliar a abrangência de atendimento, diversificando a oferta de cursos, considerando a demanda social regional

Descrição: Qualificar as políticas de acesso, ajustando a oferta de cursos, a organização curricular e os mecanismos de seleção para o atendimento das características fundamentais da instituição.

Indicador 6.1 - Vagas ofertadas

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
6594	7569	7709	6594	7569

Indicador 6.2 - Percentual de vagas para a EJA EPT

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
4,60%*	6%	7%	8%	9%

Indicador 6.3 - Percentual de *campi* com oferta EJA EPT

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
54,54%	45,45%	54,54%	63,63%	72,72%

Indicador 6.4 - Quantidade de vagas ofertadas em cursos FIC

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
36,36%	60%	100%	100%	100%

Indicador 6.5 - Percentual de oferta de cursos FIC em eixos tecnológicos dos *campi* do IFFluminense*

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
21,21%	36,36%	60%	100%	100%

Indicador 6.6 - Quantidade de vagas ofertadas em cursos na modalidade EAD

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
100	130	160	190	210

* Cálculo do número de eixos dos *campi* que possuem oferta em FIC, considerando os eixos tecnológicos definidos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNTC) – 12 eixos para cursos técnicos – considerando informações da PROPEI. Não foram computadas as ofertas de cursos FIC que estão em eixos que não possuem oferta regular em cursos técnicos.

Objetivo Estratégico 7: Desenvolver pesquisa, inovação e extensão em articulação com outros atores

Descrição: Nortear uma melhor inserção da instituição nas ações da sociedade que visem incrementar o desenvolvimento sócio-econômico do território em que estamos inseridos, tais quais conselhos e grupos de trabalho, bem como a realização de parcerias com vistas a ação direta para a implementação de projetos de desenvolvimento tecnológico, social e ambiental.

Indicador 7.1- Número de representações oficiais em órgãos e fóruns de entidades das esferas públicas, privada, terceiro setor (e híbridos)

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
26	30	34	38	40

Indicador 7.2 - Número de parcerias externas realizadas*

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
44	56	68	80	90

Indicador 7.3 - Número de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação desenvolvidos em parceria com o setor produtivo**

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
17	19	21	23	25

Indicador 7.4 - Número de projetos de Extensão desenvolvidos em parceria com entes externos***

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
15	18	20	22	24

* Para o desenvolvimento de programas e projetos com entes externos, formalizadas por meio de instrumentos pertinentes às características da ação (Termos de Cooperação Técnica e Convênios, dentre outros), adequando-se às referências legais e regimentais, quando existirem.

** Setor produtivo = agricultura, indústria ou comércio.

*** Entes externos = setor produtivo + prefeituras + associações e outros.

Objetivo Estratégico 8: Promover o reconhecimento de saberes, certificação e qualificação profissional

Descrição: Reconhecer saberes profissionais, certificar e oferecer cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores, articulados com todos os níveis e modalidades da EPT e com os diferentes setores da sociedade.

Indicador 8.1 - Número de itinerários formativos*

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
2	4	6	8	10

* Considerando as possibilidades de itinerários efetivamente criados. Definição de itinerários: Decreto no 5.154, de 23 de julho de 2004. Esse decreto regulamentou o Art. 36 e os Arts. 39 a 41 da LDB no 9.394/1996. O Art. 1º, § 2º, estabelece que “consideram-se Itinerários Formativos ou trajetórias de formação as unidades curriculares de Cursos e Programas da Educação Profissional, em determinada área, que possibilitem o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos” (BRASIL, 2004). O seu Art. 3º estabelece que “os Cursos e Programas de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores [...] poderão ser ofertados segundo Itinerários Formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social” (BRASIL, 2004).

3.4.2.2 Objetivos da Perspectiva Processos Internos

Objetivo Estratégico 9: Aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito

Descrição: Aprimorar estratégias de acolhimento e acompanhamento discente a partir do fortalecimento do planejamento e da avaliação das ações pedagógicas.

Indicador 9.1 – Taxa de evasão*

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
23,24%	21%	20%	19%	18%

Indicador 9.2 – Eficiência acadêmica**

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
39,9%	41,9%	43,9%	45,9%	47,9%

* Dados extraídos da Plataforma Nilo Peçanha, considerando Número de matrículas atendidas/número de desligamentos

** Calculado com base no percentual de alunos formados no ciclo regular - Dados extraídos da Plataforma Nilo Peçanha para o IFF

Objetivo Estratégico 10: Fortalecer a Internacionalização do IFFluminense

Descrição: Expandir a atuação do IFFluminense com parcerias formalizadas com instituições de outros países, a partir da assinatura de Memorandos de Entendimentos (MOU), ou documento equivalente.

Indicador 10.1 – Número de MOU ou documento equivalente firmados com Instituições com sede fora do Brasil

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
6	8	12	14	15

Objetivo Estratégico 11: Incentivar as práticas de ensino, pesquisa, extensão e cultura

Descrição: Incentivar a realização de pesquisas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, e incentivar atividades de extensão estendendo seus benefícios à comunidade. Além disso, incentivar a realização de práticas culturais e de ensino, modernas, de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais.

Indicador 11.1 – Quantidade de vagas ofertadas em cursos de pós-graduação lato sensu

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
205	240	240	270	270

Indicador 11.2 – Quantidade de vagas ofertadas em cursos de pós-graduação stricto sensu

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
93	115	160	180	200

Indicador 11.3 - Percentual de grupos de pesquisa produtivos*

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
35%	40%	45%	50%	55%

Indicador 11.4 – Número de projetos de pesquisa implantados

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
124	124	124	124	124

Indicador 11.5 - Número de projetos de extensão implantados				
Metas:				
2018	2019	2020	2021	2022
141	141	141	141	141
Indicador 11.6 - Número de projetos integrando pesquisa e extensão implantados				
Metas:				
2018	2019	2020	2021	2022
30	40	50	60	70
Indicador 11.7 - Número de projetos integrando ensino, pesquisa e extensão implantados**				
Metas:				
2018	2019	2020	2021	2022
-	10	15	20	30
Indicador 11.8 - Número de projetos culturais implantados				
Metas:				
2018	2019	2020	2021	2022
29	30	30	35	40

*Grupo com pelo menos 50% dos seus membros com ao menos uma produção bibliográfica ou técnica anual (lattes/CNPq)

**O Edital para projetos integrando ensino, pesquisa e extensão será lançado no ano de 2019.

Objetivo Estratégico 12: Aprimorar as Políticas de Acesso				
Descrição: Reestruturar o processo de ingresso em uma perspectiva inclusiva, ampliando o acesso dos públicos previstos em lei e otimizando os recursos.				
Indicador 12.1 – Percentual de ocupação das vagas de ingresso				
Metas: <i>as metas relacionadas a este indicador serão estabelecidas após modelagem do indicador e da primeira medição. Entende-se que, neste caso, não é possível estabelecer metas de percepção dos públicos estratégicos sem que a situação diagnóstica seja conhecida.</i>				
2018	2019	2020	2021	2022
*	*	*	*	*

*A ser preenchido após determinação das metas.

Objetivo Estratégico 13: Ampliar e aperfeiçoar a comunicação interna e com a sociedade

Descrição: Estabelecer uma relação permanente, estruturada, sistemática e pró-ativa com a comunidade interna e com os públicos estratégicos do IFFluminense, identificando os seus perfis e monitorando seu comportamento para o atendimento de suas demandas.

Indicador 13.1 - Índice de satisfação dos públicos estratégicos com a comunicação institucional

Metas: *estas metas serão estabelecidas após modelagem do indicador e da primeira medição. Entende-se que neste caso não é possível estabelecer uma meta percentual sem que a situação diagnóstica seja conhecida.*

2018	2019	2020	2021	2022
*	*	*	*	*

*A ser preenchido após determinação das metas.

Objetivo Estratégico 14: Padronizar os processos de trabalho

Descrição: Desenvolver e coordenar projetos e ações de modernização e de simplificação administrativa com vistas ao desenvolvimento de ferramentas digitais de apoio à gestão da instituição, sobretudo, à melhoria da qualidade na prestação dos serviços públicos.

Indicador 14.1 – Percentual de processos informatizados

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
50%	90%	100%	100%	100%

Objetivo Estratégico 15: Promover a Política Estudantil do IFFluminense

Descrição: Implantar e aperfeiçoar programas para assistência adequada ao estudante (PAE), priorizando inclusão, permanência e cidadania dos estudantes, aperfeiçoando as ações existentes.

Indicador 15.1 – Número de bolsas ou auxílios da assistência estudantis concedidos a partir de edital

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
11.000	11.000	11.000	11.000	11.000

Indicador 15.2 - Percentual de demanda apta atendida por meio de edital da assistência estudantil

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
60%	60%	60%	60%	60%

Indicador 15.3 - Percentual de egressos que participaram de atividades culturais, desportivas ou artísticas

Metas: *esta meta será estabelecida após a pesquisa de egresso a ser realizada em 2018.*

2018	2019	2020	2021	2022
*	*	*	*	*

Indicador 15.4 - Percentual de representação estudantil formalizadas e atuantes nas diversas modalidades de ensino**

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
50%	70%	100%	100%	100%

*A ser preenchido após determinação das metas.

** Entende-se como representação estudantil a formalização de um Grêmio Estudantil em cada *campus* e um Centro Acadêmico (CA) por curso superior.

Objetivo Estratégico 16: Desenvolver relacionamento com egressos

Descrição: Desenvolver ferramentas para avaliação do processo de inserção profissional dos egressos, bem como da continuidade dos estudos. Dessa forma, será possível viabilizar o replanejamento das políticas e estratégias institucionais quanto à oferta de cursos e vagas, o fortalecimento das ações de inserção e a compreensão das percepções dos egressos quanto à formação recebida.

Indicador 16.1 – Percentual de implantação do Plano de Acompanhamento de Egressos

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
0%	50%	60%	80%	100%

3.4.2.3 Objetivos da Perspectiva Pessoas, Infraestrutura Física e Tecnológica e Orçamento

Objetivo Estratégico 17: Promover a Qualidade de Vida no Trabalho				
Descrição: Promover a atenção à saúde e à melhoria da qualidade de vida do servidor, contribuindo para seu desenvolvimento pessoal e profissional.				
Indicador 17.1 – Índice de satisfação do servidor no trabalho				
Metas: <i>estas metas serão estabelecidas após a pesquisa de autoavaliação institucional a ser realizada em 2018.</i>				
2018	2019	2020	2021	2022
*	*	*	*	*

*A ser preenchido após determinação das metas..

Objetivo Estratégico 18: Promover o desenvolvimento dos servidores e captar as competências necessárias				
Descrição: Identificar as competências individuais e institucionais necessárias ao desenvolvimento das iniciativas relacionadas aos objetivos estratégicos e promover ações para a diminuição da lacuna de competências.				
Indicador 18.1 - Percentual de execução do Plano de Capacitação				
Metas:				
2018	2019	2020	2021	2022
50%	70%	80%	90%	100%
Indicador 18.2 – Percentual de competências mapeadas				
Metas: <i>estas metas serão estabelecidas após modelagem do indicador e da primeira medição. Entende-se que neste caso não é possível estabelecer uma meta percentual sem que a situação diagnóstica seja conhecida.</i>				
2018	2019	2020	2021	2022
*	*	*	*	*
Indicador 18.3 – Número de docentes capacitados no Ciclo de Formação de Docentes				
Metas:				
2018	2019	2020	2021	2022
231	231	231	231	231

*A ser preenchido após determinação das metas..

Objetivo Estratégico 19: Desenvolver cultura orientada à estratégia

Descrição: Consolidar a identidade institucional e desenvolver a cultura da gestão em rede, da comunicação, da inclusão social, da inserção profissional, da pesquisa como método pedagógico e da inovação.

Indicador 19.1 – Grau de conhecimento do PDI pelos servidores

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
45%	60%	75%	80%	85%

Objetivo Estratégico 20: Garantir infraestrutura física e de tecnologias adequadas

Descrição: Gerenciar recursos de modo a garantir que a infraestrutura física e de tecnologia da informação (TI), necessárias ao atendimento do Plano de Oferta de Cursos e Vagas e a todos os processos estratégicos, de apoio e finalísticos, estejam constantemente disponíveis, atualizadas e equalizadas.

Indicador 20.1 – Percentual de execução do Plano Diretor de Infraestrutura Física

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
83,33%	85,24%	90,71%	93,33%	95,71%

Indicador 20.2 - Percentual de execução do Plano de Acessibilidade do Espaço Físico

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
42%	68,07%	95,38%	95,77%	100%

Indicador 20.3 - Percentual de redes de combate a incêndio

Metas: *Construídas a partir do Plano Diretor de Infraestrutura Física*

2018	2019	2020	2021	2022
58,85%	76,82%	79,63%	87,65%	92,81%

Indicador 20.4 – Percentual de execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)*

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
**	80%	80%	80%	80%

* Calculado a partir do percentual de Execução das metas definidas no PDTI para cada ano.

** Ano de Elaboração do PDTI

Objetivo Estratégico 21: Promover integração e sinergia no IFFluminense

Descrição: Aprimorar os canais de comunicação entre as unidades institucionais; buscar promoção de atividades de integração entre os *campi*; implementar cultura de reuniões institucionais entre unidades, de modo a compartilhar dificuldades em comum e, juntos, buscar soluções.

Indicador 21.1 – Número de ações integradoras entre os *campi*

Metas: *as metas relacionadas a este indicador serão estabelecidas após modelagem do indicador e da primeira medição. Entende-se que neste caso não é possível estabelecer uma taxa de integração sem que a situação diagnóstica seja conhecida.*

2018	2019	2020	2021	2022
*	*	*	*	*

*A ser preenchido após determinação das metas..

Objetivo Estratégico 22: Ampliar a participação dos servidores nas atividades de pesquisa, extensão e cultura

Descrição: Ampliar a participação de servidores nas atividades de pesquisa, extensão e cultura, de forma a aumentar a produção, o compartilhamento e a aplicação de conhecimentos de tal maneira que a sociedade possa utilizá-los para o desenvolvimento de produtos, processos e serviços que contribuam efetivamente para a transformação da sociedade, de forma alinhada às demandas do setor produtivo e do contexto social.

Indicador 22.1 – Percentual de servidores participando de projetos de pesquisa

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
6%	6%	6%	6%	6%

Indicador 22.2 - Percentual de servidores participando de projetos de extensão

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
6%	6%	6%	6%	6%

Indicador 22.3 - Percentual de servidores participando de projetos de cultura

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
6%	6%	6%	6%	6%

Indicador 22.4 - Percentual de servidores participando de projetos integrados de pesquisa e extensão				
Metas:				
2018	2018	2018	2018	2018
1,8%	1,8%	1,8%	1,8%	1,8%
Indicador 22.5 - Percentual de servidores com ao menos uma produção bibliográfica anual (Lattes/CNPq)				
Metas:				
2018	2019	2020	2021	2022
10%	15%	20%	25%	30%
Indicador 22.6 - Percentual de servidores com ao menos uma produção técnica, artística ou cultural anual (Lattes/CNPq)				
Metas:				
2018	2019	2020	2021	2022
10%	15%	20%	25%	30%

Objetivo Estratégico 23: Aprimorar a eficiência dos gastos				
Descrição: Empreender políticas institucionais com foco na gestão sustentável, a partir de ações e projetos que estabeleçam metas para utilização eficiente dos recursos financeiros com a redução do custeio, garantindo a responsabilidade socioambiental da gestão pública.				
Indicador 23.1 – Índice de consumo de energia elétrica				
Metas: <i>estas metas serão estabelecidas após modelagem do indicador e da primeira medição. Entende-se que neste caso não é possível estabelecer uma meta percentual sem que a situação diagnóstica seja conhecida.</i>				
2018	2019	2020	2021	2022
*	*	*	*	*
Indicador 23.2 – Índice de consumo de água				
Metas: <i>estas metas serão estabelecidas após modelagem do indicador e da primeira medição. Entende-se que neste caso não é possível estabelecer uma meta percentual sem que a situação diagnóstico seja conhecida.</i>				
2018	2019	2020	2021	2022
*	*	*	*	*

*A ser preenchido após determinação das metas..

Objetivo Estratégico 24: Ampliar a captação de recursos extra orçamentários

Descrição: Buscar junto à União, Estados, Municípios, Agências de Fomento ou por quaisquer Entidades Públicas ou Privadas, recursos extras, repassados através da publicação de portarias, emendas parlamentares, outorgas de fomento, para suprir tanto a suplementação do orçamento como para investimentos em instalações e aquisição de equipamentos, bolsas de alunos, material de consumo, dentre outros.

Indicador 24.1 - Índice de recursos extra orçamentários captados

Metas:

2018	2019	2020	2021	2022
10%	10%	10%	10%	10%

Indicador 24.2 - Percentual do custeio captado via agências de fomento

Meta:

2018	2019	2020	2021	2022
5%	5%	5%	5%	5%

3.5 Iniciativas estratégicas de Implementação dos Objetivos Estratégicos

As iniciativas estratégicas, no contexto do BSC, são definidas como o conjunto de projetos, ações ou atividades que permite a instituição se deslocar do estado atual em direção ao alcance de suas metas. As iniciativas estratégicas devem ser selecionadas e priorizadas de acordo com o impacto que terão no preenchimento das lacunas existentes nas metas estabelecidas para os indicadores, ou seja, os gestores devem priorizar recursos para aquelas iniciativas (ações ou projetos) que melhor permitam o alcance dos objetivos estratégicos. O Quadro 3.1 apresenta as principais iniciativas estratégicas vinculadas aos objetivos descritos no mapa Estratégico.

Quadro 3.1 – Iniciativas Estratégicas estabelecidas para o alcance dos objetivos

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS
Proporcionar formação ampla e qualificada	Elaborar diretrizes para o estudo da expansão da oferta
	Elaborar diretrizes para os currículos de cursos integrados, subsequentes e concomitantes
	Fortalecer o Fórum permanente para discussão das ofertas EJA
	Ampliar a oferta de FIC-EJA
	Estimular a elaboração de projetos pedagógicos que possibilitem um itinerário formativo
Atender as demandas dos alunos com efetividade	Implantar ações para melhoria na qualidade do atendimento nos registros acadêmicos
	Fortalecer a orientação quanto aos fluxos de registro acadêmico
	Fortalecer a orientação aos gestores de ensino quanto a legislação e regulamentos acadêmicos
Consolidar e ampliar as políticas culturais, inclusivas e afirmativas	Implantação dos Núcleos, NUGEDIS, NEABI e NAPNEE, em todos os <i>campi</i>
	Acompanhamento e avaliação da implantação
	Ampliação e fortalecimento dos Núcleos Patrocinar a realização eventos de informação e divulgação das atividades dos Núcleos
Fortalecer a inserção socioprofissional do aluno e do egresso	Ampliar, nos <i>campi</i> , ações que promovam oportunidades para alunos e egressos
	Fortalecer a articulação com as empresas da região de abrangência
	Fortalecer a atuação dos alunos nas empresas juniores e com a Incubadora de Empresas TecCampos

PERSPECTIVA RESULTADOS – ALUNOS E SOCIEDADE

	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	
PERSPECTIVA RESULTADOS - ALUNOS E SOCIEDADE	Fortalecer a institucionalidade	Criar a Câmara de Comunicação do IFF	
		Promover ações de comunicação integrada	
		Orientar e desenvolver o Planejamento Estratégico de Comunicação para ações institucionais	
		Gerir e fortalecer o uso da marca IFF nos serviços e produtos de comunicação (Elaborar e divulgar Manual de Uso da Marca)	
		Promover o relacionamento com a imprensa e construção de agenda positiva	
		Comunicação da Estratégia Institucional	
		Apoiar ações de integração que envolva a comunidade interna e externa.	
		Promover campanhas sistêmicas de ingresso de estudantes e servidores	
		Ampliar a abrangência de atendimento, diversificando a oferta de cursos, considerando a demanda social regional	Implementar os projetos pedagógicos alinhados a identidade institucional
			Prospectar viabilidade das ofertas considerando demanda sociorregional
Desenvolver pesquisa, inovação e extensão em articulação com outros atores	Fortalecimento de ações na busca de parcerias com instituições e empresas		
	Promover o reconhecimento de saberes, certificação e qualificação profissional	Elaborar projetos pedagógicos que identifiquem os saberes necessários para as certificações	
Estimular a oferta de cursos FIC			
PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS	Aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito	Implementar o Plano estratégico de permanência e êxito dos <i>campi</i> articulados com a assistência estudantil	
	Fortalecer a Internacionalização do IFFluminense	Implementação do Plano de Internacionalização do IFFluminense	
	Incentivar as práticas de ensino, pesquisa, extensão e cultura	IPromover editais contemplando projetos que integrem ensino, pesquisa e extensão	
		Promover o Programa de Bolsas Institucionais de Incentivo à Pesquisa, Extensão e ao Empreendedorismo	
		Promover os programas desenvolvidos no âmbito da Extensão e Cultura no IFFluminense	
Fortalecer as ações dos grupos de pesquisa			
Fortalecer os eventos técnico-científicos e culturais institucionais			

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
INICIATIVAS ESTRATÉGICAS
PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

Incentivar as práticas de ensino, pesquisa, extensão e cultura

Promover o Programa de Apoio à Produção Acadêmica

Prospectar e ampliar os cursos de pós-graduação

Incentivar a produção científica - Programa de Apoio à Produção Acadêmica

Incentivar os projetos que integram ações de pesquisa e extensão

Consolidação dos Projetos Culturais implantados no IFF

Patrocinar a realização de eventos de informação e divulgação das atividades dos Projetos Culturais

Aprimorar as Políticas de Acesso

Diversificação dos meios de comunicação para fortalecer o processo de ingresso

Prospectar viabilidade das ofertas considerando demanda sociorregional

Fortalecer os estudos de melhorias dos processos de ingresso

Ampliar e aperfeiçoar a comunicação interna e com a sociedade

Implantar, consolidar e divulgar a Política de Comunicação

Elaboração/Aprimoramento e Manutenção de Produtos/Canais de Comunicação

Promover a Gestão da Comunicação

Avaliar/Desenvolver a Comunicação interna do IFF

Padronizar os processos de trabalho

Implantação do Processo Eletrônico Nacional (PEN)

Atualização do Regimento Geral

Implantação da Gestão por Competências

Mapeamento do macroprocessos finalísticos e de sustentação de acordo com a estratégia institucional adotada

Promover a Política Estudantil do IFFluminense

Atendimento especializado adequado no processo de ingresso das pessoas com deficiência com necessidades específicas

Implantação da política de acessibilidade e inclusão

Aperfeiçoamento da assistência estudantil

Implantação e consolidação da política de permanência e êxito

Aperfeiçoamento do atendimento especializado e multidisciplinar

	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS
PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS	Promover a Política Estudantil do IFFluminense	Consolidação dos Fóruns estudantis e incentivo à participação estudantil nas instâncias deliberativas do IFFluminense
	Desenvolver relacionamento com egressos	Implantação do Programa de Acompanhamento de Egressos
PERSPECTIVA PESSOAS E INFRAESTRUTURA	Promover a Qualidade de Vida no Trabalho	Implementação da Política de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida dos servidores do IFFluminense em conjunto com a unidade SIASS
		Incentivo à integração dos servidores e à prática esportiva através da realização anual dos Jogos dos Servidores do IFFluminense (JICSIFF)
		Implantação do Programa de Preparação para Aposentadoria do IFFluminense
		Promoção da Política de Mobilidade do IFFluminense
		Desenvolvimento de ações de motivação dos servidores no ambiente de trabalho
	Promover o desenvolvimento dos servidores e captar as competências necessárias	Realização de ações de capacitação com base no Plano Anual de Capacitação do IFFluminense
		Incentivo ao desenvolvimento acadêmico-profissional e à formação continuada dos servidores do IFFluminense
		Desenvolvimento do Programa de mapeamento das competências
	Desenvolver cultura orientada à estratégia	Implantação da Política de Governança do IFF
		Implantação do Plano de Integridade e da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos do IFF
Aprimoramento do acompanhamento dos Planos Anuais de Ação e Projetos Estratégicos		
Implantação de reuniões estratégicas em todas as unidades para disseminação do PDI		
Garantir infraestrutura física e de tecnologias adequadas	Implantação do Plano Diretor de Infraestrutura Física	
	Aperfeiçoamento da Gestão e Fiscalização de Obras	
	Desenvolvimento do Plano Diretor de TIC	
	Gerenciamento contínuo do Plano de Metas e Ações apontado no PDTIC.	
Promover integração e sinergia no IFF	Realização de eventos <i>multicampi</i> integradores	

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**INICIATIVAS ESTRATÉGICAS****PERSPECTIVA PESSOAS E INFRAESTRUTURA**

Ampliar a participação dos servidores nas atividades de pesquisa, extensão e cultura

Promover o Programa de Bolsas Institucionais de Incentivo à Pesquisa, Extensão e ao Empreendedorismo no Instituto Federal Fluminense

Promover programas desenvolvidos no âmbito da Extensão e Cultura no IFF

Incentivar a apresentação de trabalhos em eventos de pesquisa e extensão externos – Programa de Apoio à Produção Acadêmica

Incentivar a produção científica - Programa de Apoio à Produção Acadêmica

PERSPECTIVA ORÇAMENTO

Aprimorar a eficiência dos gastos

Implantar o Plano de Logística Sustentável do IFF

Promover padrões de consumo sustentável e estilo de vida ecológico

Ampliar a captação de recursos extra-orçamentários

Fortalecer ações na busca de parcerias com instituições e empresas

Incentivar a submissão de propostas a editais externos de fomento à pesquisa, à extensão e à inovação

Fortalecer o relacionamento com os parlamentares da bancada do RJ com o intuito de ampliar os recursos de emendas

3.6 Considerações finais

Dentre os inúmeros benefícios advindos da adoção do modelo de gestão da estratégia, seguindo a metodologia do BSC, registram-se:

- Promoção do controle de dimensões estratégicas;
- Tomada de decisão baseada em dados e fatos e não em avaliações estritamente subjetivas;
- Busca pela eficiência com que se empregam os recursos;
- Alocação de recursos, tendo em vista a relação de causa e efeito entre as perspectivas do Mapa Estratégico;
- Compreensão dos processos, identificação e resolução de possíveis problemas;
- Detecção da necessidade de melhorias e fortalecimento das experiências exitosas;
- Criação de oportunidades para um aprendizado contínuo a partir da identificação dos vetores que agregam valor aos objetivos da instituição;
- Identificação dos benefícios individuais dos servidores no cumprimento da missão institucional;
- Melhor entendimento sobre as decisões de investimentos e sua relação com redução de custos.

Esses benefícios serão mais factíveis na medida em que a implantação do PDI proposto se torne um processo sistemático de avaliação e validação permanentes das informações dos indicadores e da relevância atribuída a cada perspectiva. Nesse sentido, o objetivo final de todo o processo consiste em, a partir de uma orientação estratégica, consolidar a identidade institucional do IFFluminense.

O êxito do Planejamento Estratégico dependerá da efetivação de todas as recomendações aqui apresentadas no compasso adequado para o Instituto. Para tanto, faz-se necessário que os gestores conduzam esse processo comunicando a estratégia, apontando os caminhos a serem percorridos pelo IFFluminense e mobilizando todos os servidores em torno de objetivos comuns.

Por fim, vale destacar que as ferramentas de gestão importadas do ambiente privado, dentre as quais encontra-se o Planejamento Estratégico, podem possuir limitações para o seu uso em organizações públicas. Portanto, entende-se que este plano é vulnerável no que tange ao cumprimento das metas estabelecidas e iniciativas estratégicas, em função da falta de governança de fatores externos, tais com fatores políticos, financeiros e legais.



POCV

PLANO DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS

CAPÍTULO
04

4.1 Apresentação

As propostas apresentadas no Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV) são orientações para o IFF em suas decisões acerca da oferta de vagas, criação ou extinção de cursos, na contratação de servidores e no planejamento da infraestrutura dos *campi*. O POCV deve ser referência para a Câmara de Ensino, o Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação (CENPEI), o Conselho Superior (CONSUP) e todos os conselhos e colegiados cujas atribuições estejam a avaliação de oferta de vagas e proposta de cursos. Nesse sentido, cabe esclarecer que a criação, a troca e a extinção dos cursos, bem como alteração na oferta de vagas dos cursos do IFF são deliberações do CONSUP e devem atender os trâmites institucionalmente estabelecidos.

Para a elaboração deste Plano, foram considerados os documentos legais norteadores da Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Planejamento Estratégico do IFF, especialmente em relação aos Objetivos Estratégicos 1- Proporcionar formação ampla e qualificada e 6 - Ampliar a abrangência de atendimento, diversificando a oferta de cursos, considerando a demanda social regional.

Considerando os documentos legais norteadores da EPCT, o POCV foi elaborado considerando as premissas:

1. Conforme o *caput* do artigo 8º da Lei Nº 11.892/2008, no desenvolvimento da sua ação acadêmica, em cada exercício, o IFF garante:
 - a. o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio;
 - b. o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica visando a formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
2. De acordo com o parágrafo 1º do artigo 8º da Lei Nº 11.892/2008, os percentuais acima referidos observassem o conceito de Aluno-Equivalente, conforme regulamentação expedida pelo Ministério da Educação (MEC);
3. Em atendimento ao art. 8º da Lei nº 11.892/2008, no que diz respeito o cálculo dos percentuais de vagas dos cursos dos Institutos Federais, o Art. 7º da Portaria Nº 25/2015/SETEC/MEC, propõe como base o conceito de Ingressantes Acumulados Equivalentes;
4. Conforme previsto pelo parágrafo 2º do artigo 8º da Lei nº 11.892/2008, a oferta da formação em nível superior pudesse ser ajustada, quando justificada por demandas sociais, sem prejuízo do índice apresentado no item 1a, ou seja, pela variação do índice apresentado no item 1b;
5. Assim como disposto pelo parágrafo 1º do artigo 2º do Decreto nº 5.840/2006, no mínimo 10% (dez por cento) do total das vagas de ingresso da instituição fossem disponibilizadas para cursos do Proeja - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos;

6. Conforme as metas 11.11 e 12.3 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, a relação aluno-professor fosse gradualmente elevada para, respectivamente, 20 nos cursos técnicos de nível médio e 18 nos cursos presenciais de graduação, ajustando-se o disposto na meta 3 do Termo de Acordo de Metas e Compromissos (TAM), que prevê a relação de 20 alunos regularmente matriculados nos cursos presenciais por professor, considerados os cursos técnicos, superiores e de formação inicial e continuada (FIC), em relação ao quadro de professores ativos na instituição.

7. O número de docentes necessários à oferta planejada não ultrapassasse os limites do Banco de Professores Equivalentes do IFF (conforme disposto na Portaria N°246, de 15 de abril de 2016 e o Decreto 8.259, de 29 de maio de 2014).

A organização deste capítulo foi dividida nas seções:

- **Oferta total do IFF:** apresenta os dados globais da oferta proposta no Instituto Federal Fluminense;
- **Indicadores Estratificados por *campus*:** apresenta os principais indicadores de oferta acadêmica de cada *campus*;
- **Cronograma de abertura dos cursos presenciais:** apresenta o cronograma de abertura de cursos novos na modalidade presencial, com informações relativas a: semestre de abertura, *campus* ofertante, periodicidade de entrada, número de vagas por turma, local e turno da oferta.
- **Oferta de EaD (Educação a Distância):** apresenta os cursos que serão ofertados na modalidade a distância, detalhando tipo de curso e de oferta, bem como os campi ofertantes e os polos nos quais acontecerá a oferta.
- **Glossário:** elaborado para facilitar a compreensão de conceitos e indicadores, é apresentado ao final do capítulo, mas recomenda-se sua leitura prévia.

4.2 Oferta Total do IFF

A oferta total do IFF caracteriza-se pela abrangência dos diferentes níveis de ensino, variados tipos e modalidades de oferta, diversas formas de custeio (quando existir), sempre orientada pela Lei dos Institutos Federais (Lei nº 11.892/2008).

A oferta do IFF é planejada a partir do POCV onde é estruturada e acompanhada anualmente através de indicadores.

Os principais indicadores da oferta total do IFF serão apresentados de acordo com: **A.** Número de alunos e vagas; **B.** Distribuição da oferta de vagas; **C.** Relação aluno-professor e **D.** Distribuição de cursos e vagas por tipo de curso, tipo de oferta e eixo tecnológico.

A. Número de alunos e vagas

A Tabela 4.1 apresenta os seguintes indicadores “básicos”:

- **Vagas de ingresso total anual de (VIng)**, considerando o total de vagas anualmente oferecidas em editais de ingresso;
- **Capacidade total anual de alunos (CAMat)**, calculada com base na multiplicação do número de vagas de ingresso de cada curso pelo respectivo número de fases/turmas/períodos simultaneamente oferecidas, de forma a expressar a capacidade total da instituição em termos do número de alunos que podem ser matriculados em um ano; é o indicador mais próximo do conceito de Ingressante Acumulado Equivalente definido pelo MEC;
- **Total anual estimado de alunos matriculados (AMat)**, cuja diferença para o total anual de ingressantes acumulados representa, aproximadamente, a evasão entre a primeira e última fase dos cursos;

Estes indicadores básicos permitem uma medida real da oferta das vagas de ingresso, capacidade e alunos matriculados. Para cada indicador referenciado, complementarmente, é apresentado o correspondente “equivalente”, em cujo cálculo são considerados o Fator de Esforço de Curso e a Carga Horária Mínima Regulamentada, conforme estabelecido pelo Ministério da Educação na Portaria SETEC/MEC Nº 25/2015. Além de atender a legislação, o conceito do “aluno-equivalente” permite um melhor dimensionamento do esforço institucional para a oferta e é a referência para a composição da matriz orçamentária da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Tabela 4.1: Indicadores da Oferta Total do IFF

INDICADORES TOTAIS ANUAIS	2018	2019	2020	2021	2022
Vagas de Ingresso : Base (VIng)	7269	8079	8219	8404	8374
Vagas de Ingresso: Equivalentes (VEq)	6531	7203	7324	7494	7461
Capacidade : Base (CAMat)	18939	19533	20433	20966	21498
Capacidade: Equivalente (CAEq)	19239	19660	20473	21064	21605
Alunos Matriculados: Base (AMat)	17393	17969	18680	19187	19569
Alunos Matriculados: Equivalente (AEq)	18578	18558	19231	19765	20161

Os indicadores AMat e AEq representam as estimativas feitas pelos *campi* quanto ao número de alunos que estão matriculados em cada fase de cada curso oferecido. Para estas projeções foram consideradas as séries históricas de matrículas em cada fase de cada curso considerando que as ações previstas no Plano Estratégico de Permanência e Êxito do IFF (Resolução N° 23, de 06 de outubro de 2017), para que possam produzir efetivo resultado ao longo dos próximos cinco anos no sentido de reduzir os percentuais de retenção e evasão.

A Tabela 4.2 restringe os indicadores à oferta de cursos cujo custeio é dito “próprio”, ou seja, não considera os cursos em que os professores sejam bolsistas vinculados a programas e editais ou não pertençam ao quadro de docentes do IFF. O planejamento em função dos indicadores de distribuição da oferta e da relação aluno-professor é viável apenas para o conjunto de cursos de “custeio próprio”, uma vez que as demais ofertas são dependentes de demandantes, programas e outros fatores externos ao IFF. Por isso, tal como a Tabela 4.2, as tabelas de 4.3 a 4.5 apresentam dados referentes apenas à oferta de custeio próprio.

Tabela 4.2: Indicadores da Oferta Total de Custeio Próprio do IFF

INDICADORES TOTAIS ANUAIS		2018	2019	2020	2021	2022
Vagas de Ingresso	Base (VIng)	7179	8079	8219	8404	7774
	Equivalentes (VEq)	6523	7192	7312	7500	7467
Capacidade	Base (CAMat)	18564	19388	20288	20851	21443
	Equivalentes (CAEq)	18961	19495	20282	20909	21530
Alunos Matriculados	Base (AMat)	17393	17953	18648	19155	19537
	Equivalentes (AEq)	18221	18322	18862	19267	19651

B. Distribuição da Oferta de Vagas

Como mostrado pela Tabela 4.3, com a total implementação deste Plano, o IFF terá garantido 50% de sua capacidade em vagas de cursos técnicos de nível médio. A oferta de cursos técnicos (TEC) é superior a 50% em todo o período de vigência deste PDI, em conformidade com o estabelecido pela Lei N° 11.892/2008 e com a meta 4 do Termo de Acordo de Metas e Compromissos.

A redução gradual do percentual de oferta de cursos técnicos, observada na Tabela 4.3, é explicada por dois fatores:

1) o aumento da oferta de cursos FIC, como resultado das políticas implementadas pela Pró-reitoria de Ensino e pela Pró-reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação no sentido de estimular a proposição de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) sobretudo com vistas a implantação de itinerários formativos que promovam não somente a qualificação profissional, mas também a elevação da escolaridade, observando os eixos tecnológicos de oferta;

2) o aumento de cursos de nível superior em alguns *campi* com vistas a ampliar as possibilidades de verticalização;

Tabela 4.3: Distribuição da oferta de custeio próprio, medida pela Capacidade total anual de alunos equivalentes (CAEq)

DISTRIBUIÇÃO DA OFERTA	2018	2019	2020	2021	2022
Técnico (TEC)	12346	12661	13043	13151	13269
	65,37%	64,78%	63,94%	62,69%	61,57%
Formação de professores (FOR)	2263	2329	2396	2524	2632
	11,98%	11,92%	11,75%	12,03%	12,21%
FIC	508	520	569	593	604
	2,69%	2,66%	2,79%	2,83%	2,80%
Superiores (SUP)	3768	4035	4391	4711	5046
	19,95%	20,64%	21,53%	22,46%	23,41%
Total	18885	19545	20399	20979	21551

Observa-se que a oferta de vagas voltadas à formação de professores não atinge os 20% previstos em lei e para tal não se observa variação expressiva durante o período de vigência deste Plano.

Atualmente, não havendo previsão de aumento de banco de servidores, a única possibilidade de ampliação de vagas para licenciatura é diminuindo as ofertas em outros e modalidades.

Assim, mesmo abaixo dos 20%, a oferta de Cursos de Licenciatura está de acordo com a premissa nº 4 deste Plano e, adicionalmente, poderá ser ampliada na próxima revisão do PDI.

Justifica-se o uso do indicador Vagas de Ingresso (VIng) em vez de Capacidade de alunos equivalentes (CAEq), conforme empregado nas tabelas anteriores, pelo texto do decreto que institui o Proeja (citado na premissa N°5) que considera o percentual de vagas em EJA. A fim de promover uma análise comparativa, os dados de CAEq também são apresentados.

Observa-se que a oferta de vagas em cursos EJA-FIC (itinerário formativo) e EJA--Técnico (integrado nível Médio), chegará a cerca de 3 % do total de vagas de ingresso da instituição até o ano de término de vigência do Plano, conforme mostra a Tabela 4.4.

Para que a meta legal, apontada na premissa cinco, seja atingida, é necessária uma reconfiguração de oferta que demandará a revisão de projetos pedagógicos e a aplicação de novas estratégias ao público da EJA. Portanto, a próxima revisão do Plano de Oferta de Cursos e Vagas poderá prever ampliação desta oferta, considerando as políticas para educação de jovens e adultos que vêm sendo discutidas na Instituição.

Tabela 4.4. Oferta de vagas dos cursos do Proeja de custeio próprio, medida pelo total anual de Vagas de Ingresso (VIng) e pela Capacidade total anual de alunos equivalentes (CAEq)

INDICADORES TOTAIS ANUAIS	2018	2019	2020	2021	2022
Vagas de Ingresso em cursos do Proeja (VIng)	216	211	211	211	211
	3,31%	2,93%	2,89%	2,81%	2,83%
Capacidade de Alunos Equivalentes em cursos do Proeja (CAEq)	535	479	423	463	463
	2,82%	2,46%	2,09%	2,21%	2,15%

A Tabela 4.5 completa os indicadores da oferta total do IFF ao apresentar a distribuição da oferta por nível de ensino. Para a oferta de cursos técnicos, os valores são idênticos aos apresentados na Tabela 4.3, mas apenas na Tabela 4.5 pode ser observada a oferta de cursos superiores (incluindo pós-graduação) e cursos FIC sem distinção entre a formação de professores e a os demais cursos Superiores.

Tabela 4.5: Distribuição da Oferta de custeio próprio por nível de ensino, medida pela Capacidade de Alunos Equivalentes (CAEq)

INDICADORES DE OFERTA POR NÍVEL DE ENSINO	2018	2019	2020	2021	2022
Formação Inicial e Continuada	525	521	570	594	605
	2,75%	2,67%	2,73%	2,84%	2,81%
Ensino Técnico de Nível Médio	12473	12570	12896	13044	13132
	65,36%	64,46%	61,75%	62,37%	60,98%
Ensino Superior	6086	6420	6819	7277	7528
	31,89%	32,92%	32,65%	34,79%	34,96%
Total	19084	19501	20885	20915	21535

C. Relação Aluno-Professor

A relação aluno-professor (RAP) é um dos principais indicadores estratégicos do PDI, dada a intrínseca dependência entre a oferta de cursos e vagas e o tamanho do quadro de professores.

Nas tabelas 4.6 e 4.7, a relação aluno-professor é apresentada de duas formas:

1. pela estimativa de alunos matriculados (RAPm), que é basicamente obtida por meio da divisão do total anual de alunos equivalentes (AEq) na oferta de custeio próprio pelo número de docentes necessário para a implantação das ofertas, e está de acordo com a definição legal de RAP;
2. a medida pela Capacidade de Alunos Equivalentes (RAPc), uma vez que AEq depende de estimativas, que podem não ser confirmadas ou variar significativamente conforme o tipo de curso.

O cálculo da RAP, nas duas versões, considera ainda um Fator de Equiparação de Nível de Curso, conforme previsto na Portaria 25/2015/SETEC/MEC, de modo a equalizar as diferentes metas previstas no PNE quanto à relação aluno-professor na educação básica e superior.

Tabela 4.6: Relação matrículas-professor (RAPm) da oferta de custeio próprio, com detalhamento do total anual de Alunos-Equivalentes (AEq) por nível de ensino

INDICADOR	2018	2019	2020	2021	2022
Alunos	18562	18489	19089	19513	19873
FIC	321	458	516	531	545
Técnico	13385	13152	13362	13517	13573
Graduação	4765	4671	4979	5222	5523
Stricto Sensu	50	50	50	50	50
Lato Sensu	41	158	182	193	182
Docentes efetivos	943	943	943	943	943
Docentes tempo integral	931	931	931	931	931
RAPm	20,66	20,66	21,36	21,85	22,27

Embora não seja o indicador requisitado pela legislação, a RAPc, observada na Tabela 4.7, permite uma melhor avaliação do esforço institucional (em termos de espaço físico e carga horária docente) para a realização de determinadas ofertas, em especial os cursos de baixa carga horária equalizada (como os FIC) e aquelas que, apesar dos relativamente baixos índices de eficiência acadêmica apresentados, são consideradas imprescindíveis ao cumprimento da missão da instituição.

Tabela 4.7: Relação capacidade-professor (RAPc) da oferta de custeio próprio, com detalhamento da Capacidade total anual de Alunos-Equivalentes (CAEQ) por nível de ensino

INDICADOR	2018	2019	2020	2021	2022
	CAEQ	CAEQ	CAEQ	CAEQ	CAEQ
Alunos	19078	19495	20282	20909	21530
FIC	523	521	570	592	605
Técnico	12469	12568	12895	13043	13131
Graduação	5953	6179	6560	7005	7451
Stricto Sensu	59	59	59	59	59
Lato Sensu	20	127	169	172	169
Docentes efetivos	943	943	943	943	943
Docentes tempo integral	931	931	931	931	931
RAPc	21,3108249	21,878639	22,8164874	23,5393114	24,1793663

O quantitativo de docentes efetivos necessários à execução da oferta planejada foi mantido constante haja vista que o limite estabelecido ao IFF pela PORTARIA MEC Nº 246, DE 15 DE ABRIL DE 2016 ser de 940 docentes. Observa-se que para fins de cálculo da RAP, conforme orientação da Portaria SETEC/MEC Nº 25, 13 DE AGOSTO DE 2015, devem ser considerados os docentes em tempo integral.

No que pode ser observado pelas tabelas 4.6 e 4.7, as relações aluno-professor apresentam valores maiores que os apontados pelo TAM. Nota-se que as RAPs aumentam ao longo do período de vigência do PDI, tendo em vista um aumento na projeção de vagas ofertadas, uma redução nos índices de retenção e evasão, e considerando a perspectiva de manutenção do quadro de docentes efetivos. Tal indicador demonstra um esforço institucional no sentido implantar as ofertas planejadas, ao mesmo tempo que busca reduzir os índices de evasão.

D. Distribuição de cursos e vagas por tipo de curso, tipo de oferta e eixo tecnológico

O número de cursos e vagas que serão ofertados nos próximos cinco anos, para cada tipo de curso, são apresentados nas tabelas 4.8 a 4.20. A Tabela 4.8 detalha os quantitativos de vagas de ingresso projetadas por ano e por tipo de curso até o final da vigência deste Plano, enquanto a Tabela 4.9 apresenta o número de cursos da oferta total planejada pelos *campi*. Ambas mostram o detalhamento dos indicadores por tipo de curso, ao longo dos próximos cinco anos de funcionamento do Plano.

Tabela 4.8: Totais anuais de vagas de ingresso (VIng) da oferta de custeio próprio, por tipo de curso

TIPO DE CURSO	VING	VLNG	VING	VING	VING
	2018	2019	2020	2021	2022
Bacharelado	610	810	960	1020	1050
CST	210	160	160	105	105
Especialização	190	520	495	520	495
FIC	1643	1633	1738	1743	1788
Licenciatura	586	656	656	716	696
Mestrado Profissional	130	130	130	130	130
Técnico (incluindo PROEJA)	3810	4170	4080	4170	4110
Total	7459	8189	8529	8559	8519

Tabela 4.9: Número de cursos da oferta de custeio próprio, com detalhamento por tipo de curso

TIPOS DE CURSO/OFERTA	2018	2019	2020	2021	2022
Bacharelado	12	16	18	18	19
CST	5	4	4	3	3
Especialização	1	15	13	15	13
FIC	42	46	43	45	46
Licenciatura	10	12	12	13	13
Mestrado Profissional	6	7	7	7	7
Técnico	75	79	78	79	78
Total	151	179	175	180	179

A Tabela 4.10 mostra a capacidade total anual da oferta de custeio próprio, representada pela Capacidade de Alunos-Equivalentes (CAEq).

Tabela 4.10: Capacidade total anual da oferta de custeio próprio, representada pela Capacidade total anual de alunos equivalentes (CAEq), com detalhamento por tipo de curso

TIPOS DE CURSO	CAEQ 2018	CAEQ 2019	CAEQ 2020	CAEQ 2021	CAEQ 2022
Bacharelado	3081	3296	3663	4096	4556
CST	609	553	477	369	327
Especialização	74	182	223	228	223
FIC	525	521	570	594	605
Licenciatura	2263	2330	2397	2525	2363
Mestrado Profissional	59	59	59	59	59
Técnico	12473	12570	12896	13044	13132
Total	19084	19501	20885	20915	21535

Dentre os objetivos estratégicos do IFF, em seu planejamento para os próximos cinco anos, especialmente, os objetivos estratégicos 1 e 6 - “proporcionar formação ampla e qualificada” e “Ampliar a abrangência de atendimento, diversificando a oferta de cursos considerando a demanda social regional”, reforçam a intenção do IFF em ampliar sua efetividade como instituição pública de educação profissional, científica e tecnológica, buscando ativamente o atendimento das demandas da sociedade. Considerado esses desafios, a oferta do Instituto é dinâmica, podendo acontecer alteração

do número de vagas, criação ou extinção de cursos. As Tabelas 4.11 e 4.12 apresentam o quantitativo de cursos da oferta de custeio próprio que serão extintos e criados, respectivamente, ao longo dos próximos cinco anos. Cabe ressaltar que dentre os cursos novos e em extinção, estão aqueles que passam por reformulação de projeto pedagógico.

Tabela 4.11: Número de cursos em extinção e seu respectivo total anual de Vagas de ingresso (VIng)

TIPO DE CURSO	CURSOS EM EXTINÇÃO	VING	VING	VING	VING	VING
		2018	2019	2020	2021	2022
CST	2	120	60	60	0	0
Técnico	3	155	0	0	0	0
Total	5	275	60	60	0	0

A Tabela 4.12 exibe o número de cursos novos da oferta de custeio próprio, com previsão de início de implantação até 2022, e respectivas vagas de ingresso (VIng) criadas, com detalhamento por tipo de curso.

Tabela 4.12: Número de cursos novos da oferta de custeio próprio e seu respectivo total anual de Vagas de ingresso (VIng)

TIPO DE CURSO	CURSOS NOVOS	VING 2018	VING 2019	VING 2020	VING 2021	VING 2022
Bacharelado	9	0	230	350	410	440
CST	0	0	0	0	0	0
Especialização	14	0	365	325	365	325
FIC	51	1265	1470	1575	1550	1595
Licenciatura	3	0	30	30	90	90
Mestrado Profissional	1	0	15	15	15	15
Técnico	15	0	365	375	340	340
Total	93	1265	2475	2670	2770	2805

A tabela 4.13 exibe a quantidade total de cursos ofertados, considerando tanto a oferta atual (situação corrente ou extinção) quanto à prevista para início de implantação até 2022 (situação nova ou especial).

Tabela 4.13: número de cursos da oferta de custeio próprio, conforme situação de curso

TIPO DE CURSO	CURSOS CORRENTES	CURSOS EM EXTINÇÃO	CURSOS NOVOS	CURSOS DE OFERTA ÚNICA	CURSOS DE OFERTA ESPECIAL
Bacharelado	10	0	9	0	0
CST	3	2	0	0	0
Especialização	6	0	14	0	0
FIC	13	0	51	0	0
Licenciatura	10	0	3	0	0
Mestrado Profissional	6	0	1	0	0
Técnico	77	2	15	0	0
Total	125	4	93	0	0

A seguir, as tabelas de 4.14 a 4.20 detalham as áreas da oferta educacional do IFF, trazendo o número de cursos e o respectivo total anual de vagas de ingresso da oferta total, conforme o tipo de curso.

Para os cursos FIC, Técnicos e CST, os dados são estratificadas por Eixo Tecnológico. Uma vez que os demais cursos superiores não são categorizados por eixos, as respectivas tabelas estratificam os dados por nome de curso.

Tabela 4: 14: Número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de cursos FIC, por Eixo Tecnológico

EIXO TECNOLÓGICO	NUMERO DE CURSOS	VING 2018	VING 2019	VING 2020	VING 2021	VING 2022
Ambiente, Saúde e Segurança	2	65	40	40	40	40
Controle e Processos Industriais	13	365	365	365	365	365
Desenvolvimento Educacional e Social	4	238	238	238	238	238
Gestão e Negócios	7	145	125	145	165	165
Informação e Comunicação	3	85	85	85	85	85
Infraestrutura	3	55	55	85	85	85
Produção Alimentícia	2	70	70	70	70	70
Produção Cultural e Design	3	100	100	100	100	100
Produção Industrial	0	0	0	0	0	0
Recursos Naturais	10	245	265	295	295	295
Hospitalidade e Lazer	1	50	50	50	50	50
Total	48	1418	1393	1473	1493	1493

Tabela 4.15: Número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos Técnicos, por Eixo Tecnológico

EIXO TECNOLÓGICO	NÚMERO DE CURSOS	VING 2018	VING 2019	VING 2020	VING 2021	VING 2022
Ambiente, Saúde e Segurança	10	160	160	195	195	195
Controles e Processos Industriais	39	1680	1665	1665	1665	1695
Desenvolvimento Educacional e Social	0	0	0	0	0	0
Gestão e Negócios	5	180	180	180	180	180
Informação e Comunicação	6	260	265	365	265	265
Infraestrutura	6	520	525	525	525	525
Produção Alimentícia	3	140	115	115	115	115
Produção Cultural e Design	0	0	0	0	0	0
Produção Industrial	7	295	335	335	335	335
Recursos Naturais	5	210	210	210	210	210
Hospitalidade e Lazer	6	260	230	230	230	230
Total	87	3705	3685	3820	3720	3750

Tabela 4.16: Número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos Superiores de Tecnologia, por Eixo Tecnológico

EIXO TECNOLÓGICO	NÚMERO DE CURSOS	VING	VING	VING	VING	VING
		2018	2019	2020	2021	2022
Ambiente, Saúde e Segurança	0	0	0	0	0	0
Controle e processos Industriais	1	60	0	0	0	0
Desenvolvimento Educacional e Social	0	0	0	0	0	0
Gestão e Negócios	0	0	0	0	0	0
Informação e Comunicação	0	0	0	0	0	0
Infraestrutura	1	30	30	30	30	30
Produção Alimentícia	1	30	30	30	30	30
Produção Cultural e Design	1	60	60	60	0	0
Produção Industrial	0	0	0	0	0	0
Recursos Naturais	0	0	0	0	0	0
Hospitalidade e Lazer	1	30	30	30	30	30
Total	5	210	150	150	90	90

Tabela 4.17: Número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos de Bacharelado, por nome de curso

BACHARELADOS	CURSOS	VING 2018	VING 2019	VING 2020	VING 2021	VING 2022
Ciência e Tecnologia dos Alimentos	1	40	40	40	40	40
Sistemas de Informação	2	140	140	140	140	140
Arquitetura e Urbanismo	1	70	70	70	70	70
Engenharia de Computação	2	40	40	70	70	70
Engenharia de Controle e Automação	2	140	140	140	140	140
Engenharia Elétrica	2	120	120	120	120	120
Engenharia Ambiental	1	60	60	60	60	60
Engenharia Metalúrgica	1	0	40	80	80	80
Engenharia Mecânica	3	0	130	140	140	140
Enfermagem	1	0	30	30	30	30
Design Industrial	1	0	0	0	60	60
Engenharia de Alimentos	1	0	0	0	0	30
Engenharia de Produção	1	0	0	30	30	30
Total	19	610	810	920	980	1010

Tabela 4.18: Número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos de Licenciatura, por nome de curso

LICENCIATURAS	CURSOS	VING 2018	VING 2019	VING 2020	VING 2021	VING 2022
Física	1	20	20	20	20	20
Química	2	20	20	20	20	20
Biologia	1	20	20	20	20	20
Teatro	1	60	60	60	60	60
Matemática	2	80	110	110	110	110
Geografia	1	80	80	80	80	80
Ciências da Natureza	1	96	96	96	96	96
Letras - Português e Literaturas	2	80	80	80	110	110
Educação Física	2	60	60	60	90	90
Música	1	70	70	70	70	70
Total	14	586	616	616	676	676

Tabela 4.19: Número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos de Especialização, por nome de curso

ESPECIALIZAÇÕES	VING	VING	VING	VING	VING
	2018	2019	2020	2021	2022
Análise e Gestão de Sistemas de Informação	0	0	0	0	0
Docência no Século XXI	30	60	30	60	30
Ensino de Ciências Naturais	0	0	0	0	0
Educação Ambiental	30	50	30	50	30
Gestão, Design e Marketing	30	30	30	30	30
Literatura, Memória Cultural e Sociedade	30	60	30	60	30
Arquitetura da Cidade: suas Demandas e Tecnologias	0	30	0	30	0
Cultura, Patrimônio e Educação: Diálogos no Território	0	35	0	35	0
Geografia	0	30	0	30	0
Análise e Gestão de Sistemas de Informação	0	0	0	0	0
Total	120	295	120	295	120

Tabela 4.20: Número de cursos e total anual de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral de Cursos de Mestrado Profissional, por nome de curso

MESTRADOS PROFISSIONAIS	VING	VING	VING	VING	VING
	2018	2019	2020	2021	2022
Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física	10	10	10	10	10
Mestrado em Engenharia Ambiental	30	30	30	30	30
Mestrado Profissional em Sistemas Aplicados à Engenharia e Gestão	27	27	27	27	27
Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica	18	18	18	18	18
Mestrado Profissional em Ensino e suas Tecnologias	15	15	15	15	15
Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação	22	10	10	10	10
Mestrado em Arquitetura e Urbanismo	0	20	20	20	20
Total	122	130	130	130	130

4.3 Indicadores estratificados por *campus*

Esta seção apresenta os principais indicadores de oferta acadêmica de cada *campus*. Os Indicadores da oferta de custeio próprio em regime pleno, por *campus*, são mostrados na Tabela 4.21, a seguir.

Tabela 4.21: Indicadores da oferta de custeio próprio em 2022, por *campus*

CAMPUS (SIGLA)	VING	VEQ	CAMAT	CAEQ	AMAT	AEQ
Itaperuna (ITA)	960	611	2360	2523	1862	2022
Santo Antônio de Pádua (SAP)	550	387	1028	1068	901	924
Macaé (MAC)	860	875	2795	3042	2200	2427
avançado Maricá (MAR)	170	146	340	455	359	489
Campos Centro (CCC)	2431	2280	7204	7029	7145	7062
Campos Guarus (GUA)	778	648	2104	1878	1719	1698
Bom Jesus do Itabapoana (BJI)	1085	835	2243	2257	1977	1492
Quissamã (QUI)	475	333	555	804	944	849
avançado São João da Barra (SJB)	180	174	470	515	457	494
Cabo Frio (CBF)	705	563	1590	1539	1532	1531
avançado Cambuci (CAM)	180	165	355	420	284	358
Total Resultado	8374	7017	21044	21530	19380	19346

A Tabela 4.22, na sequência, exhibe a distribuição da oferta de custeio próprio estratificada por *campus* em 2022.

Tabela 4.22: Distribuição da oferta de custeio próprio estratificada por *campus*

CAMPUS	TEC (VING)	FOR (VING)	OUT (VING)	PROEJA (VING)	FIC (VING)	TOTAL
Itaperuna (ITA)	420	40	270	40	190	960
	44%	4%	28%	4%	20%	1
Santo Antônio de Pádua (SAP)	320	0	0	0	230	550
	58%	0%	0%	0%	42%	1
Macaé (MAC)	520	0	250	40	50	860
	60%	0%	29%	5%	6%	1
avançado Maricá (MAR)	170	0	0	0	60	230
	74%	0%	0%	0%	26%	1
Campos Centro (CCC)	1090	456	660	25	200	2431
	45%	19%	27%	1%	8%	1
Campos Guarus (GUA)	280	70	120	75	233	778
	36%	9%	15%	10%	30%	1
Bom Jesus do Itabapoana (BJI)	430	0	385	0	270	1085
	40%	0%	35%	0%	25%	1
Quissamã (QUI)	195	0	0	0	80	275
	71%	0%	0%	0%	29%	1
avançado São João da Barra (SJB)	180	0	0	0	60	240
	75%	0%	0%	0%	25%	1
Cabo Frio (CBF)	310	40	135	0	220	705
	44%	6%	19%	0%	31%	1
avançado Cambuci (CAM)	180	0	0	0	25	205
	88%	0%	0%	0%	12%	1
Resultado Total	4095	606	1820	180	1618	8319
%	49%	7%	22%	2%	19%	100%

A Tabela 4.23, que segue, expõe o Número cumulativo de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral entre 2018 e 2022 por *campus*, com detalhamento por modalidade de oferta (Presencial ou EAD).

Tabela 4.23: Número cumulativo de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral entre 2018 e 2022 por campus, com detalhamento por modalidade de oferta

<i>Campus</i>	Modalidade	Ving 2018	Ving 2019	Ving 2020	Ving 2021	Ving 2022
Itaperuna (ITA)	presencial	700	920	960	960	960
	EAD	-	-	-	-	-
Santo Antônio de Pádua (SAP)	presencial	540	515	550	550	550
	EAD	-	-	-	-	-
Macaé (MAC)	presencial	670	825	860	860	860
	EAD	-	-	-	-	-
avançado Maricá (MAR)	presencial	90	140	140	170	170
	EAD	-	-	-	-	-
Campos Centro (CCC)	presencial	2421	2431	2431	2431	2431
	EAD	-	-	-	-	-
Campos Guarus (GUA)	presencial	743	778	778	778	778
	EAD	-	-	-	-	-
Bom Jesus do Itabapoana (BJI)	presencial	655	875	965	1.025	1.085
	EAD	-	-	-	-	-
Quissamã (QUI)	presencial	350	475	475	475	475
	EAD	-	-	-	-	-
avançado São João da Barra (SJB)	presencial	180	310	180	310	180
	EAD	-	-	-	-	-
Cabo Frio (CBF)	presencial	685	680	700	715	705
	EAD	-	-	-	-	-
avançado Cambuci (CAM)	presencial	145	130	180	130	180
	EAD	-	-	-	-	-
Resultado Total	presencial	7.179	8.079	8.219	8.404	8.374
	EAD	-	-	-	-	-

A relação aluno-professor dos *campi*, calculada pela estimativa do número de alunos equivalentes matriculados (RAPm) é apresentada na 4.24. Os dados se referem ao ano em que a oferta proposta entra em regime pleno e consideram apenas os cursos de custeio próprio, não enquadrados na situação expansão.

Tabela 4.24: Alunos-Equivalentes (AEq) e Relação matrículas-professor (RAPm) da oferta de custeio próprio em regime pleno, por campus

<i>Campus</i>	AEqxFENC	Docentes em Tempo	RAPm
Itaperuna (ITA)	1338,04	70	19,11
Santo Antônio de Pádua (SAP)	648,35	32	20,26
Macaé (MAC)	1786,88	99	18,05
avançado Maricá (MAR)	339,73	28,5	11,92
Campos Centro (CCC)	7220,44	341,5	21,14
Campos Guarus (GUA)	1525,95	91	16,77
Bom Jesus do Itabapoana (BJI)	1231,45	83	14,84
Quissamã (QUI)	600,52	36,5	16,45
avançado São João da Barra (SJB)	399,63	28	14,27
Cabo Frio (CBF)	1365,04	74,5	18,32
avançado Cambuci (CAM)	246,4	20	12,32

O Número cumulativo de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral entre 2018 e 2022 por *campus* e tipo de curso segue na tabela 4.25.

Tabela 4.25: Número cumulativo de Vagas de Ingresso (VIng) da oferta geral entre 2018 e 2022 por *campus*, com detalhamento por tipo de curso

<i>Campus</i>	FIC	TEC	CST	BACH	LIC	ESP	MEST
Itaperuna (ITA)	950	2270	0	680	160	440	0
Santo Antônio de Pádua (SAP)	1160	1475	0	0	0	70	0
Macaé (MAC)	250	2695	0	1080	0	0,00	50
avançado Maricá (MAR)	150	560	0	0	0	0	0
Campos Centro (CCC)	1000	5565	390	1710	2280	600	600
Campos Guarus (GUA)	1190	1775	0	420	350	120	0
Bom Jesus do Itabapoana (BJI)	1260	2035	0	410	240	660	0
Quissamã (QUI)	1160	1090	0	0	0	0	
avançado São João da Barra (SJB)	300	780	0	0	0	80	0
Cabo Frio (CBF)	1000	1605	350	150	280	100	0
avançado Cambuci (CAM)	125	490	0	0	0	150	0
Total	8545	20340	740	4450	3310	2220	650

4.4 Cronograma de abertura dos cursos presenciais

Nesta seção é apresentado o cronograma de abertura dos cursos novos presenciais, em quadros separados por tipo de curso:

- Técnicos,
- Superiores de tecnologia (CST),
- Bacharelados, licenciaturas,
- Especializações e
- Mestrados.

Além dos cursos que passam a ter sua primeira oferta no IFF, também são considerados como cursos novos aqueles que passam por reformulação de Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

Os quadros apresentam o semestre de ingresso da primeira turma de cada curso novo, a periodicidade de entrada de novas turmas, número de vagas de ingresso (VIng) por turma, turno e local da oferta (cidade).

A periodicidade de ingresso pode ser:

- Semestral;
- Anual;
- Bianual;
- Diferenciada, quando a entrada se dá apenas após a formatura da turma anterior;
- Eventual, quando a oferta ocorre sob demanda ou sem frequência pré-definida

4.4.1 Cursos Técnicos

A tabela 4.26 apresenta o cronograma de abertura de novos cursos técnicos de nível médio, com detalhamento do tipo de oferta: Integrado (INT), Concomitante (CON) e Subsequente (SUB). Cursos do Proeja são classificados em concomitantes (EJA-CON) quando a formação geral é de responsabilidade de instituição parceira ou integrados (EJA-INT) quando os professores do IFF ministram todas as unidades curriculares do projeto de curso.

Tabela 4.26. Cronograma de abertura de cursos técnicos

Ano/ Semestre	Campus Ofertante	Nome do Curso	Tipo de oferta	Periodicidade de Entrada	Vagas por Turma	Turno
2022/1	Bom Jesus	Técnico em Automação Industrial	CON	semestral	30	Diurno
2019/1	Macaé	Técnico em Automação Industrial	CON	semestral	40	Diurno
2019/1	Macaé	Técnico em Eletromecânica	CON	semestral	40	Diurno
2019/1	Macaé	Técnico em Eletrônica	CON	semestral	40	Diurno
2019/1	Macaé	Técnico em Meio Ambiente	CON	semestral	20	Diurno
2019/1	Macaé	Técnico em Segurança do Trabalho	CON	semestral	20	Diurno
2019/1	Macaé	Técnico em Informática	INT	anual	35	Diurno
2019/1	Macaé	Técnico em Eletrotécnica	SUB	semestral	20	Noturno
2019/1	Macaé	Técnico em Eletrotécnica	CON	semestral	20	Diurno
2019/1	Macaé	Técnico em Química	SUB	semestral	20	Noturno
2019/1	Macaé	Técnico em Química	CON	semestral	20	Diurno
2019/1	Itaperuna	Técnico em Automação	CON	semestral	35	Diurno
2020/1	Santo Antônio de Pádua	Técnico em Enfermagem	INT	anual	35	Diurno
2019/1	Quissamã	Técnico em Administração	INT	anual	35	Diurno

4.4.2 Cursos Superiores de Tecnologia (CST)

A tabela 4.27 mostra o cronograma de abertura dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Tabela 4.27. Cronograma de abertura dos Cursos Superiores de Tecnologia

Ano/ Semestre	Campus Ofertante	Nome do Curso	Periodicidade de Entrada	Vagas por Turma	Turno
não há oferta prevista					

4.4.3 Bacharelados

O cronograma de abertura dos bacharelados é mostrado na tabela 4.28.

Tabela 4.28. Cronograma de abertura dos Bacharelados

Ano/ Semestre	Campus Ofertante	Nome do Curso	Periodicidade de Entrada	Vagas por Turma	Turno
2019/2	Campos Centro	Engenharia Mecânica	semestral	20	N
2019/1	Cabo Frio	Engenharia Mecânica	semestral	30	Integral
2020/1	Bom Jesus	Engenharia de produção	semestral	30	Diurno
2020/1	Bom Jesus	Engenharia de Computação	semestral	30	Diurno
2022/1	Bom Jesus	Engenharia de Alimentos	semestral	30	Diurno
2019/2	Macaé	Engenharia Metalúrgica	semestral	40	Diurno
2019/2	Itaperuna	Engenharia Mecânica	semestral	40	Diurno

4.4.4 Licenciaturas

O cronograma de abertura dos Cursos de Licenciatura, por campus, é exibido na Tabela 4.29.

Tabela 4.29. Cronograma de abertura das Licenciaturas

Ano/ Semestre	Campus Ofertante	Nome do Curso	Periodicidade de Entrada	Vagas por Turma	Turno
2021/1	Bom Jesus	Licenciatura em Educação Física	anual	30	Noturno
2021/1	Bom Jesus	Licenciatura em Letras	anual	30	Noturno
2021/1	Bom Jesus	Licenciatura em Matemática	anual	30	Noturno
2019/1	Itaperuna	Licenciatura em Química	anual	40	Diurno

4.4.5 Especializações

O cronograma de abertura é exibido na Tabela 4.30.

Tabela 4.30. Cronograma de abertura das especializações

Ano/ Semestre	Campus Ofertante	Nome do Curso	Periodicidade de Entrada	Vagas por Turma	Turno
2019/2	Bom Jesus	Pós-Graduação em Agricultura de Precisão	anual	10	Noturno
2019/3	Bom Jesus	Pós-Graduação em Zootecnia de Precisão	anual	10	Noturno
2019/4	Bom Jesus	Pós-Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional	anual	15	Noturno
2019/5	Bom Jesus	Pós-Graduação em Automação e Controle no Processo de Alimentos	anual	10	Noturno
2019/6	Bom Jesus	Pós-Graduação em Educação Ambiental	anual	30	Noturno
2019/7	Bom Jesus	Pós-Graduação em Economia Solidária, Etnohistória e Tecnologias Sociais	anual	30	Noturno
2019/8	Bom Jesus	Pós-Graduação em Literatura, Memória Cultural e Sociedade	anual	30	Noturno
2019/9	Bom Jesus	Pós-Graduação em Educação do Século XXI	anual	30	Noturno
2019/2	Guarus	Pós -graduação em Saúde Pública	anual	30	Noturno
2019/2	Itaperuna	Direitos Humanos	anual	30	Noturno
2019/2	Itaperuna	Gestão de Micro e Pequenas Empresas	anual	40	Noturno
2019/2	Itaperuna	Sistemas de Informação / Computação	anual	40	Noturno
2019/2	São João da Barra	Pós na área de Humanas (ainda não definido nome)	anual	40	Noturno
2019/2	Santo Antônio de Pádua	Diálogos no Território: patrimônio e cultura	anual	35	Noturno

4.4.6 Mestrados

O cronograma de abertura dos mestrados profissionais é apresentado a seguir, na Tabela 4.31.

Tabela 4.31. Cronograma de abertura dos Cursos de Mestrado Profissional

Ano/ Semestre	Campus Ofertante	Nome do Curso	Periodicidade de Entrada	Vagas por Turma	Turno
2019/1	Campos Centro	Mestrado em Arquitetura e Urbanismo	anual	20	Diurno

4.5 Oferta de educação a distância

Esta seção apresenta tanto a atual oferta de educação a distância no IFF, quanto à planejada para o período de implantação do POCV. Diferentemente da seção destinada ao ensino presencial, nesta seção foi incluída a oferta realizada com fomento externo, por meio de programas como a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec). Além dos parâmetros das tabelas da seção anterior, nesta seção também é informada a situação de cada curso quanto à implantação.

4.5.1 Cursos FIC

A Tabela 4.32 mostra a oferta de Cursos FIC à distância. Alguns cursos não têm o nome especificado, uma vez que o campus pode variar a oferta de cursos dentro de uma mesma área ou eixo tecnológico a cada semestre, conforme demanda.

Tabela 4.32: Oferta de cursos FIC à distância

Nome do Curso	Campus Ofertante	Programa	Vagas por Turma	Nº de Turmas	Turno	Periodicidade de Entrada	Situação	Semestre de Início
não há oferta prevista								

4.5.2 Cursos técnicos

A Tabela 4.33 apresenta o número de Cursos Técnicos à distância.

Tabela 4.33. Oferta de Cursos Técnicos à distância

Nome do Curso	Campus ofertante	Programa	Vagas	N. de turmas	periodicidade de oferta	Situação	Semestre letivo
Técnico em Segurança do Trabalho	Bom Jesus do Itabapoana	Rede e-Tec	50	1	eventual	corrente	2017/1
Técnico em Segurança do Trabalho	Cambuci	Rede e-Tec	50	1	eventual	corrente	2017/1
Técnico em Segurança do Trabalho	Cabo Frio	Rede e-Tec	110	1	eventual	corrente	2017/1
Técnico em Segurança do Trabalho	Centro de Referência	Rede e-Tec	100	1	eventual	corrente	2017/1
Técnico em Segurança do Trabalho	Itaperuna	Rede e-Tec	50	1	eventual	corrente	2017/1
Técnico em Segurança do Trabalho	Maricá	Rede e-Tec	50	1	eventual	corrente	2017/1
Técnico em Segurança do Trabalho	Quissamã	Rede e-Tec	50	1	eventual	corrente	2017/1
Técnico em Segurança do Trabalho	Santo Antônio de Pádua	Rede e-Tec	50	1	eventual	corrente	2017/1
Técnico em Segurança do Trabalho	São João da Barra	Rede e-Tec	100	1	eventual	corrente	2017/1

4.5.3 Cursos Superiores de Tecnologia (CST)

O cronograma de abertura dos mestrados profissionais é apresentado a seguir, na Tabela 4.31.

Tabela 4.34. Oferta de Cursos Superiores de tecnologia à distância

Nome do Curso	Campus ofertante	Programa	Vagas	N. de turmas	periodicidade de oferta	Situação	Semestre letivo
Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico	Campos Centro	UAB/CEDERJ	252	1	eventual	novo	2020/2

4.5.4 Licenciaturas

Tabela 4.35: Oferta de Cursos de Licenciatura à distância

Nome do Curso	Campus ofertante	Programa	Vagas	N. de turmas	periodicidade de oferta	Situação	Semestre letivo
não há oferta prevista							

4.5.5 Especializações

A Tabela 4.36 apresenta o número de Especialização à distância.

Tabela 4.36: Oferta de Cursos de Especialização à distância

Nome do Curso	Campus ofertante	Programa	Vagas	N. de turmas	periodicidade de oferta	Situação	Semestre letivo
Pós-graduação lato sensu em Educação Básica e Saberes Pedagógicos na Contemporaneidade	Bom Jesus do Itabapoana	UAB	45	1	eventual	novo	2019/2
Pós-graduação lato sensu em Educação Básica e Saberes Pedagógicos na Contemporaneidade	Cordeiro	UAB	45	1	eventual	novo	2019/2
Pós-graduação lato sensu em Educação Básica e Saberes Pedagógicos na Contemporaneidade	Quissamã	UAB	90	1	eventual	novo	2019/2
Pós-graduação lato sensu em Educação Básica e Saberes Pedagógicos na Contemporaneidade	Santo Antônio de Pádua	UAB	45	1	eventual	novo	2019/2

4.6 Glossário

Aluno-Equivalente (AEq). Conforme a Portaria 25/2015/SETEC/MEC, o conceito Aluno-Equivalente, definido na Portaria MEC nº 818/2015, é calculado a partir do produto do Aluno Matriculado (AMat) pelo Fator de Equiparação de Carga Horária de curso (FECH) e pelo Fator de Esforço de Curso (FEC), ou seja: $AEq = Amat * FECH * FEC$. Neste Plano, o total anual de Alunos-Equivalentes é a soma dos Alunos-Equivalentes do primeiro semestre do ano considerado e das Vagas de Ingresso Equivalentes oferecidas no segundo semestre.

Aluno Matriculado (AMat). Conforme a Portaria 25/2015/SETEC/MEC, define-se o por Aluno Matriculado em um dado período o aluno com a situação “Em curso” no SISTEC em pelo menos um dia no período considerado e que não esteja retido por tempo maior do que a duração do seu ciclo. Neste documento, utilizou-se o conceito definido como Matrículas Previstas como aproximação ao conceito de Aluno Matriculado da portaria 25.

Capacidade de Matrículas (CMat). Em relação a um curso, é o número de vagas de ingresso multiplicado pelo número de fases simultaneamente oferecidas, desconsideradas turmas especiais e pendências. A capacidade seria equivalente ao número de alunos que um curso teria se todas as suas vagas de ingresso fossem preenchidas e não houvesse evasão até o início da última fase. Quando referente ao período de um ano letivo, a capacidade total anual é a soma da capacidade de matrículas do primeiro semestre e do número de vagas de ingresso do segundo semestre. É o indicador usado neste documento como aproximação do número de Ingressantes Acumulados, previsto na Portaria 25/2015/SETEC/MEC.

Capacidade de Alunos Equivalentes (CAEq). Indicador usado neste documento como aproximação do número de Ingressantes Acumulados Equivalente, previsto na Portaria 25/2015/SETEC/MEC, utilizando-se fórmula análoga de cálculo, ou seja: $CAEq = Cmat * FECH * FEC$. A Capacidade de Alunos Equivalentes de um ano letivo é dada pela soma da Capacidade de Alunos Equivalentes do primeiro semestre e o número de Vagas de Ingresso Equivalentes (Veq) do segundo semestre.

Carga Horária Mínima Regulamentada. Conforme a Portaria 25/2015/SETEC/MEC, é:

- a) para cursos técnicos subsequentes e concomitantes, definida no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos;
- b) para cursos técnicos integrados ao ensino médio, 3.000, 3.100 ou 3.200 horas, conforme o número de horas para as respectivas habilitações profissionais indicadas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, seja de 800, 1.000 ou 1.200 horas;
- c) para cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos - PROEJA, 2.400 horas;
- d) para cursos superiores de tecnologia, definida no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia;
- e) para cursos de graduação, definida nas Resoluções do Conselho Nacional de Educação;
- f) para cursos de especialização, igual a 360 horas;
- g) para cursos de mestrado, igual a 360 horas;
- h) para cursos de doutorado, igual a 460 horas

Custeio. Diz respeito à forma como a maior parte dos gastos referentes ao curso é financiada, fundamentalmente quanto ao quadro de pessoal. Pode ser de dois tipos:

- próprio: cursos em que a carga horária prevista nos Planos Pedagógicos de Cursos é distribuída nos Planos de Atividades Docentes dos professores do quadro do IFF;
- externo: cursos financiados - total ou parcialmente - por programas como Bolsa-Formação (Pronatec), e-Tec e UAB, ou quando um parceiro externo é responsável pela contratação dos professores;

Distribuição da oferta. Percentuais apresentados na legislação que orientam a atuação do Instituto. A Lei nº 11.892/2008, em seu artigo 8º, estabelece que no desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir: o mínimo de 50% de suas vagas para ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; e, o mínimo de 20% de suas vagas para ministrar em nível de educação superior cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional. O Decreto nº 5.840/2006, por sua vez, dispõe no parágrafo 1º do artigo 2º que no mínimo 10% do total das vagas de ingresso da instituição sejam disponibilizadas para cursos do Proeja - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Eixo tecnológico. É a categorização da oferta dos cursos de acordo com a futura área de atuação do egresso. Para este documento, os cursos foram associados a eixos tecnológicos com base em:

- Cursos FIC: usou-se o Guia Pronatec de Cursos FIC.
- Cursos Técnicos: usou-se o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.
- Cursos Superiores de Tecnologia: usou-se o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.
- Demais cursos: não se fez correspondência a eixos tecnológicos, utilizando-se “não se aplica” para registro do respectivo campo de informação nas planilhas preenchidas pelos campus.

Expansão. Cursos a serem ofertados caso haja viabilidade de ampliação de infraestrutura e quadro de pessoal durante a vigência do PDI, à medida que sejam redistribuídos ao IFF novas vagas de docentes e servidores técnico-administrativos e/ou que haja recursos suficientes para a expansão de infraestrutura para além do previsto no Capítulo 6 - Plano Diretor de Infraestrutura Física. Cursos nessa situação não contabilizam carga horária para fins de dimensionamento do quadro de docentes.

Fator de Equiparação de Carga Horária de curso (FECH). Conforme a Portaria 25/2015/SETEC/MEC, o FECH para cada curso, excetuando os cursos FIC, é calculado pela razão entre a carga horária mínima regulamentada do curso e a sua duração em anos, prevista no projeto pedagógico, considerada a carga horária de referência de 800 horas anuais, ou seja:

$FECH = \text{carga horária mínima regulamentada} / (\text{duração do curso em anos} * 800 \text{ horas})$. Para cursos FIC, o FECH é calculado pela razão entre a carga horária nominal do curso em seu Projeto Pedagógico e a carga horária padrão de 800 horas anuais.

Fator de Equiparação de Nível de Curso (FENC). Conforme a Portaria 25/2015/SETEC/MEC, é um fator usado para a equiparar os alunos matriculados em cursos de níveis distintos e, assim, unificar o cálculo da Relação Aluno por Professor e/ou Relação Estudante por Professor, previstas nas estratégias 11.11 e 12.3 do Plano Nacional de

Educação - PNE, aprovado por meio da Lei nº 13.005/2014. A Portaria 25 define os seguintes valores para o FEC:

- Cursos FIC e Técnicos: 20/20
- Cursos de Graduação: 20/18
- Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu: 20/12 pela Capacidade total anual de alunos equivalentes
- Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu: 20/8

Fator de Esforço de Curso (FEC). Conforme a Portaria 25/2015/SETEC/MEC, é o ajuste da carga horária do curso em função da quantidade de aulas práticas com redução do número de alunos em decorrência da subdivisão da turma. É sempre um valor igual ou superior a um (exemplo: um FEC de 1,27 significa que o Aluno-Equivalente do curso considerado vale 27% mais do que um Aluno Matriculado). O valor do FEC de cada curso consta do Anexo I da Portaria 25.

Ingressantes acumulados (IA). Conforme a Portaria 25/2015/SETEC/MEC, são calculados pelo somatório dos ingressantes de todos os ciclos de matrícula com data de término prevista não expirada. Neste documento, utiliza-se o conceito de Capacidade como aproximação do número de Ingressantes Acumulados, uma vez que: 1) presume-se que, em até cinco anos, o número de vagas de ingresso não preenchidas será desprezível; 2) a ferramenta empregada para a elaboração do planejamento dos campi se tornaria muito complexa se tivesse de considerar ciclos de matrícula.

Ingressantes acumulados equivalentes (IAEq). Conforme a Portaria 25/2015/SETEC/MEC, são calculados a partir do produto do número de Ingressantes Acumulados pelo Fator de Equiparação de Carga Horária e pelo Fator de Esforço de Curso, ou seja: $IAEq = IA * FECH * FEC$.

Matrículas previstas. Estimativa do número médio de alunos, por turma, matriculados em cada fase de um curso. Para a primeira fase do curso, é igual ao número de vagas. Nas fases seguintes, é uma estimativa baseada no histórico do curso ou na meta desejada, de forma a obter uma projeção realista da relação aluno-professor (RAP). Considera-se como matriculado o aluno que frequentou pelo menos um dia as aulas no semestre de referência, incluindo ingressantes, trancados, desistentes, cancelados, formados e integralizados. A projeção deve levar em conta que o cálculo de Aluno Equivalente pelo MEC não considera os alunos que estão em situação de retenção por mais tempo que o período regular de integralização do curso. Quando a referência é o ano em vez do semestre, o número total de matrículas previstas (ou Alunos Matriculados) de um curso equivale à soma das matrículas previstas em todas as fases oferecidas No primeiro semestre letivo mais o número de vagas oferecidas no segundo.

Modalidade. Refere-se à modalidade da oferta, ou seja, a forma de desenvolvimento do curso quanto ao acompanhamento das atividades acadêmicas, podendo ser presencial ou à distância.

Professores em tempo integral. Utilizado para o cálculo da Relação Aluno-Professor, o somatório de Professor Tempo Integral considera todos os professores efetivos da instituição, ponderando com peso igual a 1,0 aqueles em regime de 40 (quarenta) horas semanais ou de Dedicção Exclusiva e com peso igual a 0,5 aqueles em regime de 20 (vinte) horas semanais.

Relação Aluno-Professor (RAP). Simplificadamente, a RAP é o resultado da divisão do número de alunos pelo número de professores do grupo considerado (curso, campus, Instituto, etc.). Conforme a Portaria 25/2015/SETEC/MEC, é a RAP é divisão,

pelo número de Professores Efetivos em Tempo Integral, do somatório de alunos-equivalentes multiplicados pelo respectivo Fator de Equiparação de Nível de Curso (FENC). O cálculo da RAP não computa alunos de cursos cujo custeio não seja classificado como “próprio”, nem aqueles cuja situação é “expansão”. Neste documento, calcula-se a RAP de duas formas, conforme o indicador adotado como “aluno”:

- Relação Matrículas-Professor (RAPm): é o cálculo mais aproximado possível da definição da Portaria 25, usando-se Aluno-Equivalente (AEq).
- Relação Capacidade-Professor (RAPc): utiliza a Capacidade de Alunos Equivalentes (CAEq) no lugar do Aluno-Equivalente.

Relação Capacidade-Professor (RAPc). Ver Relação Aluno-Professor.

Relação Matrículas-Professor (RAPm). Ver Relação Aluno-Professor.

Situação do curso. Classificação dos cursos quanto à abertura de vagas. Curso corrente é aquele que já é ofertado, podendo estar em regime pleno ou ainda em implantação. Curso em extinção é um curso atualmente oferecido, mas que já está ou entrará em processo de extinção, sem abertura de vagas novas durante o período de vigência do PDI. Cursos com previsão de início de implantação durante a vigência do PDI podem ser classificados como novo (quando será periodicamente oferecido), eventual (quanto à oferta não for periódica) ou de oferta única (quando a oferta for pontual, para atendimento de demanda específica). Cursos categorizados como expansão são aqueles que o campus pretende oferecer, mas cuja implantação é dependente de ampliação de quadro de servidores para além do previsto nesse PDI, de condições de infraestrutura, do estabelecimento de parcerias externas ou de aprovação em programas como UAB, e-Tec e Bolsa-Formação/Pronatec.

Tipo de curso. Forma de categorização transversal que diferencia os cursos da EPCT em seus diversos níveis e graus. Neste documento, as seguintes categorias são utilizadas: Formação Inicial e Continuada (FIC), Técnico, Curso Superior de Tecnologia (CST), Licenciatura, Bacharelado, Especialização (Lato Sensu) e Mestrado Profissional.

Tipo de oferta. Forma de categorização transversal que diferencia as formas de ofertados Cursos Técnicos de Nível Médio e dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Neste documento, são empregadas as categorias: Integrado (INT), Concomitante (CON) e Subsequente (SUB) para a oferta de cursos técnicos. Cursos do Proeja, de nível médio ou fundamental são classificados em concomitantes (EJA-CON) quando a formação geral é de responsabilidade de instituição parceira ou integrados (EJA-INT) quando os professores do IFF ministram todas as unidades curriculares do projeto de curso. Para os cursos FIC que não fazem parte do Proeja e para os demais tipos de curso, não se aplica a categorização de tipo de oferta neste documento.

Vagas de ingresso (VIng). Considera-se o número de vagas de ingresso que serão efetivamente ofertadas em cada curso, no semestre ou ano de referência. O total anual de vagas de ingresso é obtido pela soma das vagas de ingresso oferecidas no primeiro e no segundo semestre do ano de referência.

Vagas de ingresso equivalentes (VEq). É a soma das vagas de ingresso equalizadas pela carga horária semestral oferecida no primeiro e no segundo semestre do ano considerado. O total anual de vagas de ingresso equivalentes é obtido pela soma das vagas de ingresso equivalentes oferecidas no primeiro e no segundo semestre do ano de referência.



PLANO DIRETOR DE
INFRAESTRUTURA FÍSICA

CAPÍTULO
05

5.1 Introdução

A intensidade do ritmo de expansão de Rede Federal de Educação Tecnológica, a partir da criação dos Institutos Federais em 2008, associada a intervalo muito curto de tempo, provocou desequilíbrios entre os *campi* criados a partir dessa nova configuração, onde os mais antigos e embrionários contavam com infraestrutura de atendimento mais consolidada, classificados como sujeitos à reestruturação, enquanto os mais novos e numerosos, classificados como expansão, iniciaram suas atividades com pendências importantes na sua infraestrutura básica, que permaneceram e se agravaram com o crescimento do número de matrículas e com a redução dos investimentos por parte do governo federal, especialmente a partir de 2016.

Sem desconsiderar as incertezas dos investimentos necessários à consolidação do projeto da Rede orientado à interiorização, o IFFluminense, com base nas suas características, finalidades e objetivos previstos na lei de criação dos Institutos Federais, a Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional propõe diretrizes para adequação da infraestrutura física, amparadas na realidade dos ambientes e sítios, identificada por sua equipe de engenheiros e arquitetos, com o apoio das comissões locais de servidores em cada uma das unidades administrativas, além de alguns documentos de referência a seguir relacionados:

- Lei nº 10.861/2004, que criou o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) e estabelece, entre outros, os requisitos de infraestrutura física para a oferta de cursos de graduação.
- Decreto nº 5.773/2006, que estabelece em seu artigo 16, item VII, a infraestrutura física para as instalações acadêmicas.
- Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta a Lei nº 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica.
- Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com necessidades especiais ou com mobilidade reduzida.

No presente capítulo, são abordados, a título de infraestrutura do IFFluminense, o acervo das bibliotecas, as questões relacionadas com sistemas de combate a incêndio nas unidades administrativas, as questões relativas à acessibilidade, a construção de um Plano Diretor de Infraestrutura com base nas demandas fornecidas pelos *campi* e, também, a questão associada à adoção do processo administrativo em meio eletrônico como ação dirigida ao aperfeiçoamento dos processos de trabalho da instituição.

5.2 Acervo das bibliotecas

Em avaliação preliminar, considera-se que as bibliotecas do IFFluminense atendem tanto ao perfil de uma biblioteca escolar quanto ao de uma biblioteca universitária, porém os bibliotecários definem essas bibliotecas como universitárias, porque a instituição desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão inerentes à formação universitária. Além disso, as bibliotecas oferecem o serviço de empréstimo de materiais, exclusivamente, à comunidade acadêmica (alunos e servidores). Por estarem no status de biblioteca universitária, as bibliotecas do IFFluminense devem disponibilizar em seu acervo toda a bibliografia básica e complementar constante no projeto pedagógico dos cursos ofertados nos *campi* e em quantidade que atenda às exigências do Sinaes, no caso da oferta de cursos superiores.

Condicionou-se, portanto, que, para o pleno atendimento dos alunos, é necessário que as bibliotecas dos *campi* contemplem em seu acervo as referidas bibliografias, além de estrutura mínima de pessoal para funcionamento ininterrupto no período letivo e mobiliário e equipamentos adequados (estantes, mesas, cadeiras, computadores).

Os horários de funcionamento das bibliotecas são organizados de forma a atender os turnos de funcionamento de cada um dos *campi*. A tabela a seguir apresenta os dados referentes ao horário de funcionamento, espaço físico e acervo da biblioteca de cada *campus*.

A questão operacional é organizada com a ajuda de Sistemas de Gerenciamento de Acervo, tendo sido adotado o gerenciador SOPHIA BIBLIOTECA.

O acervo das bibliotecas é primordialmente composto por obras de referência, obras literárias e bibliografia presentes nos projetos pedagógicos dos cursos ofertados por cada *campus*. De acordo com os critérios estabelecidos, as bibliotecas dos *campi* deverão estar preparadas para atender à comunidade escolar nos primeiros três anos de implantação de um *campus*, e, durante esse período, os *campi* deverão planejar a expansão e o crescimento da estrutura física e do acervo informacional da biblioteca, bem como do quadro de servidores, para que seja mantida a qualidade dos serviços oferecidos na medida em que se aumenta gradativamente o ingresso de mais alunos por oferta crescente.

As bibliotecas do IFFluminense têm como missão facilitar o acesso e a divulgação dos recursos informacionais e colaborar nos processos de produção do conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão do instituto. Em números absolutos, ocupam área superior a 2.500m², disponibilizam 52.725 títulos, 112.316 exemplares para seus usuários, consoante levantamento quantitativo contido na Tabela 5.1 a seguir:

Tabela 5.1 - Estrutura de funcionamento e acervo das bibliotecas

CAMPUS	ESTRUTURA		QUANTITATIVO DO ACERVO						
	Horário atendimento	Área (m²)	Livros				Periódicos		Acervo Eletrônico
			Títulos	Total de Exemplares	Exemplares		Nacionais	Internac.	
					Comprados	Doados			
Bom Jesus Itabapoana	7h às 21h	277,02	7.550	11.555	S/I	S/I	20	0	0
Cabo Frio	8h às 21h	155,41	2.003	7.400	S/I	S/I	0	0	0
Cambuci	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Campos Centro	8h às 21h	641,74	24.524	50.969	25.943	25.026	493	27	2.068
Campos Guarus	7h às 20h	518,20	1.638	4.693	S/I	S/I	72	5	S/I
Itaboraí	-	184,05	<i>campus em construção</i>						
Itaperuna	8h às 21h	199,28	2.485	8.893	8.134	759	67	0	0
Macaé	8h às 21h	329,00	10.500	21.913	7.740	14.173	124	14	294
Maricá	-	184,05	<i>campus em construção</i>						
Quissamã	8h às 22h	87,54	2.308	3.865	107	3.758	64	0	0
São João da Barra	8:30h às 17h	76,33	557	710	0	710	0	0	0
Santo Antônio de Pádua	7h às 22h	184,05	694	1.586	810	776	84	0	14
Polo de Inovação	8h às 17h	47,97	466	732	0	732	3	0	0

Fonte: Comissões locais do PDI

Embora não tenha sido construído indicador específico para as bibliotecas, além dos *campi* em construção, que já preveem no seu projeto arquitetônico a existência de bibliotecas, as atenções da gestão se voltam para o *Campus Avançado Cambuci*, única unidade ainda sem espaço definido para essa finalidade.

5.3 Plano para adequação dos sistemas de combate a incêndio no IFFluminense

A partir de auditoria ordinária realizada pela CGU em 2015, foi estabelecido um conjunto de ações que precisariam ser efetivadas pelo IFFluminense para adequação de suas instalações internas com vistas ao pleno atendimento das exigências do CBMERJ, no que tange aos sistemas de combate a incêndio, essas ações são transportadas e desenvolvidas no presente tópico, com vistas a sua efetivação.

A providência inicial identificada diz respeito ao diagnóstico do sistema existente nas unidades do IFFluminense, tendo sido estabelecido o seguinte plano de abordagem em premissas para sua obtenção:

1. Identificação dos componentes de um sistema de combate a incêndio;
2. Atribuição do peso de cada componente dentro do sistema de combate a incêndio;
3. Cálculo do peso de cada *campus* do instituto;
4. Apuração do índice do sistema existente em cada *campus*;
5. Definição do índice de combate a incêndio de cada *campus*;
6. Definição do índice de combate a incêndio do instituto.

5.3.1 Premissas para identificação dos componentes de um sistema de combate a incêndio

Tomando como referência um projeto de combate a incêndio padrão, desenvolvido respeitando as exigências do Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico (COS-CIP) do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, foram identificados quatro componentes de um sistema de combate a incêndio, que são eles:

- a. Projeto do sistema de combate a incêndio;
- b. Rede de água pressurizada, inclusive reserva técnica de incêndio (RTI);
- c. Extintores;
- d. Sinalização de segurança.

5.3.2 Premissas para atribuição do peso de cada componente dentro do sistema de combate a incêndio

Tomando como base o projeto de combate a incêndio desenvolvido para o *Campus* Campos Guarus, foram adotados os seguintes critérios para a atribuição dos pesos de cada componente de um sistema de combate a incêndio, assim temos:

- e. Projeto: 10,0%;
- f. Rede de água pressurizada: 42,5%;
- g. Extintores: 42,5%;
- h. Sinalização: 3,0%.

5.3.3 Premissas para o cálculo do peso de cada *campus* do instituto

Percentual correspondente a área construída do *campus* dividida pela área total construída do instituto.

Apuração do índice do sistema existente em cada *campus*:

- a. Projeto do sistema de combate a incêndio;
 - i. 100% para projeto aprovado;
 - ii. 75% para *campus* que tenha projeto e necessite de revisão em função da alteração física do *campus*;
 - iii. Percentual correspondente à área do prédio com projeto, dividido pela área total do *campus*, caso alguma construção recente tenha projeto.

- b. Rede de água pressurizada, inclusive reserva técnica de incêndio (RTI);
 - i. Para prédio com projeto aprovado: será o percentual correspondente à área do prédio com rede pressurizada, dividido pela área total do *campus*;
 - ii. Para prédio com rede pressurizada, porém sem projeto aprovado: será aplicado ao índice anterior uma redução de 75%, em função de não se saber se a rede existente atende às exigências do COSCIP.

- c. Extintores;
 - i. 100% caso tenha extintores instalados no *campus*;
 - ii. 0% para *campus* em obras na fase de implantação.

- d. Sinalização.
 - i. 100% caso a sinalização de segurança do *campus* esteja instalada de acordo com o especificado em projeto;
 - ii. Percentual correspondente a 25% da área do prédio com sinalização, dividido pela área total do *campus* caso o *campus* tenha sinalização instalada e não disponha de projeto aprovado;
 - iii. Percentual correspondente à área do prédio com sinalização de acordo com o projeto, dividido pela área total do *campus*.

5.3.4 Premissa para definição do índice de combate a incêndio de cada *campus* e do Instituto

O índice de combate a incêndio do *campus* corresponde ao percentual resultante da multiplicação entre o peso de *campus* e o índice do sistema existente em cada *campus*.

Já o índice de combate a incêndio do Instituto corresponde ao percentual resultante do somatório dos índices de cada *campus*.

A partir das premissas adotadas, fica estabelecido o diagnóstico dos sistemas de combate a incêndio exigíveis para o IFFluminense, indicados na Tabela 5.2 a seguir:

Tabela 5.2 - Diagnóstico dos sistemas de combate a incêndio e pânico no IFFluminense em 2017

Campus	Peso do Campus	Apuração do sistema existente					Índice do Sistema de Combate a Incêndio
		Projeto	Rede Pressurizada	Extintores	Sinalização	Índice Atual	
Campos Centro	31,89%	100%	22%	100%	15%	62,8%	20,02%
Bom Jesus do Itabapoana	14,15%	16%	16%	100%	11%	49,4%	6,99%
Macaé	9,84%	8%	31%	100%	7%	54,9%	5,40%
Itaperuna	8,94%	0%	25%	100%	4%	51,5%	4,60%
Campos Guarus	6,77%	75%	63%	100%	15%	76,7%	5,19%
Reitoria	1,72%	0%	25%	100%	4%	51,5%	0,89%
Cabo Frio	6,19%	0%	33%	100%	4%	55,2%	3,41%
Santo Antônio de Pádua	4,53%	100%	100%	100%	100%	100,0%	4,53%
Quissamã	3,07%	0%	0%	100%	14%	40,7%	1,25%
São João da Barra	1,93%	0%	0%	100%	4%	40,2%	0,77%
Cambuci	1,17%	0%	0%	100%	4%	40,2%	0,47%
PICG	0,64%	0%	0%	100%	4%	40,2%	0,26%
Centro de Referência	0,20%	0%	0%	0%	0%	0,0%	0,00%
Maricá	4,43%	0%	0%	0%	0%	0,0%	0,00%
Itaboraí	4,53%	0%	0%	0%	0%	0,0%	0,00%
Instituto Federal Fluminense	100,00%	44,53%	25,97%	90,84%	13,83%	53,79%	53,79%

Fonte: Diretoria de Infraestrutura - DINFRA

Com base no diagnóstico apurado, foi desenvolvida a proposta a seguir (Tabela 5.3), que trata da evolução da adequação dessas instalações, constituindo indicadores percentuais para fins de avaliação institucional durante o período de vigência do PDI:

Tabela 5.3 - Percentual de adequação dos sistemas de combate a incêndio e pânico

INSTALAÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO						
Campus	2017 (existente)	2018	2019	2020	2021	2022
Campos Centro	20,02%	23,03%	29,97%	29,97%	29,97%	29,97%
Bom Jesus do Itabapoana	6,99%	6,78%	7,96%	8,55%	8,55%	10,47%
Macaé	5,40%	5,24%	6,09%	6,52%	9,24%	9,24%
Itaperuna	4,60%	4,93%	5,83%	6,26%	8,94%	8,94%
Campos Guarus	5,19%	5,03%	6,86%	7,21%	8,20%	8,20%
Reitoria	0,89%	0,86%	1,02%	1,10%	1,62%	1,62%
Cabo Frio	3,41%	5,82%	6,50%	6,89%	8,01%	8,01%
Santo Antônio de Pádua	4,53%	4,39%	4,26%	4,26%	4,26%	4,26%
Quissamã	1,25%	1,21%	1,62%	1,75%	1,75%	3,05%
São João da Barra	0,77%	0,75%	0,95%	1,04%	1,04%	1,04%
Cambuci	0,47%	0,46%	1,14%	1,25%	1,25%	2,17%
PICG	0,26%	0,35%	0,44%	0,48%	0,48%	0,84%
Centro de Referência	0,00%	0,00%	0,00%	0,19%	0,19%	0,84%
Maricá	0,00%	0,00%	4,17%	4,17%	4,17%	4,17%
Itaboraí	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Instituto Federal Fluminense	53,79%	58,85%	76,82%	79,63%	87,65%	92,81%

Fonte: Diretoria de Infraestrutura - DINFRA

Dessa forma, para se atingir os percentuais estabelecidos na tabela anterior, foi desenvolvido o seguinte planejamento:

1. Para 2018:

- a. Aumento natural em função das obras em andamento (restaurante em Itaperuna, bloco A do Polo de Inovação e salas de aula com auditório em Cabo Frio);
- b. Início da execução da rede pressurizada e sinalização do *Campus* Campos-Centro.

Tabela 5.4 - Prognóstico de adequação dos sistemas de combate a incêndio e pânico - Ano 2018

<i>Campus</i>	Peso do <i>Campus</i>	Apuração do sistema existente					Índice do Sistema de Combate a Incêndio
		Projeto	Rede Pressurizada	Extintores	Sinalização	Índice Atual	
Campos Centro	30,92%	100%	40%	100%	100%	74,5%	23,03%
Bom Jesus do Itabapoana	13,71%	16%	16%	100%	11%	49,4%	6,78%
Macaé	9,54%	8%	31%	100%	7%	54,9%	5,24%
Itaperuna	9,22%	0%	29%	100%	4%	53,5%	4,93%
Campos Guarus	6,56%	75%	63%	100%	15%	76,7%	5,03%
Reitoria	1,67%	0%	25%	100%	4%	51,5%	0,86%
Cabo Frio	8,26%	0%	67%	100%	4%	70,4%	5,82%
Santo Antônio de Pádua	4,39%	100%	100%	100%	100%	100,0%	4,39%
Quissamã	2,97%	0%	0%	100%	14%	40,7%	1,21%
São João da Barra	1,87%	0%	0%	100%	4%	40,2%	0,75%
Cambuci	1,13%	0%	0%	100%	4%	40,2%	0,46%
PICG	0,87%	0%	0%	100%	4%	40,2%	0,35%
Centro de Referência	0,19%	0%	0%	0%	0%	0,0%	0,00%
Maricá	4,30%	0%	0%	0%	0%	0,0%	0,00%
Itaboraí	4,39%	0%	0%	0%	0%	0,0%	0,00%
Instituto Federal Fluminense	100,00%	43,17%	34,73%	91,12%	39,81%	58,85%	58,85%

Fonte: Diretoria de Infraestrutura - DINFRA

2. Para 2019:

- a. Aumento natural em função das obras em andamento (laboratórios em Guarus, almoxarifado em Quissamã, quadra e salas de aula em Cambuci e Auditório em Itaperuna);
- b. Execução dos projetos e orçamentos de sistemas de combate a incêndio de todos os *campi*;
- c. Entrada em operação do *Campus* Maricá;
- d. Término da execução da rede pressurizada e sinalização do *Campus* Campos-Centro.

Tabela 5.5 - Prognóstico de adequação dos sistemas de combate a incêndio e pânico - Ano 2019

Campus	Peso do Campus	Apuração do sistema existente					Índice do Sistema de Combate a Incêndio
		Projeto	Rede Pressurizada	Extintores	Sinalização	Índice Atual	
Campos Centro	29,97%	100%	100%	100%	100%	100,0%	29,97%
Bom Jesus do Itabapoana	13,29%	100%	16%	100%	11%	59,9%	7,96%
Macaé	9,24%	100%	31%	100%	7%	65,9%	6,09%
Itaperuna	8,94%	100%	29%	100%	4%	65,2%	5,83%
Campos Guarus	8,20%	100%	72%	100%	15%	83,6%	6,86%
Reitoria	1,62%	100%	25%	100%	4%	63,3%	1,02%
Cabo Frio	8,01%	100%	67%	100%	4%	81,2%	6,50%
Santo Antônio de Pádua	4,26%	100%	100%	100%	100%	100,0%	4,26%
Quissamã	3,05%	100%	0%	100%	14%	53,2%	1,62%
São João da Barra	1,81%	100%	0%	100%	4%	52,7%	0,95%
Cambuci	2,17%	100%	0%	100%	4%	52,7%	1,14%
PICG	0,84%	100%	0%	100%	4%	52,7%	0,44%
Centro de Referência	0,19%	0%	0%	0%	0%	0,0%	0,00%
Maricá	4,17%	100%	100%	100%	100%	100,0%	4,17%
Itaboraí	4,26%	0%	0%	0%	0%	0,0%	0,00%
Instituto Federal Fluminense	100,00%	95,56%	57,64%	95,56%	43,09%	76,82%	76,82%

Fonte: Diretoria de Infraestrutura - DINFRA

3. Para 2020

- a. Adequação da sinalização de todos os *campi*, de acordo com o projeto do Sistema de Combate a Incêndio e Pânico;
- b. Conclusão das obras do Centro de Referência na Arthur Bernardes.

Tabela 5.6 - Prognóstico de adequação dos sistemas de combate a incêndio e pânico - Ano 2020

Campus	Peso do Campus	Apuração do sistema existente					Índice do Sistema de Combate a Incêndio
		Projeto	Rede Pressurizada	Extintores	Sinalização	Índice Atual	
Campos Centro	29,97%	100%	100%	100%	100%	100,0%	29,97%
Bom Jesus do Itabapoana	13,29%	100%	16%	100%	100%	64,4%	8,55%
Macaé	9,24%	100%	31%	100%	100%	70,5%	6,52%
Itaperuna	8,94%	100%	29%	100%	100%	70,0%	6,26%
Campos Guarus	8,20%	100%	72%	100%	100%	87,9%	7,21%
Reitoria	1,62%	100%	25%	100%	100%	68,1%	1,10%
Cabo Frio	8,01%	100%	67%	100%	100%	86,0%	6,89%
Santo Antônio de Pádua	4,26%	100%	100%	100%	100%	100,0%	4,26%
Quissamã	3,05%	100%	0%	100%	100%	57,5%	1,75%
São João da Barra	1,81%	100%	0%	100%	100%	57,5%	1,04%
Cambuci	2,17%	100%	0%	100%	100%	57,5%	1,25%
PICG	0,84%	100%	0%	100%	100%	57,5%	0,48%
Centro de Referência	0,19%	100%	100%	100%	100%	100,0%	0,19%
Maricá	4,17%	100%	100%	100%	100%	100,0%	4,17%
Itaboraí	4,26%	0%	0%	0%	0%	0,0%	0,00%
Instituto Federal Fluminense	100,00%	95,74%	57,84%	95,74%	95,74%	79,63%	79,63%

Fonte: Diretoria de Infraestrutura - DINFRA

4. Para 2021

a. Adequação da rede pressurizada na Reitoria e nos *campi* Macaé, Itaperuna, Campos Guarus e Cabo Frio.

Tabela 5.7 - Prognóstico de adequação dos sistemas de combate a incêndio e pânico - Ano 2021

Campus	Peso do Campus	Apuração do sistema existente					Índice do Sistema de Combate a Incêndio
		Projeto	Rede Pressurizada	Extintores	Sinalização	Índice Atual	
Campos Centro	29,97%	100%	100%	100%	100%	100,0%	29,97%
Bom Jesus do Itabapoana	13,29%	100%	16%	100%	100%	64,3%	8,55%
Macaé	9,24%	100%	100%	100%	100%	100,0%	9,24%
Itaperuna	8,94%	100%	100%	100%	100%	100,0%	8,94%
Campos Guarus	8,20%	100%	100%	100%	100%	100,0%	8,20%
Reitoria	1,62%	100%	100%	100%	100%	100,0%	1,62%
Cabo Frio	8,01%	100%	100%	100%	100%	100,0%	8,01%
Santo Antônio de Pádua	4,26%	100%	100%	100%	100%	100,0%	4,26%
Quissamã	3,05%	100%	0%	100%	100%	57,5%	1,75%
São João da Barra	1,81%	100%	0%	100%	100%	57,5%	1,04%
Cambuci	2,17%	100%	0%	100%	100%	57,5%	1,25%
PICG	0,84%	100%	0%	100%	100%	57,5%	0,48%
Centro de Referência	0,19%	100%	100%	100%	100%	100,0%	0,19%
Maricá	4,17%	100%	100%	100%	100%	100,0%	4,17%
Itaboraí	4,26%	0%	0%	0%	0%	0,0%	0,00%
Instituto Federal Fluminense	100,00%	95,74%	76,71%	95,74%	95,74%	87,65%	87,65%

Fonte: Diretoria de Infraestrutura - DINFRA

5. Para 2022

- a. Adequação da rede pressurizada nos *campi* Quissamã, Cambuci e Polo de Inovação;
- b. Executar 50% da rede pressurizada no *campus* Bom Jesus do Itabapoana.

Tabela 5.8 - Prognóstico de adequação dos sistemas de combate a incêndio e pânico - Ano 2022

<i>Campus</i>	Peso do <i>Campus</i>	Apuração do sistema existente					Índice do Sistema de Combate a Incêndio
		Projeto	Rede Pressurizada	Extintores	Sinalização	Índice Atual	
Campos Centro	29,97%	100%	100%	100%	100%	100,0%	29,97%
Bom Jesus do Itabapoana	13,29%	100%	50%	100%	100%	78,8%	10,47%
Macaé	9,24%	100%	100%	100%	100%	100,0%	9,24%
Itaperuna	8,94%	100%	100%	100%	100%	100,0%	8,94%
Campos Guarus	8,20%	100%	100%	100%	100%	100,0%	8,20%
Reitoria	1,62%	100%	100%	100%	100%	100,0%	1,62%
Cabo Frio	8,01%	100%	100%	100%	100%	100,0%	8,01%
Santo Antônio de Pádua	4,26%	100%	100%	100%	100%	100,0%	4,26%
Quissamã	3,05%	100%	100%	100%	100%	100,0%	3,05%
São João da Barra	1,81%	100%	0%	100%	100%	57,5%	1,04%
Cambuci	2,17%	100%	100%	100%	100%	100,0%	2,17%
PICG	0,84%	100%	100%	100%	100%	100,0%	0,84%
Centro de Referência	0,84%	100%	100%	100%	100%	100,0%	0,84%
Maricá	4,17%	100%	100%	100%	100%	100,0%	4,17%
Itaboraí	4,26%	0%	0%	0%	0%	0,0%	0,00%
Instituto Federal Fluminense	100,66%	96,40%	87,94%	96,40%	96,40%	92,81%	92,81%

Fonte: Diretoria de Infraestrutura - DINFRA

5.4 Plano de acessibilidade

A exemplo do que foi relatado no tópico anterior, também o programa de acessibilidade foi abordado pela CGU no seu relatório de 2015 (nº 201503693), sendo tratado neste tópico com vistas a sua efetivação.

Nos últimos anos e coincidentemente a partir da Lei de criação dos Institutos Federais, a legislação brasileira avançou significativamente a respeito da garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Os dois principais documentos nacionais referentes a esses direitos são: a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146, de 6 julho de 2015, e o Decreto Legislativo nº 186, de 2008, que aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência define acessibilidade como a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. Dessa forma, um espaço, equipamento ou seu entorno só pode ser considerado acessível quando possibilita ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa.

No que diz respeito à infraestrutura física da instituição, que tem a prestação de serviço e estudantes como público alvo, para serem consideradas acessíveis, as edificações, seu entorno e seus mobiliários devem atender aos critérios estabelecidos pela Norma Brasileira de Acessibilidade ABNT NBR 9050, reformulada em 2015.

Com essa percepção, influenciada em parte pelos novos arquitetos formados na graduação oferecida pelo próprio IFFluminense, passou-se a adotar nos novos projetos arquitetônicos a preocupação voltada para o conceito de Desenho Universal, que busca que todos os espaços e equipamentos possam ser utilizados por todas as pessoas independente de suas características pessoais, idade ou habilidades. A meta é que qualquer ambiente ou produto possa ser alcançado, manipulado e usado, independentemente do tamanho do corpo do indivíduo, sua postura ou sua mobilidade. Essa forma de pensar e trabalhar busca evitar a elaboração de projetos especiais e/ou de adaptação para atender às pessoas com deficiências físicas diversas.

Diante desse cenário e baseado nas leis e normas que estabelecem critérios básicos para a promoção da acessibilidade, o IFFluminense passou a licitar os projetos de novas edificações e de adaptação dos espaços físicos atento às questões da promoção da acessibilidade, buscando adequar os *campi* mais antigos ao limite definido pela disponibilidade do orçamento anual. Esta Instituição tem procurado atuar nas quatro frentes básicas que compõem a acessibilidade espacial, ou seja, orientação espacial, comunicação, deslocamento e uso.

5.4.1 Diagnóstico da acessibilidade no IFFluminense

A fim de estabelecer um diagnóstico dos aspectos ligados à acessibilidade no IFFluminense e, a partir dele, definir um plano progressivo de adequação, foi realizado, através de um trabalho conjunto entre a Coordenação de Projetos ligada à PRODIN e as Comissões Locais de PDI dos *campi* no ano de 2017, um levantamento das condições

de acessibilidade nos 11 *campi*, além do Polo de Inovação, sede da Reitoria e Centro de Referência.

Foi adotado como parâmetro o Manual de acessibilidade espacial para escolas: “o direito à escola acessível”, elaborado pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação. Os espaços foram avaliados por meio de um questionário, no qual foi avaliada a existência ou inexistência de diversos itens, pautados na NBR9050/2015, NBR16537/16 e no Decreto nº 5.296/04.

Os questionários foram divididos por setores da escola, definidos como: “Rua em frente à escola” (Tabelas 5.9 e 5.10), “Acesso ao *campus*” (Tabela 5.11), “Recepção, salas de atendimento e ambiente administrativo” (Tabela 5.12), “Corredores” (Tabela 5.13), “Escadas e rampas” (Tabela 5.14 e 5.15), “Salas de aula e laboratórios” (Tabela 5.16), “Biblioteca” (Tabela 5.17), “Auditório” (Tabela 5.18), “Sanitários” (tabelas 5.19 e 5.20), “Refeitório” (Tabela 5.21), “Quadra de esportes” (Tabela 5.22), “Pátios e circulação externa” (Tabela 5.23), conforme apresentado a seguir:

Tabela 5.9 - Diagnóstico de acessibilidade no IFFluminense em 2017 - Rua em frente à escola - parte 01

RUA EM FRENTE À ESCOLA - parte 01														
Itens a conferir	CAMPUS													
	BJI	CFRIO	CAC	CCEN	CGUA	ITAB	ITAP	MCE	MAR	QUIS	SPAD	SJB	REIT	PICG
Travessia da rua														
Existe faixa de pedestre para ajudar a atravessar a rua em frente ao <i>campus</i> ?	S	S	NA	N	S	-	N	N	-	N	S	S	N	N
Em caso de ruas muito movimentadas e que ofereçam perigo para travessia, além da faixa de pedestre, existe algum elemento que permita a travessia com segurança, como semáforo ou redutor de velocidade?	PA	S	NA	N	N	-	S	N	-	N	N	S	NA	S
Existe travessia elevada ou calçada rebaixada, nos dois lados da rua, para possibilitar acessibilidade às calçadas?	N	N	NA	S	N	-	N	N	-	N	PA	PA	N	N
Calçada em frente à escola														
A calçada é pavimentada?	S	S	N	S	S	-	S	S	-	S	S	S	S	N
O pavimento da calçada é regular, estável e antiderrapante?	PA	N	N	N	N	-	PA	N	-	S	PA	S	N	N
É possível percorrer a calçada sem encontrar obstáculos, como placas, lixeiras e postes que atrapalhem a circulação?	S	PA	N	N	N	-	S	N	-	S	S	S	PA	N
Caso existam obstáculos, eles estão identificados com piso tátil de alerta para pessoas com deficiência visual?	NA	N	N	N	N	-	NA	N	-	NA	NA	NA	N	N
Quando há degraus ou desníveis, eles são tratados conforme o item 6.3.4.1 da NBR9050/2015?	N	N	NA	N	N	-	N	N	-	N	S	PA	N	N

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

Tabela 5.10 - Diagnóstico de acessibilidade no IFFluminense em 2017 - Rua em frente à escola - parte 02

RUA EM FRENTE A ESCOLA - parte 02														
Itens a conferir	CAMPUS													
	BJI	CFRIO	CAC	CCEN	CGUA	ITAB	ITAP	MCE	MAR	QUIS	SPAD	SJB	REIT	PICG
Pontos de embarque e desembarque do transporte público														
Existe parada de ônibus próxima à entrada da escola?	S	N	N	S	S	-	S	S	-	S	N	S	N	S
O percurso entre a parada de ônibus e a escola é totalmente acessível, sem obstáculos ou desníveis, para pessoas em cadeira de rodas?	PA	NA	N	N	N	-	N	N	-	N	NA	N	NA	N
Estacionamento na rua														
Existe estacionamento na rua em frente ao <i>campus</i> ?	S	N	N	S	N	-	S	N	-	S	S	N	N	S
Nesse estacionamento, existem vagas reservadas para pessoas com deficiência e idosos?	N	NA	NA	N	NA	-	N	NA	-	N	N	NA	NA	N
Essas vagas reservadas ficam perto do portão de entrada da escola?	NA	NA	NA	NA	NA	-	NA	NA	-	NA	NA	NA	NA	NA
O percurso entre essas vagas e o portão da escola é totalmente acessível?	NA	NA	NA	NA	NA	-	NA	NA	-	NA	NA	NA	NA	NA
Existe sinalização vertical com símbolo que indique a reserva de vaga para pessoa com deficiência e/ou idosos?	NA	NA	NA	NA	NA	-	NA	NA	-	NA	NA	NA	NA	NA
Entre as vagas e a calçada, existe uma rampa para acesso de pessoas em cadeira de rodas?	N	NA	NA	NA	NA	-	N	NA	-	N	N	NA	NA	N

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

Tabela 5.11 - Diagnóstico de acessibilidade no IFFluminense em 2017 – Acesso ao *campus*

ACESSO AO CAMPUS														
Itens a conferir	CAMPUS													
	BJI	CFRIO	CAC	CCEN	CGUA	ITAB	ITAP	MCE	MAR	QUIS	SPAD	SJB	REIT	PICG
Caminho até a porta de entrada														
O portão de entrada dos pedestres é separado da entrada dos carros?	S	S	N	S	S	-	S	S	-	S	S	S	S	N
O percurso entre o portão da escola até a porta de entrada é pavimentado?	S	S	N	S	S	-	S	S	-	S	S	S	S	S
A pavimentação desse caminho é regular, estável e antiderrapante?	PA	S	N	PA	N	-	S	N	-	N	S	S	S	S
A cor dessa pavimentação evita o ofuscamento da visão em dias de muito sol?	S	S	NA	S	S	-	S	S	-	S	S	N	S	S
É possível percorrer esse caminho sem encontrar obstáculos, como bancos, árvores e lixeiras, que atrapalhem a circulação?	S	S	N	S	S	-	S	N	-	S	S	S	S	N
Caso existam obstáculos, eles estão sinalizados com piso tátil de alerta?	NA	NA	N	NA	NA	-	NA	N	-	NA	NA	NA	NA	N
No percurso, existe piso tátil direcional para guiar as pessoas com deficiência visual até a porta da escola?	N	N	N	PA	N	-	N	N	-	N	N	N	N	N
Porta de entrada														
É fácil identificar a porta de entrada da escola?	S	S	S	S	S	-	S	S	-	N	S	S	S	N
Se há degrau na porta de entrada, existe rampa ou algum equipamento que permita o acesso de todos?	S	N	N	S	NA	-	NA	S	-	S	S	S	S	S
Estacionamento da edificação														
Existe estacionamento no <i>campus</i> ?	S	S	S	S	S	-	N	S	-	S	S	S	S	N
A entrada do estacionamento é separada da entrada dos pedestres/alunos?	S	S	NA	S	S	-	NA	N	-	S	PA	S	S	N
O percurso entre as vagas e a porta da escola é totalmente acessível?	N	N	N	S	N	-	NA	S	-	N	S	PA	N	NA
Nesse estacionamento, existem vagas reservadas para pessoas com deficiência e/ou idosos?	N	N	N	S	PA	-	NA	S	-	N	S	N	N	NA
Essas vagas ficam perto da porta de entrada?	NA	NA	NA	S	S	-	NA	S	-	NA	S	NA	NA	NA
As vagas reservadas estão sinalizadas com placa e pintura no piso?	NA	NA	NA	S	PA	-	NA	N	-	NA	PA	NA	NA	NA
Existe um espaço, ao lado dessas vagas, para abrir a porta, retirar a cadeira de rodas e circular em segurança até a calçada?	NA	NA	NA	S	N	-	NA	N	-	NA	S	NA	NA	NA
Essas vagas têm piso nivelado, firme e estável?	NA	NA	NA	S	N	-	NA	N	-	NA	PA	NA	NA	NA

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

Tabela 5.12 - Diagnóstico de acessibilidade no IFFluminense em 2017 -
Recepção, Salas de Atendimento e Ambiente Administrativo

RECEPÇÃO, SALAS DE ATENDIMENTO E AMBIENTE ADMINISTRATIVO														
Itens a conferir	CAMPUS													
	BJI	CFRIO	CAC	CCEN	CGUA	ITAB	ITAP	MCE	MAR	QUIS	SPAD	SJB	REIT	PICG
Área de espera e balcão de atendimento														
O balcão de atendimento pode ser visto a partir da porta de entrada da escola ou existe uma placa que identifique a sua localização?	N	S	NA	N	S	-	S	S	-	NA	S	NA	S	NA
Existe um balcão de atendimento que permita a chegada de uma pessoa em cadeira de rodas, ou seja, balcão mais baixo e com espaço de aproximação?	N	N	NA	N	N	-	N	N	-	NA	N	NA	N	N
O mobiliário existente na recepção está localizado fora da circulação?	NA	S	NA	S	S	-	S	S	-	S	S	NA	S	S
No ambiente da recepção, há contraste de cor entre piso, parede e móveis, a fim de facilitar a orientação de pessoas com baixa visão?	N	N	NA	S	S	-	S	N	-	N	N	NA	N	N
Comunicação visual / tátil / auditiva														
Existem placas, com letra grande e contraste de cor, que indicam o caminho a seguir para chegar aos demais ambientes do <i>campus</i> ?	PA	N	PA	N	N	-	N	PA	-	N	N	N	N	N
Junto às portas de cada ambiente administrativo, existem placas, com letra grande e contraste de cor, que identifiquem os diferentes setores, como secretaria e direção?	N	N	S	N	S	-	N	PA	-	S	N	N	S	N
Junto às portas de cada ambiente administrativo, existe placa com letra em relevo ou em Braille, na altura entre 90 e 110 centímetros, que identifique seu uso para pessoas com deficiência visual?	N	N	N	N	N	-	N	N	-	N	N	N	N	N
Na recepção, existe Mapa Tátil que possibilite ao usuário com deficiência visual localizar-se, identificar o local das diferentes atividades e definir os caminhos a seguir de forma independente?	N	N	N	N	N	-	N	N	-	N	N	NA	N	N
Na existência de Mapa Tátil, há piso tátil direcional que guie as pessoas com deficiência visual até a sua localização?	NA	NA	NA	NA	NA	-	N	NA	-	NA	NA	NA	NA	NA
Existe um serviço de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, ou pessoas com surdo-cegueira, prestado por pessoas habilitadas ou por um equipamento de tecnologia assistiva, como um computador?	PA	N	S	N	N	-	N	N	-	N	N	N	N	N

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

Tabela 5.13 - Diagnóstico de acessibilidade no IFFluminense em 2017 - Corredores

CORREDORES														
Itens a conferir	CAMPUS													
	BJI	CFRIO	CAC	CCEN	CGUA	ITAB	ITAP	MCE	MAR	QUIS	SPAD	SJB	REIT	PICG
Corredores														
Os corredores possuem largura adequada (mínimo de 1,50m)?	S	S	S	S	S	-	S	S	-	S	S	PA	S	S
Os elementos presentes nos corredores, como lixeiras, bebedouros e extintores de incêndio atrapalham a passagem das pessoas?	N	N	N	N	N	-	N	N	-	N	N	N	N	N
Os obstáculos ou equipamentos que ficam na área de circulação estão identificados com piso tátil de alerta?	PA	N	N	N	N	-	N	N	-	N	N	N	N	N
Há contraste de cor entre piso, parede e portas, a fim de facilitar a orientação de pessoas com baixa visão?	PA	N	PA	S	S	-	S	N	-	N	S	N	N	N
O piso é antiderrapante, regular e em boas condições?	PA	S	N	S	S	-	PA	S	-	S	PA	PA	S	N
O piso é nivelado e, quando existe desnível, há rampas que possibilitem a circulação de cadeira de rodas?	S	PA	N	S	PA	-	S	S	-	S	S	S	S	PA
Existem rampas quando há desníveis maiores que 0,5 centímetros?	S	PA	N	S	N	-	S	PA	-	S	S	S	S	PA
Existe piso tátil direcional em cor e textura contrastantes com o piso da circulação para guiar as pessoas com deficiência visual?	PA	N	N	N	N	-	N	PA	-	N	N	N	N	N
Em corredores situados em locais elevados ou em pavimentos superiores, existe grade ou mureta de proteção?	PA	S	NA	S	S	-	S	S	-	S	S	NA	NA	NA
Essa grade ou mureta tem uma altura mínima de 1,10m, é rígida e está bem fixada?	N	S	NA	S	S	-	S	S	-	S	S	NA	NA	NA
Há placas indicativas que orientam as saídas, escadas e outras direções importantes?	N	N	N	S	N	-	N	PA	-	N	S	N	S	N
Junto às portas de cada ambiente, existe identificação de seu uso em letras grandes e em cor contrastante com o fundo?	S	N	N	N	S	-	N	PA	-	S	S	N	S	N
Junto às portas de cada ambiente, existe placa com letra em relevo ou em Braille?	N	N	N	N	N	-	N	N	-	N	N	N	N	N
Os vãos de abertura das portas dos ambientes possuem uma largura de, no mínimo, 80 cm?	S	S	S	S	S	-	S	S	-	S	S	S	S	S
Quando há visor nas portas, eles estão ao alcance dos olhos de pessoas de diferentes estaturas e pessoas em cadeira de rodas?	S	PA	PA	PA	S	-	S	S	-	N	N	S	S	S
As maçanetas das portas estão entre 80 e 110 centímetros de altura em relação ao piso?	S	S	S	S	S	-	S	PA	-	S	S	S	S	S
Essas maçanetas são em forma de alavanca?	S	S	S	PA	S	-	S	PA	-	S	S	PA	S	S
As portas e visores fixos envidraçados localizados na circulação estão identificados com sinalização	N	N	NA	PA	S	-	S	N	-	N	N	N	S	N

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

Tabela 5.14 - Diagnóstico de acessibilidade no IFFluminense em 2017 - Escadas e Rampas - parte 01

ESCADAS E RAMPAS - parte 01														
Itens a conferir	CAMPUS													
	BJI	CFRIO	CAC	CCEN	CGUA	ITAB	ITAP	MCE	MAR	QUIS	SPAD	SJB	REIT	PICG
Escadas														
Existem escadas no <i>campus</i> ?	S	S	N	S	S	-	S	S	-	N	S	S	S	S
A largura mínima das escadas é de 1 metro e 20 centímetros?	PA	S	NA	S	S	-	S	S	-	NA	S	S	S	S
A escada e seus patamares possuem piso antiderrapante, firme, regular e estável?	N	S	NA	PA	S	-	PA	S	-	NA	N	N	S	S
Os espelhos dos degraus são fechados, ou seja, não-vazados?	S	S	NA	PA	PA	-	S	S	-	NA	S	S	S	S
Os degraus da escada têm altura entre 16 e 18 centímetros?	PA	PA	NA	S	S	-	S	S	-	NA	S	S	S	S
Os degraus da escada têm profundidade entre 28 e 32 centímetros?	PA	PA	NA	S	S	-	S	S	-	NA	S	S	S	S
Todos os degraus, ao longo da escada, têm o mesmo tamanho em termos de altura e profundidade?	PA	S	NA	S	S	-	S	S	-	NA	S	S	S	S
Há uma borda de cor contrastante, nos degraus, para auxiliar pessoas com baixa visão a identificar cada degrau?	N	N	NA	PA	N	-	S	N	-	NA	N	N	N	N
Existe patamar sempre que houver mudança de direção na escada ou desnível maior que 3,20m?	S	NA	NA	S	S	-	S	S	-	NA	S	NA	S	NA
Na existência de patamar, ele tem a mesma largura da escada?	S	NA	NA	S	S	-	S	S	-	NA	S	NA	S	NA
O patamar tem um comprimento de, no mínimo, 1 metro e 20 centímetros?	PA	NA	NA	S	S	-	S	S	-	NA	S	NA	S	NA
O primeiro e o último degrau de um lance de escada estão recuados da circulação, a uma distância mínima de 30 centímetros?	S	N	NA	N	S	-	N	PA	-	NA	N	N	S	S
Existe, no início e no final da escada, a uma distância mínima de 30 centímetros do primeiro degrau, piso tátil de alerta em cor contrastante com a do piso da circulação para avisar aos deficientes visuais sobre a existência da escada?	N	N	NA	N	PA	-	N	PA	-	NA	N	N	N	N

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

Tabela 5.15 - Diagnóstico de acessibilidade no IFFluminense em 2017 - Escadas e Rampas - parte 02

ESCADAS E RAMPAS - parte 02														
Itens a conferir	CAMPUS													
	BJI	CFRIO	CAC	CCEN	CGUA	ITAB	ITAP	MCE	MAR	QUIS	SPAD	SJB	REIT	PICG
Rampas														
Existem rampas no <i>campus</i> ?	S	S	N	S	S	-	S	S	-	S	S	S	S	S
A largura mínima da rampa é de 1 metro e 20 centímetros?	S	S	NA	S	S	-	S	S	-	S	S	S	S	S
A rampa e seus patamares possuem piso antiderrapante, firme, regular e estável?	N	S	NA	S	S	-	S	S	-	S	N	N	S	S
Existe patamar sempre que houver mudança de direção na rampa ou de acordo com os limites impostos por declividade?	PA	N	NA	S	S	-	S	S	-	S	S	N	S	NA
O patamar tem um comprimento de, no mínimo, 1 metro e 20 centímetros?	N	N	NA	S	S	-	S	S	-	S	S	NA	S	NA
A rampa tem inclinação e formato de acordo com a seção 6.6 da NBR 9050/15?	N	PA	NA	N	S	-	PA	S	-	S	S	S	S	S
Existe, no início e no final da rampa, a uma distância mínima de 30 centímetros, piso tátil de alerta em cor contrastante com a do piso da circulação, que alerte as pessoas com deficiência visual sobre a existência da rampa?	N	N	NA	N	PA	-	S	N	-	N	N	N	N	NA
Corrimãos e grade de proteção para rampas e escadas														
Existem corrimãos nos dois lados de todas as escadas e rampas?	N	N	NA	PA	PA	-	PA	N	-	N	S	PA	PA	N
Os corrimãos estão em duas alturas (0,70m e 0,92m) e auxiliam adultos, crianças e pessoas em cadeira de rodas?	N	N	NA	PA	N	-	S	N	-	N	S	PA	PA	N
Os corrimãos são contínuos ao longo de toda a rampa ou escada, sem interrupção nos patamares?	S	S	NA	PA	S	-	S	PA	-	N	S	S	PA	S
Os corrimãos têm prolongamento de, no mínimo, 30 centímetros antes do início e após o término da escada ou da rampa?	N	N	NA	PA	N	-	N	N	-	N	S	N	N	N
As extremidades dos corrimãos possuem acabamento recurvado?	S	S	NA	PA	N	-	S	N	-	N	S	S	N	N
Existem paredes ou grades de proteção com, no mínimo, 1,05m de	N	N	NA	S	S	-	S	PA	-	N	S	S	PA	PA

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

Tabela 5.16 - Diagnóstico de acessibilidade no IFFluminense em 2017 - Salas de Aula e Laboratórios

SALAS DE AULA E LABORATÓRIOS														
Itens a conferir	CAMPUS													
	BJI	CFRIO	CAC	CCEN	CGUA	ITAB	ITAP	MCE	MAR	QUIS	SPAD	SJB	REIT	PICG
Salas de aula														
A carteira, em termos de largura, altura e formato, permite a aproximação e o uso dos alunos em cadeira de rodas?	N	N	N	N	N	-	N	N	-	N	PA	N	NA	N
A carteira, em termos de largura, altura e formato, adapta-se aos diferentes tamanhos dos alunos – estatura e obesidade?	N	N	S	N	N	-	PA	N	-	N	N	PA	NA	N
O corredor entre as fileiras de carteiras é largo o suficiente para a passagem de um aluno em cadeira de rodas ou obeso?	PA	S	N	PA	S	-	PA	PA	-	S	N	N	NA	N
O quadro possui altura que permita seu alcance por pessoas de baixa estatura ou em cadeira de rodas (0,90m do piso)?	N	S	PA	PA	S	-	PA	S	-	N	PA	S	NA	S
Ao longo do dia, o quadro-negro está sempre livre de incidência de luz que cause ofuscamento e dificulte a sua visualização?	PA	S	S	PA	PA	-	PA	N	-	PA	S	N	NA	N
O espaço em frente ao quadro é largo o suficiente para a passagem e manobra de uma cadeira de rodas?	S	S	S	PA	S	-	PA	S	-	S	S	S	NA	S
Laboratórios e salas especiais														
É possível a pessoa, em cadeira de rodas, circular e manobrar pela sala até os principais equipamentos, como mesas, pias e quadro?	N	S	NA	S	S	-	S	PA	-	PA	S	PA	NA	S
Há, pelo menos, uma mesa de trabalho sem obstáculos com vão livre de 73 centímetros – do pé ao tampo – que permita a aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas?	N	N	NA	N	PA	-	S	PA	-	PA	S	PA	NA	S
Suas mesas e cadeiras se adaptam às dimensões de todos os usuários?	PA	N	NA	N	N	-	N	N	-	N	N	N	NA	S
Existe computador com tecnologia assistiva para pessoas com deficiência visual?	N	N	NA	PA	N	-	N	N	-	N	S	N	NA	N
As mesas de atendimento ou de computador estão livres de qualquer obstáculo que impeça a aproximação de pessoas em cadeira de rodas?	N	N	NA	PA	PA	-	PA	PA	-	N	N	PA	NA	S
O quadro possui altura que permita seu alcance por pessoas de baixa estatura ou em cadeira de rodas (0,90m do piso)?	N	S	NA	PA	S	-	PA	PA	-	N	PA	S	NA	S
Há, ao menos, uma pia sem obstáculos e com vão livre de 73cm que permita a aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas?	N	S	NA	N	N	-	N	N	-	N	S	N	NA	N

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

Tabela 5.17 - Diagnóstico de acessibilidade no IFFluminense em 2017 - Biblioteca

BIBLIOTECA														
Itens a conferir	CAMPUS													
	BJI	CFRIO	CAC	CCEN	CGUA	ITAB	ITAP	MCE	MAR	QUIS	SPAD	SJB	REIT	PICG
No ambiente da biblioteca, há contraste de cor entre piso, parede e móveis, para facilitar a orientação de pessoas com baixa visão?	N	N	NA	S	S	-	S	N	-	N	N	PA	NA	N
É possível a pessoa, em cadeira de rodas, circular e manobrar pela sala até os diferentes locais de atividades, como mesas de trabalho e de computador, estantes, balcão de empréstimo?	PA	S	NA	S	S	-	S	S	-	S	PA	PA	NA	PA
Ao menos 5% das mesas de estudo ou de computador são acessíveis e estão livres de qualquer obstáculo, como pés e gaveteiros, que impeçam a aproximação de pessoas em cadeira de rodas?	S	N	NA	S	S	-	N	S	-	S	N	N	NA	NA
A largura do corredor, entre as estantes, permite a passagem de uma pessoa em cadeira de rodas (largura de no mínimo 0,90m)?	S	S	NA	PA	S	-	S	S	-	N	S	S	NA	S
Ao final de cada corredor de estantes ou a cada 15m, é possível manobrar com a cadeira de rodas?	PA	PA	NA	N	PA	-	S	N	-	N	N	N	NA	N
Os livros, nas prateleiras, podem ser alcançados por pessoas em cadeira de rodas?	PA	PA	NA	PA	PA	-	PA	PA	-	N	PA	N	NA	PA
O balcão de empréstimo permite que uma pessoa em cadeira de rodas o utilize, ou seja, o balcão é mais baixo e com recuo para as pernas?	N	N	NA	S	N	-	N	N	-	N	N	NA	NA	NA
Existe computador com programa de leitor de tela para alunos com deficiência visual?	N	N	NA	S	N	-	N	N	-	N	S	N	NA	NA
Pelo menos 5% do total de terminais de consulta são acessíveis?	NA	N	NA	S	S	-	N	S	-	NA	NA	NA	NA	NA

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

Tabela 5.18 - Diagnóstico de acessibilidade no IFFluminense em 2017 - Auditório

AUDITÓRIO														
Itens a conferir	CAMPUS													
	BJI	CFRIO	CAC	CCEN	CGUA	ITAB	ITAP	MCE	MAR	QUIS	SPAD	SJB	REIT	PICG
As portas de acesso ao ambiente têm uma largura proporcional à quantidade de usuários que o auditório comporta e se abrem no sentido da saída?	N	S	N	S	S	-	NA	PA	-	PA	S	NA	PA	NA
Existe, pelo menos, um espaço reservado, para pessoa em cadeira de rodas, com tamanho mínimo de 80 x 120 cm?	N	N	S	N	S	-	NA	N	-	N	S	NA	N	NA
Existe espaço reservado para P.C.R. nos diversos níveis da plateia?	N	N	N	N	N	-	NA	N	-	N	N	NA	NA	NA
Existe, pelo menos, um assento, mais largo e resistente que os demais, destinado a obesos?	N	N	N	N	N	-	NA	N	-	N	N	NA	N	NA
Há, pelo menos, um assento destinado a pessoas com mobilidade reduzida, com espaço frontal livre de no mínimo 0,60m?	N	N	S	N	N	-	NA	N	-	N	N	NA	N	NA
Existe, ao lado dos espaços reservados, pelo menos, um assento destinado aos acompanhantes das pessoas com cadeira de rodas, com mobilidade reduzida ou obesas?	NA	NA	S	NA	S	-	NA	NA	-	NA	N	NA	NA	NA
Todos esses assentos preferenciais estão situados próximos aos corredores, mas não atrapalham a circulação?	NA	NA	S	NA	S	-	NA	NA	-	NA	S	NA	NA	NA
Para localização dos assentos, existe sinalização, inclusive em Braille?	N	N	N	N	N	-	NA	N	-	N	N	NA	N	NA
É possível que uma pessoa, em cadeira de rodas, acesse o palco através de rampa ou algum equipamento eletromecânico?	S	NA	NA	PA	S	-	NA	N	-	N	S	NA	NA	NA
No desnível entre o palco e a plateia, existe guia de balizamento?	S	NA	NA	N	S	-	NA	N	-	N	N	NA	NA	NA
Existe, no palco, um local – com boa visibilidade e iluminação – destinado à/ao intérprete de Libras?	N	NA	NA	N	S	-	NA	N	-	N	S	NA	N	NA
A rota acessível possui sinalização luminosa próxima ao piso?	N	N	N	N	N	-	NA	N	-	N	S	NA	N	NA

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

Tabela 5.19 - Diagnóstico de acessibilidade no IFFluminense em 2017 - Sanitários - parte 01

SANITÁRIOS - parte 01														
Itens a conferir	CAMPUS													
	BJI	CFRIO	CAC	CCEN	CGUA	ITAB	ITAP	MCE	MAR	QUIS	SPAD	SJB	REIT	PICG
Geral														
<i>Existe, pelo menos, um sanitário feminino e um masculino com vaso sanitário e lavatório acessíveis em cada bloco do campus?</i>	PA	S	PA	S	N	-	S	PA	-	N	N	S	S	S
<i>As portas dos sanitários acessíveis possuem vão de abertura de, no mínimo, 80 centímetros?</i>	S	S	S	S	S	-	S	S	-	S	S	S	S	S
<i>Há desnível entre o sanitário e a circulação?</i>	N	N	N	N	N	-	N	S	-	N	S	N	S	N
<i>O piso dos sanitários é antiderrapante, regular e em boas condições de manutenção?</i>	N	S	N	S	S	-	PA	S	-	N	PA	N	S	S
<i>É possível para uma pessoa, em cadeira de rodas, circular pelo sanitário, manobrar sua cadeira, acessar o boxe e o lavatório?</i>	N	N	S	S	S	-	S	PA	-	S	S	S	S	N
<i>Existe na escola algum sanitário acessível independente, que permita a utilização por pessoas de ambos os sexos?</i>	N	N	S	N	N	-	N	N	-	N	N	N	N	N
Lavatórios acessíveis														
<i>Nos sanitários existe, pelo menos, um lavatório suspenso, sem armário ou coluna, para possibilitar a aproximação de uma cadeira de rodas?</i>	PA	S	S	S	S	-	S	S	-	S	S	S	S	S
<i>Em frente ao lavatório, há espaço suficiente para circulação e manobra de cadeira de rodas?</i>	PA	S	S	S	S	-	S	PA	-	S	S	S	S	N
<i>Os tampos para lavatórios coletivos possuem no mínimo uma cuba com superfície superior entre 0,78 m e 0,80 m de altura e livre inferior de 0,73 m?</i>	N	N	N	N	N	-	S	N	-	N	PA	N	N	N
<i>As torneiras desse lavatório são do tipo alavanca e de esforço reduzido para acionamento?</i>	N	N	PA	N	N	-	N	N	-	N	S	N	N	N
<i>Os acessórios do lavatório, como toalheiro, cesto de lixo, espelho, saboneteira, estão instalados a uma altura e distância acessíveis (faixa de alcance entre 0,80 m e 1,20 m)?</i>	N	N	PA	PA	S	-	N	N	-	N	S	PA	S	N
Mictórios acessíveis														
<i>O mictório possui área de aproximação frontal de no mínimo 60cm, com distância entre suas divisórias de 80 cm?</i>	PA	NA	S	PA	S	-	N	PA	-	NA	S	S	N	S
<i>A localização e as dimensões das barras de apoio, junto ao mictório, obedecem à seção 7.10.4.3, da NBR 9050/15?</i>	N	N	N	PA	N	-	N	N	-	N	N	N	N	N

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

Tabela 5.20 - Diagnóstico de acessibilidade no IFFluminense em 2017 - Sanitários - parte 02

SANITÁRIOS - parte 02														
Itens a conferir	CAMPUS													
	BJI	CFRIO	CAC	CCEN	CGUA	ITAB	ITAP	MCE	MAR	QUIS	SPAD	SJB	REIT	PICG
Boxes acessíveis														
O sanitário acessível permite giro de 360° com diâmetro de 1,50 m?	N	N	S	PA	S	-	N	PA	-	S	S	S	S	N
Há espaço suficiente que permita transferir a pessoa em cadeira de rodas para o vaso sanitário?	PA	N	S	S	S	-	S	PA	-	S	S	S	S	S
As bacias sanitárias acessíveis possuem altura entre 43 e 45 centímetros, ficando com um máximo de 0,46 m com assento?	PA	S	S	S	N	-	N	PA	-	N	S	S	S	S
A bacia sanitária acessível possui abertura frontal?	PA	S	S	PA	N	-	N	N	-	N	N	N	S	N
O boxe acessível possui 2 barras de apoio horizontais junto ao vaso sanitário?	PA	PA	PA	PA	S	-	S	N	-	N	PA	S	S	N
O boxe acessível possui 1 barra de apoio vertical junto ao vaso sanitário?	N	PA	N	PA	N	-	N	N	-	N	N	N	N	N
A localização e as dimensões das barras de apoio junto ao vaso sanitário obedecem à seção 7.7.2.2, da NBR 9050/15?	PA	S	PA	S	PA	-	S	N	-	N	PA	PA	S	N
As papeleiras estão alinhadas com a borda frontal da bacia e instaladas acima de 1,0 m em relação ao piso nos banheiros acessíveis?	PA	N	S	PA	S	-	N	PA	-	N	N	NA	NA	N
Caso a descarga seja por válvula de parede, o acionamento está a uma altura máxima de 1 metro do piso e é fácil de ser acionada?	PA	NA	S	S	NA	-	NA	S	-	NA	NA	S	NA	S
A porta do boxe acessível possui vão de abertura de, no mínimo, 80 centímetros?	PA	S	S	S	S	-	S	S	-	S	S	S	S	S
A porta do boxe acessível abre totalmente para fora, sem encontrar nenhum obstáculo?	PA	N	N	S	PA	-	S	S	-	N	S	S	S	S
A porta do boxe acessível possui puxadores em forma de barras horizontais para facilitar seu fechamento?	N	N	N	N	N	-	N	N	-	N	N	N	N	N
Além da barra horizontal, a porta possui maçaneta, do tipo alavanca, a uma altura entre 80 e 110 centímetros, para pessoas com mobilidade reduzida nas mãos?	N	N	N	PA	N	-	N	N	-	N	PA	N	N	N

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

Tabela 5.21 - Diagnóstico de acessibilidade no IFFluminense em 2017 - Refeitório

REFEITÓRIO														
Itens a conferir	CAMPUS													
	BJI	CFRIO	CAC	CCEN	CGUA	ITAB	ITAP	MCE	MAR	QUIS	SPAD	SJB	REIT	PICG
No ambiente do refeitório, há contraste de cor entre piso, parede e móveis, a fim de facilitar a orientação de pessoas com baixa visão?	N	N	PA	S	NA	-	S	N	-	NA	S	PA	NA	S
Há pelo menos 5% do espaço com no mínimo uma mesa acessível, sem obstáculos, como pés e bancos fixos, com vão livre de 73 centímetros – do pé ao tampo – que permita a aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas?	N	N	N	N	NA	-	N	N	-	NA	N	N	NA	S
As mesas, destinadas ao uso de pessoas em cadeira de rodas, estão integradas às demais e em local de fácil acesso ao balcão de distribuição de refeições?	NA	NA	N	N	NA	-	N	NA	-	NA	NA	NA	NA	S
As mesas e cadeiras possuem dimensões que permitam seu uso com conforto, de acordo com o tipo de usuários, como, por exemplo, pessoas de baixa estatura e pessoas obesas?	N	N	S	N	NA	-	N	N	-	NA	N	N	NA	N
É possível à P.C.R. circular nos corredores entre as mesas do refeitório?	PA	S	S	S	NA	-	S	S	-	NA	S	S	NA	S
É possível circular e manobrar a cadeira de rodas em frente ao balcão de distribuição de alimentos?	PA	S	S	S	NA	-	N	S	-	NA	S	S	NA	S
Esse balcão possui uma altura confortável para a visualização e o alcance dos alimentos por pessoas em cadeira de rodas ou de baixa estatura?	N	PA	PA	N	NA	-	N	PA	-	NA	N	N	NA	S

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

Tabela 5.22 - Diagnóstico de acessibilidade no IFFluminense em 2017 - Refeitório

QUADRA DE ESPORTES														
Itens a conferir	CAMPUS													
	BJI	CFRIO	CAC	CCEN	CGUA	ITAB	ITAP	MCE	MAR	QUIS	SPAD	SJB	REIT	PICG
Existe rota acessível que permita às pessoas com mobilidade reduzida chegarem à quadra, aos bancos/arquibancadas ou aos sanitários e vestiários?	N	N	NA	PA	N	-	S	N	-	NA	S	NA	NA	NA
No caminho, existe piso tátil direcional para guiar as pessoas com deficiência visual até a entrada da quadra, bancos, sanitários e vestiários?	N	N	NA	PA	NA	-	N	N	-	NA	N	NA	NA	NA
Há contrastes nas cores da pintura do piso da quadra e demais elementos, como traves, redes e cestas?	N	N	NA	S	S	-	S	N	-	NA	S	NA	NA	NA
Todo o espaço ao redor da quadra de esportes não apresenta degraus ou buracos e permite a circulação de pessoas em cadeira de rodas?	N	N	NA	PA	N	-	S	N	-	NA	PA	NA	NA	NA
Existe, pelo menos, um espaço reservado, entre os bancos ou na arquibancada, com tamanho suficiente para a permanência de uma cadeira de rodas?	N	N	NA	N	N	-	NA	N	-	NA	N	NA	NA	NA
Esse espaço reservado é de fácil acesso pelo corredor e não atrapalha a circulação?	NA	NA	NA	NA	NA	-	NA	NA	-	NA	NA	NA	NA	NA
Existem sanitários e vestiários acessíveis próximos à quadra de esportes?	N	N	NA	S	N	-	S	N	-	NA	S	NA	NA	NA
No caso de práticas de esportes por pessoas que utilizam cadeira de rodas, os vãos livres das portas existentes na rota acessível, nos sanitários e vestiários, são de, no mínimo, um metro?	N	S	NA	S	NA	-	N	N	-	NA	S	NA	NA	NA

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

Tabela 5.23 - Diagnóstico de acessibilidade no IFFluminense em 2017 – Pátio e circulação externa

PÁTIOS E CIRCULAÇÃO EXTERNA														
Itens a conferir	CAMPUS													
	BJI	CFRIO	CAC	CCEN	CGUA	ITAB	ITAP	MCE	MAR	QUIS	SPAD	SJB	REIT	PICG
O piso do pátio é antiderrapante?	N	S	PA	PA	S	-	S	S	-	S	S	S	NA	S
A cor desse piso evita o ofuscamento da visão em dias de muito sol?	S	N	PA	S	S	-	S	N	-	S	S	PA	NA	S
Esse piso é nivelado, ou seja, sem buracos ou degraus que atrapalham a circulação de cadeira de rodas?	PA	N	PA	PA	S	-	N	N	-	PA	N	PA	NA	PA
Existem rampas quando há desníveis maiores que 0,5 centímetros?	S	PA	N	PA	PA	-	S	N	-	N	S	N	NA	PA
É possível atravessar o pátio, num percurso seguro, sem encontrar obstáculos, como bancos, telefones, bebedouros, extintores de incêndio, vasos de plantas e lixeiras, que atrapalhem a circulação de pessoas?	PA	PA	N	N	S	-	S	N	-	N	N	N	NA	N
Caso existam obstáculos atrapalhando a passagem, eles estão identificados com piso tátil de alerta para pessoas com deficiência visual?	N	N	N	N	NA	-	NA	N	-	N	N	N	NA	N
Existe piso tátil direcional para guiar as pessoas com deficiência visual até os principais acessos?	PA	N	N	N	N	-	N	N	-	N	N	N	NA	N
Existe grade de proteção que evite quedas nos pátios localizados em terrenos inclinados ou em pavimentos elevados, onde existe desnível maior que 0,60m?	PA	N	N	NA	NA	-	NA	N	-	NA	NA	NA	NA	NA
Essa grade de proteção apresenta altura mínima de 1 metro e 10 centímetros, é rígida e está bem fixada?	N	NA	N	NA	NA	-	NA	NA	-	NA	NA	NA	NA	NA
Há placas indicativas, no pátio, que orientem para as saídas, escadas, rampas e outras direções importantes?	N	PA	N	S	N	-	N	N	-	N	N	N	NA	N

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

Ciente de que o diagnóstico apurado trabalha com itens eleitos num contexto básico de acessibilidade e que não esgotam a totalidade do assunto, a Coordenação de Projetos, juntamente com a Diretoria de Infraestrutura, passa a propor a formação de Comissão Temática para definir metodologias que possam identificar as lacunas de acessibilidade, além de delimitar estratégias de ação para estabelecer as prioridades de projetos e obras de adequação.

5.4.2 Premissas para construção do Plano de Acessibilidade

Finalizada a etapa de diagnóstico da acessibilidade, será iniciada, no ano de 2018, a etapa de desenvolvimento dos projetos de adequação. Tais projetos tornam-se complexos por conta da especificidade de cada *campus*, gerando a necessidade de serem realizadas visitas in loco para determinação de soluções pontuais para cada caso.

Paralelamente aos projetos gerais, objetiva-se implantar, a partir do ano de 2019, melhorias mais imediatas para garantir parte da acessibilidade aos alunos e servidores do IFFluminense, além de atendimento às normas. Diante da impossibilidade financeira de se implantar imediatamente todas as medidas necessárias para adequação de acessibilidade nos *campi*, definiram-se algumas ações que deverão ser realizadas nos próximos anos.

As ações priorizadas são:

1. Implantação de piso tátil, direcional e alerta, em todos os *campi*;
2. Implantação de barras de apoio nos banheiros de todos os *campi*;
3. Implantação de corrimão, em duas alturas, em todas as escadas e rampas dos *campi*;
4. Garantir que todos os pavimentos dos diversos blocos sejam acessíveis em todos os *campi*.

A seguir é apresentado o planejamento de evolução da adequação da acessibilidade nos *campi* em relação aos itens a serem executados (Tabela 5.24). A execução dos itens priorizados foi dividida entre os anos de 2018 (levantamento da situação atual dos *campi* e desenvolvimento de projetos), (i) 2019, (ii) 2020, (iii) 2021 e (iv) 2022, esperando-se atingir 100% de execução dos quatro itens.

Tabela 5.24 - Proposta de evolução do Plano de Acessibilidade do IFFluminense

PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE ACESSIBILIDADE ITENS PRIORIZADOS					
<i>Campus</i>	2018 (existente)	2019	2020	2021	2022
Bom Jesus do Itabapoana	7,43%	9,94%	13,20%	13,20%	13,20%
Cabo Frio	2,48%	5,37%	7,84%	7,96%	7,96%
Cambuci	0,70%	0,96%	2,16%	2,16%	2,16%
Campos Centro	15,15%	22,42%	29,77%	29,77%	29,77%
Campos Guarus	3,55%	5,09%	8,15%	8,15%	8,15%
Centro de Referência	0,00%	0,19%	0,84%	0,84%	0,84%
Itaboraí	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,23%
Itaperuna	4,47%	6,69%	8,88%	8,88%	8,88%
Macaé	2,95%	4,77%	8,95%	9,18%	9,18%
Maricá	0,00%	4,30%	4,14%	4,14%	4,14%
PICG	0,24%	0,54%	0,84%	0,84%	0,84%
Quissamã	0,77%	1,49%	3,03%	3,03%	3,03%
Reitoria	0,77%	1,38%	1,61%	1,61%	1,61%
Santo Antônio de Pádua	2,38%	3,40%	4,19%	4,23%	4,23%
São João da Barra	1,11%	1,54%	1,80%	1,80%	1,80%
Instituto Federal Fluminense	42,00%	68,07%	95,38%	95,77%	100,00%

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

Os critérios adotados para a definição da situação dos *campi* no período 2018-2022 foram:

- a) Determinação das ações a serem priorizadas;
- b) Cálculo do peso de cada *campus*, conforme descrito nas diretrizes para os sistemas de combate a incêndio;
- c) A coluna “Índice do *campus*” indica a execução dos itens priorizados no *campus*;
- d) A coluna “Índice das ações de acessibilidade em relação ao instituto” indica a execução dos itens priorizados, porém levando em conta o peso de cada *campus*, de acordo com sua área construída.

As tabelas de 5.25 a 5.29 indicam o planejamento de evolução da adequação da acessibilidade nos *campi* em relação aos itens a serem executados, por ano.

Tabela 5.25 – Situação dos *campi* com relação aos itens priorizados - ano 2018

<i>Campus</i>	Peso do <i>campus</i>	Ações priorizadas					Índice do <i>campus</i>	Índice das ações de acessibilidade em relação ao instituto
		Piso tátil	Barras de apoio nos banheiros	Corrimão nas escadas e rampas	Acesso aos pavimentos dos blocos			
BJI	14,15%	20%	40%	50%	100%	52,5%	7,43%	
CFRIO	6,19%	0%	40%	50%	70%	40,0%	2,48%	
CAC	1,17%	0%	40%	100%	100%	60,0%	0,70%	
CCEN	31,89%	0%	70%	20%	100%	47,5%	15,15%	
CGUA	6,77%	0%	60%	50%	100%	52,5%	3,55%	
CR	0,20%	Em construção				0,0%	0,00%	
ITAB	4,53%	Em construção				0,0%	0,00%	
ITAP	8,94%	10%	40%	50%	100%	50,0%	4,47%	
MCE	9,84%	20%	30%	20%	50%	30,0%	2,95%	
MAR	4,43%	Em construção				0,0%	0,00%	
PICG	0,64%	0%	0%	50%	100%	37,5%	0,24%	
QUIS	3,07%	0%	0%	0%	100%	25,0%	0,77%	
REIT	1,72%	0%	80%	50%	50%	45,0%	0,77%	
SPAD	4,53%	0%	40%	90%	80%	52,5%	2,38%	
SJB	1,93%	0%	80%	50%	100%	57,5%	1,11%	
IF Fluminense	100,00%	5,69%	46,25%	33,76%	82,30%	42,0%	42,00%	

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

(i) Para 2019: Implantação de piso tátil em todos os *campi* e de elevador na Reitoria;

Tabela 5.26 - Proposta de adequação da acessibilidade nos itens priorizados - ano 2019

Campus	Peso do campus	Ações priorizadas					Índice das ações de acessibilidade em relação ao instituto
		Piso tátil	Barras de apoio nos banheiros	Corrimão nas escadas e rampas	Acesso aos pavimentos dos blocos	Índice do campus	
BJI	13,71%	100%	40%	50%	100%	72,5%	9,94%
CFRIO	8,26%	100%	40%	50%	70%	65,0%	5,37%
CAC	1,13%	100%	40%	100%	100%	85,0%	0,96%
CCEN	30,92%	100%	70%	20%	100%	72,5%	22,42%
CGUA	6,56%	100%	60%	50%	100%	77,5%	5,09%
CR	0,19%	100%	100%	100%	100%	100,0%	0,19%
ITAB	4,39%	Em construção				0,0%	0,00%
ITAP	9,22%	100%	40%	50%	100%	72,5%	6,69%
MCE	9,54%	100%	30%	20%	50%	50,0%	4,77%
MAR	4,30%	100%	100%	100%	100%	100,0%	4,30%
PICG	0,87%	100%	0%	50%	100%	62,5%	0,54%
QUIS	2,97%	100%	0%	0%	100%	50,0%	1,49%
REIT	1,67%	100%	80%	50%	100%	82,5%	1,38%
SPAD	4,39%	100%	40%	90%	80%	77,5%	3,40%
SJB	1,87%	100%	80%	50%	100%	82,5%	1,54%
IF Fluminense	100,00%	95,61%	50,45%	38,75%	87,48%	68,1%	68,07%

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

(ii) Para 2020: Implantação de barras de apoio e de corrimão em todos os *campi*;

Tabela 5.27 - Proposta de adequação da acessibilidade nos itens priorizados - ano 2020

Campus	Peso do campus	Ações priorizadas					Índice das ações de acessibilidade em relação ao instituto
		Piso tátil	Barras de apoio nos banheiros	Corrimão nas escadas e rampas	Acesso aos pavimentos dos blocos	Índice do campus	
BJI	13,20%	100%	100%	100%	100%	100,0%	13,20%
CFRIO	7,96%	100%	100%	100%	70%	98,5%	7,84%
CAC	2,16%	100%	100%	100%	100%	100,0%	2,16%
CCEN	29,77%	100%	100%	100%	100%	100,0%	29,77%
CGUA	8,15%	100%	100%	100%	100%	100,0%	8,15%
CR	0,84%	100%	100%	100%	100%	100,0%	0,84%
ITAB	4,23%	Em construção				0,0%	0,00%
ITAP	8,88%	100%	100%	100%	100%	100,0%	8,88%
MCE	9,18%	100%	100%	100%	50%	97,5%	8,95%
MAR	4,14%	100%	100%	100%	100%	100,0%	4,14%
PICG	0,84%	100%	100%	100%	100%	100%	0,84%
QUIS	3,03%	100%	100%	100%	100%	100,0%	3,03%
REIT	1,61%	100%	100%	100%	100%	100,0%	1,61%
SPAD	4,23%	100%	100%	100%	80%	99,0%	4,19%
SJB	1,80%	100%	100%	100%	100%	100,0%	1,80%
IF Fluminense	100,00%	95,77%	95,77%	95,77%	87,95%	95,38%	95,38%

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

(iii) Para 2021: Garantia de acessibilidade a todos os pavimentos de todos os blocos nos diversos *campi*;

Tabela 5.28 - Proposta de adequação da acessibilidade nos itens priorizados - ano 2021

Campus	Peso do campus	Ações priorizadas					Índice das ações de acessibilidade em relação ao instituto
		Piso tátil	Barras de apoio nos banheiros	Corrimão nas escadas e rampas	Acesso aos pavimentos dos blocos	Índice do campus	
BJI	13,20%	100%	100%	100%	100%	100,0%	13,20%
CFRIO	7,96%	100%	100%	100%	100%	100,0%	7,96%
CAC	2,16%	100%	100%	100%	100%	100,0%	2,16%
CCEN	29,77%	100%	100%	100%	100%	100,0%	29,77%
CGUA	8,15%	100%	100%	100%	100%	100,0%	8,15%
CR	0,84%	100%	100%	100%	100%	100,0%	0,84%
ITAB	4,23%	Em construção				0,0%	0,00%
ITAP	8,88%	100%	100%	100%	100%	100,0%	8,88%
MCE	9,18%	100%	100%	100%	100%	100,0%	9,18%
MAR	4,14%	100%	100%	100%	100%	100,0%	4,14%
PICG	0,84%	100%	100%	100%	100%	100,0%	0,84%
QUIS	3,03%	100%	100%	100%	100%	100,0%	3,03%
REIT	1,61%	100%	100%	100%	100%	100,0%	1,61%
SPAD	4,23%	100%	100%	100%	100%	100,0%	4,23%
SJB	1,80%	100%	100%	100%	100%	100,0%	1,80%
IF Fluminense	100,00%	95,77%	95,77%	95,77%	95,77%	95,77%	95,77%

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

(iv) Para 2022: Conclusão da obra do *Campus* Itaboraí, considerando que será entregue atendendo a todos os critérios de acessibilidade.

Tabela 5.29 - Apuração de acessibilidade nos itens priorizados - ano 2022

Campus	Peso do campus	Ações priorizadas					Índice das ações de acessibilidade em relação ao instituto
		Piso tátil	Barras de apoio nos banheiros	Corrimão nas escadas e rampas	Acesso aos pavimentos dos blocos	Índice do campus	
BJI	13,20%	100%	100%	100%	100%	100,0%	13,20%
CFRIO	7,96%	100%	100%	100%	100%	100,0%	7,96%
CAC	2,16%	100%	100%	100%	100%	100,0%	2,16%
CCEN	29,77%	100%	100%	100%	100%	100,0%	29,77%
CGUA	8,15%	100%	100%	100%	100%	100,0%	8,15%
CR	0,84%	100%	100%	100%	100%	100,0%	0,84%
ITAB	4,23%	100%	100%	100%	100%	100,0%	4,23%
ITAP	8,88%	100%	100%	100%	100%	100,0%	8,88%
MCE	9,18%	100%	100%	100%	100%	100,0%	9,18%
MAR	4,14%	100%	100%	100%	100%	100,0%	4,14%
PICG	0,84%	100%	100%	100%	100%	100,0%	0,84%
QUIS	3,03%	100%	100%	100%	100%	100,0%	3,03%
REIT	1,61%	100%	100%	100%	100%	100,0%	1,61%
SPAD	4,23%	100%	100%	100%	100%	100,0%	4,23%
SJB	1,80%	100%	100%	100%	100%	100,0%	1,80%
IF Fluminense	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

5.5 Plano Diretor de Infraestrutura

O IFFluminense organiza sua atuação institucional em municípios localizados nas regiões norte, noroeste e lagos do estado do Rio de Janeiro. A sede de sua Reitoria situa-se no município de Campos dos Goytacazes, onde também se encontra um Centro de Referência em Educação, Ciência e Tecnologia e um Polo de Inovação, todos com endereços próprios, além de 11 *campi* em funcionamento instalados nos municípios de Bom Jesus do Itabapoana, Cabo Frio, Cambuci, Campos Centro, Campos Guarus, Itaperuna, Quissamã, Macaé, Maricá, Santo Antônio de Pádua e São João da Barra e ainda um *campus* em construção no município de Itaboraí, conforme Tabela 5.30 a seguir:

Tabela 5.30 - Quadro de áreas das unidades administrativas do IFFluminense

CAMPUS	QUADRO DE ÁREAS		
	Área do terreno (m ²)	Área construída (m ²)	Obras em andamento (m ²)-2017
Bom Jesus do Itabapoana	500.000,00	17.280,19	
Cabo Frio	70.000,00	7.620,98	2.873,12
Cambuci	500.000,00	1.439,10	
Campos Centro	31.400,00	39.267,89	
Campos Guarus	64.288,04	8.334,83	2.413,47
Itaboraí	34.825,19	Em construção	5.577,89
Itaperuna	156.960,00	11.011,14	696,70
Macaé	50.000,00	12.111,61	
Maricá	24.755,68	Em construção	5.458,67
Quissamã	14.604,40	3.778,21	
São João da Barra	96.323,16	2.371,59	
Santo Antônio de Pádua	45.838,02	5.577,39	
Reitoria	6.354,45	2.119,91	1.492,00
Polo de Inovação	5.764,18	551,76	629,53
Centro de Referência	1.576,36	Em construção	1.492,00
TOTAL	1.602.689,48	111.464,60	20.633,38

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

Para adequação da infraestrutura física desses espaços ocupados pelo IFFluminense, foram consideradas preliminarmente as seguintes diretrizes gerais:

- Atender às normas municipais referentes à taxa de ocupação do terreno, áreas de circulação e o Plano Diretor Municipal.
- Atender com qualidade aos indicadores estabelecidos nos instrumentos de avaliação institucional e de curso, possibilitando, entre outros, a infraestrutura para pessoas com dificuldade de locomoção, audição e/ou visão.
- Apresentar correlação pedagógica entre as instalações dos laboratórios, seus equipamentos e os cursos e programas previstos, bem como os recursos de informática disponibilizados, para atender ao avanço das tecnologias existentes.
- Atender a toda comunidade, incluindo o atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou

assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte; dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete de Libras.

- Priorizar as obras de acordo com as demandas dos *campi* e com os critérios estabelecidos no Plano Diretor de Infraestrutura.

5.5.1 Levantamento dos espaços físicos existentes

Para elaborar o diagnóstico da estrutura física atual e definir as prioridades dos investimentos em infraestrutura, foi realizado um levantamento nos *campi* com dados coletados por meio de uma ação conjunta da Coordenação de Projetos da PRODIN e das Comissões Locais de PDI dos *campi*, entre os meses de outubro e dezembro de 2017.

O levantamento foi subdividido, para melhor caracterização, em: espaços físicos (ambientes) gerais e laboratórios.

5.5.1.1 Estrutura física geral

Os espaços físicos foram agrupados de acordo com suas características e funções, ficando divididos da seguinte forma:

- Direção-geral: ambientes ligados diretamente à direção do *campus*;
- Setor administrativo: ambientes destinados ao desenvolvimento das atividades administrativas do *campus*, como desenvolvimento de pessoas, manutenção, contabilidade, entre outros;
- Setor de ensino, pesquisa e extensão: ambientes destinados ao atendimento e suporte acadêmico, como coordenações, salas de professores, biblioteca, entre outros;
- Ambientes de ensino, pesquisa e extensão: salas de aula e laboratórios de informática (os laboratórios especiais foram avaliados separados);
- Ambientes de apoio estudantil: salas de suporte ao discente;
- Ambientes estruturantes: espaços gerais do *campus*;
- Equipamentos e ambientes esportivos;
- Terceirizados: ambientes de suporte aos funcionários terceirizados.

As tabelas (5.31 a 5.34) com os levantamentos dos espaços físicos gerais existentes – em dezembro de 2017 – em cada *campus* são apresentadas a seguir.

Tabela 5.31 - Levantamento dos espaços físicos - parte 01

ESPAÇOS	CAMPUS													
	BJI	CFRIO	CBC	CCEN	CGUA	ITAB	ITAP	MCE	MAR	QUIS	SPAD	SJB	REIT	PICG
DIREÇÃO-GERAL														
Sala reservada para o Diretor-Geral ou Reitor	1	1	1	1	1	-	1	2	-	1	1	0	1	0
Antessala para secretário ou assessor	1	1	1	4	2	-	1	1	-	1	1	0	1	0
Sala de reunião	0	0	0	0	1	-	1	2	-	0	0	0	0	0
Sala de reunião com videoconferência	0	0	0	1	0	-	1	1	-	0	0	0	1	1
Banheiro	0	1	2	1	1	-	1	2	-	1	1	0	0	0
Copa	0	1	0	1	1	-	1	2	-	0	0	0	0	0
SETOR ADMINISTRATIVO														
Sala principal (diversos setores)	1	1	0	18	9	-	1	0	-	0	1	1	17	1
Sala reservada para Diretor ou chefe de departamento de administração	0	0	1	1	1	-	0	1	-	1	0	0	0	0
Sala para o setor de desenvolvimento de pessoas	2	1	0	1	2	-	1	0	-	1	1	0	5	0
Sala para o setor financeiro, de contabilidade e materiais	1	0	0	1	0	-	1	1	-	1	0	0	3	0
Sala para o setor de almoxarifado e patrimônio	0	0	0	3	1	-	1	2	-	0	1	0	1	0
Sala de movimentação/depósito de patrimônio	0	0	0	1	0	-	0	1	-	0	0	0	1	0
Sala para o setor de manutenção ou infraestrutura	1	1	0	3	3	-	2	1	-	0	0	1	1	0
Sala para o setor de protocolo	1	0	0	1	0	-	0	1	-	1	0	0	1	0
Sala para o setor de tecnologia da informação e comunicação	1	2	1	4	1	-	1	1	-	1	1	1	3	0
Sala de processamento e armazenamento de dados	0	0	0	1	1	-	0	1	-	0	0	0	0	0
Sala de reunião	0	0	0	1	0	-	0	1	-	0	1	0	0	0
Sala de arquivo	0	0	0	1	0	-	1	1	-	0	0	0	1	0

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

Tabela 5.32 - Levantamento dos espaços físicos - parte 02

ESPAÇOS	CAMPUS													
	BJI	CFRIO	CBC	CCEN	CGUA	ITAB	ITAP	MCE	MAR	QUIS	SPAD	SJB	REIT	PICG
SETOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO														
Sala principal (diversos setores)	1	1	0	43	10	-	2	1	-	0	2	1	-	0
Sala reservada para Diretor ou chefe de departamento de ensino, pesquisa e extensão	1	1	0	1	0	-	1	1	-	0	1	0	-	0
Sala de reunião	0	0	0	1	0	-	0	1	-	0	0	0	-	0
Sala para as coordenadorias de área, nível ou curso	1	0	0	2	6	-	2	1	-	1	4	1	-	0
Sala para a coordenadoria de pesquisa	0	0	0	1	1	-	0	1	-	0	0	0	-	0
Sala para a coordenadoria de extensão e relações externas	1	0	0	1	1	-	1	1	-	0	0	0	-	0
Sala para o setor de estágios	0	0	0	1	1	-	0	1	-	0	0	0	-	0
Sala para o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais	0	1	0	1	0	-	0	1	-	1	0	0	-	0
Sala para o núcleo pedagógico	0	0	0	1	0	-	0	1	-	0	0	0	-	0
Sala para a coordenação pedagógica	1	1	0	1	0	-	0	1	-	1	0	0	-	0
Sala para o setor de assistência estudantil	1	2	0	11	1	-	0	1	-	1	0	0	-	0
Sala para atendimento a alunos, professores e pais	0	1	0	1	0	-	0	1	-	0	0	1	-	0
Sala para o setor de registro acadêmico	1	1	1	2	1	-	1	1	-	1	1	1	-	0
Sala para arquivo	0	1	0	1	1	-	0	2	-	0	0	0	-	0
Sala para a coordenação/orientação de turno	0	0	0	5	1	-	0	2	-	1	0	1	-	0
Sala de professores coletiva	6	1	1	2	1	-	3	1	-	1	1	1	-	0
Sala de professores restrita (1 a 3 pessoas)	0	0	0	0	0	-	0	1	-	0	0	0	-	0
Sala de professores por área (de 4 a 20 pessoas)	0	0	0	0	0	-	0	1	-	0	0	1	-	0
Biblioteca	1	1	0	1	1	-	1	1	-	1	1	1	-	0
Sala para processamento técnico na biblioteca	1	1	0	1	1	-	0	1	-	0	0	0	-	0
Salas de estudos coletivos na biblioteca	1	1	0	4	6	-	3	2	-	0	1	0	-	0
Salas de estudos individuais na biblioteca	0	0	0	3	0	-	0	0	-	0	0	0	-	0
Sala com computadores na biblioteca, para consulta a internet	0	0	0	0	0	-	0	0	-	0	0	0	-	0
Sala de leitura na biblioteca	3	1	0	0	0	-	1	1	-	0	0	0	-	0

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

Tabela 5.33 - Levantamento dos espaços físicos - parte 03

ESPAÇOS	CAMPUS													
	BJI	CFRIO	CBC	CCEN	CGUA	ITAB	ITAP	MCE	MAR	QUIS	SPAD	SJB	REIT	PICG
AMBIENTES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO														
Salas de aula - pequenas (até 20 alunos)	1	5	1	11	0	-	2	2	-	0	0	0	-	0
Salas de aula - médias (de 21 a 40 alunos)	46	30	4	70	35	-	11	0	-	9	12	9	-	0
Salas de aula - grandes (mais de 40 alunos)	1	10	2	12	0	-	5	25	-	2	0	0	-	0
Salas de aula informatizadas (menos laboratórios)	0	0	0	1	3	-	1	0	-	0	0	0	-	0
Sala de videoconferência para ensino a distância	0	0	0	0	0	-	0	1	-	0	0	0	-	0
Salas de aula dentro de laboratórios, com capacidade para, no máximo, 20 alunos	0	0	0	1	18	-	0	0	-	3	0	1	-	1
Salas de aula dentro de laboratórios (mais de 20 alunos)	0	0	0	0	0	-	14	0	-	2	0	2	-	0
Sala de estudos para alunos (menos biblioteca)	0	1	0	1	0	-	0	0	-	0	0	0	-	0
Sala para monitoria	0	0	0	0	0	-	0	0	-	0	0	0	-	0
Salas para grupos de pesquisa	0	1	0	4	0	-	0	0	-	0	0	0	-	0
Laboratórios de informática	3	2	1	21	1	-	7	3	-	2	2	1	-	0
AMBIENTES DE APOIO ESTUDANTIL														
Sala para grêmio estudantil e centro acadêmico	1	2	0	3	1	-	1	1	-	0	1	0	-	0
Sala para o setor de reprografia para alunos e comunidade	0	1	0	3	0	-	1	1	-	0	1	0	-	0
Outros ambientes de apoio estudantil	9	0	3	1	1	-	4	0	-	0	0	1	-	0

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

Tabela 5.34 - Levantamento dos espaços físicos - parte 04

ESPAÇOS	CAMPUS													
	BJI	CFRIO	CBC	CCEN	CGUA	ITAB	ITAP	MCE	MAR	QUIS	SPAD	SJB	REIT	PICG
AMBIENTES ESTRUTURANTES														
Portaria/Guarita	0	1	0	3	1	-	1	2	-	0	1	0	0	1
Sala para recepção	0	1	0	1	0	-	1	2	-	0	0	0	1	0
Lanchonete/cantina	1	1	0	1	1	-	1	1	-	1	1	1	0	0
Copa/cozinha para servidores	0	3	0	1	1	-	1	2	-	1	1	0	2	1
Sala de convivência para servidores	0	1	0	1	1	-	1	1	-	0	0	1	1	0
Garagem coberta para veículos oficiais	1	0	0	1	1	-	0	0	-	1	0	0	0	2
Estacionamento coberto para motos	0	0	0	0	0	-	0	0	-	0	0	0	0	0
Bicicletário	1	1	0	1	1	-	0	0	-	0	1	1	0	0
Auditório	1	2	0	3	1	-	0	1	-	1	1	0	0	0
Miniauditório	1	0	1	2	1	-	2	3	-	0	0	0	1	0
Sala multiuso	0	0	1	2	0	-	0	0	-	1	0	0	1	0
Sala para o setor de apoio didático	0	2	0	0	0	-	1	0	-	0	0	0	-	0
Sala para o setor de reprografia para servidores	1	0	0	1	1	-	0	1	-	1	0	0	1	0
Depósito de materiais	0	2	0	1	1	-	2	1	-	0	0	0	4	1
Almoxarifado de materiais de consumo	0	1	0	1	3	-	0	1	-	0	1	0	0	1
Área coberta para eventos (exposições, cerimônias, etc.)	0	0	0	1	1	-	0	0	-	0	0	1	1	0
Sala para setor de saúde	5	1	1	2	1	-	1	1	-	0	1	0	0	0
EQUIPAMENTOS E AMBIENTES ESPORTIVOS														
Ginásio poliesportivo	1	0	0	1	0	-	0	0	-	0	0	0	-	0
Quadra de esportes coberta	1	1	0	2	1	-	1	1	-	0	1	0	-	0
Quadra de esportes descoberta	0	0	0	0	0	-	0	1	-	0	0	0	-	0
Campo de futebol	1	1	0	0	0	-	1	1	-	0	0	0	-	0
Quadra de areia	0	0	0	0	0	-	0	0	-	0	0	0	-	0
Vestiários	1	2	0	2	1	-	4	2	-	0	2	0	-	0
Depósito de materiais esportivos	0	1	0	1	1	-	1	1	-	0	1	0	-	0
Sala de ginástica	0	1	0	1	0	-	1	0	-	0	0	0	-	0
Pista de caminhada	0	0	0	0	0	-	0	0	-	0	0	0	-	0
Pista de atletismo	0	0	0	0	0	-	0	0	-	0	0	0	-	0
Piscina	1	0	0	1	0	-	1	1	-	0	0	0	-	0
TERCEIRIZADOS														
Sanitários para servidores terceirizados	0	0	1	1	2	-	0	0	-	1	2	0	0	0
Vestiários para servidores terceirizados	0	2	0	1	0	-	0	0	-	0	2	0	0	0
Copa para servidores terceirizados	0	1	0	2	1	-	1	0	-	0	0	0	0	0

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

5.5.1.2 Laboratórios

Cada *campus* disponibiliza os ambientes laboratoriais necessários ao atendimento técnico de cada eixo tecnológico dos cursos oferecidos, bem como laboratórios da área de ciências básicas, física, química, biologia, entre outros.

A situação dos laboratórios do IFFluminense em dezembro de 2017 é apresentada a seguir (Tabelas 5.35 a 5.37), nas quais são indicadas as quantidades de laboratórios em cada *campus*. Os dados foram informados pelas Comissões Locais do PDI.

Tabela 5.35 - Levantamento dos laboratórios existentes - parte 01

LABORATÓRIOS	CAMPUS												
	BJI	CFRIO	CBC	CCEN	CGUA	ITAB	ITAP	MCE	MAR	QUIS	SPAD	SJB	PICG
Análise Sensorial	1	0	0	0	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Apicultura	0	0	1	0	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Arquitetura de Computadores e Sistemas Operacionais	0	0	0	0	0	-	0	1	-	0	0	0	0
Arte e Cultura	0	0	0	0	0	-	0	0	-	0	1	0	0
Ateliê de Artes	0	0	0	1	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Ateliê de Costura	0	0	0	1	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Automação	0	1	0	7	0	-	1	1	-	0	1	0	1
Automação de Sistemas Hidráulicos e Pneumáticos	0	1	0	2	1	-	0	1	-	1	0	0	0
Automação Predial	0	0	0	1	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Avicultura	2	0	0	0	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Banco de Dados	0	0	0	0	0	-	0	1	-	0	0	0	0
Betume	0	0	0	1	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Biologia	0	1	0	2	1	-	1	1	-	0	1	0	0
Bombas	0	0	0	1	0	-	1	0	-	0	0	0	0
Bovinocultura	1	0	1	0	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Casa de Vegetação	4	0	3	0	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Casa do Mel	1	0	0	0	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Circuitos Elétricos	0	1	0	0	0	-	0	3	-	1	0	1	0
Composteira	1	0	0	0	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Computação Gráfica	0	0	0	1	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Conforto Ambiental	0	0	0	1	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Controle e Sistemas Embarcados	0	0	0	2	1	-	0	1	-	0	0	0	0
Cozinha Experimental	1	0	0	0	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Cromatografia	0	0	0	1	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Cunicultura	1	0	0	0	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Desenho	0	0	0	9	0	-	0	2	-	1	0	1	0
Desenho Assistido por Computador	0	1	0	6	0	-	0	0	-	0	0	0	0

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

Tabela 5.36 - Levantamento dos laboratórios existentes - parte 02

LABORATÓRIOS	CAMPUS												
	BJI	CFRIO	CBC	CCEN	CGUA	ITAB	ITAP	MCE	MAR	QUIS	SPAD	SJB	PICG
Edificações	0	0	0	0	0	-	0	0	-	0	1	0	0
Eletrônica	0	0	0	2	0	-	0	3	-	1	0	0	0
Eletrônica Digital	0	0	0	1	1	-	1	0	-	0	0	0	0
Eletrônica Geral	0	0	0	1	1	-	0	0	-	0	0	1	0
Eletrônica Industrial	0	0	0	1	0	-	1	0	-	0	0	0	0
Eletrotécnica	0	0	0	7	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Energias Renováveis	0	1	0	0	1	-	1	0	-	0	0	0	1
Enfermagem	0	0	0	0	2	-	0	0	-	0	0	0	0
Ensaio Físicos	0	0	0	1	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Entomologia	1	0	0	0	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Fábrica de Ração	1	0	0	0	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Farmácia	0	0	0	0	1	-	0	0	-	0	0	0	0
Física	1	1	0	4	1	-	1	1	-	0	0	1	0
Físico-Química	0	0	0	0	0	-	0	1	-	0	0	0	0
Físico-Química de Alimentos	1	0	0	0	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Fotografia	0	0	0	1	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Fundição	0	0	0	1	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Gastronomia	0	1	0	0	0	-	0	0	-	1	0	0	0
Geologia e Solos	0	0	0	1	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Gestão de TI	0	0	0	0	0	-	0	0	-	0	0	1	0
Hidroponia	1	0	0	0	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Imagem e Oralidade	0	0	0	0	0	-	0	3	-	0	0	0	0
Informática	3	2	0	21	4	-	7	3	-	2	0	1	0
Informática Industrial	0	0	0	2	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Informática: Hardware	1	0	0	0	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Instalações Elétricas	0	1	0	2	1	-	1	1	-	0	0	1	0
Instalações Hidrossanitárias	0	0	0	1	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Laboratório de Brucelose e Tuberculose	1	0	0	0	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Laboratório de Qualidade de Leite	1	0	0	0	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Manutenção Eletromecânica	0	1	0	1	0	-	0	0	-	0	0	0	1
Manutenção Mecânica	0	0	0	2	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Maquetaria	0	0	0	1	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Máquinas Operatrizes	0	0	0	1	0	-	1	0	-	0	0	0	0
Matemática	0	0	0	2	0	-	0	1	-	0	0	0	0
Materiais	0	1	0	0	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Mecânica e Mecanização	1	0	0	0	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Mecatrônica	0	0	0	2	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Medidas Elétricas	0	0	0	0	0	-	0	1	-	0	0	0	0
Meio Ambiente	0	0	0	0	1	-	0	0	-	0	0	0	0
Metalografia	0	1	0	1	0	-	0	0	-	0	0	1	0

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

Tabela 5.31 - Levantamento dos espaços físicos - parte 01

LABORATÓRIOS	CAMPUS												
	BJI	CFRIO	CBC	CCEN	CGUA	ITAB	ITAP	MCE	MAR	QUIS	SPAD	SJB	PICG
Microbiologia	0	0	0	2	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Microbiologia de Alimentos e Água	2	0	0	0	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Motores Térmicos	0	1	0	1	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Música	0	0	0	1	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Ovinocultura	1	0	1	0	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Packing House	1	0	0	0	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Panificadora	1	0	0	0	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Pesq. e Desenvolvimento em Eletrônica	0	0	0	0	0	-	0	0	-	0	0	0	1
Piscicultura	1	0	1	0	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Processamento de Carne	1	0	0	0	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Processamento de Cereais e Panificação	1	0	0	0	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Processamento de Frutas e Vegetais	1	0	0	0	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Processamento de Leite	1	0	0	0	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Produção de Mudanças	3	0	1	0	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Química Ambiental	0	0	0	0	0	-	0	0	-	0	0	0	1
Química Geral	2	1	0	6	1	-	4	1	-	0	0	1	0
Recursos Multimídias	0	0	0	2	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Redes de Computadores	0	0	0	1	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Refrigeração	0	0	0	0	0	-	1	0	-	0	0	0	0
Segurança do Trabalho	0	0	0	2	0	-	0	0	-	1	0	0	0
Sistema de Produção Agroecológica	0	0	1	0	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Sistemas Informatizados	0	0	0	0	0	-	0	0	-	0	0	0	1
Soldagem	0	1	0	2	0	-	1	1	-	1	0	1	0
Solos e Tecnologia dos Materiais	0	0	0	2	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Solos/águas residuais	1	0	0	0	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Suinocultura	4	0	0	0	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Técnicas Construtivas (canteiro de obras)	0	0	0	1	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Telecomunicações	0	0	0	5	0	-	1	0	-	0	0	0	0
Texto - Português	0	0	0	3	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Tipografia	0	0	0	1	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Topografia	0	0	0	1	0	-	0	0	-	0	0	0	0
Usinagem Automatizada	0	0	0	2	0	-	1	0	-	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	-	0	0	-	2	0	0	0

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

5.5.2 Demandas dos *campi*

A partir do diagnóstico elaborado, foram alinhadas as demandas fornecidas pelas comissões locais dos *campi*, de forma a definir o montante de investimentos necessários para o atendimento das intervenções solicitadas.

Para efeito de organização dos pedidos, estabeleceu-se sua classificação em equipamentos/mobiliários (Tabelas 5.38 a 5.41), obras de reforma (Tabelas 5.42 a 5.50) e obras novas (Tabela 5.51), conforme indicado a seguir:

5.5.2.1 Demandas relativas a mobiliário e equipamentos

Quadro 5.1 - Demandas de mobiliário e equipamento solicitadas pelos *campi* - parte 01

DEMANDAS DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS			
CAMPUS	DESCRIÇÃO	TIPO	JUSTIFICATIVA
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para sala de coordenação de vigilância e segurança	Mobiliário	Por não ter uma sala de coordenação, precisa mobiliar nova estrutura.
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para o herbário	Mobiliário	Falta de mobiliário adequado para o armazenamento correto dos vegetais.
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para Eletricidade Aplicada	Mobiliário	Implantação dos Bacharelados em Engenharias e Téc. Concomitante em Automação Industrial; uso por parte dos cursos técnicos integrados ao ensino médio; uso por parte de cursos de Pós-Graduação e FIC.
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para Gabinete de Trabalho para Professores de Tempo Integral do Núcleo Básico e Comum das Engenharias	Mobiliário	Implantação dos Bacharelados em Engenharia de Produção e Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para Laboratório de Informática I	Mobiliário	Implantação dos Bacharelados em Engenharia de Produção e Engenharia de Computação
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para Laboratório de Informática II	Mobiliário	Implantação dos Bacharelados em Engenharia de Produção e Engenharia de Computação
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para Física Experimental I, II e III	Mobiliário	Implantação dos Bacharelados em Engenharia de Produção e Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para Laboratório de Energia e Eficiência Energética	Mobiliário	Implantação dos Bacharelados em Engenharia de Produção e Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para Laboratório de Automação e Controle	Mobiliário	Implantação dos Bacharelados em Engenharia de Produção e Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para Sala de Aula para Núcleo Básico e Comum das Engenharias (1º e 2º Períodos)	Mobiliário	Implantação dos Bacharelados em Engenharia de Produção e Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para Sala de Aula para Núcleo Básico e Comum das Engenharias (3º e 4º Períodos)	Mobiliário	Implantação dos Bacharelados em Engenharia de Produção e Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para Sala de Aula para Núcleo Básico e Comum das Engenharias (5º e 6º Períodos)	Mobiliário	Implantação dos Bacharelados em Engenharia de Produção e Engenharia de Computação.

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

Quadro 5.2 - Demandas de mobiliário e equipamento solicitadas pelos *campi* - parte 02

DEMANDAS DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS			
CAMPUS	DESCRIÇÃO	TIPO	JUSTIFICATIVA
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para Sala de Aula para Núcleo Básico e Comum das Engenharias (7º e 8º Períodos)	Mobiliário	Implantação dos Bacharelados em Engenharia de Produção e Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para Sala de Aula para Núcleo Básico e Comum das Engenharias (9º e 10º Períodos)	Mobiliário	Implantação dos Bacharelados em Engenharia de Produção e Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para Sala da Comissão Local de Avaliação	Mobiliário	Implantação dos Bacharelados em Engenharia de Produção e Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para Sala de Aula para Engenharia de Produção (1º e 2º Períodos)	Mobiliário	Implantação do Bacharelado de Engenharia de Produção.
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para Sala de Aula para Engenharia de Produção (3º e 4º Períodos)	Mobiliário	Implantação do Bacharelado de Engenharia de Produção.
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para Engenharia de Produção (5º e 6º Períodos)	Mobiliário	Implantação do Bacharelado de Engenharia de Produção.
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para Sala de Aula para Engenharia de Produção (7º e 8º Períodos)	Mobiliário	Implantação do Bacharelado de Engenharia de Produção.
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para Engenharia de Produção (9º e 10º Períodos)	Mobiliário	Implantação do Bacharelado de Engenharia de Produção.
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para Gabinete de Trabalho para Professores de Tempo Integral da Engenharia de Computação	Mobiliário	Implantação do Bacharelado de Engenharia de Produção.
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para Laboratório de Metrologia	Mobiliário	Implantação do Bacharelado de Engenharia de Produção.
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para Sala de Coordenação do Bacharelado em Engenharia de Produção	Mobiliário	Implantação do Bacharelado de Engenharia de Produção.
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para Sala de Professores do Bacharelado em Engenharia de Produção	Mobiliário	Implantação do Bacharelado de Engenharia de Produção.

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

Quadro 5.3 - Demandas de mobiliário e equipamento solicitadas pelos *campi* - parte 03

DEMANDAS DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS			
CAMPUS	DESCRIÇÃO	TIPO	JUSTIFICATIVA
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para Sala de Aula para Engenharia de Computação (1º e 2º Períodos)	Mobiliário	Implantação do Bacharelado de Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para Sala de Aula para Engenharia de Computação (3º e 4º Períodos)	Mobiliário	Implantação do Bacharelado de Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para Engenharia de Computação (5º e 6º Períodos)	Mobiliário	Implantação do Bacharelado de Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para Sala de Aula para Engenharia de Computação (7º e 8º Períodos)	Mobiliário	Implantação do Bacharelado de Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Aquisição de Mobiliário para Engenharia de Computação (9º e 10º Períodos)	Mobiliário	Implantação do Bacharelado de Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para Gabinete de Trabalho para Professores de Tempo Integral da Engenharia de Produção	Mobiliário	Implantação do Bacharelado de Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para Laboratório de Metrologia (Sala 3 do Bloco de Ensino 1)	Mobiliário	Melhoria para curso Técnico em Informática; implantação do Bacharelado de Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para Sala de Coordenação do Bacharelado em Engenharia de Produção	Mobiliário	Melhoria para curso Técnico em Informática; implantação do Bacharelado de Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para Sala de Professores do Bacharelado em Engenharia de Produção	Mobiliário	Implantação do Bacharelado de Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para Sala de Coordenação da Pós-Graduação em Agricultura de Precisão	Mobiliário	Implantação da Pós-Graduação Lato Sensu em Agricultura de Precisão.
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para Gabinete de Trabalho para Professores de Tempo Integral da Pós-Graduação em Agricultura de Precisão	Mobiliário	Implantação da Pós-Graduação Lato Sensu em Agricultura e Zootecnia de Precisão.

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

Quadro 5.4 - Demandas de mobiliário e equipamento solicitadas pelos *campi* - parte 04

DEMANDAS DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS			
CAMPUS	DESCRIÇÃO	TIPO	JUSTIFICATIVA
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário do Laboratório de Pesquisa em Bioenergia e Engenharia de Biosistemas	Mobiliário	Implantação da Pós-Graduação Lato Sensu em Agricultura e Zootecnia de Precisão.
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para Sala de Coordenação da Pós-Graduação em Zootecnia de Precisão	Mobiliário	Implantação da Pós-Graduação Lato Sensu em Agricultura e Zootecnia de Precisão.
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para Gabinete de Trabalho para Professores de Tempo Integral da Pós-Graduação em Zootecnia de Precisão	Mobiliário	Implantação da Pós-Graduação Lato Sensu em Agricultura e Zootecnia de Precisão.
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para o Laboratório de Eletrônica e Microcontroladores	Mobiliário	Implantação da Pós-Graduação Lato Sensu em Agricultura e Zootecnia de Precisão; implantação do Bacharelado de Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Mobiliário para Laboratório de Computação Gráfica e Processamento de Imagens	Mobiliário	Implantação da Pós-Graduação Lato Sensu em Agricultura e Zootecnia de Precisão; implantação do Bacharelado de Engenharia de Computação.
Campos Centro	Câmara fria do Bloco G	Equipamento	Melhorias de espaço físico.
Campos Centro	Sistema de exaustão Bloco G	Equipamento	Melhorias de espaço físico.
Campos Centro	Ar Condicionado Bloco G	Equipamento	Melhorias de espaço físico.
Itaperuna	Aquisição de equipamentos para o auditório e cineteatro.	Equipamento	Permitir o pleno funcionamento do auditório.
Itaperuna	Aquisição de equipamentos para o restaurante estudantil.	Equipamento	Possibilitar o funcionamento do restaurante estudantil.
Itaperuna	Aquisição de Equipamentos para laboratórios de Mecânica	Equipamento	Possibilitar completar as aulas práticas para o curso de Mecânica.
Reitoria	Monitoramento eletrônico	Equipamento	Atender à demanda de reforço da segurança geral do prédio.

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

5.5.2.2 Demandas relativas às reformas de instalações físicas existentes

Quadro 5.5 - Demandas de reforma solicitadas pelos *campi* - parte 01

DEMANDAS DE REFORMA			
CAMPUS	DESCRIÇÃO	TIPO	JUSTIFICATIVA
Bom Jesus do Itabapoana	Gabinetes de trabalho para docentes do curso superior de Ciência e Tecnologia de Alimentos	Reforma	Atendimento ao Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial referente ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes / MEC.
Bom Jesus do Itabapoana	Espaço de trabalho para coordenação do curso superior de Ciência e Tecnologia de Alimentos	Reforma	Atendimento ao Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial referente ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes / MEC.
Bom Jesus do Itabapoana	Sala de professores do curso superior de Ciência e Tecnologia de Alimentos	Reforma	Atendimento ao Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial referente ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes / MEC.
Bom Jesus do Itabapoana	Centro de Equoterapia	Reforma	Integrar a comunidade escolar aos demais setores da sociedade local. Utilização de galpão já existente, atrás do auditório, após desocupação, além de pequena área descoberta próxima.
Bom Jesus do Itabapoana	Laboratório de aula prática de biologia geral	Reforma	Necessidade de um ambiente voltado ao ensino prático dos conteúdos da ciência da natureza, como forma de fomentar a práxis educacional.
Bom Jesus do Itabapoana	Sala para coordenação da Educação do Campo	Reforma	Para viabilização das ações desta coordenação, será extremamente necessário uma sala para que possa vir a ser equipada com o mínimo necessário para consecução de suas ações/planejamento.
Bom Jesus do Itabapoana	Reforma do alojamento masculino	Reforma	Melhorar a qualidade de vida dos alojados na instituição, evitando assim uma possível evasão escolar.
Bom Jesus do Itabapoana	Ampliação e reforma do campo de futebol <i>society</i>	Reforma	O campo está com o gramado muito irregular e o solo cheio de ressaltos, podendo causar lesões nos usuários e conseqüentemente gerando afastamentos do trabalho.
Bom Jesus do Itabapoana	“Espaço de Convivência” para Servidores	Reforma	Necessidade de se criar um espaço adequado para utilização dos servidores, durante seu horário de descanso/alimentação, tendo em vista que muitos não residem em Bom Jesus do Itabapoana, garantindo assim maior bem-estar a eles.
Bom Jesus do Itabapoana	Reforma da piscina	Reforma	A infraestrutura não oferece condições de aula com segurança, dificultando o aprendizado bem como a utilização da piscina para fins de treinamento e lazer.

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

Quadro 5.6 - Demandas de reforma solicitadas pelos *campi* - parte 02

DEMANDAS DE REFORMA			
CAMPUS	DESCRIÇÃO	TIPO	JUSTIFICATIVA
Bom Jesus do Itabapoana	Fechamento da área acima do palco com instalação do placar eletrônico poliesportivo e das laterais da quadra	Reforma	Dificuldade de ministrar aula de educação física com sol em determinadas horas do dia, bem como suspensão das aulas práticas em dias de chuva por molhar grande parte da quadra oferecendo risco aos alunos.
Bom Jesus do Itabapoana	Reforma/adequação dos vestiários	Reforma	Atender às demandas de banho e utilização dos banheiros pelos alunos antes, durante e após as aulas ou treinamentos.
Bom Jesus do Itabapoana	Reforma/adequação dos espaços embaixo da arquibancada da quadra para guarda de materiais e salas de avaliação física	Reforma	Falta de espaço adequado para guarda de materiais pedagógicos e esportivos. Inexistência de uma sala de avaliação física e antropométrica.
Bom Jesus do Itabapoana	Ampliação do palco da quadra	Reforma	O palco tem tamanho insuficiente para uma apresentação cultural, em específico, de dança.
Bom Jesus do Itabapoana	Pintura do piso da quadra	Reforma	A pintura está desgastada dificultando a prática pedagógica de jogos educacionais, bem como o treinamento dos esportes escolares ministrados.
Bom Jesus do Itabapoana	Adequação/reforma de sala de convivência/copa para os funcionários terceirizados e servidores - Módulo II	Reforma	Os terceirizados não possuem local para fazer as refeições e descanso no horário de almoço. Os dois módulos são distantes e não haveria tempo para o deslocamento dos funcionários que atuam no módulo II irem até o módulo I durante o período de almoço e/ou descanso.
Bom Jesus do Itabapoana	Banheiros femininos e masculinos, para terceirizados, com vestiário anexo (contendo armários).	Reforma	Os terceirizados não possuem banheiro específico, devendo se deslocar para locais diversos.
Bom Jesus do Itabapoana	Adequação de segurança de patrimônio e prevenção de incêndio no Laboratório de Cereais e Panificação	Reforma	O item de segurança patrimonial justifica-se por ser o recurso físico mais afastado do <i>campus</i> no módulo II. Para demonstração clara de fluxo de produção de pães, as passagens das portas devem ser de livre movimentação dos equipamentos e separadas fisicamente. Pela condição de ambiente quente, há risco de incêndio, logo, há a necessidade de adequação da porta para saída de emergência.
Bom Jesus do Itabapoana	Laboratório de Física Experimental I, II, III (Atual Sala dos Professores do Ensino Médio)	Reforma	Implantação dos Bacharelados em Engenharia de Produção e Engenharia de Computação.

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

Quadro 5.7 - Demandas de reforma solicitadas pelos *campi* - parte 03

DEMANDAS DE REFORMA			
CAMPUS	DESCRIÇÃO	TIPO	JUSTIFICATIVA
Bom Jesus do Itabapoana	Laboratório de Eletricidade Aplicada (Sala 20 do Bloco de Ensino 1)	Reforma	Implantação dos Bacharelados em Engenharia de Produção, Engenharia de Computação e Téc. Concomitante em Automação Industrial; uso por parte dos cursos técnicos integrados ao ensino médio; uso por parte de cursos de Pós-Graduação e FIC.
Bom Jesus do Itabapoana	Laboratório de Energia e Eficiência Energética	Reforma	Implantação dos Bacharelados em Engenharia de Produção, Engenharia de Computação e Téc. Concomitante em Automação Industrial; uso por parte dos cursos técnicos integrados ao ensino médio; uso por parte de cursos de Pós-Graduação e FIC.
Bom Jesus do Itabapoana	Laboratório de Informática I (Sala 1 do Bloco de Ensino 1)	Reforma	Implantação dos Bacharelados em Engenharia de Produção e Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Laboratório de Informática II (Sala 2 do Bloco de Ensino 1)	Reforma	Implantação dos Bacharelados em Engenharia de Produção e Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Sala de Aula para Núcleo Básico e Comum das Engenharias (1º e 2º Períodos)	Reforma	Implantação dos Bacharelados em Engenharia de Produção e Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Sala de Aula para Núcleo Básico e Comum das Engenharias (3º e 4º Períodos)	Reforma	Implantação dos Bacharelados em Engenharia de Produção e Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Sala de Aula para Núcleo Básico e Comum das Engenharias (5º e 6º Períodos)	Reforma	Implantação dos Bacharelados em Engenharia de Produção e Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Sala de Aula para Núcleo Básico e Comum das Engenharias (7º e 8º Períodos)	Reforma	Implantação dos Bacharelados em Engenharia de Produção e Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Sala de Aula para Núcleo Básico e Comum das Engenharias (9º e 10º Períodos)	Reforma	Implantação dos Bacharelados em Engenharia de Produção e Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Sala de Aula para Engenharia de Produção (1º e 2º Períodos)	Reforma	Implantação do Bacharelado de Engenharia de Produção.

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

Quadro 5.8- Demandas de reforma solicitadas pelos *campi* - parte 04

DEMANDAS DE REFORMA			
CAMPUS	DESCRIÇÃO	TIPO	JUSTIFICATIVA
Bom Jesus do Itabapoana	Sala de Aula para Engenharia de Produção (3º e 4º Períodos)	Reforma	Implantação do Bacharelado de Engenharia de Produção.
Bom Jesus do Itabapoana	Sala de Aula para Engenharia de Produção (5º e 6º Períodos)	Reforma	Implantação do Bacharelado de Engenharia de Produção.
Bom Jesus do Itabapoana	Sala de Aula para Engenharia de Produção (7º e 8º Períodos)	Reforma	Implantação do Bacharelado de Engenharia de Produção.
Bom Jesus do Itabapoana	Sala de Aula para Engenharia de Produção (9º e 10º Períodos)	Reforma	Implantação do Bacharelado de Engenharia de Produção.
Bom Jesus do Itabapoana	Laboratório de Metrologia (Sala 3 do Bloco de Ensino 1)	Reforma	Implantação do Bacharelado de Engenharia de Produção.
Bom Jesus do Itabapoana	Sala de Coordenação do Bacharelado em Engenharia de Produção	Reforma	Implantação do Bacharelado de Engenharia de Produção.
Bom Jesus do Itabapoana	Sala de Professores do Bacharelado em Engenharia de Produção	Reforma	Implantação do Bacharelado de Engenharia de Produção.
Bom Jesus do Itabapoana	Sala de Aula para Engenharia de Computação (1º e 2º Períodos)	Reforma	Implantação do Bacharelado de Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Sala de Aula para Engenharia de Computação (3º e 4º Períodos)	Reforma	Implantação do Bacharelado de Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Sala de Aula para Engenharia de Computação (5º e 6º Períodos)	Reforma	Implantação do Bacharelado de Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Sala de Aula para Engenharia de Computação (7º e 8º Períodos)	Reforma	Implantação do Bacharelado de Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Sala de Aula para Engenharia de Computação (9º e 10º Períodos)	Reforma	Implantação do Bacharelado de Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Gabinete de Trabalho para Professores de Tempo Integral da Engenharia de Computação	Reforma	Melhoria para curso Técnico em Informática; implantação do Bacharelado de Engenharia de Computação.

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

Quadro 5.9 - Demandas de reforma solicitadas pelos *campi* - parte 05

DEMANDAS DE REFORMA			
CAMPUS	DESCRIÇÃO	TIPO	JUSTIFICATIVA
Bom Jesus do Itabapoana	Laboratório de Metrologia	Reforma	Melhoria para curso Técnico em Informática; implantação do Bacharelado de Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Sala de Coordenação do Bacharelado em Engenharia de Produção	Reforma	Implantação do Bacharelado de Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Gabinete de Trabalho para Professores de Tempo Integral da Engenharia de Produção	Reforma	Implantação do Bacharelado de Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Sala de Coordenação da Pós-Graduação em Agricultura de Precisão	Reforma	Implantação da Pós-Graduação Lato Sensu em Agricultura de Precisão.
Bom Jesus do Itabapoana	Sala de Coordenação da Pós-Graduação em Zootecnia de Precisão	Reforma	Implantação da Pós-Graduação Lato Sensu em Agricultura e Zootecnia de Precisão.
Bom Jesus do Itabapoana	Laboratório de Eletrônica e Microcontroladores (Sala 6 do Bloco de Ensino 1)	Reforma	Implantação da Pós-Graduação Lato Sensu em Agricultura e Zootecnia de Precisão; implantação do Bacharelado de Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Laboratório de Computação Gráfica e Processamento de Imagens (Atual Coordenação de Téc. em Informática)	Reforma	Implantação da Pós-Graduação Lato Sensu em Agricultura e Zootecnia de Precisão; implantação do Bacharelado de Engenharia de Computação.
Bom Jesus do Itabapoana	Laboratório de Artes	Reforma	Sala adequada com tanques, mesas grandes, bancos, estantes, equipamento multimídia, para melhor desenvolvermos nossas atividades e colaborarmos na formação integral e cultural dos nossos estudantes, como proposto na LDB.
Bom Jesus do Itabapoana	Laboratório de Teatro e Dança	Reforma	Sala adequada ampla com espelhos, com espaço para atividades de expressão corporal e teatral, e valorização do corpo e desenvolvimento integral do ser humano na escola.
Bom Jesus do Itabapoana	Laboratório de Música	Reforma	Espaço para desenvolver atividades de música e guardar os instrumentos musicais.
Bom Jesus do Itabapoana	Laboratório Multimídia	Reforma	Sala equipada para aulas multimídia (computadores, câmeras, projetor, áudio, internet) para atender todos os professores.

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

Quadro 5.10 - Demandas de reforma solicitadas pelos *campi* - parte 06

DEMANDAS DE REFORMA			
CAMPUS	DESCRIÇÃO	TIPO	JUSTIFICATIVA
Bom Jesus do Itabapoana	Laboratório de Audiovisual	Reforma	Sala adaptada para projeções, debates, produção, edição cinematográfica, suprimindo a demanda interna e extensionista do <i>campus</i> , e valorizando as diversas linguagens.
Bom Jesus do Itabapoana	Adequação edificações e instalações da área externa dos Laboratórios de Processamento de Alimentos	Reforma	Laboratórios utilizados como locais de aula prática e estágio. Esses locais, por sua importância na manipulação dos alimentos, estão regidos por normas nacionais voltadas para o controle de qualidade e higiene em seus processos.
Bom Jesus do Itabapoana	Edificações e instalações da área interna dos Laboratórios de Processamento de Alimentos	Reforma	Laboratórios utilizados como locais de aula prática e estágio. Esses locais, por sua importância na manipulação dos alimentos, estão regidos por normas nacionais voltadas para o controle de qualidade e higiene em seus processos.
Bom Jesus do Itabapoana	Adequação dos Laboratórios de Processamento de Carnes	Reforma	Laboratórios utilizados como locais de aula prática e estágio. Esses locais, por sua importância na manipulação dos alimentos, estão regidos por normas nacionais voltadas para o controle de qualidade e higiene em seus processos.
Bom Jesus do Itabapoana	Adequação dos Laboratórios de Processamento de Frutas e Vegetais	Reforma	Laboratórios utilizados como locais de aula prática e estágio. Esses locais, por sua importância na manipulação dos alimentos, estão regidos por normas nacionais voltadas para o controle de qualidade e higiene em seus processos.
Bom Jesus do Itabapoana	Adequação dos Laboratórios de Processamento de Leite	Reforma	Laboratórios utilizados como locais de aula prática e estágio. Esses locais, por sua importância na manipulação dos alimentos, estão regidos por normas nacionais voltadas para o controle de qualidade e higiene em seus processos.
Bom Jesus do Itabapoana	Adequação da sala de estoque referente aos Laboratórios de Processamento de Alimentos	Reforma	Laboratórios utilizados como locais de aula prática e estágio. Esses locais, por sua importância na manipulação dos alimentos, estão regidos por normas nacionais voltadas para o controle de qualidade e higiene em seus processos.

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

Quadro 5.11 - Demandas de reforma solicitadas pelos *campi* - parte 07

DEMANDAS DE REFORMA			
CAMPUS	DESCRIÇÃO	TIPO	JUSTIFICATIVA
Bom Jesus do Itabapoana	Ampliação da Sala da DGP	Reforma	Necessidade de maior espaço para servidores, mobília e arquivos do setor.
Bom Jesus do Itabapoana	Sala de Leitura	Reforma	Sala próxima à entrada das novas instalações da biblioteca do <i>campus</i> , para ser um ambiente de leitura, exclusivamente para esse fim e outras reuniões e eventos que tenham esse objetivo de formação de leitores e difusão da arte literária.
Bom Jesus do Itabapoana	Reforma e Adequação das Instalações de Suinocultura	Reforma	As instalações precisam ser adequadas para atender às exigências do bem-estar animal, dessa forma, adequam-se pedagogicamente.
Bom Jesus do Itabapoana	Reforma do Viveiro de Mudas	Reforma	O viveiro precisa ser adequado para melhor atender a necessidades pedagógicas e melhorar o ambiente de geminação e desenvolvimento das mudas.
Cabo Frio	Demolição da estrutura do "Sol da Ciência"	Reforma	Os escombros oferecem riscos à comunidade, além de comprometer a utilização da área que poderia estar sendo utilizada para outros fins.
Cabo Frio	Reforma do telhado do prédio Bloco A	Reforma	Trata-se de um telhado antigo, degradado pelo tempo, ocasionando vazamentos em tempo de chuvas e queda de telhas em dias de ventos fortes, sendo necessária reposição de telhas, madeiras e amarração.
Cabo Frio	Substituição dos telhados dos blocos B ao E	Reforma	As coberturas existentes são telhas de amianto, deixando a marquise exposta, proporcionando infiltrações e comprometendo a pintura.
Cabo Frio	Ampliação da Biblioteca	Reforma	Espaço atual encontra-se limitado pelo aumento do número de usuários, mobiliários e acervos.
Cabo Frio	Ampliação do Setor - Registro Acadêmico	Reforma	Face ao crescimento do <i>campus</i> , há necessidade da expansão deste Setor, visando a melhorias no fluxo do atendimento.
Cabo Frio	Ampliação do Setor - Ensino	Reforma	O espaço existente não possui número de salas e divisões necessárias para atendimento das necessidades da Equipe Técnica Pedagógica.
Cabo Frio	Ampliação do NAPNEE	Reforma	Atualmente o Núcleo funciona em local improvisado, com salas de aula inadequadas para desenvolvimento das atividades planejadas.

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

Quadro 5.12 - Demandas de reforma solicitadas pelos *campi* - parte 08

DEMANDAS DE REFORMA			
CAMPUS	DESCRIÇÃO	TIPO	JUSTIFICATIVA
Campos Centro	Distribuição de salas administrativas no Registro Acadêmico - 2ª etapa	Reforma	Melhoria de espaço físico, das coordenações de Ensino Médio e Superior.
Campos Centro	Reforma do bicicletário	Reforma	Melhor adaptação do bicicletário junto ao Bloco G.
Campos Centro	Reforma do banheiro Eletro	Reforma	Melhorias de espaço físico.
Campos Centro	Pintura geral do <i>campus</i>	Reforma	Limpeza e manutenção das fachadas.
Campos Centro	Bloco A, reforma e manutenção dos brises da fachada	Reforma	Manutenção das fachadas.
Campos Centro	Revestimento de pastilhas	Reforma	Manutenção
Campos Centro	Substituição de esquadrias de madeira da fachada do bloco A	Reforma	Manutenção das fachadas.
Campos Centro	Iluminação para Biblioteca bloco A e bloco G	Reforma	Melhorias de espaço físico.
Campos Centro	Ampliação do espaço físico para o curso de Engenharia	Reforma	Adaptação de espaço físico na antiga Merenda Escolar.
Campos Centro	Reforma de fachadas e paredes internas	Reforma	Manutenção
Campos Centro	Auditório Miguel Ramalho	Reforma	Melhorias de espaço físico.
Campos Centro	Auditório Cristina Bastos	Reforma	Melhorias de espaço físico.
Campos Centro	Troca de piso polido para piso rústico nos Laboratórios de Química, Bloco A e bloco G	Reforma	Melhorias de espaço físico.
Campos Centro	Projeto de reforço estrutural do Ginásio de Esportes	Reforma	Melhorias de espaço físico.
Campos Centro	Espaço Circense Concha Acústica - piso	Reforma	Adaptação de espaço físico para o curso de Teatro.
Campos Centro	Telhas de policarbonato	Reforma	Substituição de telhas em policarbonato nas coberturas.
Campos Guarus	Reforma da quadra poliesportiva	Reforma	Serviço de reforma.

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

Quadro 5.13 - Demandas de reforma solicitadas pelos *campi* - parte 09

DEMANDAS DE REFORMA			
CAMPUS	DESCRIÇÃO	TIPO	JUSTIFICATIVA
Itaperuna	Iluminação do campo de futebol	Reforma	Permitir melhor aproveitamento do campo de futebol que hoje fica restrito ao uso diurno por falta de iluminação.
Itaperuna	Construção de arquibancada e proteção contra chuva na quadra	Reforma	Possibilitar o uso da quadra em dias de chuva tanto para aulas, quanto para eventos esportivos ou outros eventos.
Itaperuna	Reforma da caixa d'água do <i>campus</i>	Reforma	Melhorar as condições de armazenamento de água do <i>campus</i> proporcionando maior segurança
Macaé	Reforma da portaria A	Reforma	O controle de acesso ao <i>campus</i> é fundamental para garantir a segurança de toda a comunidade acadêmica, e, além disso, atenderemos ao plano básico de adequação dos <i>campi</i> com a alteração das entradas seguindo às normas de acessibilidade.
Macaé	Reforma da portaria B	Reforma	Com a mudança no fluxo do trânsito nas ruas de acesso ao <i>campus</i> , surgiu a necessidade de abertura desta portaria. Atualmente, o grande fluxo de veículos nos horários de pico gera congestionamento no único portão de entrada e saída, formando filas internas e externas, aumentando o risco de acidentes.
Macaé	Reforma do campo de futebol	Reforma	Possibilidade de receber competições locais e regionais com jogos diurnos e noturnos.
Quissamã	Pintura do <i>campus</i>	Reforma	Preservação do patrimônio.
Quissamã	Reforma dos banheiros e piso da sala dos professores	Reforma	Conservação do patrimônio.
Quissamã	Adequação do laboratório de solda	Reforma	O laboratório não está em conformidade com as normas técnicas necessárias para o funcionamento, sendo necessário um projeto de adequação para atender a normas de segurança e ventilação.
Polo de Inovação	Reforma do Bloco B	Reforma	O piso tem levantado e fraturado em diversos pontos do Bloco; o telhado possui problemas de execução nas calhas, ocasionando vazamentos; o emboço e a pintura precisam de recuperação.
Reitoria	Pintura externa do prédio	Reforma	Pintura externa do prédio existente deteriorada com o tempo.
Reitoria	Manutenção nas telhas da cobertura	Reforma	Troca de telhas danificadas na cobertura.
Reitoria	Pintura interna e instalação de rodameio	Reforma	Pintura interna do prédio existente e instalação de rodameio de pastilhas nas salas.

5.5.2.3 Demandas relativas à construção de obras novas

Tabela 5.32 - Demandas de obras novas solicitadas pelos *campi* e previsão de execução

PLANO DE INVESTIMENTO - PDI 2018-2022 - OBRAS NOVAS							
CAMPUS	DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO EM 2018 (R\$)	EXECUÇÃO EM 2019 (R\$)	EXECUÇÃO EM 2020 (R\$)	EXECUÇÃO EM 2021 (R\$)	EXECUÇÃO EM 2022 (R\$)	TOTAL (ESTIMADO) (R\$)
Geral	Ações de acessibilidade - instalação de piso tátil		250.000,00				250.000,00
Geral	Ações de acessibilidade - instalação de barras de apoio nos boxes de vasos sanitários acessíveis			80.000,00			80.000,00
Geral	Ações de acessibilidade - instalação de corrimão duplo nas rampas e escadas			300.000,00			300.000,00
Geral	Ações de acessibilidade - garantia de acessibilidade a todos os pavimentos dos blocos dos campi				450.000,00		450.000,00
Geral	Ações de combate à incêndio e pânico	760.000,00	135.000,00	220.000,00	610.000,00	390.000,00	2.115.000,00
Bom Jesus do Itabapoana	Guarita com cancela - Módulo I						60.927,92
Bom Jesus do Itabapoana	Guarita com cancela - Módulo II						60.927,92
Bom Jesus do Itabapoana	Destilaria		480.158,85				480.158,85
Bom Jesus do Itabapoana	Fábrica de ração		422.617,39				422.617,39
Bom Jesus do Itabapoana	Sala para coordenação de vigilância e segurança - Módulo I						48.742,34
Bom Jesus do Itabapoana	Muro com alambrado - Bloco I						144.088,00
Bom Jesus do Itabapoana	Muro com alambrado - Bloco II						144.088,00
Bom Jesus do Itabapoana	Restaurante estudantil						2.522.233,00
Bom Jesus do Itabapoana	Anfiteatro						1.364.785,38
Bom Jesus do Itabapoana	Construção de uma quadra de Vôlei de areia/Futevôlei com planejamento para ser utilizada para salto em distância						258.400,00
Bom Jesus do Itabapoana	Arquibancada suspensa comportando embaixo vestiários masculino e feminino e também um salão de musculação e ginástica						557.518,40
Bom Jesus do Itabapoana	Pista de Atletismo com campo de futebol oficiais						7.356.369,16
Bom Jesus do Itabapoana	Prédio para uso do Curso de licenciatura em dança						3.860.392,93
Bom Jesus do Itabapoana	Construção de sala de convivência/copa para os funcionários terceirizados - Módulo I - parte central						131.604,30
Bom Jesus do Itabapoana	Construção de sala de convivência/copa para os funcionários terceirizados na área de produção						116.981,60
Bom Jesus do Itabapoana	Herbário						420.070,31
Bom Jesus do Itabapoana	Laboratório de Automação e Controle						212.693,83
Bom Jesus do Itabapoana	12 Gabinetes de Trabalho com 12m ² para Professores de Tempo Integral do Núcleo Básico e Comum das Engenharias						350.944,81
Bom Jesus do Itabapoana	Sala para Comissão Local de Avaliação						60.927,92
Bom Jesus do Itabapoana	8 Gabinetes de Trabalho com 12m ² para Professores de Tempo Integral da Engenharia de Produção						233.963,21
Bom Jesus do Itabapoana	8 Gabinetes de Trabalho com 12m ² para Professores de Tempo Integral da Engenharia de Computação						233.963,21
Bom Jesus do Itabapoana	2 Gabinetes de Trabalho com 12m ² para Professores de Tempo Integral da Pós-Graduação em Agricultura de Precisão						58.490,80
Bom Jesus do Itabapoana	Laboratório de Pesquisa em Bioenergia e Engenharia de Biosistemas						159.520,37
Bom Jesus do Itabapoana	2 Gabinetes de Trabalho com 12m ² para Professores de Tempo Integral da Pós-Graduação em Zootecnia de Precisão						58.490,80
Bom Jesus do Itabapoana	Anfiteatro Natural.						425.719,99

CAMPUS	DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO EM 2018 (R\$)	EXECUÇÃO EM 2019 (R\$)	EXECUÇÃO EM 2020 (R\$)	EXECUÇÃO EM 2021 (R\$)	EXECUÇÃO EM 2022 (R\$)	TOTAL (ESTIMADO) (R\$)
Bom Jesus do Itabapoana	Reforma do Micródromo						119.640,28
Bom Jesus do Itabap.	Áreas Cobertas						283.813,32
Bom Jesus do Itabap.	Banheiros com chuveiros						132.933,64
Bom Jesus do Itabapoana	Laboratório de produção de carne para animais de pequeno e médio porte com ênfase no ante mortem e post mortem						398.800,92
Bom Jesus do Itabapoana	Laboratório de Ovinocultura de Corte						414.309,85
Bom Jesus do Itabapoana	Construção do laboratório de Inseminação Artificial para Suinocultura						638.081,48
Bom Jesus do Itabapoana	Construção de área de serviço do laboratório de aves de postura e corte						21.269,38
Bom Jesus do Itabapoana	Construção de Abatedouro de Suíno e Bovino						376.202,20
Bom Jesus do Itabapoana	Construção de câmara fria para conservação de semente						83.742,34
Bom Jesus do Itabapoana	Implantação de calhas para captação de água pluvial						150.000,00
Cabo Frio	Cercamento do campus	176.778,28					176.778,28
Cabo Frio	Ampliação do Laboratório de Mecânica						1.329.336,41
Cabo Frio	Construção da garagem para carros oficiais, anexo/prédio do Almoarifado e Oficina de marcenaria.						539.245,31
Cabo Frio	Construção do Laboratório de Hotelaria						1.063.469,13
Cabo Frio	Construção da Portaria						73.113,50
Cabo Frio	Sinalização do campus						40.000,00
Cabo Frio	Interligação da rede de esgoto						550.000,00
Cambuci	Construção de bloco administrativo / pedagógico com mini auditório			797.601,85			797.601,85
Cambuci	Construção de restaurante estudantil			684.606,10	684.606,10		1.369.212,20
Cambuci	Construção de quadra poliesportiva	522.329,24					522.329,24
Cambuci	Bloco de salas de aula	472.721,81					472.721,81
Cambuci	Construção de alojamento masculino	350.735,37					350.735,37
Cambuci	Construção de alojamento feminino			600.000,00			600.000,00
Cambuci	Construção da Biblioteca					664.668,20	664.668,20
Cambuci	Construção de área de convivência para alunos						283.813,32
Cambuci	Construção de vestiários anexos à quadra poliesportiva				426.337,60		426.337,60
Cambuci	Construção de Mini-estação para tratamento da água			350.000,00			350.000,00
Cambuci	Abrigo para armazenamento de lixo			37.287,89			37.287,89
Cambuci	Construção de estação de tratamento de esgoto						450.000,00
Cambuci	Construção de garagem para veículos oficiais						149.001,99
Cambuci	Identificação visual externa						40.000,00
Cambuci	Alojamentos feminino e masculino						1.364.785,38
Cambuci	Construção de vestiários para terceirizados						327.952,00
Campos Centro	Construção de Portaria pela Av. 28 de Março		282.974,38				282.974,38
Campos Centro	Estacionamento coberto para motos						65.277,06
Campos Centro	Construção de novas salas entre a área de Construção Civil e Mecânica						2.686.944,81
Campos Centro	Programa visual de sinalizaçãodo Bloco G						64.000,00
Campos Guarus	Conclusão do restaurante estudantil		277.648,59				277.648,59
Campos Guarus	Laboratórios para atender a Licenciatura em música						992.604,42
Campos Guarus	Conclusão da Guarita						321.699,41
Campos Guarus	Rede elétrica	256.844,82					256.844,82
Campos Guarus	Construção de um Micródromo no térreo do prédio das Licenciaturas (bloco F)						44.453,01
Itaperuna	Conclusão do auditório	322.801,21					322.801,21
Itaperuna	Cercamento do Campus Itaperuna						369.225,50
Itaperuna	Construção do Estacionamento para funcionários e cobertura para veículos oficiais						341.809,99
Itaperuna	Construção de novos laboratórios de Química, incluindo almoarifado para o curso e sala de coordenação/orientação.						930.535,49
Itaperuna	Construção de um Galpão para o Almoarifado/ Patrimônio						731.135,03

CAMPUS	DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO EM 2018 (R\$)	EXECUÇÃO EM 2019 (R\$)	EXECUÇÃO EM 2020 (R\$)	EXECUÇÃO EM 2021 (R\$)	EXECUÇÃO EM 2022 (R\$)	TOTAL (ESTIMADO) (R\$)
Itaperuna	Construção de Espaços de Convivência para os Estudantes						243.711,68
Macaé	Conclusão do restaurante estudantil		90.000,00				90.000,00
Macaé	Construção da Biblioteca						670.071,04
Macaé	Construção de reservatório de água	203.103,06					203.103,06
Macaé	Quadra poliesportiva		484.283,19				484.283,19
Macaé	Construção de ginásio poliesportivo						13.686.289,35
Macaé	Abriço para armazenamento de lixo			37.287,89			37.287,89
Macaé	Construção de laboratório didático de resíduos sólidos						989.026,29
Macaé	Construção de garagem para veículos oficiais						149.001,99
Macaé	Instalação de sinalização interna no campus						30.000,00
Macaé	Identificação visual externa						40.000,00
Macaé	Laboratório de Sistemas de Potência						319.040,74
Santo Antônio de Pádua	Construção de espaço para setor de Protocolo e Recepção	54.535,74					54.535,74
Santo Antônio de Pádua	Construção de Bloco Pedagógico/Administrativo						4.585.678,88
Santo Antônio de Pádua	Construção de depósito para patrimônio, materiais de consumo e instalações para terceirizados					388.017,48	388.017,48
Santo Antônio de Pádua	Construção de novo Bloco Laboratorial						1.169.816,04
Santo Antônio de Pádua	Adequação do prédio escolar desativado do Estado do Rio de Janeiro em Cordeiro para futura implantação do campus Avançado			300.000,00			300.000,00
Santo Antônio de Pádua	Cercamento do campus avançado de Cordeiro	84.960,23					84.960,23
Santo Antônio de Pádua	Adequação de construções e urbanização do campus Avançado em Cordeiro						3.264.283,25
Quissamã	Almoxarifado	352.743,16					352.743,16
Quissamã	Restauração da Casa Rosa		170.233,78				170.233,78
Quissamã	Construção do Pórtico/Guarita / Recepção						283.942,37
Quissamã	Prédio de salas de aula						4.386.810,15
Quissamã	Restaurante estudantil (Adaptação da Gastronomia)		885.079,50				885.079,50
Quissamã	Quadra poliesportiva					1.543.639,02	1.543.639,02
São João da Barra	Restaurante estudantil					1.369.212,20	1.369.212,20
São João da Barra	Quadra poliesportiva				1.543.639,02		1.543.639,02
São João da Barra	Bloco administrativo (Conclusão)			680.729,95	680.729,95		1.361.459,89
São João da Barra	Construção de Cisterna	67.700,75					67.700,75
São João da Barra	Adequação de laboratórios		280.918,93				280.918,93
Polo de Inovação	Construção de Bloco de Apoio	259.441,20					259.441,20
Polo de Inovação	Adequação do Bloco B		113.325,85				113.325,85
Polo de Inovação	Construção de Recepção e Espaço Administrativo						507.739,02
Reitoria	Estacionamento	310.352,93					310.352,93
Reitoria	Bloco de apoio		750.588,26				750.588,26
Reitoria	Pista de Atletismo com urbanização do entorno						8.377.331,56
Reitoria	Hall de entrada	85.579,97					85.579,97
Reitoria	Elevador	187.733,61					187.733,61
Reitoria	Ampliação do bloco administrativo						5.702.853,20
Reitoria	Instalação de cobertura no terraço						89.289,86

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

A extensa lista de pedidos por obras novas, independentemente dos recursos necessários para reformas, mobiliário e equipamentos, foi estimada em R\$ 101.229.523,75 que, considerando o financiamento para 2018, ainda que incerto e sem garantias da ordem de R\$ 2 milhões, estenderia o presente planejamento para perto de 50 anos, fugindo completamente do balizamento proposto no presente PDI.

Com o propósito de se estabelecer um plano viável a médio prazo, foram adotadas as seguintes premissas:

- Aquisição de equipamentos e mobiliário - condicionados à previsão no custeio, TED específico ou emenda parlamentar com destinação definida;
- Reformas de uma maneira geral - condicionadas ao planejamento dos *campi* de acordo com os recursos de custeio;

- Novas obras - condicionadas à disponibilidade na LOA e a captação de emendas parlamentares.

Com essas considerações, passou-se a adotar um plano de prioridades de forma a organizar os ambientes e definir uma “planta básica” com instalações mínimas comuns a todos os *campi* de forma que o estudante do IFFluminense passasse a receber as mesmas condições materiais de aprendizagem em qualquer uma das unidades, independentemente do tamanho ou tempo de existência do *campus*.

Essas prioridades foram definidas e distribuídas pelo período de vigência do PDI, nas tabelas relacionadas às novas obras, e foi adotado como referência financeira valor anual de investimentos em torno de R\$ 4,5 milhões, considerando disponibilidade na LOA e captação de emendas parlamentares, conforme Tabela 5.52 a seguir:

Tabela 5.33 - investimentos anuais para alcançar os indicadores do Plano Diretor de Infraestrutura

EXECUÇÃO EM 2018 (R\$)	EXECUÇÃO EM 2019 (R\$)	EXECUÇÃO EM 2020 (R\$)	EXECUÇÃO EM 2021 (R\$)	EXECUÇÃO EM 2021 (R\$)	TOTAL ESTIMADO DE EXECUÇÃO (R\$)
4.468.361,38	4.622.828,72	4.087.513,67	4.395.312,67	4.355.536,90	21.929.553,32

5.5.3 Diretrizes para organização dos ambientes dos *campi*

Para efeito da presente proposta de trabalho, estabeleceu-se uma relação de ambientes que são referência para a implantação da infraestrutura física de cada um de seus *campi*, independentemente do seu porte, considerada básica para o pleno desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, além dos espaços administrativos indispensáveis ao bom funcionamento do IFFluminense.

Nesse contexto, todos os *campi* do IFFluminense devem dispor de estrutura que contenha, no mínimo, os ambientes abaixo organizados em 7 categorias, que passarão a compor a chamada “estrutura básica”:

- 1) Ambientes Pedagógicos
 - Salas de aula com capacidade para 40 alunos;
 - Laboratórios Temáticos;
 - Sala para as Coordenadorias de área, nível ou curso;
 - Sala dos professores;
 - Sala própria ou adaptada para videoconferência.
- 2) Ambientes administrativos:
 - Sala para Registro Acadêmico;
 - Salas para os setores de Gestão de Pessoas, Tecnologia da Informação e Comunicação e Administração;
 - Sala reservada para a direção-geral, preferencialmente com antessala e recepção;
 - Espaço para recepção geral e/ou protocolo.
- 3) Auditório - adequado a atividades artístico-culturais.
- 4) Biblioteca - incluindo:
 - Espaços de estudos coletivos e individuais;
 - Levantamento do acervo tratado neste capítulo de forma especial, uma vez que se trata de item de verificação para efeito de avaliação de cursos superiores pelo SINAES.

- 5) Ambientes de convivência:
 - Espaço para lanchonete/cantina e/ou refeitório;
 - Micródromo;
 - Espaço para serviço de reprografia para alunos e servidores;
 - Espaço para Grêmio Estudantil e Centro Acadêmico;
 - Sala de convivência para servidores.
- 6) Área esportiva:
 - Quadra poliesportiva coberta, preferencialmente com vestiários, em *campus* com oferta de ensino técnico integrado ao ensino médio.
- 7) Áreas comuns e outros ambientes:
 - Depósito de materiais e espaço para movimentação de patrimônio;
 - Almoxarifado para materiais de consumo;
 - Espaços e instalações para servidores terceirizados.

5.5.3.1 Diagnóstico sobre o conjunto elementar de infraestrutura nos *campi*

A partir do levantamento dos espaços físicos existentes nos *campi*, chegou-se ao seguinte diagnóstico de estrutura básica (Tabelas 5.53):

Tabela 5.34 - Diagnóstico da estrutura mínima

ESPAÇOS	CAMPUS											
	BJI	CFRIO	CAC	CCEN	CGUA	ITAB	ITAP	MCE	MAR	QUIS	SPAD	SJB
AMBIENTES PEDAGÓGICOS												
Salas de aula com capacidade para 40 alunos	✓	✓	✓	✓	✓	-	✓	✓	-	✓	✓	✓
Laboratórios temáticos	✓	✓	✓	✓	✓	-	✓	✓	-	✓	✓	✓
Sala para as coordenadorias de área, nível ou curso	✓	⊙	✗	✓	✓	-	✓	✓	-	✓	✓	✓
Sala de professores	✓	✓	✓	✓	✓	-	✓	✓	-	✓	✓	✓
Sala própria ou adaptada para videoconferência	✓	✓	✗	✓	✓	-	✓	✓	-	✗	✓	✗
AMBIENTES ADMINISTRATIVOS												
Sala para Registro Acadêmico	✓	✓	✓	✓	✓	-	✓	✓	-	✓	✓	✓
Salas para os setores de Gestão de Pessoas, Administração e TIC	✓	✓	✗	✓	✓	-	✓	✓	-	✓	✓	✓
Sala reservada para a direção-geral	✓	✓	✓	✓	✓	-	✓	✓	-	✓	✓	✗
Recepção e/ou Protocolo	✓	⊙	✗	✓	⊙	-	✓	✓	-	✓	✗	✗
AUDITÓRIO	✓	✓	✗	✓	✓	-	✗	✓	-	✓	✓	✗
BIBLIOTECA	✓	✓	✗	✓	✓	-	✓	✓	-	✓	✓	✓
AMBIENTES DE CONVIVÊNCIA												
Espaço para lanchonete/cantina	✓	✓	✗	✓	✓	-	✓	✓	-	✓	✓	✓
Restaurante / refeitório estudantil	✓	✓	✗	✓	✗	-	✓	✗	-	✗	✓	✗
Micródromo / espaço com computadores	✓	✓	✓	✓	✓	-	✓	✓	-	✗	✓	✓
Espaço para serviço de reprografia	⊙	✓	✗	✓	⊙	-	✓	✓	-	✗	✓	✗
Espaço para Grêmio Estudantil e Centro Acadêmico	✓	✓	✗	✓	✓	-	✓	✓	-	✗	✗	✓
Sala de convivência para servidores	⊙	✓	✗	✓	✓	-	✓	✓	-	✗	✓	✓
ÁREA ESPORTIVA												
Quadra poliesportiva coberta	✓	✓	✗	✓	✓	-	✓	✓	-	✗	✓	✗
ÁREAS COMUNS E OUTROS AMBIENTES												
Depósito de materiais e espaço para movimentação de patrimônio	⊙	⊙	✗	✓	⊙	-	✓	✓	-	✗	✗	✗
Almox para materiais de consumo	⊙	✓	✗	✓	✓	-	⊙	✓	-	✗	✓	✗
Espaços e instalações para servidores terceirizados	⊙	✓	✗	✓	✓	-	✓	⊙	-	✗	✗	✓

LEGENDA	Existente: ✓
	Inexistente: ✗
Reorganização interna: ⊙	

Fonte: Coordenação de Projetos - PRODIN

Alguns *campi* terão sua realidade alterada em breve, com a finalização de obras que já estão em andamento. Essas novas obras permitirão uma reorganização interna dos ambientes. É o caso dos campi Cabo Frio e Guarus a seguir:

- Cabo Frio: entrega em 2018 de novo bloco com 24 salas de aula e auditório;
- Campos Guarus: entrega em 2018 de novo bloco com 16 laboratórios.

Além deles, o *Campus* Bom Jesus do Itabapoana recebeu no final de 2017 um novo bloco com 26 salas de aula e biblioteca. Esse novo bloco permitirá uma reorganização interna, com obtenção de uma estrutura mínima adequada.

Outros *campi* também carecem de reorganização interna para obtenção dos espaços tidos como essenciais. Algumas situações, no entanto, necessitarão de investimento para construção dos ambientes estruturantes. São eles:

- *Campus* Cambuci: construção de bloco administrativo/pedagógico com miniauditório; construção de biblioteca; construção de restaurante estudantil; construção de quadra poliesportiva.
- *Campus* Campos Guarus: conclusão da construção do restaurante estudantil.
- *Campus* Macaé: conclusão da construção do restaurante estudantil.
- *Campus* Santo Antônio de Pádua: construção de setor de protocolo e recepção; construção de depósito.
- *Campus* Quissamã: construção de restaurante estudantil; construção de quadra poliesportiva; construção de depósito; construção de bloco de salas de aula para liberar espaço para o setor administrativo.
- *Campus* São João da Barra: construção de restaurante estudantil; construção de quadra poliesportiva; construção de bloco administrativo.

As demandas encontradas são incluídas no Plano Diretor de Infraestrutura do período 2018/2022, disposto em metas estabelecidas na Tabela 5.54 a seguir:

Tabela 5.35 - indicadores de evolução do Plano Diretor de Infraestrutura

Percentual de atendimento da estrutura mínima nos campi PDI 2018-2022					
2017	2018	2019	2020	2021	2022
80,48%	83,33%	85,24%	90,71%	93,33%	95,71%

5.6 Percentual de processos administrativos em meio eletrônico

Com foco no atendimento do disposto no Decreto nº 8539, de 08 de outubro de 2015, que define a obrigatoriedade para instituições públicas na adoção do processo administrativo eletrônico ou Processo Eletrônico Nacional (PEN), o IFFluminense mapeou todos os seus processos administrativos, adquiriu equipamentos para armazenamento e digitalização de documentos eletrônicos, atualizou seus documentos internos (estatuto e regimento geral), adaptou seu sistema de informação interna (SUAP), atualizou seus dados na plataforma SIORG e treinou seu pessoal de forma a aderir ao meio eletrônico para conversão de suas rotinas administrativas.

Essa ação passou a integrar o planejamento estratégico do PDI, relacionada com o objetivo nº 14, que visa à melhoria dos processos de trabalho interno como sinônimo de eficiência, transparência e economia na forma de redução do uso do papel, de impressão, além de facilidade de arquivamento de documentos.

Para efeito de metas definiu-se que em 2017 o IFFluminense teria 15% dos seus processos administrativos informatizados, passando em 2018 para 90%, atingindo 100% de seus processos em meio digital em 2019.



ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

CAPÍTULO
06

6.1. Diretrizes Gerais

A Gestão de Pessoas do IFFluminense envolve os processos relativos ao recrutamento e seleção, admissão de pessoal, movimentação de servidores, capacitação e avaliação, atenção à saúde, controle funcional e pagamento por meio das seguintes políticas:

- a) recrutamento e seleção: o recrutamento será baseado na análise dos cargos com o objetivo de traçar o perfil do servidor que melhor se adaptaria a uma função específica, de acordo com as políticas de gestão de pessoas e o planejamento institucional. A seleção será realizada com base nas competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) verificadas em cada um dos candidatos e nas competências esperadas pela instituição;
- b) capacitação: propor ações de desenvolvimento para os servidores, considerando as competências institucionais e as individuais. As capacitações serão pautadas em trilhas de desenvolvimento gerais e específicas;
- c) avaliação: os programas de avaliação de desempenho dos servidores estarão pautados no acompanhamento e no desenvolvimento das competências relacionadas ao cargo de contratação e deverão considerar as diretrizes da Política de Gestão de Pessoas instituída pelo Governo Federal;
- d) atenção à saúde: promover ações voltadas à saúde e melhoria da qualidade de vida do servidor, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e profissional;
- e) movimentação de servidores: traçar diretrizes para movimentação de servidores por meio de editais, buscando a padronização e a unificação dos processos já existentes;
- f) controle funcional e pagamento: será realizado de acordo com as normas e diretrizes vigentes.

6.1.1 Critérios de Seleção e Contratação

O IFFluminense necessita ter um quadro de servidores docentes e técnico-administrativos em educação em permanente processo de atualização técnica e pedagógica. Frente aos desafios e demandas para promover um processo educativo e investigativo com inclusão social e práticas pedagógicas emancipadoras, que contribuam para a identificação de problemas e suas soluções técnicas e tecnológicas de forma sustentável na região em que se situa, o IFFluminense vem realizando as seguintes ações: estímulo à formação e atualização dos profissionais da educação que compõem o seu quadro de pessoal; aperfeiçoamento do processo de seleção de novos servidores, sejam eles docentes ou técnico-administrativos em educação.

Nesse sentido, sem perder de vista o disposto em Lei, o Instituto Federal Fluminense possui duas formas de ingresso em seu corpo docente, seja por meio de um processo seletivo simplificado para contratação de professores substitutos e temporários, seja por intermédio da realização de Concurso Público de provas e títulos para professor do quadro efetivo.

No processo seletivo simplificado, a seleção inclui análise de currículo e prova de desempenho didático diante de uma banca examinadora. No Concurso Público, há diferentes etapas para aprovação de candidatos no certame. Essas etapas incluem a realização de prova objetiva, de desempenho didático e de títulos.

A prova objetiva exige conhecimentos de legislação e contexto histórico da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, além dos conhecimentos pedagógicos e aqueles específicos da área objeto de inscrição no Concurso.

A prova prática de desempenho didático, por sua vez, pretende selecionar aqueles candidatos com domínio não só do conhecimento específico de sua área de atuação, mas também de saberes relacionados à prática pedagógica e ao efetivo desempenho didático. Os candidatos são avaliados por uma banca examinadora.

A prova de títulos, por fim, pontua a titulação do candidato, buscando valorizar tanto o seu itinerário formativo e sua experiência no magistério quanto a sua experiência profissional não acadêmica. Ressalta-se que, em seus Concursos Públicos, a graduação tem sido o requisito mínimo de escolaridade aceito pelo IFFluminense para a investidura no cargo de Professor da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. De acordo com a Lei N.º 12.772/2012, a exigência permitida para os cargos de docente é somente Graduação, estando vetado ao IFFluminense exigir qualquer tipo de pós-graduação em seus Concursos Públicos e Processos Seletivos para docentes.

Para o ingresso na Carreira de Técnico-Administrativo em Educação no IFFluminense, faz-se necessária aprovação em Concurso Público promovido pela instituição, constituído das seguintes etapas: prova objetiva para todos os cargos e prova prática para alguns deles.

A prova objetiva avalia os conhecimentos específicos relacionados à área de atuação profissional dos candidatos, organizada de tal modo que também são cobrados conhecimentos específicos, de legislação, de informática, de língua portuguesa e de matemática para alguns cargos.

Quanto à prova prática, que se realiza perante uma banca examinadora, o candidato deve desenvolver atividades inerentes ao cargo objeto de sua inscrição no certame, com base em um roteiro previamente definido pela banca.

São diferentes os requisitos de escolaridade exigidos para a investidura nos cargos da Carreira de Técnico-Administrativo em Educação, haja vista que são três os níveis de classificação estabelecidos para esses cargos: C, relacionado ao nível fundamental; D, referente ao nível médio e E, equivalente ao nível Superior. Destaca-se, ainda, que não somente a escolaridade mínima é requisito para ingresso na Carreira, mas também a inscrição em Conselhos Profissionais, como é o caso do CRC, para os contadores, CRB, para os bibliotecários, CRM, para os médicos, entre outros.

Com a publicação da Portaria interministerial N.º 102, de 20 de abril de 2017, publicada no DOU de 26 de abril de 2017, e da Portaria N.º 862, de 14 de julho de 2017, publicada no DOU de 17 de julho de 2017, o IFFluminense foi autorizado a realizar processo seletivo para contratação temporária de profissionais técnicos especializados em linguagens de sinais, de nível superior, para atendimento de alunos deficientes auditivos matriculados no IFFluminense.

O processo seletivo para ingresso dos profissionais especializados em linguagens de sinais é realizado em duas etapas: análise de currículos e prova prática, sendo as duas etapas eliminatórias e classificatórias.

Tanto o Banco de Professor-Equivalente (BPeq) quanto o Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação (QRSTAE) são administrados pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

Considerados o BPeq e o QRSTAE, as vagas desocupadas são ofertadas em remoção interna, por meio de editais. Caso não ocupadas pela remoção, as vagas são ofertadas aos candidatos do Concurso Público vigente.

Para o Concurso Público, os critérios de seleção dos docentes são escritos de forma democrática, com a participação da Pró-Reitoria de Ensino em conjunto com os Diretores de Ensino dos *campi* e a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. Para os cargos técnico-administrativos, são estabelecidos os critérios dispostos na Lei N.º 11.233/2005, que tratam dos requisitos necessários para ocupação desses cargos.

A seleção de servidores no IFFluminense está baseada nas seguintes normas e legislações: Decreto N.º 7.311/2010, atualizado pela Portaria Interministerial N.º 56/2011, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e do MEC; Decreto N.º 7.312/2010, atualizado pela Portaria Interministerial N.º 142/2011, do MPOG e MEC; Portaria N.º 1.475/2012, do MEC; Decreto N.º 6.944/2009, combinado com a Portaria Ministerial N.º 450/2002, do MPOG; Portaria N.º 619/2012, do MPOG; Lei N.º 11.091/2005 e suas alterações; Lei N.º 12.772/2012; Lei N.º 8.112/1990 e suas respectivas alterações.

6.1.2 Da Admissão de Pessoas com Deficiência

Para o IFFluminense, Pessoas com Deficiência são aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no Artigo 4.º do Decreto Federal N.º 3.298/1999 e suas alterações, que regulamenta a Lei N.º 7.853/1989, bem como na Súmula N.º 45, da Advocacia-Geral da União (portador de visão monocular). A nomenclatura de Pessoas com Deficiência dar-se-á de acordo com o Art. 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, aprovados por meio do Decreto Legislativo N.º 186/2008, com status de emenda constitucional, e promulgados pelo Decreto N.º 6.949/2009.

As Pessoas com Deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal N.º 3.298/1999, particularmente em seu Art. 40, participam do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos requisitos para o cargo, ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, à nota mínima exigida para aprovação e aos comandos do Decreto Federal N.º 6.944/2009.

Em cumprimento ao disposto no § 2.º do Artigo 5.º, da Lei N.º 8.112/1990, bem como na forma do Decreto N.º 3.298/1999, para as Pessoas com Deficiência será reservado o percentual de até 20% das vagas existentes e das que vierem a surgir ou forem criadas no prazo de validade do Concurso. Para todos os cargos a ocupação dar-se-á de forma alternada com a lista geral de classificados.

6.1.3 Da Admissão de Pretos ou Pardos

Nos Concursos Públicos realizados pelo IFFluminense, para provimento de cargos efetivos, sempre que o número de vagas oferecidas no Concurso Público for igual ou superior a 3 (três), são reservadas aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas, nos termos da Lei N.º 12.990, de 09 de junho de 2014, publicada no DOU de 10 de junho de 2014, para os candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos. A verificação da veracidade da autodeclaração dar-se-á em observância ao disposto na Orientação Normativa SEGEP/SEGRT N.º 3, de 1º de agosto de 2016, publicada no DOU de 02 de agosto de 2016.

6.1.4 Da admissão de estrangeiros

No IFFluminense, há a possibilidade de admissão de candidatos estrangeiros, tanto em Concurso Público quanto nos casos de Processo Seletivo Simplificado para os cargos de docente. Para os cargos de Técnico-Administrativos em Educação, não é permitida a admissão de candidatos estrangeiros.

Para investidura no cargo, além de outros requisitos, é necessária a nacionalidade brasileira ou, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do parágrafo 1.º, do Art. 12 da Constituição da República Federativa do Brasil e na forma do disposto no Art. 13, do Decreto N.º 70.436/1972 ou, ainda, no caso de nacionalidade estrangeira, estar em conformidade com as normas e os procedimentos das Leis N.º 8.112/1990 e N.º 9.515/1997.

6.1.5 Desenvolvimento de Pessoas

O IFFluminense busca promover o desenvolvimento de seus servidores docentes e técnico-administrativos em educação ao longo de sua atuação oferecendo diversas possibilidades de formação, com uma política de qualificação que visa o aperfeiçoamento profissional e um desempenho cada vez mais qualificado.

Ao começar suas atividades na instituição, o servidor é acolhido por meio do Programa de Recepção dos Novos Servidores, que pretende iniciar o processo de socialização e adaptação institucional. Durante sua vida funcional, é incentivado a continuar se capacitando por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Acadêmico-Profissional e à Formação Continuada dos Servidores do Instituto Federal Fluminense, das ações promovidas pela Escola de Formação Continuada dos Trabalhadores da Educação e das oportunidades de Formação Continuada dos Docentes.

Além disso, o IFFluminense incentiva os servidores a participar dos cursos oferecidos em seus *campi*/Reitoria. Nos cursos de pós-graduação lato sensu, são reservadas 10% das vagas para servidores. Além disso, no curso de Mestrado em rede ProfEPT, com oferta anual, 50% das vagas são reservadas para os servidores.

6.1.5.1 Programa de Apoio ao Desenvolvimento Acadêmico-Profissional e à Formação Continuada dos Servidores

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Acadêmico-Profissional e à Formação Continuada do IFFluminense para os servidores docentes e técnico-administrativos em educação é um instrumento de gestão que integra a Política Institucional, na qual a formação do servidor assume relevância. Como Política Institucional, atinge todos os profissionais efetivos, de forma equânime, e se consolida a partir da conjugação de três fatores: as diretrizes traçadas para a administração pública, a importância estratégica da capacitação do servidor para a gestão e a aspiração do servidor no sentido de seu aperfeiçoamento, num movimento de fortalecimento da missão e do compromisso institucional com os estudantes e com a sociedade.

O referido programa está disciplinado na Resolução Consup N.º 58/2016 e define, entre outras diretrizes, as regras para afastamento para pós-graduação, concessão de auxílio financeiro para estudo, horário especial ao servidor estudante e licença capacitação.

O servidor do IFFluminense poderá se afastar de suas funções para realizar cursos de pós-graduação *stricto sensu* desde que aprovado em processo seletivo aberto por edital, sendo assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus em razão do respectivo cargo, desde que obedecidas as exigências contidas na presente Resolução e na legislação vigente.

O afastamento para pós-graduação poderá ser parcial ou integral, conforme as seguintes definições:

- I - O afastamento parcial é aquele em que o servidor recebe liberação de até 50% da carga horária relativa ao seu regime de trabalho;
- II - O afastamento integral é aquele em que o servidor recebe liberação total da carga horária de seu regime de trabalho para dedicação exclusiva à atividade de pós-graduação.

Os prazos de afastamento para pós-graduação *stricto sensu* são fixados e compreendem: até 12 meses para mestrado; até 24 meses para doutorado; até 12 meses para pós-doutorado.

Os afastamentos para pós-graduação serão concedidos considerando-se a relevância da capacitação para o IFFluminense de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Para afastamentos integrais de docentes, haverá a concessão de professor substituto apenas para aqueles classificados em edital específico. O processo de classificação com fins de concessão de afastamento aos servidores do IFFluminense inscritos em programas de mestrado, doutorado ou em projetos de pós-doutorado é divulgado semestralmente. Professores substitutos podem ser contratados, dentro de um número respectivo de vagas, disciplinado por Edital. Além desse incentivo, há também o processo de seleção para concessão de auxílio financeiro para participação em programas de formação continuada aos servidores do IFFluminense inscritos em programas de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado. O objetivo é incentivar o desenvolvimento dos servidores, auxiliando-os na realização de estudos e pesquisa por meio de concessão de auxílio para o custeio de atividades relacionadas à participação em cursos de Mestrado e Doutorado no país reconhecidos pela Capes.

O IFFluminense também possibilita aos seus servidores, tanto docentes quanto técnico-administrativos em educação, a participação em programas de MINTER e

DINTER, mediante seleção por edital de responsabilidade da instituição parceira. Além disso, muitos servidores fazem opção pelo “horário especial para estudante”, ou seja, o servidor pode, mediante compensação, organizar sua jornada de trabalho de 40 horas e seus horários de aula em cursos de graduação, pós-graduação lato e stricto sensu respeitando a legislação vigente e as regras estabelecidas no programa.

6.1.5.2 Escola de Formação Continuada dos Trabalhadores da Educação

A Escola de Formação Continuada dos Trabalhadores da Educação busca implementar ações norteadas pelo Decreto 5.707/2006 e pelo Plano Anual de Capacitação do IFFluminense.

Nesse sentido, tem como objetivo geral promover ações de formação continuada em parceria com as Pró-Reitorias, *campi* do IFFluminense, poder público e outras instituições formadoras prioritariamente para os trabalhadores da educação do IFFluminense (docentes e técnico-administrativos em educação). Dentre seus objetivos específicos, destacam-se:

- Promover, apoiar e viabilizar cursos presenciais, semipresenciais e a distância, com oferta institucional ou em parceria com outros órgãos e instituições, com base na demanda interna;
- Promover o programa de recepção dos novos servidores do IFFluminense;
- Promover programas de formação para gestores;
- Valorizar produções científicas e resultados de pesquisas realizadas pelos trabalhadores da educação do IFFluminense, promovendo eventos técnicos e científicos, divulgando estudos e democratizando resultados.

6.1.5.2.1 Plataforma da Escola de Formação

Tendo em vista a necessidade de promover o acesso e permanência dos cursistas ou participantes dos *campi* do IFFluminense ou de instituições parceiras localizadas em diferentes regiões e localidades, foi desenvolvida a plataforma Moodle da Escola de Formação Continuada dos Trabalhadores da Educação. Por meio dela, é possível desenvolver ações com a utilização de recursos didáticos e metodológicos próprios da educação a distância.

Atualmente, a plataforma da Escola de Formação abriga cursos, fóruns e disciplinas a distância obrigatórias do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica.

6.1.5.2.2 Banco de Especialistas

É projeto, em construção, da Escola de Formação um banco de especialistas, ligado ao SUAP, para que os servidores interessados em contribuir com as ações da Escola de Formação mantenham atualizado o cadastro de suas formações para que a partir das demandas institucionais possam ser requisitados como instrutores dessas ações.

6.1.5.2.3 Registro e Certificações

A Escola de Formação possui um sistema de registro que possibilita o registro e emissão de certificados dos cursos por ela promovidos, podendo também certificar cursos promovidos por outros programas da Reitoria e *campi* do IFFluminense. Para isso, é feita análise dos planos de cursos, currículo do docente e acompanhamento da

frequência do curso pela equipe da Escola de Formação e Pró-Reitoria/Diretoria relacionada ao tema. É projeto, em construção, da Escola de Formação um banco de dados, ligado ao SUAP, para registro da participação dos servidores nas ações de formação continuada.

Os certificados de participação e conclusão nas ações de formação continuada serão emitidos pelo Instituto Federal Fluminense – IFFluminense, por meio da Escola de Formação, a partir das normas legais emitidas pelos órgãos competentes.

6.1.5.3 Programa de Recepção dos Novos Servidores

O Programa foi concebido na perspectiva de acolhimento e recepção dos servidores que ingressam na instituição com o objetivo de oferecer oportunidades de ampliação de seus conhecimentos, integração ao ambiente institucional e o fortalecimento de debates na perspectiva da compreensão das especificidades do serviço público, da dimensão da educação profissional e tecnológica e do papel da instituição.

O Programa é realizado em dois momentos:

- a) Recepção do novo servidor;
- b) Curso de Formação para os Novos Servidores do IFFluminense.

A recepção do novo servidor é o início do processo de socialização institucional, período em que se pretende auxiliar o novo servidor a se adaptar à cultura organizacional predominante na instituição. Inicia com o Seminário de Integração que é realizado no dia da posse e continua com o acolhimento do novo servidor no *campus*/unidade de exercício.

O Curso de Formação para os Novos Servidores do IFFluminense é ofertado durante o período de estágio probatório dos servidores e é organizado em módulos, na modalidade semipresencial. Os módulos a distância são desenvolvidos na plataforma Moodle da Escola de Formação e abordam os seguintes temas: a Educação Profissional e Tecnológica e os Institutos Federais; direitos e deveres do servidor; a diversidade na instituição; princípios e processos administrativos disciplinares e os planos de carreira dos servidores. Além disso, faz parte do programa o curso de Ética e o Serviço Público ofertado a distância pela ENAP. Os encontros presenciais têm por objetivos principais: a integração entre os novos servidores; a apresentação da instituição, dos gestores, dos *campi* em que os novos servidores atuam, de informações sobre rotinas administrativas e sistemas e de aproximação com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

6.1.5.4 Plano Anual de Capacitação dos Servidores

De acordo com o Decreto 5.707 de 23/02/2006, o plano anual de capacitação é um instrumento da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal e deve ser elaborado pelos órgãos e entidades da administração pública, compreendendo as definições dos temas e as metodologias de capacitação a serem implementadas. O Plano Anual de Capacitação dos Servidores do IFFluminense pretende nortear as ações de capacitação da instituição. Está sendo desenvolvido a partir do levantamento das demandas individuais e institucionais e reúne as necessidades de formação continuada dos servidores tanto em nível da educação formal quanto das capacitações de curta duração para o ano de 2018. Durante a pesquisa de demandas institucionais por capacitação, pretende-se iniciar o levantamento das competências necessárias a serem desenvolvidas com base na ação de capacitação indicada.

As ações de capacitação da Escola de Formação do IFFluminense para o ano de 2018 serão planejadas e executadas em atendimento às demandas individuais e institucionais, com prioridade para as capacitações in loco. O objetivo é capacitar um maior número de servidores de determinada área, cargo ou setor visando à integração, unidade e economia.

6.1.5.5 Formação Continuada dos Docentes

O IFFluminense considera que a formação continuada dos docentes é fundamental para a manutenção da qualidade do processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, o planejamento de capacitações para a formação continuada dos professores envolve as seguintes áreas:

- Cursos que abordem metodologias ativas de ensino.
- Cursos sobre a utilização de tecnologias digitais na educação.
- Capacitação para atuação em cursos ofertados na modalidade a distância.
- Pós-graduação lato sensu em Formação para a Educação Profissional e Tecnológica.

Nos dias atuais, o professor precisa refletir e ser crítico sobre sua prática docente, voltando assim ao ponto das necessárias mudanças na educação, que promovam melhorias no ensino e na aprendizagem, que de fato precisam desse docente reflexivo para que possam ser implementadas. A formação continuada dos professores precisa levar em conta a necessidade do contínuo aprimoramento profissional e de reflexões críticas sobre a própria prática pedagógica.

Cabe ressaltar a importância da realização de ações que envolvam a capacitação docente e conduzam a momentos de reflexão, que possibilitem aos professores realizar análises em sua prática, colocando o aprendiz como protagonista no processo de ensino e aprendizagem. É importante conduzir o discente a ser participativo, crítico, com capacidade de argumentar, participar em tomadas de decisões e principalmente que haja uma aprendizagem mais significativa do conhecimento.

O papel do professor em um modelo de ensino que forme um estudante mais crítico e que seja ativo na construção de seu conhecimento vai além do docente que detém o saber científico e que transmite esses conhecimentos para seus discentes. Esse professor precisa atuar como um articulador e mediador no processo de ensino e aprendizagem.

A compreensão de como a aprendizagem ocorre ou, mais especificamente, como e por que o estudante aprende o conteúdo que está sendo ensinado é com certeza alvo de interesse de todo professor, assim como entender por que alguns estudantes aprendem e outros não; ou por que alguns discentes apresentam desmotivação.

A Coordenação de Metodologias de Ensino do Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação possui como principal finalidade difundir e propor a inserção, na prática docente, de metodologias inovadoras e de caráter problematizador, que priorizem o papel do estudante no processo de ensino e aprendizagem. Essas metodologias vêm sendo recomendadas na literatura como alternativa ao caráter tradicional das aulas, já superado em esfera teórica, mas que na prática se apresenta como obstáculo para que mudanças nesse sentido sejam implementadas.

A Coordenação de Metodologias de Ensino, em conjunto com a Pró-Reitoria de Ensino e as Direções de Ensino dos *campi*, promove a divulgação de práticas pedagógicas inovadoras, no sentido de apresentar caminhos alternativos para a manutenção da qualidade do trabalho docente.

A Coordenação de Metodologias de Ensino compreende que a utilização de tecnologias digitais, com objetivos pedagógicos delineados e planejados, proporciona um grande apoio para a prática docente. Dessa forma, a Coordenação, em conjunto com as Direções de Ensino dos *campi* e as Coordenações de Tecnologia de Informação, pretende incentivar o uso das tecnologias digitais pelos professores.

Os objetivos da Coordenação de Metodologias de Ensino são:

- Apoiar a prática docente, com base nos princípios do papel do docente como sujeito res-ponsável por mudanças significativas que possam ocorrer na educação escolar.
- Discutir e disseminar a ideia do professor como colaborador no processo de ensino e aprendizagem, no qual os discentes devem ser agentes ativos. O professor deve motivar o pensamento crítico e a reflexão sobre os conteúdos estudados.
- Criar um programa institucional de práticas pedagógicas inovadoras, as quais sejam pautadas no uso de metodologias de ensino problematizadoras e diferentes estratégias de aprendizagem ou recursos didáticos.
- Promover a formação continuada dos docentes, num processo de diálogo com a comunidade.
- Promover cursos, discussões, palestras e grupos de estudo sobre: ensino e aprendizagem, utilização de tecnologias digitais como apoio a prática docente.
- Promover a divulgação de práticas pedagógicas inovadoras nos *campi* do IFFluminense.
- Apoiar a utilização de tecnologias educacionais como apoio à prática docente.

Com relação à atuação dos docentes nos cursos ofertados na modalidade a distância, aqueles que não possuem formação ou experiência com a modalidade cumprem um período de capacitação. O processo de capacitação dos professores é continuado, tanto no Ambiente Virtual de Aprendizagem, quanto no domínio da metodologia e de ações em EaD. A Coordenação de Educação a Distância, do Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação, periodicamente, realiza cursos para capacitação dos docentes. Os cursos de capacitação contemplam encontros presenciais e atividades a serem realizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Os docentes são avaliados durante o curso e recebem um certificado ao final. A Coordenação de Educação a Distância também está sempre disponível para atender aos docentes com relação às dúvidas pertinentes ao Ambiente Virtual de Aprendizagem ou à metodologia empregada na educação a distância.

6.1.5.6 Política de Bem-Estar do Servidor

A Organização Mundial de Saúde (OMS, 1948) definiu a saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades”.

A Política do Bem-Estar do Servidor do Instituto Federal Fluminense pretende estabelecer e implementar as diretrizes que nortearão as ações voltadas a promover a Qualidade de Vida no Trabalho, permitindo que se estabeleçam relações positivas e que contribuam para a autonomia, autoaceitação e crescimento pessoal, considerando-se a equidade e a universalidade de direitos e benefícios, a uniformização de procedimentos, a otimização de recursos e a implementação de medidas que produzam impacto positivo na saúde e qualidade de vida de seus servidores.

Por meio de um trabalho que envolve uma cuidadosa pesquisa, a aplicação de um questionário de satisfação dos servidores anualmente e muitas ponderações que abarquem as reais demandas dos *campi* que hoje compõem o Instituto Federal Fluminense, a Política de Bem-Estar do Servidor está sendo estruturada tendo como base algumas temáticas, quais sejam:

- Saúde do Servidor;
- Segurança no Trabalho;
- Arte, Cultura e Esporte;
- Sustentabilidade;
- Mobilidade;
- Programa “A Arte de Aposentar”.

A Política de Bem-Estar do Servidor busca estimular e dar subsídios para que práticas saudáveis sejam realizadas no âmbito do IFFluminense, considerando-se a estrutura e as possibilidades de cada *campus*.

Para que a efetividade da implantação da Política de Bem-Estar do Servidor seja avaliada, propõe-se a realização de pesquisas periódicas de satisfação dos servidores, para que sejam utilizadas como parâmetro de medição dos indicadores.

A seguir, algumas ações que já estão sendo implementadas:

- Programa “A Arte de Aposentar” – iniciado em setembro de 2017, o programa tem envolvido os servidores aposentados em ações que proporcionam trocas de experiências, maior integração entre si e os atuais servidores no Instituto, compartilhando a nova realidade de vida desses colegas, considerando seus saberes e vivências.
- Mobilidade: O IFFluminense, por meio da Portaria N.º 846, de 28/09/2012, alterada pela Portaria N.º 491, de 05/05/2016, vem buscando respaldar, de forma a melhor atender aos interesses dos servidores e da instituição, numa maior convergência entre eles, os processos de mobilidade (redistribuição, remoção e cooperação técnica). Além disto, as remoções por permuta também foram regulamentadas, por intermédio da Portaria N.º 254, de 20/02/2017, o que configura em mais um instrumento que permite à instituição proporcionar uma melhor satisfação e condição de trabalho para seus servidores, sem que isso prejudique as atividades desenvolvidas nos *campi*/ unidades do IFFluminense.

6.2 Corpo Docente

6.2.1 Composição

A composição do corpo docente do IFFluminense é bastante diversa. Em outubro de 2017, de acordo com SIAPE, o número de docentes efetivos era de 921 e, substitutos, 101. Quanto à titulação, 56,3% desses professores são mestres, 22%, doutores, 16,7%, especialistas, 4,9%, graduados e 0,1%, técnicos. Já no que tange a carga horária, 89,9% são 40 horas com dedicação exclusiva, 8,3% são 40 horas e 2,8% são 20 horas.

6.2.2 Plano de carreira

O Plano de Carreira dos Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico está disciplinado pela Lei N.º 12.772/2012 e é composto de cinco classes (DI, DII, DIII, DIV e titular). As classes DI e DII têm, cada uma, dois níveis, enquanto as classes DIII e DIV têm quatro níveis cada uma. A classe titular compreende apenas um nível. Além disso, há o Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, composto de um nível apenas.

O professor do IFFluminense, ocupante de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho:

I - 40 horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional; ou

II - tempo parcial de 20 horas semanais de trabalho.

Excepcionalmente, o IFFluminense poderá, mediante aprovação de órgão colegiado superior competente, admitir a adoção do regime de 40 horas semanais de trabalho, em tempo integral, observando dois turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas.

O regime de 40 horas com dedicação exclusiva implica o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, com as exceções previstas em lei.

Os docentes em regime de 20 horas poderão ser temporariamente vinculados ao regime de 40 horas sem dedicação exclusiva após a verificação de inexistência de acúmulo de cargos e da existência de recursos orçamentários e financeiros para as despesas decorrentes da alteração do regime, considerando-se o caráter especial da atribuição do regime de 40 horas sem dedicação exclusiva, nas seguintes hipóteses:

I - ocupação de cargo de direção, função gratificada ou função de coordenação de cursos; ou

II - participação em outras ações de interesse institucional definidas pelo conselho superior da Instituição Federal de Ensino.

O desenvolvimento da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorre mediante progressão funcional e promoção na forma da Lei N.º 12.772/2012. Progressão é a passagem do servidor para o nível de vencimento imedia-

tamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção é a passagem do servidor de uma classe para outra subsequente.

Para a Progressão, os critérios a serem observados cumulativamente são:

- a) o cumprimento do interstício de 24 meses de efetivo exercício em cada nível; e
- b) aprovação em avaliação de desempenho individual.

Já a promoção ocorrerá observado o interstício mínimo de 24 meses no último nível de cada classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção e, ainda, as seguintes condições:

- para as Classes D II, DIII e DIV: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;
- para a Classe Titular:
 - a) possuir o título de doutor;
 - b) ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; e
 - c) lograr aprovação de memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou de defesa de tese acadêmica inédita.

O IFFluminense regulamentou a Promoção à Classe Titular por meio da Resolução N.º 23/2014/CONSUP. Em outubro de 2017, o número de professores titulares no IFFluminense era 28.

Os docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo que atenderem aos seguintes requisitos de titulação farão jus ao processo de aceleração da promoção:

- I - de qualquer nível da Classe DI para o nível 1 da classe DII, pela apresentação de título de especialista; e
- II - de qualquer nível das Classes DI e DII para o nível 1 da classe DIII, pela apresentação de título de mestre ou doutor.

Uma novidade trazida para a carreira dos docentes pela Lei N.º 12.772/2012 foi o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC). No caso dos ocupantes de cargos da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, para fins de percepção da RT, será considerada a equivalência da titulação exigida com o RSC.

De acordo com a legislação, o RSC poderá ser concedido pelo IFFluminense em 3 (três) níveis: RSC-I, RSC-II e RSC-III.

A equivalência do RSC com a titulação acadêmica, exclusivamente para fins de percepção da RT, ocorrerá da seguinte forma:

- I - diploma de graduação somado ao RSC-I equivalerá à titulação de especialização;
- II - certificado de pós-graduação lato sensu somado ao RSC-II equivalerá a mestrado; e

III - titulação de mestre somada ao RSC-III equivalerá a doutorado.

No IFFluminense, a Resolução N.º 08/2014/CONSUP dispõe sobre a regulamentação da avaliação e fluxo de procedimentos para a concessão do RSC aos docentes pertencentes ao Plano de Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

6.2.3 Procedimentos para Substituição de Professores e Recomposição do Quadro

No IFFluminense, os procedimentos relativos à contratação de professores substitutos são regidos pela Lei N.º 8.745/1993 e suas alterações; Lei N.º 8.112/1990 e suas alterações; Lei N.º 9.849/1999; Portaria Interministerial N.º 108, de 25 de maio de 2011; Decreto N.º 4.748/2003; Decreto N.º 7.312/2010 e Decreto N.º 7.485/2011, alterado pelo Decreto N.º 8.259 de 29 de maio de 2014.

De acordo com as normas legais, tal modalidade de contratação é utilizada em caráter excepcional e temporário para suprir a falta de docentes do quadro de pessoal efetivo do IFFluminense, podendo ser empregada apenas nos seguintes casos: vacância, licença por motivo de afastamento do cônjuge, licença para o serviço militar, licença para o desempenho de mandato classista, afastamento para estudo ou missão no exterior, afastamento para servir em organismo internacional, afastamento para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* no país, licença à servidora gestante, licença para tratar de interesses particulares, afastamento para servir a outro órgão ou entidade, afastamento para exercício em mandato eletivo, licença para tratamento de saúde, nomeação para ocupar cargo de direção de Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitor e Diretor de *campus*.

De acordo com a legislação, o número de professores substitutos não pode ultrapassar 20% do número de professores efetivos do quadro, regra que o IFFluminense vem observando cuidadosamente. Para a seleção de professores substitutos, o IFFluminense realiza, de acordo com a demanda, processos seletivos simplificados.

O tempo em que o professor substituto pode atuar na instituição depende do término do afastamento do professor efetivo, mas seu contrato não pode ultrapassar a vigência de 24 meses. O Regime de Trabalho dos professores substitutos e temporários limita-se apenas ao de 20 ou 40 horas semanais.

De acordo com o Decreto N.º 8259/2014, o BPeq é constituído pela soma dos Professores do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e dos Professores Titulares-Livres do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico de que trata a Lei N.º 12.772/2012, efetivos, substitutos e visitantes, expressa na unidade professor-equivalente. Em 2014, o BPeq do IFFluminense era igual a 1.617,76 e em 2016 passou a ser de 1.688,16 conforme Portaria Interministerial N.º 405 de 20/12/2016.

Com a existência do BPeq, pode-se dar a recomposição do quadro. Caso haja exoneração, vacância, redistribuição etc., e havendo lista de Concurso Público vigente, é possível nomear o próximo candidato do Concurso Público. Caso não haja lista de espera, pode-se contratar professor substituto, enquanto se elabora um novo Concurso Público para ocupar definitivamente aquela vaga desocupada.

Além disso, o IFFluminense trabalha com a política da remoção interna. No ano de 2017, até outubro, 31 servidores docentes foram removidos por meio dos editais de remoção. As novas vagas e as ocupadas que venham a vagar na vigência dos editais são dispostas em edital, cuja inscrição é pública aos servidores do IFFluminense, que têm a preferência na ocupação. Caso não haja inscrições para as vagas naqueles determinados *campus*, os candidatos do Concurso são chamados para as ocuparem.

6.3 Corpo Técnico-administrativo

6.3.1 Composição

A composição do corpo técnico-administrativo do IFFluminense também é bastante diversa. Há, em sua formação, servidores técnico-administrativos classificados em cinco níveis, quais sejam: 1,3% são de Nível A (referente aos cargos com escolaridade de alfabetizado e ensino fundamental incompleto); 3% Nível B (referente aos cargos com escolaridade de alfabetizado, ensino fundamental incompleto e completo), 16,5% Nível C (referente aos cargos com escolaridade de ensino fundamental); 47,1% Nível D (referente aos cargos com escolaridade de ensino médio); e 32,1% de Nível E (referente aos cargos com escolaridade de ensino superior). Em outubro de 2017, de acordo com o SIAPE, o número de técnico-administrativos era 703. Quanto à titulação, cerca de 66,4% dos técnico-administrativos são graduados, 17,8% possuem ensino médio completo, 12,8% são mestres, 1,7% possuem fundamental incompleto, 0,9%, fundamental completo e 0,4% são doutores. Quanto à carga horária, 94,7% são 40 horas, 2,8%, 30 horas, 1,5%, 20 horas e 1% desses servidores fazem 25 horas.

6.3.2 Plano de Carreira

O Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação (PCC-TAE) está disciplinado pela Lei N.º 11.091/2005, atualizado pela Lei N.º 12.772/2012, e é estruturado em cinco níveis, cada um com quatro classes de capacitação. Além disso, cada nível tem 16 pisos, que representam a progressão do servidor por mérito.

De acordo com a Lei N.º 8.112/90, os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de 40 horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias respectivamente. Porém, a regra não se aplica à duração de trabalho estabelecida em leis especiais (Redação dada pela Lei N.º 8.270/1991). Há algumas profissões que também possuem jornadas de trabalho fixadas através de acordos, legislações ou convenção coletiva de trabalho.

Há também, no IFFluminense, a jornada de trabalho flexibilizada, prevista no Decreto N.º 1.590/1995 e regulamentada pela resolução CONSUP N.º 07, de 03/06/2014, quando os serviços exigirem atividades contínuas de regime de turnos ou escalas, em período igual ou superior à 12 horas ininterruptas, em função de atendimento ao público ou trabalho no período noturno.

Outra possibilidade é a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional, disciplinada pela Medida Provisória N.º 792, de 26/07/2017, publicada no DOU de 27 de julho de 2017, na qual o servidor pode reduzir sua jornada de 40 horas semanais e oito diárias para 30 semanais e seis diárias ou 20 semanais e quatro diárias.

O desenvolvimento do servidor técnico-administrativo na carreira se dá, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional.

Progressão por Capacitação Profissional é a mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção pelo servidor de certifi-

cação em programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de 18 meses, de acordo com o Anexo XVI da Lei N.º 12.772/2012.

Entende-se por capacitação o processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais. Entende-se por eventos de capacitação os cursos presenciais e a distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios, seminários e congressos, que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Entende-se por capacitação interna os eventos de capacitação promovidos pelo IFFluminense ou pelo IFFluminense em parceria com outra instituição.

Progressão por Mérito Profissional é a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada 18 meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho, observado o respectivo nível de capacitação.

O servidor que fizer jus à Progressão por Capacitação Profissional será posicionado no nível de capacitação subsequente, no mesmo nível de classificação, em padrão de vencimento na mesma posição relativa a que ocupava anteriormente, mantida a distância entre o padrão que ocupava e o padrão inicial do novo nível de capacitação.

No cumprimento dos critérios estabelecidos no Anexo XVI, da Lei N.º 12.772/2012, é permitido o somatório de cargas horárias de cursos realizados pelo servidor durante a permanência no nível de capacitação em que se encontra e da carga horária que excedeu à exigência para progressão no interstício do nível anterior, vetado o aproveitamento de cursos com carga horária inferior a vinte horas-aula. A mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento não acarretará mudança de nível de classificação.

Aos servidores titulares de cargos de Nível de Classificação E, a conclusão com aproveitamento, na condição de aluno regular, de disciplinas isoladas que tenham relação direta com as atividades inerentes ao cargo do servidor, em cursos de Mestrado e Doutorado reconhecidos pelo MEC, desde que devidamente comprovada, poderá ser considerada como certificação em Programa de Capacitação para fins de Progressão por Capacitação Profissional, conforme disciplinado em ato do Ministro de Estado da Educação.

A liberação do servidor para a realização de cursos de Mestrado e Doutorado está condicionada ao resultado favorável na avaliação de desempenho.

É devido o Incentivo à Qualificação ao servidor que possuir educação formal superior ao exigido para o cargo de que é titular, na forma de regulamento. O Incentivo à Qualificação terá por base percentual calculado sobre o padrão de vencimento percebido pelo servidor, na forma do item b do anexo XVII, da Lei N.º 12.772/2012, observados os seguintes parâmetros:

I - a aquisição de título em área de conhecimento com relação direta ao ambiente organizacional de atuação do servidor implicará maior percentual na fixação do Incentivo à Qualificação do que em área de conhecimento com relação indireta; e

II - a obtenção dos certificados relativos ao ensino fundamental e ao ensino médio, quando excederem a exigência de escolaridade mínima para o cargo do qual o servidor é titular, será considerada, para efeito de pagamento do Incentivo à Qualificação, como conhecimento relacionado diretamente ao ambiente organizacional.

Os percentuais do Incentivo à Qualificação não são acumuláveis e serão incorporados aos respectivos proventos de aposentadoria e pensão. O Incentivo à Qualificação somente integrará os proventos de aposentadorias e as pensões quando os certificados considerados para a sua concessão tiverem sido obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão.

Para fins de concessão do Incentivo à Qualificação, deverão ser respeitadas as áreas de conhecimento relacionadas direta e indiretamente ao ambiente organizacional, cujos critérios e processos de validação dos certificados e títulos estão dispostos no Decreto N.º 5824/2006.

6.3.3 Procedimentos para recomposição do quadro

Com a existência do QRSTAE (Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação), pode-se dar a recomposição do quadro. Caso haja exoneração, vacância, redistribuição etc., e havendo lista de Concurso Público vigente, é possível nomear o próximo candidato do Concurso Público.

Além disso, o IFFluminense trabalha com a política da remoção interna. No ano de 2017, até outubro, 22 servidores técnico-administrativos em educação foram removidos por meio dos editais de remoção. As novas vagas e as ocupadas que venham a vagar, na vigência dos editais, são dispostas em edital, cuja inscrição é pública aos servidores do IFFluminense, que têm a preferência na ocupação. Caso não haja inscrições para as vagas naqueles determinados *campi*, os candidatos do Concurso são chamados para as ocuparem.

A classificação do *campus* em um determinado tipo não lhe dá o direito de pleitear a efetivação do quantitativo de vagas planejado enquanto não houver enquadramento nos critérios de crescimento. Assim, para que sejam repassadas ao *campus* todas as vagas previstas no tipo em que está classificado, o *campus* deverá se qualificar por critérios que serão definidos como, por exemplo, número de alunos, espaço físico e comprovação de demandas dos cursos.

O enquadramento de um *campus* na tipologia poderá ser alterado nos períodos de revisão do PDI entre 2017 e 2021, nas seguintes situações:

- se a SETEC repassar novos códigos de vagas, criados por futuras leis;
- se um *campus* atingir sua meta de alunos e houver comprovadamente demanda para crescimento, desde que outro *campus* não consiga alcançar indicadores que justifiquem sua permanência no tipo inicialmente previsto;
- na situação contrária à anterior.

A tipologia dos *campi* do IFFluminense ficou estabelecida pela Portaria N.º 246 de 15/04/2016, publicado no DOU de 11/05/2016, no link: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=38501-portaria-de-modelos-de-cargos-e-funcoes-pdf&Itemid=30192

6.4 Redimensionamento de Cargos

O IFFluminense com natureza jurídica de autarquia, conforme disposto no parágrafo único do art. 1.º, da Lei 11.892/2008, é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, porém limitado à disponibilidade de cargos autorizados pelos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Educação.

Considerando o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, instituído pela Portaria MEC N.º 246 de 15/04/2016, e a situação atual do número de cargos e funções distribuídos entre os *campi* e Reitoria do IFFluminense, verifica-se a necessidade de readequação da força de trabalho deste Instituto.

Observa-se que, em alguns *campi*, há a ausência de cargos essenciais para um melhor funcionamento do *campus* como, por exemplo, o cargo de Pedagogo/Área que é de extrema importância na implementação da execução e avaliação dos projetos pedagógicos dos cursos ofertados pela instituição.

Dessa forma, entende-se ser de grande importância dimensionar o número adequado de cargos e servidores, para atender as demandas de pessoal das atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão, de todas as unidades do IFFluminense, objetivando o aumento da qualidade da atividade fim desta instituição.

Para o redimensionamento da força de trabalho, os cargos existentes que vierem a vagar no IFFluminense ou caso ocorra à disponibilização de novos cargos pelo Ministério da Educação, eles deverão ser administrados de forma a distribuírem-se de acordo com as necessidades prioritárias da instituição. Deverá ser feita uma avaliação do quantitativo dos cargos ocupados nos *campi* e Reitoria deste IFFluminense e uma análise através de metodologia que permita estimar o quantitativo e o perfil dos cargos necessários para atender as demandas de cada unidade deste Instituto, devendo ser revista e atualizada periodicamente, a fim de manter a eficiência e eficácia nos serviços prestados.



ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO
07

7.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO

O IFFluminense é uma instituição pública, na forma de autarquia federal, vinculada ao MEC por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Tem sede e foro no município de Campos dos Goytacazes, RJ, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. É organizado em estrutura *multicampi*, nos termos dos seu Estatuto e Regimento Geral, com proposta orçamentária anual identificada por *campus* e Reitoria. A estrutura organizacional básica é composta por:

I. Órgãos Colegiados:

- a) Colégio de Dirigentes;
- b) Conselho Superior.

II. Órgão Executivo: Reitoria, composta pelo Reitor, cinco Pró-Reitorias e três Diretorias Sistêmicas a seguir relacionadas:

1. Pró-Reitoria de Ensino e Aprendizagem;
2. Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação;
3. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional;
4. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas;
5. Pró-Reitoria de Administração;
6. Diretoria de Políticas Estudantis, Culturais e Esportivas;
7. Diretoria de Relações Institucionais;
8. Diretoria de Comunicação.

III. Órgãos de Assessoramento:

- a) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- b) Comissão Permanente de Pessoal Docente;
- c) Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos dos Técnico-Administrativos em Educação;
- d) Comissão Própria de Avaliação.

IV. Órgãos Seccionais:

- a) Auditoria Interna;
- b) Procuradoria Federal;
- c) Ouvidoria.

V. Órgãos de atividade finalística:

- a) Diretorias-Gerais dos *campi*;
- b) Polo de Inovação Campos dos Goytacazes;
- c) Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação.

VI. Órgãos Colegiados do *campus*:

- a) Conselho de *campus*.

O Reitor é o principal dirigente do IFFluminense, autoridade constituída através de mandato obtido por meio de processo de consulta junto à comunidade acadêmica, presidente nato dos Colegiados Superiores nos termos do Art. 10, parágrafo 1º, da Lei de criação dos Institutos Federais (11.892/2008), e a Reitoria é o órgão executivo definido no Art. 11 do mesmo diploma legal.

Seguem as principais competências atribuídas à Reitoria, ao Gabinete, aos Órgãos ligados diretamente à Reitoria, às Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas, com as respectivas estruturas de funcionamento.

7.1.1 Competências da Reitoria

Compete à Reitoria, na pessoa de seu dirigente máximo e nos termos do Regimento Geral:

- I. Presidir o Conselho Superior e o Colégio de Dirigentes e zelar pelo cumprimento de suas decisões;
- II. Submeter ao Conselho Superior proposta referente às políticas educacionais, culturais, sociais, administrativas, de pessoal, orçamentárias, financeiras e patrimoniais do IFFluminense, deliberadas nos conselhos específicos;
- III. Submeter ao Conselho Superior, no prazo legal, o projeto de orçamento anual, bem como a prestação de contas do IFFluminense, após pronunciamento do Colégio de Dirigentes;
- IV. Articular com órgãos governamentais a celebração de acordos, convênios, contratos e outros instrumentos jurídicos, com entidades públicas e privadas, no âmbito do IFFluminense;
- V. Planejar as estratégias de desenvolvimento da instituição;
- VI. Representar a instituição junto a órgãos governamentais e não governamentais nacionais e internacionais;
- VII. Dar posse aos Diretores-Gerais dos *campi*, em sessão solene, perante o Conselho Superior;
- VIII. Coordenar os planos anuais de trabalho da Reitoria;
- IX. Nomear, demitir, aposentar, conceder pensão, autorizar a realização de concursos e atos de progressão/alteração relacionados à vida funcional dos servidores, bem como solicitar servidores de outros quadros do serviço público na forma que dispuser a legislação em vigor;
- X. Redistribuir e remover servidores na forma que dispuser a legislação em vigor e as normas internas do IFFluminense;
- XI. Nomear/designar e exonerar/dispensar servidores para o exercício de cargos de direção e funções gratificadas no âmbito da Reitoria;
- XII. Nomear/designar e exonerar/dispensar servidores para o exercício de cargos de direção e funções gratificadas, dos *campi*, apreciadas as indicações dos seus respectivos Diretores-Gerais;
- XIII. Coordenar e superintender as Pró-Reitorias, Diretorias Sistêmicas e Direções-Gerais dos *campi*, de modo a assegurar, na gestão do IFFluminense, uma identidade própria, única e *multicampi*;
- XIV. Conferir graus, títulos e condecorações, bem como assinar diplomas;
- XV. Expedir resoluções, portarias e atos normativos, bem como constituir comissões e exercer o poder de disciplina no âmbito do IFFluminense;
- XVI. Delegar poderes, competências e atribuições, bem como exercer as funções de ordenador de despesas originário e gestor dos recursos orçamentários e financeiros do IFFluminense;
- XVII. Submeter ao Conselho Superior toda e qualquer reestruturação do IFFluminense para aprovação;
- XVIII. Promover o relacionamento e o permanente intercâmbio com as instituições congêneres;
- XIX. Representar o IFFluminense, em juízo ou fora dele, observada a legislação

em vigor;

XX. Promover o planejamento, a integração e a cooperação mútua entre as unidades organizacionais que compõem o IFFluminense;

XXI. Autorizar o início de processos de licitação, dispensa e inexigibilidade de licitação, assinar contratos administrativos, bem como seus termos de aditamento, autorizar a instauração de processos administrativos para apuração de irregularidades na licitação ou na execução dos contratos, apreciar definitivamente pedidos de repactuação, revisão de reajustes de preços praticados nos contratos administrativos e praticar todos os atos inerentes a sua competência com relação às licitações, contratos, convênios, ajustes ou a qualquer instrumento similar, salvo delegação expressa e específica de competência para a prática dos atos administrativos, conforme estabelecido em portaria, sendo vedada a delegação total e reservando-se sempre a mesma prerrogativa delegada;

XXII. Decidir, no âmbito de sua competência, os casos omissos.

a) Compete ao Gabinete - Organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria; prestar assistência ao Reitor incumbindo-se dos despachos de sua agenda e do seu expediente pessoal, além de executar outras tarefas que lhe forem atribuídas.

b) Compete à Secretaria do Gabinete - Secretariar as reuniões e executar as atividades relacionadas ao Conselho Superior do IFFluminense; analisar e aprovar os pedidos de solicitação de diárias; executar outras atribuições definidas pela Chefia do Gabinete da Reitoria.

c) Compete à Diretoria de Relações Institucionais - Ampliar relações com parlamentares para construir novas possibilidades de parcerias e iniciativas de ações acadêmicas e buscar novos recursos; identificar e ampliar as parcerias entre o IFFluminense e os setores público e privado; captar recursos humanos e financeiros; estabelecer parceria, em primeiro lugar, com os municípios onde existem os *campi* do IFFluminense; consolidar-se como interface institucional nas relações e transferências dessas iniciativas; promover maior visibilidade às ações do IFFluminense.

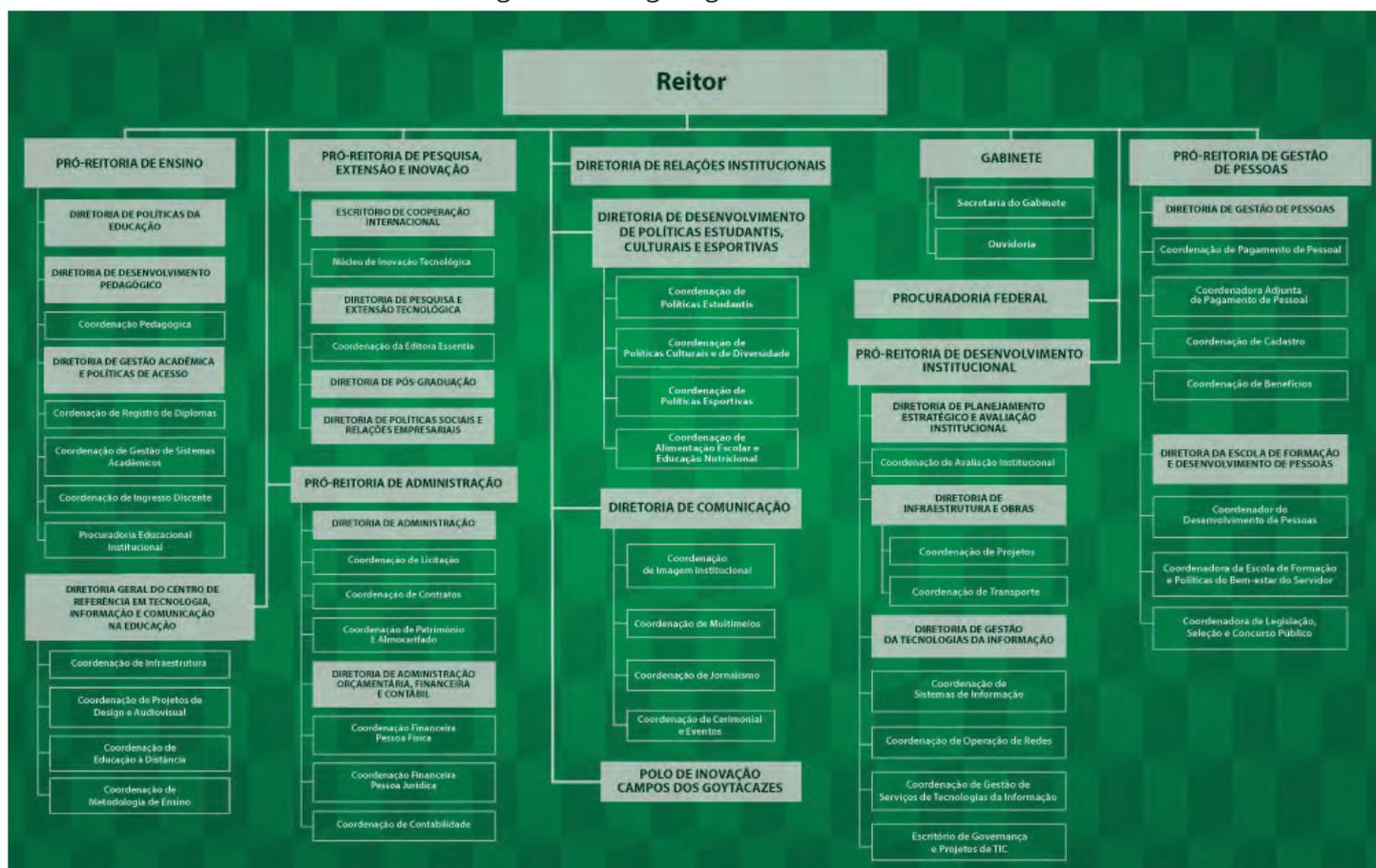
d) Compete à Ouvidoria - Receber, examinar e encaminhar as manifestações (elogios, sugestões, críticas, reclamações e denúncias) referentes a procedimentos de pessoas, órgãos e setores do IFFluminense; apurar as reclamações e denúncias, assim como eventuais responsabilidades, com vistas à necessidade ocasional de instauração de sindicâncias, auditorias e procedimentos administrativos pertinentes; acompanhar as providências solicitadas e efetivamente adotadas pelas unidades organizacionais, informando os resultados aos interessados, garantindo-lhes orientação, informação e resposta; exercer a mediação em situações que se apresente necessária, resguardando os direitos dos envolvidos e buscando ações conciliatórias, apoiadas no diálogo, para solução de conflitos; coordenar, tecnicamente, as ações referentes ao acesso à informação no âmbito do IFF; organizar e interpretar o conjunto das manifestações recebidas e produzir indicadores do nível de satisfação dos usuários dos serviços públicos; propor soluções, oferecer informações gerenciais e recomendações aos dirigentes, às instâncias pedagógicas e administrativas visando ao aprimoramento das ações institucionais; atuar de modo que as demandas decorrentes do exercício da cidadania provoquem a contínua melhoria dos serviços públicos prestados pelo IFFluminense.

e) Compete à Auditoria Interna - Acompanhar o cumprimento das metas do Plano Plurianual, no âmbito da entidade, visando a comprovar a conformidade de sua

execução; assessorar os gestores da entidade no acompanhamento da execução dos programas de governo, visando a comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento; verificar a execução do orçamento da entidade, visando a comprovar a conformidade da execução com os limites e destinações estabelecidas na legislação pertinente; orientar subsidiariamente os dirigentes da entidade quanto aos princípios e às normas de controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas; examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anuais da entidade e tomadas de contas especiais; propor mecanismos para o exercício do controle social sobre as ações de sua entidade, quando couber, bem como a adequação dos mecanismos de controle social em funcionamento no âmbito de sua organização; acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos/unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do TCU; elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna do exercício seguinte, bem como o Relatório Anual de Atividade da Auditoria Interna, além de outras competências normativas estabelecidas.

f) Compete à Procuradoria Federal - Nos termos do Art. 10 da Lei 10.480 de 02 de julho de 2002, exercer a representação judicial e extrajudicial do IFFluminense, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez, a certeza dos créditos de qualquer natureza inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Figura 7.1 - Organograma da Reitoria



Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

7.1.2 Competências da Pró-Reitoria de Ensino

São competências da Pró-reitoria de Ensino planejar, desenvolver, supervisionar e avaliar a execução das políticas de ensino, em consonância com as diretrizes emanadas do MEC, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Com relação às Diretorias, Câmara e Coordenações ligadas à Pró-Reitoria de Ensino, compete à:

a) Câmara de Ensino - colaborar para o desenvolvimento das políticas e ações do IFFluminense na sua área de atuação, por meio do colegiado consultivo, observando as legislações educacionais;

b) Diretoria de Desenvolvimento Pedagógico - Promover e fortalecer o desenvolvimento pedagógico da instituição, contribuindo para o aprimoramento das atividades de ensino, atuando na orientação para elaboração dos projetos pedagógicos, orientando quanto aos procedimentos acadêmicos e didático-pedagógicos, coordenando grupos de trabalho, traduzindo as políticas educacionais por meio do desenvolvimento de programas e ações;

c) Coordenação Pedagógica - Assessorar no planejamento, acompanhamento e avaliação da proposta pedagógica da instituição, bem como na implementação de políticas de ensino que viabilizem a operacionalização de atividades curriculares dos diversos níveis, formas e modalidades da Educação Profissional Técnica e Tecnológica; assessoria pedagógica tem caráter deliberativo dentro dos limites das suas atribuições e consultivo às demais instâncias, tendo por finalidade imediata colaborar para a inovação e aperfeiçoamento do processo educativo e zelar pela correta execução da política educacional do Instituto Federal Fluminense;

d) Diretoria de Políticas da Educação - Promover a apropriação das políticas de educação profissional e institucional junto à comunidade, propiciando espaço de discussão, estudo, construção e implementação de diretrizes educacionais. Fornecer subsídios para a materialização das políticas de educação profissional. Em articulação com os *campi*, no âmbito do IFFluminense, garantir identidade, unidade e desenvolvimento de política e ação pedagógica autônoma e participativa;

e) Diretoria de Gestão Acadêmica e Políticas de Acesso - Estabelecer procedimentos e normas para os processos de ingresso dos estudantes na instituição;

f) Coordenação de Ingresso Discente - Estabelecer procedimentos e normas para os processos de ingresso dos estudantes na instituição; planejar, desenvolver, executar, avaliar, propor e articular junto aos *campi* as Políticas de Acesso ao IFFluminense;

g) Coordenação de Gestão de Sistemas Acadêmicos - Realizar o controle dos processos que envolvam operações na base de dados acadêmicos, garantindo interoperabilidade e geração de indicadores que subsidiem o processo de gestão; planejar, desenvolver, executar, avaliar, propor e articular junto aos *campi* as atividades de registro, manutenção e expedição de documentos relacionados à vida acadêmica dos estudantes;

h) Coordenação de Registro de Diplomas - Coordenar, orientar, desenvolver, executar e articular junto aos *campi* as atividades inerentes ao registro de diplomas;

i) Procuradoria Educacional Institucional - Operar a interlocução do IFFluminense com o MEC no tocante à prestação de informações educacionais.

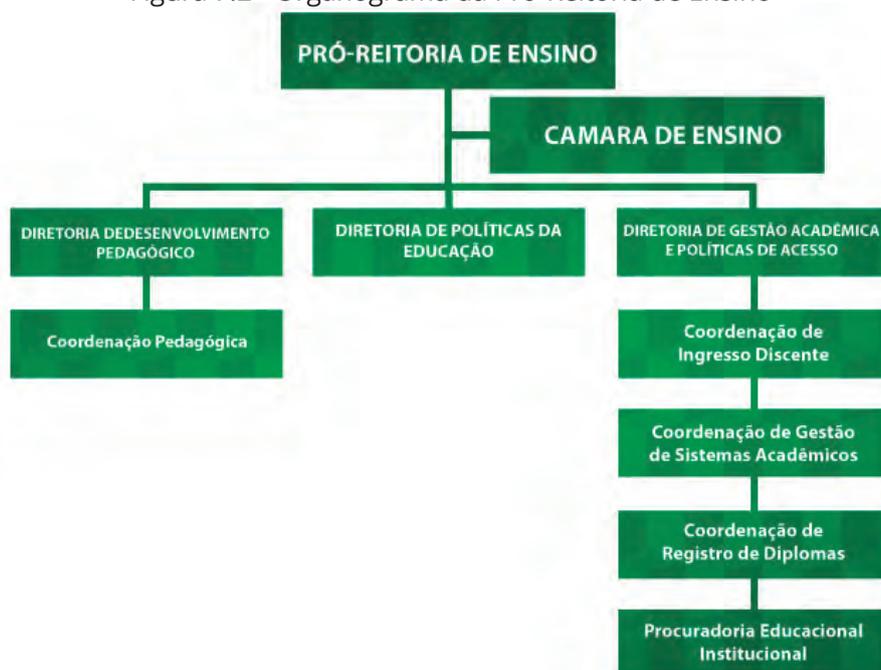
k) Coordenação de Ingresso Discente (CID) - Estabelecer procedimentos e normas para os processos de ingresso dos estudantes na instituição; planejar, desenvolver, executar, avaliar, propor e articular junto aos *campi* as Políticas de Acesso ao IFFluminense.

l) Coordenação de Gestão de Sistemas Acadêmicos (CGSA) - Realizar o controle dos processos que envolvam operações na base de dados acadêmicos, garantindo interoperabilidade e geração de indicadores que subsidiem o processo de gestão; planejar, desenvolver, executar, avaliar, propor e articular junto aos *campi* as atividades de registro, manutenção e expedição de documentos relacionados à vida acadêmica dos estudantes.

m) Coordenação de Registro de Diplomas (CRD) - Coordenar, orientar, desenvolver, executar e articular junto aos *campi* as atividades inerentes ao registro de diplomas.

n) Procuradoria Educacional Institucional (PEI) - Operar a interlocução do IFFluminense com o MEC no tocante à prestação de informações educacionais.

Figura 7.2 - Organograma da Pró-Reitoria de Ensino



Fonte: Pró-Reitoria de Ensino

7.1.3 Competências da Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação

Compete à Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação propor, planejar, desenvolver, articular, controlar e avaliar a execução das políticas de pesquisa, extensão, inovação, pós-graduação e relacionamentos internacionais, em consonância com as diretrizes emanadas do MEC e MCTIC, coordenar os processos de edição de publicações técnico-científicas e promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. São competências das Diretorias e Coordenações que integram a Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação:

a) Diretoria de Internacionalização e Inovação - Promover a internacionalização das ações do Instituto, por meio de acordos de cooperação internacional, planos de trabalho, memorando de entendimentos ou outras formas compatíveis; promover o desenvolvimento e proteção das inovações tecnológicas desenvolvidas no âmbito do IFFluminense, bem como promover licenciamento e/ou a transferência das mesmas para desenvolvimento regional; fomentar a criação e desenvolvimento de um ecossistema inovador e empreendedor na territorialidade do IFFluminense;

b) Coordenação do Escritório de Cooperação Internacional - Responder pelas ações internacionais, tais como gerenciar o relacionamento com instituições estrangeiras, tanto antes quanto após a formalização de acordos; auxiliar tanto estudantes quanto servidores do Instituto, por ocasião de períodos de intercâmbio, no que diz respeito à emissão de documentação pertinente ao processo; auxiliar os *campi* na recepção de estrangeiros; promover a internacionalização dos grupos de pesquisa, por meio de apoio competente nos editais de agências de fomento, tanto nacionais quanto internacionais; representar o Instituto nos fóruns temáticos aderentes à internacionalização;

c) Núcleo de Inovação Tecnológica - conforme estabelecido pela Lei N.º10.973 de 2 de dezembro de 2014 (Lei da Inovação), é o órgão responsável por gerir a política de inovação adotada pelo Instituto Federal Fluminense; seguir, promover e fomentar as inovações do Instituto nos termos da resolução CONSUP 25/2016;

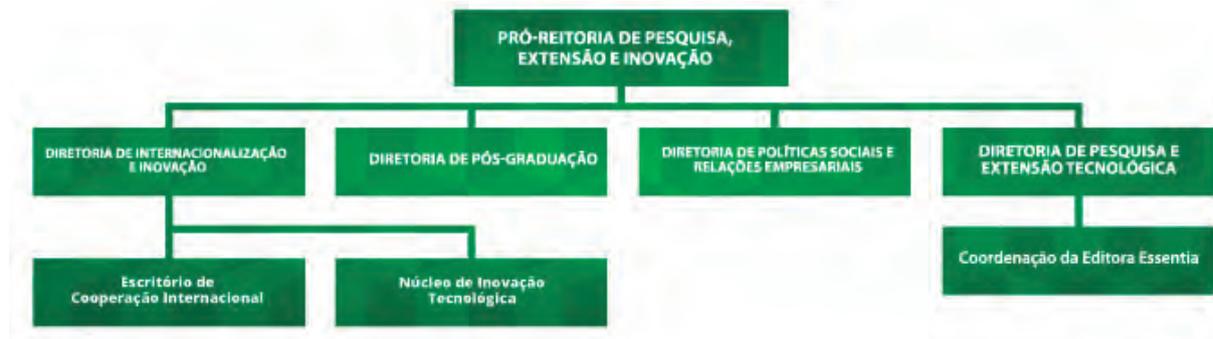
d) Diretoria de Pós-Graduação - Assessorar o Pró-Reitor de Pesquisa, Extensão e Inovação na elaboração das políticas referentes às atividades de pós-graduação, colaborando, coordenando e executando as políticas definidas pela Pró-Reitoria e pelo CENPE;

e) Diretoria de Políticas Sociais e Relações Empresariais - Promover e fortalecer a interação entre a instituição, as empresas e a comunidade, atendendo às demandas da sociedade e contribuindo para o aprimoramento das atividades de ensino, extensão e pesquisa, atuando diretamente nas atividades de Coordenação de Seleção de Projetos de Extensão, com bolsistas apoiados com recursos da ProPEI, assim como na organização de eventos voltados para a divulgação e publicação desses projetos; atuar no acompanhamento dos convênios firmados pelo IFFluminense e nas demais atividades correlatas e afins;

f) Diretoria de Pesquisa e Extensão Tecnológica - Planejar, dirigir, supervisionar e coordenar todas as atividades de pesquisa do IFFluminense, articulando sua integração com a extensão, prioritariamente, tecnológica;

g) Coordenação da Editora Essentia - Selecionar, editar e publicar as produções científicas do Instituto Federal Fluminense e de seus parceiros institucionais. Conta com periódicos científicos e de divulgação, além de política de publicação de livros por meio de edital de seleção; publicar anais dos eventos científicos *multicampi* e interinstitucionais; contribuir para difusão do conhecimento científico com abrangência não apenas local, mas também nacional; receber artigos em fluxo contínuo para suas revistas científicas.

Figura 7.3 - Organograma da Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação



Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação

7.1.4 Competências da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

Compete à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional promover a integração entre a Reitoria e os *campi* e, no plano interno, promover a integração entre as ações das demais Pró-Reitorias, promover e coordenar os processos de planejamento estratégico e a avaliação institucional de sistematização de dados, informações e de procedimentos institucionais, disponibilizando-os na forma de conhecimento estratégico; planejar e coordenar as atividades relacionadas à tecnologia da informação e da comunicação; planejar, desenvolver e programar ações operacionais de infraestrutura, assim como coordenar os recursos operacionais de transporte, além de outras atividades delegadas pelo Reitor.

São competências das Diretorias e Coordenações ligadas à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional:

a) Diretoria de Gestão de Tecnologias da Informação - Coordenar a Câmara de Dirigentes de Tecnologia da Informação dos diversos *campi* do IFFluminense de forma a uniformizar as políticas de gestão de tecnologia da informação no IFFluminense; definir, de forma compartilhada, a política de investimento em tecnologia da informação de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional; elaborar, desenvolver e implantar os sistemas de informação do IFFluminense, bem como realizar-lhes a manutenção; manter controle da política de uso de software; propor e supervisionar a execução da política de informatização administrativa e gerenciar os recursos de informática no âmbito da Reitoria; representar o IFFluminense nos foros específicos da área quando se fizer necessário; responsabilizar-se pela gestão e manutenção da política de segurança da informação; zelar pela garantia da manutenção e do bom funcionamento dos equipamentos e sistemas de informática do IFFluminense; executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe sejam atribuídas;

b) Coordenação de Sistemas de Informação - Analisar alternativas, propor e gerir contratos de sistemas e serviços de desenvolvimento de sistemas no âmbito da instituição e gerenciar a qualidade desses serviços; analisar, testar e validar a segurança dos sistemas a serem adquiridos e desenvolvidos; apoiar e orientar as ações dos *campi* no âmbito das atribuições desta coordenação; assegurar o correto funcionamento e a aderência dos sistemas às regras de negócio e aos requisitos especificados; efetuar a manutenção dos sistemas de acordo com as regras de negócio e os requisitos especificados, mantendo atualizada a documentação pertinente; elaborar ou garantir a atualização das rotinas e a documentação relativa aos sistemas desenvolvidos; identificar necessidades e implementar os sistemas computacionais necessários à operação e desenvolvimento do Instituto; implantar os sistemas de informação, prestar suporte e

capacitar os usuários no uso dos sistemas; levantar, documentar e gerenciar regras de negócio e requisitos de sistemas; manifestar-se quanto aos aspectos técnicos e custos envolvidos no atendimento às solicitações; prover a integração dos sistemas de informação; prover sistemas de acordo com as regras de negócio e os requisitos especificados; desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade;

c) Coordenação da Gestão de Serviços de Tecnologias da Informação - Administrar adequadamente os recursos computacionais; avaliar incidentes e, quando necessário, encaminhar as requisições de segundo e terceiro níveis às equipes pertinentes; executar atividades de manutenção preventiva e corretiva necessárias à conservação dos recursos computacionais, instrumentos e outros materiais utilizados, ou acompanhá-las quando forem realizadas por terceiros; fazer a interface entre a coordenação e seus usuários; gerenciar e garantir o atendimento dos chamados de acordo com a ordem cronológica de abertura ou criticidade; instalar e configurar equipamentos computacionais e softwares que atendam aos interesses do IFFluminense desde que solicitados formalmente; manter os usuários informados, respondendo, nos chamados abertos por eles, sobre o progresso de atendimento de suas requisições; monitorar o cumprimento dos acordos de níveis de serviço quando houver; prover a instalação e configuração de recursos computacionais e softwares cujas especificações tenham sido avaliadas e aprovadas pela DGTI; prover e manter o gerenciamento e inventário das licenças de softwares; prover e manter o gerenciamento e inventário de recursos computacionais, telefonia e softwares; prover suporte técnico aos serviços constantes no Catálogo de Serviços inerentes a esta coordenação; registrar, por meio de sistema específico, as requisições dos usuários; zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos e materiais peculiares ao trabalho desta coordenação; desenvolver outras atividades inerentes a esta coordenação;

d) Coordenação de Operação de Redes - Analisar alternativas, propor e gerir contratos de serviços inerentes à atribuição desta coordenação, no âmbito da instituição, e gerenciar a qualidade desses serviços; apoiar e orientar as ações dos *campi*, no âmbito das atribuições desta coordenação; efetuar o planejamento e a gestão de capacidade dos elementos de infraestrutura necessários ao funcionamento dos serviços e soluções de TIC; instalar, configurar e manter atualizados os equipamentos de rede e segurança, sistemas operacionais e outros softwares básicos necessários ao funcionamento de serviços e soluções de TIC, bem como gerenciar mecanismos de recuperação da instalação dos equipamentos centrais da rede e dos respectivos serviços; promover, orientar e acompanhar, no que se refere a TIC, a implementação da Política de Segurança da Informação; prover ambiente computacional adequado para desenvolvimento, teste, homologação, treinamento, produção e uso de serviços e soluções de TIC; desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade;

e) Escritório de Governança e Projetos de Tecnologia da Informação - Desenvolver práticas metodológicas e suporte a elas; implantar, monitorar e controlar processos e padrões de gerenciamento de serviços de TI e projetos; dar suporte e apoiar a elaboração e acompanhamento de projetos; consolidar informações de projetos; realizar a gestão do Portfólio de Projetos;

f) Diretoria de Infraestrutura - Superintender, acompanhar, fiscalizar, efetivar e aprovar a execução de obras e serviços de engenharia da instituição, atuando de forma sistêmica em relação aos *campi*;

g) Diretoria de Planejamento Estratégico - Coordenar os processos de elaboração/atualização do Planejamento de Desenvolvimento Institucional e acompanhamento do desempenho e avaliação institucional, além de promover a integração de dados,

informações e de procedimentos institucionais, disponibilizando-os na forma de conhecimento estratégico; planejar e coordenar as atividades de gestão por meio de ações coordenadas, integradas e orientadas, oferecendo a articulação entre as diversas áreas de atuação, visando ao alcance dos objetivos e metas do IFFluminense;

h) Coordenação de Avaliação Institucional (CAI) - Organizar e coordenar os processos internos de avaliação institucional do IFFluminense; realizar a avaliação institucional periodicamente de maneira a identificar o cumprimento de metas definidas no PDI; promover, em conjunto com os *campi*, a avaliação de cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais; assessorar e acompanhar a execução da política de avaliação nos diferentes *campi*; prestar informações sobre a avaliação institucional aos órgãos de educação superior em nível nacional;

i) Coordenação de Projetos - Organizar e triar solicitações de infraestrutura que requeiram desenvolvimento de projetos, desenvolver projetos e soluções de arquitetura de acordo com as necessidades da Reitoria e dos *campi*, suprir informações complementares para os projetos em execução pela Diretoria de Infraestrutura;

j) Coordenação de Transporte - Coordenar, superintender e organizar os recursos de transporte lotados na Reitoria, controlar despesas mensais relativas ao consumo de combustível e manutenção dos veículos próprios, organizar o quadro de motoristas terceirizados de forma a garantir as condições regulares de funcionamento do serviço de acordo com a legislação trabalhista; organizar os registros de pedido de transporte, bem como a logística de funcionamento.

Figura 7.4 - Organograma da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional



Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

7.1.5 Competências da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Compete à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, na condição de órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da União (SIPEC) e como órgão normativo e consultivo da Reitoria em relação à movimentação de pessoal, a aplicação de políticas para capacitação, a alocação de recursos humanos, a progressão funcional, além de benefícios e todas as demais questões legadas aos servidores do IFFluminense.

São competências da Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas:

- I. Estabelecer diretrizes para a área de gestão de pessoas;

- II. Orientar e acompanhar a aplicação da legislação de pessoas;
- III. Acompanhar, avaliar e propor o redimensionamento do quadro de servidores do IFFluminense em conjunto com o Colégio de Dirigentes;
- IV. Analisar e emitir parecer em processos que envolvam questões legais na área de gestão de pessoas;
- V. Propor normas e analisar os processos referentes à seleção e movimentação de pessoal do IFFluminense, quanto a concursos públicos, processos seletivos simplificados, redistribuição, remoção, exercício provisório e cessão;
- VI. Executar as orientações emanadas pelo Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC das normas e diretrizes relativas a sua área de competência;
- VII. Estabelecer normas e critérios para a avaliação do estágio probatório dos docentes e dos técnico-administrativos em educação;
- VIII. Estabelecer normas e critérios para o afastamento dos servidores para fins de capacitação, licença capacitação, progressão funcional por mérito e demais direitos previstos na legislação em vigor;
- IX. Criar comissões para tratar de matérias específicas;
- X. Atendimento ao público;
- XI. Representar o IFFluminense nos fóruns específicos da área quando se fizer necessário.

São competências das Diretorias e Coordenações ligadas à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas:

a) Diretoria da Gestão de Pessoas - Orientar os diversos setores do IFFluminense e os servidores sobre a legislação de pessoal vigente; propor e acompanhar o cumprimento de atos normativos e procedimentos relativos à aplicação da legislação de pessoal vigente; alterar a estrutura dos *campi* no SUAP; liberar o Perfil – RH para os *campi*; conferir e liberar processos de exercício anterior; analisar documentos e processos e emitir parecer, informação ou despacho em assuntos de legislação e auditoria de pessoal; autorizar no SIAPE os lançamentos de pagamentos da folha; encaminhar respostas mensais às trilhas de Auditoria da CGU; emitir portarias; organizar banca para professor titular; responder e dar encaminhamento às demandas decorrente de processos judiciais; receber, distribuir e encaminhar documentos inerentes à Diretoria;

b) Coordenação de Pagamento de Pessoal - Executar as atividades relativas ao pagamento de pessoal; acompanhar e providenciar o pagamento do Adicional de Insalubridade e Periculosidade; acompanhar e providenciar o pagamento do Auxílio Transporte; calcular e providenciar o lançamento de progressões funcionais (Docentes e Técnicos), RSC e mudança de regime de trabalho; promover a inclusão, exclusão e atualização de pensão alimentícia; executar o pagamento de decisão judicial; efetuar o pagamento de auxílio moradia e ajuda de custo; enviar GRU para órgão dos servidores cedidos; atender ao público de forma geral; apoiar os setores de gestão de pessoas dos *campi*;

c) Coordenação Adjunta de Pagamento de Pessoal - Efetuar o lançamento, programação e reprogramação de férias; elaborar cálculo, fazer o lançamento e arquivamento de processos de exercício anterior; promover a inclusão e exclusão de professores temporário-substitutos; executar as atividades relativas ao pagamento de pessoal; atender ao público de forma geral; apoiar os setores de gestão de pessoas dos *campi*;

d) Coordenação de Cadastro - Efetivar a inclusão e exclusão de servidores; efetivar a inclusão e exclusão de professores temporários, substitutos e estagiários; atuar como cadastrador parcial no IFFluminense nos sistemas SIAPE, SIAPENET, SIGAC e

outros; alterar estrutura organizacional no SIAPE; atualizar os dados cadastrais no SIAPE; efetivar a designação e dispensa de função – FG, FCC e CD; atender ao público de forma geral; apoiar os setores de gestão de pessoas dos *campi*;

e) Coordenação de Benefícios - Adotar os procedimentos necessários à concessão das aposentadorias requeridas pelos servidores; adotar os procedimentos necessários à concessão das pensões por morte de servidor requeridas; manter atualizadas as informações referentes a aposentadoria e pensões nos sistemas SIAPE e SISAC; analisar os processos de revisão de aposentadorias e pensões, elaborar os respectivos atos e proceder o lançamento nos sistemas SIAPE e SISAC; elaborar a contagem de tempo de serviço para aposentadoria e abono de permanência; fazer o lançamento e acompanhamento de Auxílio Funeral, Creche e Natalidade; efetivar a inclusão de dependentes para fins de acompanhamento e de imposto de renda; adotar os procedimentos necessários para a concessão do auxílio saúde; acompanhar o recadastramento anual de aposentados e pensionistas; atender ao público de forma geral; apoiar os setores de gestão de pessoas dos *campi*;

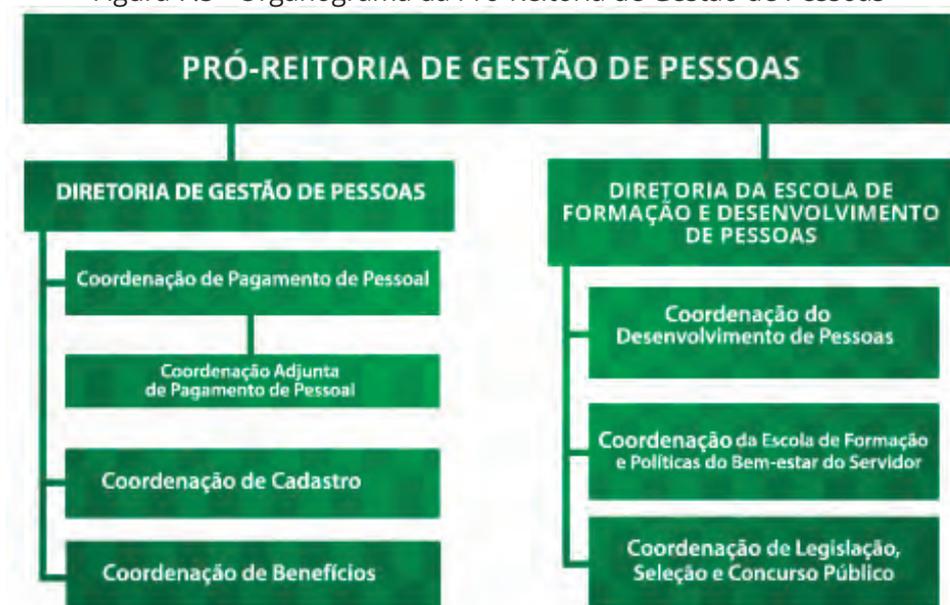
f) Diretoria da Escola de Formação e Desenvolvimento de Pessoas - Administrar a realização de concursos públicos; administrar a realização processos seletivos para contratação de professores substitutos e de profissionais técnico-especializados em linguagem de sinais; elaborar o Plano Anual de Capacitação do IFFluminense; viabilizar e controlar a concessão de afastamentos e bolsas para capacitação previstos no Programa de Apoio à Formação Continuada do IFFluminense; apoiar, desenvolver e certificar cursos de capacitação para os servidores por meio da Escola de Formação; coordenar a realização dos cursos do Programa ENAP em Rede; elaborar e executar o programa de Formação para Gestores; elaborar e executar o Programa de Recepção dos Novos Servidores; desenvolver a Política de Bem-Estar do Servidor; promover ações de integração entre os servidores;

g) Coordenação do Desenvolvimento de Pessoas - Controlar a frequência dos servidores da Reitoria e dos *campi* no SUAP e SIAPE; emitir declarações e certidões de tempo de serviço; cadastrar a digital dos servidores para fins de registro de ponto biométrico; convocar os novos servidores; controlar as convocações dos editais de concurso público e de processos seletivos de professor substituto e de profissionais técnico-especializados em linguagem de sinais; emitir certificados de bancas de concurso público e de processos seletivos; controlar e enviar os formulários de avaliação por mérito, estágio probatório e capacitação; encaminhar pasta funcional dos servidores redistribuídos para o novo órgão;

h) Coordenação da Escola de Formação e Políticas do Bem-Estar do Servidor - Gerir e acompanhar os cursos da Escola de Formação; desenvolver ações e campanhas voltadas ao bem-estar do servidor; auxiliar na realização das ações do Plano Anual de Capacitação; apoiar a elaboração das Políticas de Bem-Estar do Servidor; administrar o site para agendamento de perícias; administrar o site para inscrições em cursos;

i) Coordenação de Legislação, Seleção e Concurso Público - Subsidiar a elaboração de editais de concursos públicos, processos seletivos, afastamentos e bolsa de capacitação; publicar editais e resultados de suas etapas no portal de seleções do IFFluminense; encaminhar documentos relacionados aos atos de Gestão de Pessoas para publicação no Diário Oficial da União; emitir portarias; subsidiar respostas às demandas judiciais; efetuar a leitura diária do Diário Oficial da União, repassando as informações aos segmentos diretamente envolvidos deste Instituto; divulgar, no âmbito do Instituto, a legislação e jurisprudências relativas à área de pessoal.

Figura 7.5 - Organograma da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas



Fonte: Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

7.1.6 Competências da Pró-reitoria de Administração

Compete à Pró-Reitoria de Administração planejar, coordenar e acompanhar as atividades e as políticas de administração e execução de gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto Federal Fluminense. São competências das Diretorias e Coordenações ligadas à Pró-Reitoria de Administração:

a) Diretoria de Administração - Gerenciar as Contratações de Bens e Serviços (licitações), realizar a gestão dos contratos e gestão do almoxarifado e do patrimônio do IFFluminense;

b) Coordenação de Licitações - Coordenar as contratações sistêmicas do IFFluminense, além das contratações dos *campi* e unidades não descentralizados (*Campi* Avançados Maricá, São João da Barra e Cambuci; *Campus* Santo Antônio de Pádua, Polo de Inovação, e Reitoria); realizar estudos preliminares e análise de riscos das contratações;

c) Coordenação de Contratos - Coordenar a gestão e a fiscalização dos contratos (emissão de contratos e aditamentos, controle de vigências, acréscimos e supressões); proceder com análises de riscos na execução dos contratos, análise de solicitações de repactuação e/ou reajustes de valores contratuais e apuração de irregularidades na execução de contratos administrativos relativos a contratações de bens e serviços;

d) Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado - Coordenar a gestão de materiais do IFFluminense (recebimento e conferência de materiais e controle de estoque); coordenar a incorporação e distribuição de bens patrimoniais; coordenar o processo de inventário e desfazimento de bens; assessorar e orientar os *campi* do IFFluminense na gestão de materiais e patrimonial;

e) Diretoria de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil - Gerenciar a execução orçamentária e financeira e a gestão contábil do IFFluminense;

f) Coordenação Financeira Pessoa Física - Coordenar a execução orçamentária e financeira da Folha de Pagamento dos Servidores do IFFluminense; das Bolsas de Assistência Estudantil, de Capacitação, de Pesquisa e Extensão; coordenar a execução orçamentária e financeira de diárias, e dos processos seletivos – vestibular do IFFluminense (Coordenadores, Fiscais, Equipe de Apoio) e de suprimento de fundos;

g) Coordenação Financeira Pessoa Jurídica - Coordenar a execução orçamentária e financeira das contratações de serviços (limpeza, vigilância, manutenção predial, telefonia, internet, energia elétrica, água e esgoto, etc.) e obras; a execução orçamentária e financeira das aquisições de materiais; e a conformidade diária da execução orçamentária e financeira;

h) Coordenação de Contabilidade - Responder pela análise das Contas Contábeis do IFFluminense, elaboração das Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa), registro mensal da conformidade contábil da UG 158139 e do Órgão 26434, elaboração das Notas Explicativas do Órgão que compõem o Balanço Geral da União (BGU); responder pela Declaração do Contador do Órgão que compõe o Relatório de Gestão, análise e registro da depreciação dos bens patrimoniais; controle de bens móveis, imóveis e de almoxarifado e apoio/assessoria na gestão contábil dos *campi* descentralizados do IFFluminense.

Figura 7.5 - Organograma da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas



Fonte: Pró-Reitoria de Administração

7.1.7 Competências da Diretoria de Políticas Estudantis, Culturais e Esportivas

Compete à Diretoria de Políticas Estudantis, Culturais e Esportivas promover o aprimoramento na articulação de ações fortalecedoras da permanência dos estudantes e da prevenção da evasão escolar, assim como todos os demais temas relacionados aos interesses do segmento discente do IFFluminense. São competências das coordenações ligadas à Diretoria de Políticas Estudantis, Culturais e Esportivas:

a) Coordenação de Políticas Estudantis - Formular, coordenar, assessorar e avaliar os serviços, projetos, programas e políticas de assistência estudantil do IFFluminense; assessorar a atuação dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacio-

nais Específicas (NAPNEE); articular a implementação plena da política institucional de assistência estudantil em todos os *campi*;

b) Coordenação de Políticas Culturais e Diversidade - Formular, coordenar e assessorar a implementação da Política Cultural como parte estruturante da política educacional do IFFluminense, fomentar programas e projetos culturais e de promoção da diversidade cultural, promover o protagonismo estudantil na realização de ações culturais e artísticas;

c) Coordenação de Políticas Esportivas - Formular e coordenar a implementação da Política Esportiva do IFFluminense como parte estruturante de sua política educacional, coordenar a realização dos jogos internos do IFFluminense e a participação nas etapas regional e nacional dos jogos da Rede Federal, fomentar a prática esportiva e a realização de torneios esportivos nos *campi*, promover o protagonismo estudantil na realização de atividades esportivas;

d) Coordenação de Alimentação Escolar e Educação Nutricional - Planejar e coordenar a execução do Programa de Alimentação Escolar e Educação Nutricional do IFFluminense; orientar e supervisionar a atuação dos servidores nutricionistas no âmbito do IFFluminense; assessorar os demais setores administrativos do IFFluminense nos procedimentos relacionados à execução do Programa de Alimentação Escolar e Educação Nutricional do IFFluminense.

Figura 7.7 - Organograma da Diretoria de Políticas Estudantis, Culturais e Esportivas



Fonte: Diretoria de Políticas Estudantis, Culturais e Esportivas

7.1.8 Competências da Diretoria de Comunicação

Compete à Diretoria de Comunicação gerir as estratégias, políticas e atividades de Comunicação Social no âmbito do IFFluminense; coordenar ações para a implantação e atualização da Política de Comunicação do IFFluminense, bem como zelar pela observância da aplicação de suas diretrizes pelos profissionais de Comunicação Social e Visual da Reitoria e dos *campi*; promover reuniões periódicas do Fórum dos Comunicadores; apoiar e orientar o desenvolvimento de projetos e eventos ligados à Reitoria, bem como sua divulgação; planejar e direcionar a elaboração e produção de materiais gráficos de apoio institucional sob responsabilidade da Coordenação de Imagem Institucional; planejar e direcionar a elaboração e produção de projetos audiovisuais no âmbito institucional sob responsabilidade da Coordenação de Mídias; apoiar e orientar os cerimoniais da Reitoria; planejar e direcionar a elaboração e produção de projetos jornalísticos no âmbito institucional sob responsabilidade da Coordenação de Jornalismo. Compete às coordenações ligadas à Diretoria de Comunicação:

a) Coordenação de Imagem Institucional - Desenvolver e coordenar projetos visuais gráficos no âmbito do IFFluminense; promover reuniões do Fórum dos Programa-

dores Visuais; cuidar da imagem institucional, fortalecendo a identidade visual da instituição; divulgar as atualizações da identidade visual do IFFluminense; coordenar ações para a implantação e atualização do Manual de Identidade Visual Institucional do IFFluminense, bem como a observância da aplicação de suas diretrizes pelos profissionais de Comunicação Visual da Reitoria e dos *campi*;

b) Coordenação de Múltiplos Meios - Produzir vídeos para os canais de relacionamento do IFFluminense, em atendimento às demandas da Reitoria; coordenar o desenvolvimento de acervo audiovisual, junto aos servidores integrantes do Fórum dos Comunicadores, com o objetivo de construir um banco de imagens e vídeos para aprimorar as atividades dos setores de Comunicação Social dos *campi* e Reitoria, visando às demandas internas e ao trabalho junto à imprensa; promover ações de integração e capacitação entre os produtores audiovisuais para atualização profissional e fortalecimento da imagem institucional;

c) Coordenação de Jornalismo - Coordenar a criação, execução e produção de conteúdos para os produtos jornalísticos da instituição e canais de relacionamento; promover ações de integração e capacitação entre os jornalistas para atualização profissional; elaborar planos de media training para os gestores da instituição; promover atualização das estratégias de relacionamento com a imprensa;

d) Coordenação de Cerimonial - Responsável por coordenar o desenvolvimento de quaisquer atos solenes ou comemorações públicas da Reitoria que necessitem de formalização; a essa Coordenação, compete a condução do evento, sendo responsável pela orientação em todas as fases, além do protocolo de implantação com precedências e tratamentos pertinentes; promover capacitações dos servidores dos *campi* que exercem a função de cerimonialistas.

Figura 7.8 - Organograma da Diretoria de Comunicação



Fonte: Diretoria de Comunicação

7.1.9 - Competências da Diretoria de Relações Institucionais

Compete à Diretoria de Relações Institucionais buscar o relacionamento com a classe parlamentar para construir novas possibilidades de parcerias e iniciativas de ações acadêmicas e buscar novos recursos; identificar e ampliar as parcerias entre o IFFluminense e os setores público e privado; captar recursos humanos e financeiros; estabelecer parceria, em primeiro lugar, com os municípios onde existem os *campi* do IFFluminense; consolidar-se como interface institucional nas relações e transferências dessas iniciativas; promover maior visibilidade às ações do IFFluminense.'

7.1.10 - Órgãos de Atuação Finalística

7.1.10.1 Competências do Polo de Inovação Campos dos Goytacazes

Compete à Direção Geral do Polo de Inovação Campos dos Goytacazes assessorar a Reitoria na formulação das Políticas de Inovação do Instituto; liderar a execução dessas políticas; fomentar a criação e desenvolvimento de um ecossistema inovador e empreendedor na territorialidade do IFFluminense, bem como suportar esse sistema por meio de suas ações de pesquisa, desenvolvimento, inovação e transferência tecnológica. Compete aos demais setores ligados ao Polo de Inovação Campos dos Goytacazes:

a) Diretoria de Administração e Manutenção - Desenvolver atividades e realizar ações com objetivo de garantir o pleno funcionamento da infraestrutura do Polo de Inovação Campos dos Goytacazes; coordenar a atuação das empresas prestadoras de serviços gerais (segurança/vigilância, limpeza, cozinheiras, etc.) do PICG;

b) Diretoria de Gestão de Projetos - Planejar e coordenar a execução de atividades relativas à prospecção de projetos e prestação de serviços tecnológicos; elaboração de Propostas Técnicas; negociação de contratos; contratação de projetos de inovação em parceria com empresas industriais; coordenar atividades e ações do Escritório de Gestão dos Projetos; orientar e acompanhar as atividades da equipe gestora, principalmente das Coordenações Pedagógicas de Formação de Recursos Humanos para PD&I e de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I); subsidiar o setor de Comunicação do Polo de Inovação; identificar e desenvolver metodologias e padrões na área de Gerenciamento de Projetos (políticas, procedimentos, formulários e documentações compartilhadas);

c) Coordenação de Manutenção e Transporte - Planejar e executar atividades de manutenção preventiva e corretiva do PICG, incluindo: frota de veículos e embarcações, instalações prediais, máquinas e equipamentos, sistemas de utilidades (água, eletricidade, ETA, ETE, etc.);

d) Coordenação de Administração - Organizar, planejar e executar processos de compras e contratações de serviços do PICG; controlar a execução financeira; organizar e executar o controle patrimonial do PICG;

e) Coordenação de Comunicação Social - Atuar em rede na equipe dos Polos de Inovação junto à SETEC/MEC; desenvolver e divulgar a Identidade Visual do PICG; planejar, desenvolver, executar e acompanhar o Plano de Comunicação do Polo de Inovação;

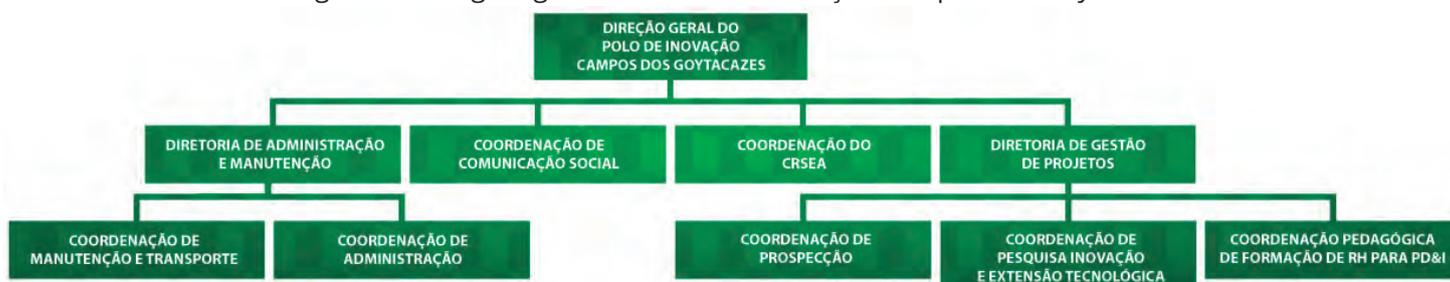
f) Coordenação do Centro de Referência Aeroespacial - Desenvolver projetos de PDI no âmbito das seguintes áreas: Engenharia de Software, Sistemas de Informação, Instrumentação Eletrônica, Sistemas Eletrônicos de Medida e de Controle, Controle de Processos Eletrônicos, Retroalimentação, Sistemas de Telecomunicações;

g) Coordenação de Prospecção - Documentar a estratégia de marketing e de vendas do Polo em consonância com seus objetivos, realizando melhorias e realinhamentos sempre que pertinente; treinar e divulgar estas estratégias para toda equipe de prospecção; promover e estimular a capacitação da equipe de prospecção;

h) Coordenação da Pesquisa, Inovação e Extensão Tecnológica - Elaborar e executar editais do PICG para suporte aos projetos de inovação; acompanhar e registrar as atividades e ações dos bolsistas de PD&I;

i) Coordenação Pedagógica para Formação de RH para PD&I - Planejar e executar o Programa de Formação de Recursos Humanos (PFRH) em PD&I em parceria com o Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação do IFFluminense; identificar demandas de capacitação junto a servidores, estudantes, equipe PICG e empresas parceiras do PICG; propor cursos de capacitação para colaboradores das empresas parceiras; elaborar os PPCs dos cursos do PFRH; coordenar a realização dos cursos previstos no PFRH, providenciando edital, inscrições, matrículas, realização das atividades e certificação.

Figura 7.9 - Organograma do Polo de Inovação Campos dos Goytacazes



Fonte: Polo de Inovação Campos dos Goytacazes

7.1.10.2 Competências do Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação

Compete à Diretoria do Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação promover a integração sistêmica com os *campi*, para a consolidação das políticas institucionais de formação de Formadores, de formação em Gestão Pública em Instituição de Ensino e de apoio à EaD; fortalecer e ampliar as ações relacionadas com a educação a distância. Realizar discussões sobre propostas de metodologias diferenciadas de ensino, que promovam práticas pedagógicas inovadoras, apoiando e promovendo a execução dessas ações pelos docentes do IFF. Realizar discussões sobre a utilização de tecnologias educacionais, promovendo o uso das mesmas pelos docentes do IFFluminense. Promover cursos, debates, palestras e grupos de estudo sobre educação a distância, ensino e tecnologias, formação de professores, metodologias de ensino, estratégias de aprendizagem, utilização de tecnologias digitais na educação. Auxiliar na produção de objetos de aprendizagem, softwares educacionais, simuladores, plugins para ambientes virtuais de aprendizagem, vídeoaulas, ilustrações, animações, entre outros. Fortalecer e ampliar ações, em conjunto com os *campi*, que promovam a aplicação de metodologias ativas de ensino e a utilização de tecnologias digitais na educação. Apoiar a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu relacionados com educação a distância, ensino e tecnologias, formação de professores, metodologias de ensino, estratégias de aprendizagem, utilização de tecnologias digitais na educação.

São competências dos setores ligados ao Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação:

a) Coordenação de Educação a Distância - Orientar a gestão da educação a distância no IFFluminense; propor políticas institucionais para a educação a distância; apoiar a oferta de cursos na modalidade a distância em todos os níveis de ensino. Apoiar a oferta de componentes curriculares na modalidade a distância em cursos presenciais. Propor políticas de divulgação e aperfeiçoamento dos cursos na modalidade EaD. Promover cursos de capacitação para os servidores atuarem em atividades na modalidade a distância. Apoiar o suporte tecnológico para implantação/configuração dos ambientes virtuais de aprendizagem utilizados pelos cursos EaD. Estimular a pesquisa e produção de conhecimento sobre EaD. Desenvolver estudos e propostas para diminuir a evasão discente na modalidade a distância;

b) Coordenação de Metodologia de Ensino - Apoiar a prática docente com base nos princípios do papel do docente como sujeito responsável por mudanças significativas que possam ocorrer na educação escolar. Discutir e disseminar a ideia do professor como colaborador no processo de ensino e aprendizagem, no qual os discentes devem ser agentes ativos. O professor deve motivar o pensamento crítico e a reflexão sobre os conteúdos estudados. Criar um programa institucional de práticas pedagógicas inovadoras, as quais sejam pautadas no uso de metodologias de ensino problematizadoras e diferentes estratégias de aprendizagem ou recursos didáticos. Promover a formação continuada dos docentes num processo de diálogo com a comunidade. Promover cursos, discussões, palestras e grupos de estudo sobre ensino e aprendizagem e utilização de tecnologias digitais como apoio à prática docente. Promover a divulgação de práticas pedagógicas inovadoras nos *campi* do IFFluminense. Apoiar a utilização de tecnologias educacionais na prática docente;

c) Coordenação de Infraestrutura - Planejar, executar e fiscalizar projetos. Coordenar ações de manutenção predial. Oferecer assistência e suporte técnico-administrativo a projetos e atividades realizadas no Centro de Referência. Especificar, para compras, materiais e equipamentos;

d) Coordenação de Projetos de Design e Audiovisual para Educação - Auxiliar na elaboração de material didático para ações na educação a distância e no ensino presencial. Produzir materiais didáticos como: vídeoaulas, ilustrações, animações, entre outros. Auxiliar na produção de artefatos como: objetos de aprendizagem, softwares educacionais, simuladores, plugins para ambientes virtuais de aprendizagem, entre outros. Auxiliar na pesquisa e seleção de materiais didáticos existentes. Manter um repositório de materiais didáticos produzidos no IFFluminense. Contribuir no desenvolvimento de tecnologias aplicadas no processo de ensino e aprendizagem. Promover estudos e discussões de como o Design e o Audiovisual podem contribuir como facilitadores no processo de ensino e aprendizagem. Promover iniciativas que fomentem o uso do Design e Audiovisual no IFF. Oferecer capacitação no uso do Design e Audiovisual para fins educacionais

Figura 7.10 - Organograma do Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação



Fonte: Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação

7.1.10.3 Estrutura administrativa dos *campi*

Os *campi* do IFFluminense somam, em número, 12 *campi* definidos em portaria do MEC, sendo 11 em funcionamento. São administrados por Diretores-Gerais, competindo-lhes a supervisão dos programas relativos às atividades finalísticas de ensino, pesquisa e extensão e a gestão das atividades administrativas, por meio de responsabilidade descentralizada por delegação da autoridade constituída, de acordo com os regimes estatutários e regimentais estabelecidos. Sua estrutura organizacional apresenta variações em função do desenho proposto, associado à quantidade de funções gratificadas disponíveis na matriz definida pela portaria SETEC/MEC 246/2016.

O Regimento Interno de cada *campus* estabelece sua estrutura organizacional, com diretorias, coordenações e assessorias que contemplem o atendimento dos serviços de relações externas, comunicação social, estágios, extensão, acompanhamento de egressos, pós-graduação, pesquisa e inovação, apoio pedagógico, ingresso, secretaria acadêmica, assistência estudantil, biblioteca, núcleo de educação a distância, áreas acadêmicas, níveis de ensino, tecnologia da informação e comunicação, planejamento, compras, contratos, orçamento e finanças, infraestrutura, manutenção, almoxarifado e patrimônio, condicionados à disponibilidade de servidores para as respectivas proposições.

7.2 Órgãos Superiores da Administração

7.2.1 Conselho Superior

O Conselho Superior (Consup) é o órgão colegiado máximo do IFFluminense, com caráter consultivo e deliberativo, composto por representantes dos docentes, dos discentes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do setor público, do MEC e do Colégio de Dirigentes, sendo o ocupante do cargo de Reitor seu presidente nato. Trata de assuntos relativos a políticas institucionais, orçamento anual, prestação de contas, eleições para Reitor e Diretores-Gerais, entre outros. São competências do Conselho Superior:

- I. Zelar pela observância dos objetivos e finalidades do IFFluminense;
- II. Homologar as diretrizes da política institucional nos planos administrativo, econômico- financeiro, de ensino, pesquisa e extensão, apresentadas pela Reitoria;
- III. Aprovar a proposta orçamentária anual;
- IV. Deliberar sobre valores de contribuições e emolumentos a serem cobrados pelo IFFluminense, em função de serviços prestados, observada a legislação pertinente;
- V. Apreciar o Relatório Anual de Contas da Reitoria, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros, dos fatos econômico-financeiros e da execução orçamentária das receitas e das despesas;
- VI. Aprovar a concessão de graus, títulos e outras dignidades;
- VII. Aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade acadêmica para escolha do Reitor do IFFluminense e dos Diretores-Gerais dos campi, em consonância com o estabelecido nos artigos 12 e 13 da Lei nº 11.892/2008;
- VIII. Deliberar sobre criação, alteração e extinção dos cursos, observada a legislação vigente;
- IX. Aprovar o seu próprio Regimento Interno;
- X. Aprovar a reformulação do Estatuto do IFFluminense, nos termos do Regimento Geral;
- XI. Aprovar o Regimento Geral do IFFluminense e propor sua reformulação por 2/3 (dois terços) do total de seus membros, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica;
- XII. Aprovar o planejamento anual e o Plano de Desenvolvimento Institucional;
- XIII. Deliberar sobre outros assuntos de interesse do IFFluminense levados a sua apreciação.

7.2.2 Colégio de Dirigentes

O Colégio de Dirigentes é o órgão colegiado superior, de caráter consultivo, que atua no apoio ao processo decisório da gestão do IFFluminense, composto pelo Reitor, seu presidente nato, pelos Pró-Reitores e pelos Diretores-Gerais dos *campi*. Trata indistintamente de todas as matérias afetas à gestão, como assuntos operacionais ligados ao ensino, pesquisa, extensão e inovação, além de matéria administrativa, econômica, orçamentária, financeira e também sobre relações sociais, de trabalho e de vivência. São competências do Colégio de Dirigentes:

- I. Assessorar a Reitoria em assuntos administrativos do IFFluminense;

-
- II. Apreciar e recomendar as normas e critérios para a distribuição do orçamento anual;
 - III. Expedir orientações e procedimentos para o planejamento anual;
 - IV. Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do planejamento dos *campi* e da Reitoria;
 - V. Apreciar o calendário e a agenda sistêmica do IFFluminense;
 - VI. Apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
 - VII. Propor, recomendar e efetivar normas de aperfeiçoamento da gestão;
 - VIII. Apreciar outros assuntos de interesse da administração do IFFluminense.

7.3 Órgãos de Assessoramento

7.3.1 Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)

É o órgão que formula os procedimentos relativos ao pessoal docente e acompanha a execução desses procedimentos. É composta por docentes do quadro permanente do IFFluminense, instituída por meio de processo de consulta próprio junto ao *campus* onde está inserida.

7.3.2 Comissão Interna de Supervisão (CIS)

A Comissão Interna de Supervisão do PCCTAE, criada pela Lei nº 11.091/2005, é composta por servidores técnico-administrativos em educação, integrantes do Plano de Carreira, e tem a finalidade de acompanhar, orientar, fiscalizar e avaliar a sua implementação no âmbito do IFFluminense. É instituída por meio de processo de consulta próprio junto ao *campus* onde está inserida.

7.3.3 Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação (CENPEI)

O CENPEI é uma órgão normativo e consultivo, de assessoramento da Reitoria em relação às políticas de ensino, pesquisa, extensão e inovação, sendo presidido por um dos Pró-Reitores, escolhido por consenso entre os seus pares que integram o colegiado. Sua composição por meio de processos próprios de consulta à comunidade acadêmica do IFFluminense, definidos na forma regimental, prevê, além de Pró-Reitores, diretores de ensino, extensão e pesquisa, representantes dos servidores docentes, representantes dos servidores técnico-administrativos em educação e representantes dos discentes.

7.3.4 Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Constituída com base na Lei nº 10.861/2004, que instituiu o SINAES, a Comissão Própria de Avaliação tem as atribuições de conduzir os processos de avaliação internos da instituição, bem como de sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A comissão é composta por uma comissão central, formada por representantes docentes, discentes, técnico-administrativos e da sociedade civil, e por comissões locais nos *campi* e na Reitoria. As comissões locais nos *campi* são compostas por representantes docentes, discentes, técnico-administrativos e, preferencialmente, por membros da sociedade civil. A comissão local na Reitoria é composta por representantes dos servidores em atuação na Reitoria. Todas as comissões são constituídas por meio de processos próprios de consulta às respectivas comunidades acadêmicas dos locais de atuação.

7.3.5 Colegiados dos *campi*

Este órgão consultivo e deliberativo por delegação do Conselho Superior, no âmbito do *campus*, tem a função de assessorar a Direção-Geral, colaborando para o aperfeiçoamento do processo educativo e zelando pela correta execução das políticas do IFFluminense. Os colegiados dos *campi* são presididos pelos Diretores-Gerais e têm em sua composição representantes dos servidores docentes, representantes dos servidores técnico-administrativos em educação, representantes dos discentes, representantes da sociedade civil e da gestão na forma de seu Regimento Interno.

As competências dos colegiados dos *campi* encontram-se estabelecidas nos seus Regimentos Internos que em razão da autonomia e liberdade de proposição apresentam pequenas variações de um *campus* para o outro.

7.3.6 Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e da Comunicação (CGTIC)

Este órgão colegiado de natureza consultiva e propositiva, é responsável pelo assessoramento e acompanhamento da execução das Políticas de Tecnologia de Informação e Comunicação Institucional do IFFluminense, observada a legislação pertinente, que tem por objetivo promover o alinhamento das ações de TIC às diretrizes estratégicas da instituição, por meio da análise e priorização de projetos.

Compete ao CGTIC, nos termos de sua portaria de constituição - Analisar, supervisionar e priorizar, em conformidade com as Políticas do Instituto Federal Fluminense e de seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, os projetos estratégicos de TIC, incluindo as particularidades e projetos de cada *campus* e Reitoria; propor a criação de grupos de trabalho e/ou subcomitês para auxiliarem nas decisões do Comitê, definindo seus objetivos, composição, regimento e prazo para conclusão de seus trabalhos, quando for o caso; auxiliar na definição de padrões de integração, qualidade e da própria política de segurança da informação.

7.3.7 Comissão Permanente de Licitação

Comissão de natureza *multicampi* criada pela Administração, nos termos dos Arts. 51 e seguintes da Lei 8.666/93, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes nas modalidades concorrência, tomada de preços e convite realizadas pelo IFFluminense. A comissão é constituída por, no mínimo, três membros, com previsão de suplentes nos termos do Regimento, sendo que a investidura dos membros na comissão não excederá a 1 (um) ano. A designação da Comissão é feita por ato da autoridade competente, segundo suas normas internas e através de portaria.

7.3.8 Comissão de Ética Profissional

A Comissão de Ética Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – CET é um mecanismo de assessoramento institucional, instalada pela Portaria 818/2017, em conformidade com o decreto nº 1.1171/94 que traz o Código de Ética Profissional dos Servidores Públicos no âmbito do Poder Executivo

Federal, bem como a atualização, oriunda do decreto nº 6.029/07, ampliando o horizonte de atuação para integrar o Sistema da Gestão da Ética Pública do Poder Executivo Federal.

A Comissão de Ética Profissional do IFF é vinculada administrativamente ao Gabinete do Reitor, mas, responde diretamente aos ditames da Comissão de Ética Pública (CEP), em Brasília/DF.

São atribuições da Comissão de Ética Profissional do IFF, auxiliar os servidores e os gestores no tema da ética profissional, promovendo: 1) Código de Ética Profissional dos Servidores Públicos do Poder Executivo Federal; 2) Código de Conduta da Alta Administração Federal; 3) Orientar sobre as condutas vedadas em período eleitoral; 3) Dirimir dúvidas sobre o tema da Ética nas relações de trabalho dos agentes públicos vinculados à instituição, ainda que a atuação deles se dê em caráter transitório ou temporário; 4) apurar os casos de desvio de conduta dos servidores da instituição, formalizando Acordos de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP);

A Comissão de Ética Profissional do IFF tem autonomia de atuação para solicitação de informações com o objetivo de elucidar os fatos por ela tratados, além de prioridade no atendimento de demandas, e todos os seus trabalhos terão a chancela de reservado enquanto estiverem em trâmite.

7.4 Núcleos Permanentes

7.4.1 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNEE)

Constituído nos termos do Decreto 7.611/2011, que estabelece como dever do Estado, entre outros, garantir "um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades", o NAPNEE tem por objetivo contribuir na implementação de políticas de acesso, permanência e conclusão com êxito dos alunos com necessidades educacionais especiais.

O Núcleo atua na redução de barreiras educacionais, arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais, informacionais. Promover políticas de inclusão e assistência estudantil para pessoas com necessidades educacionais especiais é caminhar no sentido de construção de uma sociedade mais igualitária e reflete o compromisso que o IFFluminense possui com a construção da cidadania e o desenvolvimento da inclusão plena em suas unidades de ensino, em conformidade com os artigos 27, 28 e 30 da Lei Nº 13.146/15 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência).

7.4.2 Núcleo de Estudos sobre Gênero, Diversidade e Sexualidade (NUGEDIS)

São núcleos permanentes que têm por objetivo realizar estudos sobre gênero, bem como ações de ensino, pesquisa e extensão que colaborem para a promoção da igualdade de direitos, responsabilidades e oportunidades entre os gêneros. Sua estrutura organizacional conta com um núcleo em cada *campus*, e sua referência na Reitoria é a Coordenação de Políticas Culturais e Diversidade. Fundamenta-se nos princípios e compromissos expressos na Constituição Federal de 1988; na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3/Decreto nº 7.037/2009); no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2006); nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012) e no Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014).

7.4.3 Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI)

São núcleos permanentes que promovem o acompanhamento, estudo e desenvolvimento da educação das relações étnico-raciais por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão. Sua estrutura organizacional conta com um núcleo em cada *campus* e sua referência na Reitoria é a Coordenação de Políticas Culturais e Diversidade. Suas referências normativas são o artigo 26-A da Lei 9394/1996 e a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, do Conselho Nacional de Educação.

As diretrizes para seu funcionamento estão estabelecidas no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana. Estão, dentre suas possíveis ações, a oferta de cursos de pós-graduação e de Formação Inicial e Continuada (FIC) em educação das relações étnico-raciais para servidores e educadores de outras instituições, a pesquisa e a elaboração de materiais de referência para uso em sala de aula e o desenvolvimento de ações afirmativas em prol de grupos sociais formados a partir da diáspora africana e/ou de ascendência indígena.



POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS **DISCENTES**

CAPÍTULO
08

8.1 Apresentação

O IFF em seu planejamento estratégico instituiu, no objetivo 15, um compromisso de promover Assistência Estudantil com o intuito de contribuir para o acesso e a permanência exitosa através do Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal Fluminense. O referido programa é parte de um esforço coletivo empreendido na perspectiva da construção da Política de Apoio à Formação Integral do Estudante, discutida pelos servidores do Instituto Federal Fluminense ao longo dos anos de 2012 e 2013. Por meio de diversas reuniões abertas a toda a comunidade acadêmica, experiências foram trocadas, questionamentos foram levantados e soluções foram sugeridas. No ano de 2014, a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, em parceria com o Fórum de Assistentes Sociais do Instituto Federal Fluminense (FASIFF), retomou as discussões da Política de Apoio à Formação Integral do Estudante com o objetivo de regulamentar o Programa de Assistência Estudantil, que deu origem a Resolução 39/2016, a qual visa o atendimento psicopedagógico e trata das bolsas e auxílios (Alimentação, Moradia, Bolsa NEE Transporte, Permanência IFF).

O IFF tem importante papel para a democratização do acesso à educação pública, na região de sua abrangência, a partir da interiorização da rede federal. A expansão implica em avançar nas questões de infraestrutura, gestão de pessoas e condições de acesso, permanência e êxito dos estudantes na escola, compromisso central desse documento.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei n.º 9.394/96) reitera a educação como um dos pilares básicos na formação do indivíduo e de sua cidadania, pautada na universalização do atendimento e baseada nos princípios de democratização do acesso, permanência, gestão e qualidade social. A partir de 1999, ocorrem modificações nas relações entre o Estado e a sociedade civil, segundo as diretrizes neoliberais que recomendam uma ampla Reforma do Estado, que são refletidas na focalização e fragilização das políticas sociais, em oposição ao acesso universal e aos direitos sociais preconizados na Constituição Federal de 1988. Segundo a UNE (2004):

“Mesmo sem a destinação de recursos específicos, as Instituições Federais de Ensino utilizaram recursos próprios oriundos de fontes diversas para manutenção dos programas de assistência estudantil. Esses recursos destinados pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) foram de grande eficácia no combate à evasão, na melhoria do desempenho dos estudantes com dificuldades econômicas, que compõem parcela significativa do quadro discente das mesmas”.

Ressalta-se que a instituição do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, através da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, no Governo de Luís Inácio Lula da Silva, representou um marco histórico e de importância fundamental para a questão da assistência estudantil, visto que essa foi uma das ações oriundas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o qual tem como objetivo atender aos estudantes devidamente matriculados, visando promover o apoio à permanência e conclusão de curso dos alunos de baixa condição socioeconômica.

Nessa conjuntura o Estado deve buscar implementar estratégias e propiciar condições de acesso e permanência às pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica. A partir desse levantamento observou-se que algumas instâncias de discussão e normativas contribuíram para o avanço da assistência estudantil na ótica da política social de direito na atualidade. São eles: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), criado em 1987 como órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); Plano Nacional de Assistência ao Estudante de Graduação das Instituições

Federais de Educação (2001); União Nacional dos Estudantes (UNE); Secretaria Nacional de Casas Estudantis (SENSE); Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, Portaria/MEC nº 39, de 12 de dezembro de 2007 e Decreto nº 7.234, de 19/07/2010 – (CAMPOS, 2012).

O Programa de Assistência Estudantil (Resolução do IFFluminense 039/2016) é norteado pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regulamentado pelo Decreto nº 7.234. 2010; a Lei nº 12.711/2012, a chamada “Lei de Cotas”. O PNAES, fruto da mobilização dos segmentos supracitados, tem sido considerado fundamental para o avanço da construção de uma política de direito dos estudantes na medida em que garante a destinação de recursos específicos para a operacionalização das ações de assistência estudantil articuladas às atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Educação (IFES). Desse modo, é importante afiançar que a concepção de uma política de assistência estudantil, na qual devem se assentar os parâmetros que norteiam as ações biopsicossociais e pedagógicas no ambiente escolar, encontra-se fundamentada numa visão de mundo que compreende a escola como um espaço em que é possível proporcionar o desenvolvimento de potencialidades humanas para a vida e para o trabalho.

Ressaltando que as ações de assistência estudantil sugeridas pelo PNAES devem ter como prioridade fundamental viabilizar a igualdade de oportunidades e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico do aluno, além de agir, preventivamente, para minimizar as situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

8.2 Programa de Assistência Estudantil do IFFluminense

Em 10 de março de 2016 Conselho Superior (CONSUP), do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, aprova a Resolução 039/2016 que consiste no Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal Fluminense, e seu respectivo Anexo; sem nenhuma pretensão de ser um conjunto de normas rígidas que desconsiderem a realidade social no qual o IFFluminense se encontra inserido, este documento é constituído por diretrizes que norteiam as ações de assistência estudantil e acompanhamento social e acadêmico dos estudantes, sem deixar de considerar a possibilidade de adequação dos recursos, da amplitude e dinâmica de execução das ações e projetos à realidade social, acadêmica e econômica dos estudantes e da região na qual o *campus* está localizado.

A partir de dados levantados, em 2016 e 2017, a Diretoria de Políticas Estudantis Culturais e Esportivas (DIPECE/Reitoria) juntamente com os gestores dos *campi* propuseram a plena utilização dos módulos de Assistência Estudantil e de Saúde do SUAP para que os programas sejam implementados e avaliados de forma eficiente e eficaz. Encontra-se em andamento o processo de informatização e adequação do SUAP que será utilizado para selecionar, inserir, acompanhar, avaliar e controlar os programas de assistência estudantil.

Foi constatada também a necessidade de ampliar a assistência estudantil na área de alimentação. Para tal, em articulação com a PRODIN, serão concluídos, até 2021 restaurantes estudantis (estrutura física, equipamentos e pessoal), contemplando os *campi* que ainda não os possuem e os *campi* que apesar de existirem não atendem à demanda. Ainda no que se refere à política de alimentação, está em elaboração pela Diretoria de Políticas Estudantis Culturais e Esportivas (DIPECE), Fórum dos Nutricionistas do IFFluminense e o Programa de Segurança Alimentar do Estudante (PSAE) constituem-se num conjunto de estratégias que visam garantir a oferta de uma alimentação aos Estudantes do IFFluminense, dentro de um critério de segurança alimentar e nutricional, atendendo as concepções de Direito Humano à Alimentação Adequada. Há um compromisso que vai além da construção do restaurante em todos os *campi* do Instituto, que todos esses sejam equipados e dotados de mão de obra necessária, de forma a garantir o seu pleno funcionamento, conforme a disponibilidade orçamentária e de infraestrutura.

Concomitante a isso, precisamos dar início à Execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Resolução no 26/2013, que além da alimentação a todos os Estudantes da Educação Básica, incluindo aqui os estudantes matriculados nos cursos de nível Técnico (Concomitante e Subsequente) e na Educação de Jovens e Adultos, visa também ações de educação alimentar e nutricional, na promoção de saúde.

Já é conhecida a importância da alimentação adequada e de qualidade para a saúde, permanência e êxito do discente. Por isso, entendemos, a importância de avançar nesse quesito na Instituição, além de um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, é uma obrigatoriedade que devemos cumprir para com todas as legislações pertinentes a âmbito federal, em que nosso Instituto está incluso como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (artigo 25); a Lei nº 11.947/2009; a Resolução/CD/FNDE no 38/2009; a Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas nº 465/2010; a Nota Técnica no02/2012 - COTAN/CGPAE/DIRAE/FNDE; a Resolução/CD/FNDE no 67/2009, dentre outras regulamentações na área.

8.3 Permanência e Êxito no Curso Formativo

Segundo a Resolução 039/2016 que aprova o Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal Fluminense, os Institutos Federais têm como concepção de educação a transformação social que deve refletir-se em instituições capazes de promover o ensino tecnológico que articule a vivência dos estudantes com conhecimentos educacionais. Por essa dimensão, constitui-se “também num espaço revelador das problemáticas sociais, familiares e comunitárias, dados os perfis diversificados dos estudantes que ingressam em seus diferentes níveis e modalidades de ensino” (Resolução 039/2016, Anexo I, p. 3).

Para a garantia do direito à educação de qualidade com equidade, faz-se necessário estabelecer ações que considerem a diversidade e a inclusão. Sendo assim, o direito ao acesso, à permanência e êxito dos estudantes na escola amparam-se legalmente na Constituição Federal de 1988, “a educação como dever do Estado e da Família (art.205, caput) e aponta para o princípio da igualdade de condições para o acesso e para a permanência na escola (art. 206, inciso I).” Outro aporte que também se encontra estabelecido é o da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, determina que “a educação deve englobar os processos formativos e que o ensino será ministrado com base no princípio da vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.” (LDB nº9.394/96 art. 1º, § 2º e 3º, inciso XI).

Nesse âmbito educacional, propõe-se dispositivos legais e explícitos para a formulação da assistência estudantil e, certamente, essas referências deram suporte para o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, o qual vem norteando as instituições públicas.

Seguindo esse caminho, no ano de 2012, foi aprovada a Lei nº 12.711 que estabelece Cotas para as Universidades Federais e Instituições Federais de ensino básico, técnico e tecnológico, assim, democratizando o acesso da população à educação e reafirmando a importância da Assistência Estudantil articulada ao Ensino, Pesquisa e Extensão como fundamental para garantia do direito à permanência e ao êxito desses estudantes que em sua maioria se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Cabe ressaltar que o acesso aos serviços e ações de Assistência Estudantil não está condicionado ao ingresso pelas cotas, uma vez que parte importante dos estudantes com perfil para as modalidades de Assistência Estudantil também ingressa pela ampla concorrência. Portanto, o Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal Fluminense possui um conjunto de ações, serviços e projetos articulados, não se resume em concessões de bolsas e auxílios. Para que isso aconteça, a Assistência Estudantil deverá, minimamente, ser composta por equipe multidisciplinar com assistente social, psicólogo, nutricionista, pedagogo/TAE e servidor com função administrativa para que haja um acompanhamento efetivo aos discentes no que se refere a questões sociais, pedagógicas, psicológicas e de saúde.

Em conformidade com o PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil) o Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal Fluminense foi estruturado tendo como parâmetro “modalidades que levam em consideração critérios socioeconômicos, enquanto enumera e tipifica a oferta de bolsas com outros critérios, o que demonstra a preocupação do IFFluminense em ampliar e articular as ações de assistência estudantil com aquelas vinculadas ao ensino, à pesquisa e à extensão” (Resolução 039/2016, Anexo I, pag. 8 e 9). Em relação às modalidades de bolsas e auxílios, o Programa prevê na modalidade com critério socioeconômico: auxílio transporte; auxílio moradia; auxílio alimentação; bolsa para pessoas com necessidades educacionais específicas; bolsas Permanência IFF.

Além das bolsas e auxílios acima citados, o Programa prevê outras modalidades sem critérios socioeconômicos, quais sejam: bolsa de monitoria; bolsa de iniciação científica e de Iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação; bolsa de extensão; bolsa de Arte e Cultura; bolsa Atleta; bolsa de Apoio Tecnológico; bolsa Proeja; auxílio para participação em eventos e visitas técnicas.

A prática de atividades, projetos culturais e esportivos são compreendidos como parte da formação integral e cidadã que a instituição se propõe a ofertar aos estudantes. O IFFluminense realiza anualmente uma grande ação institucional nesse sentido: os Jogos *Intercampi* do Instituto Federal Fluminense (JINIFF). Com a realização dos jogos, objetiva-se incentivar a prática desportiva, democratizar a participação esportiva estudantil entre todos os campi, a cooperação e a interação entre os estudantes, sendo necessária uma estrutura mínima que possibilite a prática esportiva em todos os *campi*.

Os projetos culturais, artísticos e esportivos auxiliam na promoção e no fortalecimento de princípios e valores inerentes ao processo formativo e educacional: liberdade de expressão, democracia, tolerância, justiça social e respeito mútuo. A construção coletiva do plano de cultura do IFFluminense buscou o fortalecimento da coesão social e o empoderamento deste ser cidadão na comunidade da qual faz parte. Sua implantação estabelece rumos mais seguros desse campo do conhecimento humano. Acrescenta-se a este bem almejado a possibilidade de que as atividades culturais desenvolvidas nos *campi* do IFFluminense venham a contribuir para a permanência e êxito do estudante matriculado nesta instituição, além de se tornar um potencial meio de vida e um fator de crescimento inclusivo e sustentável, nos âmbitos mundial, nacional e regional, ao fazer parte da cadeia produtiva do setor criativo – a economia criativa. São exemplos dessas atividades: orquestras de violões, grupo Nós no Teatro, grupo Fogal.

Além das ações mencionadas anteriormente, está em fase de aprovação a Política de Atenção à Saúde dos Discentes do IFF, construída a partir de uma visão ampliada de saúde compreendendo-a não como simples ausência de doença, mas como um processo relacionado à promoção da saúde, prevenção de doenças, atenção à qualidade de vida dos sujeitos e acesso aos demais direitos sociais.

O objetivo da Política de Atenção à Saúde dos Discentes do IFFluminense é desenvolver, articulado com os demais setores da Instituição, ações voltadas à prevenção de doenças e promoção da saúde, tendo em vista a necessidade de promover uma atenção ao discente como um “ser integral”, viabilizando sua permanência no Instituto.

8.4 Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

Para garantir o atendimento educacional especializado - AEE -, cada *campus* do Instituto Federal Fluminense constituiu ou está constituindo um Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNEE, para atender "os estudantes com necessidades educacionais específicas que se originam em função de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação" e promover ações inclusivas. O NAPNEE deve ser instituído por portaria e composto por uma equipe multidisciplinar atuando em sala específica e equipada. Sugere-se equipe composta por docentes, técnicos administrativos em educação com conhecimentos necessários para atuar nessa função (assistente social, psicólogo, pedagogo, psicopedagogo, fonoaudiólogo, neuropsiquiatria, professor bilíngue (Português-Libras), tradutor e intérprete de LIBRAS, revisor e transcritor braile, entre outros) e monitores das disciplinas necessárias que serão designados por portaria e atuarão de acordo com a demanda.

O NAPNEE corresponde aos núcleos de acessibilidade previstos no Decreto 7.611/2011 que estabelece como dever do Estado, entre outros, garantir "um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades" (Art. 1º, inciso I). Tem por objetivo contribuir para a implementação de políticas de acesso, permanência e conclusão com êxito dos estudos dos alunos com necessidades educacionais específicas, além de atender a esses alunos bem como aos seus professores e técnicos-administrativos.

Reduzir barreiras educacionais, arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais, informacionais e promover políticas de inclusão e assistência estudantil para pessoas com necessidades educacionais específicas é caminhar no sentido de construção de uma sociedade mais igualitária e reflete o compromisso que o IFFluminense possui com a construção da cidadania e o desenvolvimento da inclusão plena em suas unidades de ensino, em conformidade com os artigos 27, 28 e 30 da Lei Nº 13.146/15 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência). Portanto, suas atividades vão além do atendimento especializado aos discentes, sendo sua atuação pautada sempre na articulação entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão e promoção da educação para convivência com respeito à diversidade.

Constitui-se o público alvo das ações inclusivas do NAPNEE de cada *campus* os estudantes com necessidades educacionais específicas que se originam em função de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. O IFF tem como meta alcançar o percentual de 100% de adequação da infraestrutura física às normas de acessibilidade, com os NAPNEE plenamente instituído até 2021.

O Programa de Acessibilidade Educacional (PROAE), já foi aprovado no CENPE e está sendo encaminhado para o CONSUP com o objetivo de se tornar uma resolução que regulamentará o atendimento educacional especializado contribuindo para a democratização do acesso, da permanência e da conclusão do curso dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação do Instituto Federal Fluminense - IFFluminense.

O PROAE estabelecerá a criação de núcleos de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas - NAPNEE em todos os *campi* do IFFluminense, estimulando e apoiando o desenvolvimento de projetos voltados para o ensino e melhoria da qualidade de vida e a autonomia das pessoas com necessidades específi-

cas; além de eliminar barreiras informacionais, comunicacionais, atitudinais, físicas e espaciais, e promover a garantia do acesso e utilização de todos os espaços nos *campi* do IFFluminense.

No PROAE também será regulamentado o atendimento excepcional domiciliar/hospitalar para alunos com necessidades educacionais temporárias que necessitam se afastar do ambiente escolar por questões de saúde, incluindo as gestantes.



**CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE
FINANCEIRA**

**CAPÍTULO
09**

9.1. Capacidade e Sustentabilidade Financeira

O planejamento e gerenciamento dos recursos públicos com efetividade, vinculando sua aplicabilidade às metas Institucionais, são fundamentais para que o Instituto Federal Fluminense consiga atingir seus objetivos estratégicos. O equilíbrio das contas públicas, mediante ao cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas, são essenciais para garantir a sustentabilidade financeira do IFFluminense.

9.1.1. A Sustentabilidade Financeira do IF-Fluminense

O orçamento do IFFluminense é aprovado através da LOA – Lei Orçamentária Anual, e a distribuição dos recursos orçamentários dos *campi* é definida através da metodologia da Matriz Orçamentária CONIF.

A autonomia administrativa do IFFluminense vem se aperfeiçoando ao longo dos últimos cinco anos, com estabelecimento de critérios técnicos e objetivos, com diretrizes e regulamentação de processos, conforme prevê a Legislação. O processo de descentralização da execução orçamentária e financeira, e gestão patrimonial, de sete de seus onze *campi*, veio para reforçar cada vez mais a autonomia administrativa dos *campi*, trazendo grande efetividade na sua execução orçamentária e financeira, e otimização do tempo no atendimento das demandas.

Os processos compartilhados de contratação de serviços e aquisição de materiais, comuns entre os *campi*, vêm sendo realizados através das Câmaras de Tecnologia de Informação e Câmara de Administração, com objetivo de otimizar os custos nas contratações, tanto no preço ofertado, considerando a economia em escala, como também no custo da fase interna do certame, principalmente aqueles relacionados à mão-de-obra. Além da otimização do tempo no atendimento das demandas, parte desses processos são contratados através do sistema de Registro de Preços, com demandas para atendimento para um período de doze meses.

É importante que todos os gestores do IFFluminense compreendam a missão, visão e valores institucionais do Instituto. Os *campi* do IFFluminense possuem suas especificidades (número de alunos, número de servidores, estrutura física, região de atuação e entre outros) que influenciam diretamente em seu planejamento orçamentário e na sua autonomia administrativa, autonomia essa que deve sempre buscar a efetivação dos objetivos estratégicos do Instituto, traduzidas na execução das metas institucionais estabelecidas.

9.1.2. Estrutura do Orçamento e Finanças do IFFluminense

Cada *campus* do IFFluminense possui autonomia administrativa para planejar e gerenciar seu orçamento anual. Atualmente os *campi* Campos Centro, Macaé, Campos Guarus, Bom Jesus do Itabapoana, Cabo Frio, Quissamã e Itaperuna encontram-se descentralizados para a execução orçamentária, financeira e gestão patrimonial, sendo todo orçamento executado nas suas respectivas UGs – Unidades Gestoras, vinculadas

à Gestão do IFFluminense. Os *campi* Avançados São João da Barra, Cambuci, Maricá e Santo Antônio de Pádua não possuem autonomia de execução orçamentária, financeira e de gestão patrimonial, sendo todo o orçamento executado através da UGR – Unidade Gestora Responsável de cada *campi*, vinculadas a UG – Unidade Gestora da Reitoria.

Apesar da autonomia administrativa de gerenciamento orçamentário dos *campi*, de modo que todos planejam e gerenciam seus respectivos orçamentos, todos devem estar vinculados e alinhados com as metas institucionais, com os objetivos estratégicos estabelecidos para o desenvolvimento local e regional, considerando o compromisso social do IFFluminense.

9.1.3. O Orçamento do IFFluminense

Os recursos orçamentários do IFFluminense são disponibilizados através do Recurso Geral da União, aprovada pela LOA. Esses recursos são executados e divididos em despesas com pessoal e encargos sociais e benefícios de servidores (folha de pagamento de servidores ativos, aposentados e pensionistas), despesas de custeio (funcionamento, serviços, materiais de consumo, assistência estudantil, capacitação de servidores) e investimentos (obras, materiais permanentes e imóveis).

O Orçamento do IFFluminense aprovado para o exercício 2018, através da Lei Orçamentária Anual nº 13.587, de 02 de janeiro de 2018, foi de cerca de 384,5 milhões de reais, conforme detalhamento constante no Quadro 9.1.

O Orçamento destinado às despesas com pessoal e encargos sociais e benefícios de servidores são administrados pela SPO/MEC – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação, cabendo ao IFFluminense informar, durante a execução orçamentária, possíveis reestimativas dessas despesas. O orçamento aprovado na LOA para custear as despesas com pessoal e encargos sociais e benefícios de servidores foi de cerca de 315 milhões de reais, correspondente a aproximadamente 82% do orçamento total aprovado para o Instituto.

O orçamento aprovado na LOA para custear despesas com custeio (funcionamento, serviços, materiais de consumo, assistência estudantil, capacitação de servidores) é definido através da metodologia da Matriz Orçamentária CONIF, considerando as negociações do CONIF com a SETEC/MEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação. O orçamento destinado às despesas de custeio do IFFluminense para o exercício de 2018 foi em torno de R\$ 61,6 milhões, correspondente a aproximadamente 16% do orçamento total aprovado para o Instituto. Essas despesas encontram-se divididas pelas seguintes ações e valores:

- Ação 20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica: valor R\$ 48.847.854,00. Nesta ação constam os valores previstos de receita própria, estimada em R\$ 1.677.258,00, referente a arrecadação de inscrições com processos seletivos e concursos, além de aluguéis oriundos de concessão administrativa onerosa de uso de espaço;
- 00PW - Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica: valor R\$ 72.689, referente anuidade do CONIF;
- Ação 2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica: valor de R\$ 10.990.390;

- Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação: valor R\$ 1.608.114,00.

O orçamento aprovado na LOA para investimento (obras, materiais permanentes e imóveis) no exercício 2018 foi de R\$ 7.700.000,00, correspondente a aproximadamente 2% do orçamento total aprovado para o IFFluminense. Destes recursos disponibilizados de investimento, R\$ 5.200.000,00 são referentes a Emendas Parlamentares.

Observação: Consta o valor de R\$ 150.0000,00 de investimento na Dotação Inicial na Ação 20RL que não foi disponibilizado para o IFFluminense, por referir-se a Emenda Parlamentar do Instituto Federal do Rio de Janeiro.

Tabela 9.1 – Recursos Orçamentários Exercício 2018 do IFFluminense

Grupo de Despesa	Ação Governo	Item Informação	Dotação Inicial
Investimentos	20RG	Expansão e reestruturação de Instituições Federais de Educação	5.200.000,00
	20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	2.500.000,00
Outras Despesas Correntes	00PW	Contribuições a entidades nacionais sem exigência de programação específica	72.689,00
	2004	Assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes	3.508.380,00
	212B	Benefícios obrigatórios aos servidores civis, empregados e militares	13.131.295,00
	20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	48.847.854,00
	216H	Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos	71.250,00
	2994	Assistência aos estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	10.990.390,00
	4572	Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação	1.608.114,00
Pessoal E Encargos Sociais	0005	Sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios)	84.621,00
	0181	Aposentadorias e pensões civis da união	54.814.747,00
	09HB	Contribuição da união, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais	43.971.340,00
	20TP	Ativos civis da união	199.664.581,00
TOTAL			384.465.261,00

Fonte: Tesouro Gerencial

9.1.4. A Matriz CONIF

O orçamento dos Institutos Federais para despesas de custeio (funcionamento, serviços, materiais de consumo, assistência estudantil, capacitação de servidores) e investimento, é elaborado basicamente através da metodologia da Matriz Orçamentária CONIF formalizada anualmente pelo FORPLAN – Fórum de Planejamento, através de discussões em conjunto com CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, responsável pela aprovação dos critérios da Matriz. Posteriormente, a proposta orçamentária é submetida à SETEC/MEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, que informa o valor disponibilizado pelo

Ministério do Planejamento para a Rede Federal, e assim, sendo realizados os ajustes para adequação aos valores estabelecidos, a Matriz CONIF é Homologada.

A Matriz CONIF possui uma metodologia de cálculos e utiliza parâmetros para a distribuição de recursos. A Matriz é composta pelos seguintes blocos: Pré-expansão, Expansão, Reitoria, Educação à Distância, Assistência Estudantil e Extensão/Pesquisa Aplicada /Inovação. Os parâmetros utilizados para distribuição são os dados extraídos do SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (número de alunos matriculados, tipo de curso e ciclos de cursos), IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, IDH – Índice de Desenvolvimento Humano e o tipo e peso de cursos (considera o custo de implantação e manutenção do curso).

A lógica da composição da Matriz considera essencialmente as matrículas dos estudantes dos cursos de nível básico, médio, técnico, tecnológico, graduação, lato sensu, stricto sensu, cursos de formação inicial e continuada (FIC) e cursos de educação à distância (EaD) por *campus* de cada Instituição da Rede Federal. As matrículas são equalizadas, ponderadas e bonificadas, tendo como resultado final o quantitativo de Matrículas Totais.

Para o cálculo das Matrículas Totais utilizam-se critérios para equalização da carga horária e dias ativos de cada ciclo de curso, ponderação das matrículas conforme pesos dos cursos e bonificação para cursos de agropecuária devido à necessidade de manutenção em condições de fazenda.

Os *campi* pertencentes ao Bloco Pré-expansão são aqueles com presença efetiva (alunos no SISTEC) na Matriz Orçamentária há mais de cinco anos, de todos os Institutos. Para o cálculo da distribuição destes valores, aplica-se o IPCA acumulado de doze meses ao valor disponibilizado para a Pré-expansão do exercício anterior, e mais o valor dos *campi* que saíram da classificação Expansão para Pré-expansão.

Em exercícios anteriores considerava-se também o percentual de crescimento de matrículas da Rede Federal para reajuste do valor da Pré-expansão. A partir do valor apurado do Bloco Pré-expansão, estes são distribuídos conforme quantidade de Matrículas Totais de cada unidade. Através de uma metodologia específica é assegurado um piso mínimo para o funcionamento dos *campi* Pré-expansão, calculado através do estudo de mensuração de gastos dos *campi* Pré-expansão realizado pelo FORPLAN, onde se aplica o IPCA acumulado de doze meses para atualização.

Os *campi* pertencentes ao Bloco Expansão são aqueles com funcionamento inferior a cinco anos e *campi* Avançados constantes na Portaria nº 378 do MEC de 09 de maio de 2016. O orçamento dos *campi* em Expansão é assegurado através do piso mínimo para o funcionamento, calculado através do estudo de mensuração de gastos dos *campi* Expansão, realizado pelo FORPLAN, sendo aplicado o IPCA acumulado de doze meses para atualização e mais complemento por matrículas totais. O valor da Matrícula Total de um *campus* Avançado é calculado considerando o valor da Matrícula Total do exercício anterior, aplicando-se o valor do IPCA acumulado de doze meses. Em exercícios anteriores considerava-se também o percentual de crescimento de matrículas dos *campi* Expansão.

A Reitoria é a unidade gestora central dos Institutos, ou seja, o órgão executivo central de uma estrutura multicampi. O valor a ser destinado à cada Reitoria foi determinado através da soma de um piso e um complemento por número de campi. O valor do piso foi calculado através do estudo de mensuração de gastos das Reitorias,

realizado pelo FORPLAN, onde se aplica o IPCA de doze meses para atualização. Já o valor de complemento por número de campi, aplica-se o valor do IPCA acumulado de doze meses ao valor de complemento por número de campi do exercício anterior.

A distribuição dos recursos de Educação a Distância é subdividida da seguinte forma: 10% de forma linear entre os institutos e 90% por matrículas totais a cada instituto com cursos e alunos EaD existentes. O valor da Matrícula Total EaD é calculado tomando-se por base o valor da Matrícula Total dos Alunos da Pré-expansão, sendo que a matrícula total da EAD de cursos financiados pela própria Instituição corresponderá 80% do valor da matrícula total da Pré-expansão, e 20% para cursos financiados com recurso externo.

Para distribuição de recursos da Assistência Estudantil leva-se em consideração o número de alunos presenciais e EaD de cada *campus*, o valor total da Assistência Estudantil a ser disponibilizada, o IDH do Município e número de alunos em regime de internado pleno (RIP). Os valores totais para Assistência Estudantil, EAD e RIP são calculados atualizando os três valores do exercício anterior através do IPCA acumulado de doze meses, além da aplicabilidade dos percentuais de acréscimo/decrécimo do número de alunos comparados ao exercício anterior.

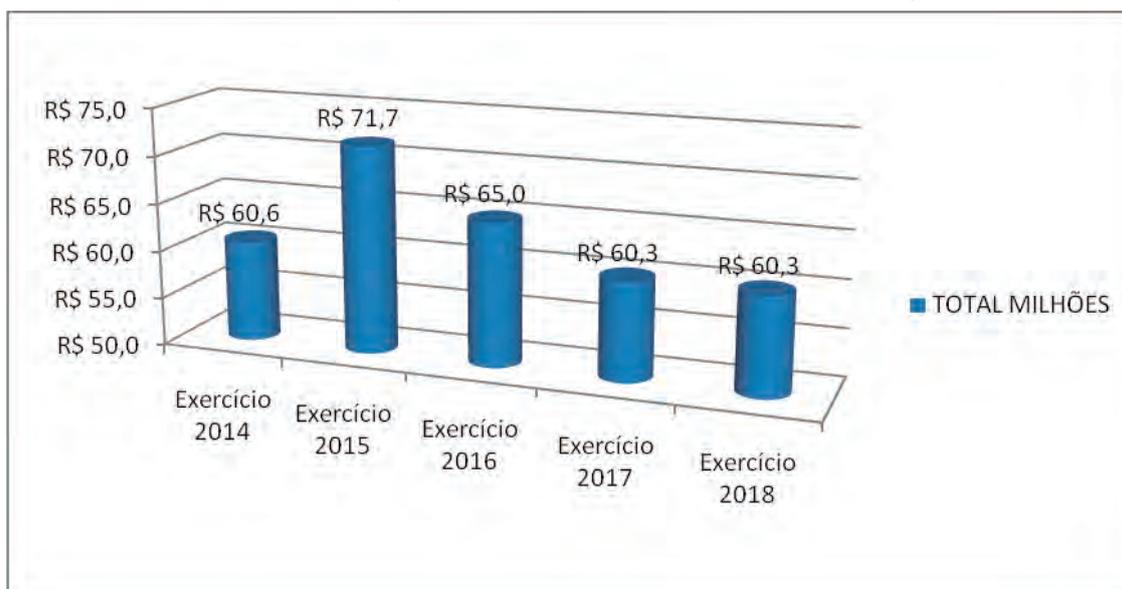
Os valores da Pesquisa Aplicada, Extensão Tecnológica e Inovação são calculados atualizando os três valores utilizados na Matriz Proposta pelo CONIF do último exercício, aplicando o IPCA acumulado de doze meses. A distribuição é feita considerando o valor total disponibilizado para a rede, sendo 50% distribuídos linearmente por Instituto e 50% proporcionalmente, conforme número de *campi* de cada Instituição.

A Proposta Matriz CONIF pode sofrer alterações conforme os valores informados pela SETEC/MEC que são disponibilizados pelo Ministério do Planejamento para formação da proposta orçamentária dos Institutos Federais. Nos últimos exercícios os valores sofreram reduções, já que os recursos disponibilizados foram menores que as propostas apresentadas pelo CONIF.

Tabela 9.2 – Valor do IFFluminense Matrizes CONIF Homologadas SETEC/MEC

Item Informação	Exercício 2014	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2017	Exercício 2018
Pré-Expansão	R\$ 37.353.133,00	R\$ 49.400.841,00	R\$ 41.236.145,00	R\$ 37.153.378,00	R\$ 39.827.856,06
Expansão	R\$ 7.509.154,00	R\$ 5.923.938,00	R\$ 6.931.198,00	R\$ 3.151.773,00	R\$ 3.502.045,81
Reitoria	R\$ 4.124.869,00	R\$ 4.937.466,00	R\$ 4.299.052,00	R\$ 3.351.044,00	R\$ 3.528.429,66
Assistência Estudantil	R\$ 10.306.391,00	R\$ 10.029.260,00	R\$ 10.587.572,00	R\$ 10.466.428,00	R\$ 722.612,49
Educação A Distância	R\$ 384.205,00	R\$ 316.260,00	R\$ 304.856,00	R\$ 1.043.300,00	R\$ 10.990.390,00
Pesquisa/Extensão/Inovação	R\$ 964.048,00	R\$ 1.060.613,00	R\$ 1.687.306,00	R\$ 876.388,00	R\$ 878.234,81
Complemento Orçamentário LOA				R\$ 4.350.022,00	R\$ 942.764,17
TOTAL	R\$ 60.641.800,00	R\$ 71.668.378,00	R\$ 65.046.129,00	R\$ 60.392.333,00	R\$ 60.392.333,00
Número de <i>campi</i> Pré-expansão	04	06	06	07	07
Número de <i>campi</i> Expansão	03	05	05	04	04

Gráfico 9.1 – Evolução dos Valores da Matriz CONIF Homologados



- Orçamento Exercícios 2014– 2018: Redução de aproximadamente 0,5%.
- Orçamento Exercícios 2014 – 2015: Crescimento de aproximadamente 18,32%.
- Orçamento Exercícios 2015 – 2018: Redução de aproximadamente 15,9%.
Redução média anual de 6,6%.

9.1.5. Distribuição Interna Orçamentária

Considerando: as condições determinadas pelo Governo Federal relativas à redução do orçamento anual da Rede Federal ocorrida a partir do exercício 2016 e o congelamento do orçamento a partir do exercício 2017 disponibilizado para o funcionamento do IFFluminense; a adequação do número de alunos existentes nos *campi* do IFFluminense, provocada pela Plataforma Nilo Peçanha e referendada pela atualização do sistema de gerenciamento acadêmico utilizado pela Instituição; e a necessidade de funcionamento pleno de todas as unidades administrativas do IFFluminense, o Reitor do Instituto Federal Fluminense instituiu a Comissão Permanente de Orçamento, através da Portaria Nº 599, de 21 de maio de 2018, para apresentar proposta de redefinição dos critérios para distribuição Orçamentária, a fim de garantir a sustentabilidade financeira de suas unidades para o Exercício 2018.

A Comissão Interna apresentou a proposta de distribuição orçamentária para o exercício 2018 no âmbito do Instituto Federal Fluminense, através do Parecer nº 01, de 20 de junho de 2018, sendo esta aprovada através da Portaria Nº 899, de 13 de julho de 2018.

A metodologia utilizada para a distribuição dos recursos reservou o valor do planejamento 2018 da Reitoria, a manutenção dos valores das despesas fixas comuns dos *campi*, considerando o valor executado no exercício 2017, tais como água e esgoto, luz, telefonia fixa, telefonia móvel, serviço de dados, locação de mão de obra (vigilância, limpeza, apoio administrativo e manutenção predial) e as despesas planejadas para 2018 ao Núcleo de Cordeiro e Polo de Inovação, com a distribuição do saldo orçamentário entre os *campi* pelo número de alunos.

Com relação ao número de alunos, foi considerado para efeito de composição de cálculos, o número de alunos constantes no sistema de gerenciamento acadêmico utilizado pela Instituição (Q-Acadêmico), em 14 de maio de 2018, aplicando os mesmos

critérios da matriz CONIF, ou seja, com a ponderação da carga horária e peso dos cursos.

Com relação aos recursos de Assistência Estudantil, foi considerado para efeito de redistribuição do número de alunos constantes no sistema de gerenciamento acadêmico utilizado pela Instituição (Q-Acadêmico), em 14 de maio de 2018, com o fator de Índice de Desenvolvimento Humano do município onde está localizado cada *campus*.

Os recursos com rubrica destinada a investimento, Pesquisa e Extensão não foram escopodessa comissão.

Tabela 9.3 – Proposta Orçamentária 2018 para o funcionamento dos *campi*

Unidade	Proposta Aprovada para o Exercício 2018	Valores da Matriz CONIF 2018	Valores Executados Exercício 2017
Campos Centro	R\$ 15.474.046,84	R\$ 17.247.151,79	R\$ 14.270.472,35
Bom Jesus	R\$ 4.893.788,13	R\$ 5.601.570,11	R\$ 5.841.482,72
Cabo Frio	R\$ 3.750.780,16	R\$ 3.680.101,00	R\$ 3.570.888,62
Campos Guarus	R\$ 4.018.757,13	R\$ 3.619.309,22	R\$ 3.586.420,27
Itaperuna	R\$ 3.729.458,47	R\$ 3.065.397,52	R\$ 3.623.173,61
Macaé	R\$ 4.157.849,44	R\$ 4.864.683,14	R\$ 4.411.429,70
Quissamã	R\$ 2.058.896,37	R\$ 1.749.643,28	R\$ 1.911.364,01
Pádua	R\$ 2.071.802,42	R\$ 1.304.588,71	R\$ 2.227.459,84
Cambuci	R\$ 1.181.018,31	R\$ 644.065,42	R\$ 1.353.257,13
Maricá	R\$ 1.210.459,18	R\$ 763.735,00	R\$ 813.686,06
São João da Barra	R\$ 1.408.838,62	R\$ 789.656,68	R\$ 1.483.736,46
Núcleo de Cordeiro	R\$ 94.297,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Polo de Inovação	R\$ 1.150.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.338.816,21
Reitoria	R\$ 3.320.951,50	R\$ 3.528.429,66	R\$ 3.980.901,15
	R\$ 48.520.944,02		

Tabela 9.4 – Proposta Orçamentária 2018 para a Assistência Estudantil

Unidade	Proposta Aprovada para o Exercício 2018	Valores da Matriz CONIF 2018	Valores Executados Exercício 2017
Campos Centro	R\$ 4.700.760,40	R\$ 4.484.909,57	R\$ 4.302.648,68
Bom Jesus	R\$ 1.132.197,58	R\$ 1.180.865,55	R\$ 1.089.135,40
Cabo Frio	R\$ 926.794,20	R\$ 1.054.300,74	R\$ 970.627,37
Campos Guarus	R\$ 953.184,49	R\$ 875.582,32	R\$ 911.444,61
Itaperuna	R\$ 797.915,14	R\$ 627.077,66	R\$ 655.603,32
Macaé	R\$ 1.051.271,18	R\$ 1.315.013,55	R\$ 1.396.290,88
Quissamã	R\$ 375.537,17	R\$ 438.699,42	R\$ 452.805,71
Pádua	R\$ 397.648,86	R\$ 234.904,15	R\$ 143.610,52
Cambuci	R\$ 278.010,46	R\$ 227.782,35	R\$ 126.538,31
Maricá	R\$ 144.582,91	R\$ 96.785,98	R\$ 102.352,00
São João da Barra	R\$ 232.495,04	R\$ 174.605,51	R\$ 157.122,41
	R\$ 10.990.397,43		

Uma das propostas de aperfeiçoamento dos critérios estabelecidos na distribuição exercício 2018 para o exercício 2019 é realizar um estudo das despesas fixas comuns, observando as boas práticas de redução de despesas adotadas pelas unidades, análise de custos de cada tipo de serviço, utilização de novas tecnologias, entre outras.

9.2. Projeções: Disponibilidade Orçamentária x Despesas de Custeio de Funcionamento do IFFluminense - Exercícios 2018 – 2022

O Gráfico 9.1 apresenta a evolução dos valores orçamentários da Matriz CONIF destinados ao IFFluminense, nele pode-se observar uma redução de orçamento de 15,90% no período 2015 a 2018. No mesmo período o IFFluminense apresentou um crescimento de matrículas. Este cenário de redução orçamentária, com aumento de matrículas, impede a realização de uma previsão orçamentária consistente para os próximos anos. Portanto, optou-se por uma projeção orçamentária e despesas obtida por meio da aplicação da média do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) no período 2014 a 2017 e tendo como valor de referência o orçamento de 2018. O quadro a seguir apresenta a projeção orçamentária para o período de 2018 a 2022, além de apresentar o orçamento 2018 já definido.

Tabela 9.5 – Projeções orçamentárias de Custeio Exercícios 2018 – 2022 do IFFluminense

Projeções: Orçamento Custeio do IF Fluminense						
Exercício	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL
Reitoria	R\$ 3.323.708,25	R\$ 3.542.379,17	R\$ 3.775.436,72	R\$ 4.023.827,43	R\$ 4.288.560,06	R\$ 18.953.911,63
Polo de Inovação	R\$ 1.150.000,00	R\$ 1.225.659,94	R\$ 1.306.297,64	R\$ 1.392.240,59	R\$ 1.483.837,84	R\$ 6.558.036,01
Núcleo de Cordeiro	R\$ 94.297,44	R\$ 100.501,39	R\$ 107.113,50	R\$ 114.160,63	R\$ 121.671,40	R\$ 537.744,35
campus Campus Centro	R\$ 20.174.807,24	R\$ 21.502.133,03	R\$ 22.916.785,24	R\$ 24.424.509,18	R\$ 26.031.428,17	R\$ 115.049.662,86
campus Campos Macaé	R\$ 5.209.120,62	R\$ 5.551.835,18	R\$ 5.917.097,35	R\$ 6.306.390,58	R\$ 6.721.295,90	R\$ 29.705.739,64
campus Campos Guarus	R\$ 4.971.941,62	R\$ 5.299.051,87	R\$ 5.647.683,12	R\$ 6.019.251,25	R\$ 6.415.265,32	R\$ 28.353.193,18
campus Bom Jesus do Itabapoana	R\$ 6.025.985,71	R\$ 6.422.442,84	R\$ 6.844.983,38	R\$ 7.295.323,40	R\$ 7.775.291,84	R\$ 34.364.027,18
campus Cabo Frio	R\$ 4.677.574,36	R\$ 4.985.317,82	R\$ 5.313.308,12	R\$ 5.662.877,30	R\$ 6.035.445,07	R\$ 26.674.522,67
campus Itaperuna	R\$ 4.527.373,61	R\$ 4.825.235,18	R\$ 5.142.693,43	R\$ 5.481.037,66	R\$ 5.841.641,98	R\$ 25.817.981,87
campus Quissamã	R\$ 2.434.433,54	R\$ 2.594.597,97	R\$ 2.765.299,81	R\$ 2.947.232,34	R\$ 3.141.134,44	R\$ 13.882.698,09
campus Santo Antônio de Pádua	R\$ 2.469.451,28	R\$ 2.631.919,57	R\$ 2.805.076,84	R\$ 2.989.626,36	R\$ 3.186.317,61	R\$ 14.082.391,66
campus Avançado São João da Barra	R\$ 1.641.333,66	R\$ 1.749.319,05	R\$ 1.864.408,94	R\$ 1.987.070,74	R\$ 2.117.802,60	R\$ 9.359.934,99
campus Avançado Cambuci	R\$ 1.459.028,77	R\$ 1.555.020,10	R\$ 1.657.326,81	R\$ 1.766.364,42	R\$ 1.882.575,74	R\$ 8.320.315,83
campus Avançado Maricá	R\$ 1.355.042,09	R\$ 1.444.192,00	R\$ 1.539.207,20	R\$ 1.640.473,57	R\$ 1.748.402,37	R\$ 7.727.317,23
campus Itaboraí	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.110.989,26	R\$ 1.184.082,64	R\$ 2.295.071,90
Pesquisa, Extensão e Inovação	R\$ 878.234,81	R\$ 936.014,98	R\$ 997.596,57	R\$ 1.063.229,70	R\$ 1.133.180,91	R\$ 5.008.256,96
Total	R\$ 60.392.333,00	R\$ 64.365.620,08	R\$ 68.600.314,68	R\$ 74.224.604,40	R\$ 79.107.933,90	R\$ 346.690.806,06

O orçamento de custeio para o exercício 2018 encontra-se representado pelos valores aprovados da distribuição interna orçamentária para o Exercício 2018, através da Portaria nº 899, de 13 de julho de 2018, correspondente ao montante de R\$ 60.392.333,00, conforme critérios apresentados no referido subitem deste capítulo, distribuídos para financiamento de despesas de funcionamento, assistência estudantil, capacitação de servidores, pesquisa, extensão e inovação.

As projeções orçamentárias para os exercícios 2019, 2020, 2021 e 2022, considerando os cenários de redução orçamentária entre os exercícios 2015 – 2017, e de manutenção orçamentária dos exercícios 2017 – 2018, optou-se pela aplicação da média do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo acumulado de 12 meses dos exercícios 2014 (6,41%), 2015 (10,67%), 2016 (6,29%) e 2017 (2,95%), equivalente 6,58%, com o objetivo de manter o valor real com base no exercício 2018.

Para o exercício 2021 foi incluído o orçamento de custeio para o *campus* Itaboraí, que se encontra atualmente com a sua construção paralisada, mas com perspectivas de retomada e finalização até o exercício 2020. A projeção orçamentária para o *campus* Itaboraí utilizou como base o piso mínimo de *campus* na expansão constante na matriz 2018, no valor de R\$ 917.684,53, aplicando-se a correção anual do IPCA de 6,58%, totalizando um montante de R\$ 1.110.989,26.

A Matriz CONIF não contempla critério de distribuição de recursos para os Polos de Inovação da Rede. Diante das projeções apresentadas, estimou-se uma possibilidade de disponibilidade de recursos no montante total de R\$ 346.690.806,06 para os exercícios 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022.

O quadro a seguir apresenta os valores das projeções de despesas de custeio para o pleno funcionamento do Instituto, nos exercícios 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, considerando a sua unidade Central – Reitoria, seus respectivos *campi*, Núcleo de Cordeiro e o Polo de Inovação do IFFluminense.

Tabela 9.6 – Projeções de Despesas de Custeio Exercícios 2018 – 2022 do IFFluminense

Projeções: Despesas de Custeio do IF Fluminense						
Exercício	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL
Reitoria	R\$ 3.323.708,25	R\$ 3.542.379,17	R\$ 3.775.436,72	R\$ 4.023.827,43	R\$ 4.288.560,06	R\$ 18.953.911,63
Polo de Inovação	R\$ 1.150.000,00	R\$ 1.225.659,94	R\$ 1.306.297,64	R\$ 1.392.240,59	R\$ 1.483.837,84	R\$ 6.558.036,01
Núcleo de Cordeiro	R\$ 94.297,44	R\$ 222.648,44	R\$ 237.296,76	R\$ 252.908,81	R\$ 269.548,00	R\$ 1.076.699,45
campus Campus Centro	R\$ 20.174.807,24	R\$ 21.502.133,03	R\$ 22.916.785,24	R\$ 24.424.509,18	R\$ 26.031.428,17	R\$ 115.049.662,86
campus Campos Macaé	R\$ 5.209.120,62	R\$ 5.551.835,18	R\$ 5.917.097,35	R\$ 6.306.390,58	R\$ 6.721.295,90	R\$ 29.705.739,64
campus Campos Guarus	R\$ 4.971.941,62	R\$ 5.299.051,87	R\$ 5.647.683,12	R\$ 6.019.251,25	R\$ 6.415.265,32	R\$ 28.353.193,18
campus Bom Jesus do Itabapoana	R\$ 6.025.985,71	R\$ 6.422.442,84	R\$ 6.844.983,38	R\$ 7.295.323,40	R\$ 7.775.291,84	R\$ 34.364.027,18
campus Cabo Frio	R\$ 4.677.574,36	R\$ 4.985.317,82	R\$ 5.313.308,12	R\$ 5.662.877,30	R\$ 6.035.445,07	R\$ 26.674.522,67
campus Itaperuna	R\$ 4.527.373,61	R\$ 4.825.235,18	R\$ 5.142.693,43	R\$ 5.481.037,66	R\$ 5.841.641,98	R\$ 25.817.981,87
campus Quissamã	R\$ 2.434.433,54	R\$ 2.594.597,97	R\$ 2.765.299,81	R\$ 2.947.232,34	R\$ 3.141.134,44	R\$ 13.882.698,09
campus Santo Antônio de Pádua	R\$ 2.469.451,28	R\$ 2.631.919,57	R\$ 2.805.076,84	R\$ 2.989.626,36	R\$ 3.186.317,61	R\$ 14.082.391,66
campus Avançado São João da Barra	R\$ 1.641.333,66	R\$ 1.749.319,05	R\$ 1.864.408,94	R\$ 1.987.070,74	R\$ 2.117.802,60	R\$ 9.359.934,99
campus Avançado Cambuci	R\$ 1.459.028,77	R\$ 1.555.020,10	R\$ 1.657.326,81	R\$ 1.766.364,42	R\$ 1.882.575,74	R\$ 8.320.315,83
campus Avançado Maricá	R\$ 1.355.042,09	R\$ 1.444.192,00	R\$ 1.539.207,20	R\$ 1.640.473,57	R\$ 1.748.402,37	R\$ 7.727.317,23
campus Itaboraí	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.796.766,01	R\$ 1.914.977,49	R\$ 3.711.743,50
Pesquisa, Extensão e Inovação	R\$ 878.234,81	R\$ 936.014,98	R\$ 997.596,57	R\$ 1.063.229,70	R\$ 1.133.180,91	R\$ 5.008.256,96
Total	R\$ 60.392.333,00	R\$ 64.487.767,13	R\$ 68.730.497,94	R\$ 75.049.129,32	R\$ 79.986.705,35	R\$ 348.646.432,75

As despesas de custeio de funcionamento, assistência estudantil, capacitação de servidores, pesquisa, extensão e inovação para o exercício 2018, encontram-se representadas pelos valores planejados para serem executados neste exercício, correspondente ao montante de R\$ 60.392.333,00.

Com relação às despesas de custeio de funcionamento, assistência estudantil, capacitação de servidores, pesquisa, extensão e inovação para os exercícios 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, optou-se pela aplicabilidade da média do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo acumulado de 12 meses dos exercícios 2014 (6,41%), 2015 (10,67%), 2016 (6,29%) e 2017 (2,95%), equivalente 6,58%, com o objetivo de manter o valor real com base o exercício 2018.

Para o exercício 2019 foram estimadas despesas de custeio para o funcionamento da Unidade de Cordeiro não contempladas no exercício 2018, dentre elas os serviços de vigilância, contemplados somente no 2º Semestre de 2018, despesas com energia elétrica, água potável e tratamento de esgoto, telefonia fixa e móvel e materiais de consumo, totalizando um montante de R\$ 222.648,44.

Para o exercício 2021 foram estimadas despesas de custeio para o *campus* Itaboraí, que se encontra atualmente com a sua construção paralisada, mas com perspectivas de retomada e finalização até o exercício 2020. As despesas de custeio para o *campus* Itaboraí, tomando como base as despesas fixas do *campus* Santo Antônio de Pádua do exercício 2018, no valor de R\$ 1.484.140,69, aplicando-se a correção anual do IPCA de 6,58%, totalizando um montante de R\$ 1.796.766,01.

Diante das projeções apresentadas, estimou-se uma previsão de despesas de custeio no montante total de R\$ 348.646.432,75 para os exercícios 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022.

Tabela 9.7 – Projeções de Necessidade Custeio x Disponibilidade de Recursos Exercícios 2018 – 2022 do IFFluminense

Projeções: Necessidade de Custeio x Disponibilidade de Recursos						
Exercício	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL
Reitoria	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Polo de Inovação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Núcleo de Cordeiro	R\$ 0,00	-R\$ 122.147,05	-R\$ 130.183,26	-R\$ 138.748,18	-R\$ 147.876,60	-R\$ 538.955,09
campus Campus Centro	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
campus Campos Macaé	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
campus Campos Guarus	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
campus Bom Jesus do Itabapoana	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
campus Cabo Frio	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
campus Itaperuna	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
campus Quissamã	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
campus Santo Antônio de Pádua	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
campus Avançado São João da Barra	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
campus Avançado Cambuci	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
campus Avançado Maricá	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
campus Itaboraí	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 685.776,75	-R\$ 730.894,86	-R\$ 1.416.671,60
Pesquisa, Extensão e Inovação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total	R\$ 0,00	-R\$ 122.147,05	-R\$ 130.183,26	-R\$ 824.524,93	-R\$ 878.771,45	-R\$ 1.955.626,69

Destaca-se que as informações acima, indicam o cruzamento entre a projeção orçamentária de custeio com a projeção de despesas do IFFluminense, considerando a sua unidade Central – Reitoria, seus respectivos *campi*, Núcleo de Cordeiro e o Polo de Inovação, representado por um déficit de R\$ 1.955.626,29, equivalente a 0,56% do orçamento total de custeio projetado para os exercícios 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, considerando que os valores das despesas de custeio encontram-se superiores aos valores orçamentários projetados.

Um dos principais fatores resultantes desse déficit, já destacado aqui, foi a redução orçamentária em 15,90% entre os exercícios 2015 – 2017, e a manutenção do mesmo orçamento entre os exercícios 2017 e 2018, e que vai em sentido contrário ao crescimento de matrículas do IFFluminense, considerando que existem quatro *campi* do Instituto na fase de expansão, com necessidade orçamentária para crescimento e consolidação. Além dessa redução orçamentária, as principais despesas de custeio de funcionamento sofrem reajustes anuais, onde podemos destacar despesas com locação de mão de obra (limpeza e conservação, apoio administrativo, apoio administrativo, vigilância e segurança patrimonial, manutenção predial), despesas com pessoa jurídica (fornecimento de energia elétrica, fornecimento de água potável e tratamento de esgoto, telefonia, dados, serviços gráficos, etc.) e, materiais de consumo (materiais de expediente, gêneros alimentícios, manutenção predial, etc.).

Dessa forma, cabe a instituição manter a discursão interna de distribuição de recursos para os exercícios 2019, 2020, 2021 e 2022 através da Comissão Permanente de Orçamento, sempre visando aprimorar suas metodologias, efetuando estudos de viabilidade de redução de despesas de custeio, o monitoramento da execução destas, avaliar as projeções de crescimento de matrículas de suas respectivas unidades, fator este determinante para a manutenção e crescimento orçamentário, a fim de garantir a capacidade e sustentabilidade financeira do IFFluminense.

Tabela 9.8 – Projeções orçamentárias de Investimento
Exercícios 2018 – 2022 do IFFluminense

Projeções: Orçamento de Investimento do IF Fluminense						
Exercício	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL
SETEC/MEC	R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.131.582,50	R\$ 2.271.821,98	R\$ 2.421.287,98	R\$ 2.580.587,55	R\$ 11.405.280,01
Emendas Parlamentares	R\$ 5.200.000,00	R\$ 5.542.114,50	R\$ 5.906.737,14	R\$ 6.295.348,76	R\$ 6.709.527,62	R\$ 29.653.728,03
Total	R\$ 7.200.000,00	R\$ 7.673.697,00	R\$ 8.178.559,12	R\$ 8.716.636,75	R\$ 9.290.115,17	R\$ 41.059.008,04

Para as projeções orçamentárias de investimento para os exercícios 2019, 2020, 2021 e 2022, utilizou-se como base o valor disponibilizado pela SETEC/MEC na LOA 2018 correspondente a R\$ 2.000.000,00e, o valor de R\$ 5.200.000,00, referente a Emendas Parlamentares, aplicando a média do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo acumulado de 12 meses dos exercícios 2014 (6,41%), 2015 (10,67%), 2016 (6,29%) e 2017 (2,95%), equivalente 6,58%, com o objetivo de manter o valor real com base o exercício 2018.

Diante das projeções apresentadas, estimou-se uma possibilidade de disponibilidade de recursos de investimentos no montante total de R\$ 41.059.008,04 para os exercícios 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022.

Não foi considerado o valor de investimento de R\$ 500.000,00 da Ação 20RL planejado pelo campus *Campos* Centro para o exercício 2018, uma vez que, em virtude das dificuldades de orçamento de custeio, o *campus* não planejou investimento para o exercício 2019.

9.3. Estratégias de Gestão Econômico-Financeira Sustentáveis no IFFluminense

O IFFluminense, com o objetivo institucional de garantir a sustentabilidade orçamentária de suas unidades, instituiu a Comissão Permanente de Orçamento para que possa realizar, anualmente, estudos e discussões para a definição de critérios que melhor atendam a distribuição interna do orçamento entre as unidades administrativas. As propostas buscarão o aprimoramento dos critérios de distribuição já existentes. A Comissão já realizou a proposição de redistribuição orçamentária para o exercício 2018, conforme detalhado anteriormente (vide seção 9.1.5). Para os próximos exercícios o objetivo da Comissão é trabalhar e definir o orçamento até o final do exercício anterior, a fim de facilitar o planejamento de suas unidades.

Para captação de recursos extra-orçamentários, principalmente aqueles oriundos de Emendas Parlamentares, o IFFluminense possui em sua estrutura organizacional a Diretoria de Relações Institucionais, que foi idealizada e implantada em 2016. Está vinculada diretamente ao Reitor do Instituto Federal Fluminense e trabalha de forma sistêmica e conjunta com as Pró-reitorias, principalmente, com a de Desenvolvimento Institucional e a de Administração. Suas atividades são realizadas mantendo constante diálogo com as bases que são a Reitoria e as diretorias dos *campi*, do Polo de Inovação, do Núcleo de Cordeiro, bem como as suas respectivas equipes gestoras.

A Diretoria de Relações Institucionais possui algumas atribuições e, entre elas, neste momento, maior ênfase está sendo dada à de priorizar o Objetivo Estratégico 24 (Capítulo 3), que é garantir recursos extra-orçamentários, visando o fortalecimento e a ampliação das ações de desenvolvimento do IFFluminense, por meio de projetos que contemplem o seu planejamento estratégico de crescimento, como forma de consolidar as prioridades de cada uma de suas Unidades.

E, por fim, com o intuito de se promover uma gestão sustentável sob a ótica do meio ambiente, o IFFluminense instituiu no ano de 2018 o seu Núcleo de Sustentabilidade, por meio da portaria institucional de nº 1135 de 23 de agosto de 2018. O Núcleo de Sustentabilidade, vinculado à Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional, tem como propósito principal implantar uma gestão sustentável com foco em gestão de resíduos, eficiência energética e conscientização ambiental, trazendo propostas de formação de tomadores de decisão para um futuro sustentável, investigação de soluções, paradigmas e valores que sirvam uma sociedade sustentável.

No ano de 2019 será elaborado o plano de logística sustentável (PLS), atendendo assim os decretos nº 7.746, de 5 de junho de 2012 e nº 9.178, de 23 de outubro de 2017. O PLS tem como objetivos consolidar, aprimorar e integrar as boas práticas de sustentabilidade já adotadas no Instituto, e propor diretrizes para novos projetos e ações que estimulem, na comunidade acadêmica e para além dela, comportamento sustentável, qualidade de vida e eficiência do gasto do uso de materiais, serviços e energia.

Os temas a serem tratados no PLS são: infraestrutura, equipamentos eficientes, materiais de consumo, energia elétrica, água e esgoto, coleta seletiva, qualidade de vida no ambiente de trabalho, compras e contratações, e uso de energia renovável. As proposições elencadas no PLS buscarão metas a serem alcançadas de investimento e retorno de redução do custeio, possibilitando assim melhor utilização dos recursos da instituição tornando esta referência de gestão sustentável. Serão desenvolvidas ações que investigarão questões quanto à infraestrutura e equipamentos eficientes, adotar--

se-á de capacitação do quadro de engenheiros da instituição para que as obras e reformas sejam realizadas de forma sustentável e de eficiência energética (conforme Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 02, de 04 de junho de 2014 e atendendo ao Programa Brasileiro de Etiquetagem e ao Procel Edifica), bem como o levantamento dos equipamentos da instituição e a indicação de substituição por equipamentos mais eficientes.

A gestão de energia elétrica, água, resíduos, materiais de consumo e outros será realizada de forma ao uso mais eficiente com possibilidade de reaproveitamento de águas cinza e adequação das instalações elétricas a normas vigentes e com o uso de materiais "Classe A" do selo Procel e outras ações que possibilitem impacto de redução do custeio.



EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

CAPÍTULO

10

10.1 Introdução

Quando se discute a formação na educação a distância (EaD), considera-se que o estudante deve construir conhecimento, desenvolvendo competências, habilidades, atitudes e hábitos relativos ao estudo, à profissão e a sua própria vida, adequando-os ao tempo e espaço disponíveis, rompendo com o paradigma do professor em sala de aula presencial em tempo integral. A educação mediada por ferramentas tecnológicas recebe adesão nesse contexto, garantindo aprendizagem na flexibilidade e na interatividade. Considerando os objetivos do IFF, a missão institucional para atuação em EaD compreende empregar a modalidade a distância para ampliar a oferta da educação profissional em todos os níveis de ensino.

Caracterizam-se como cursos e componentes curriculares ofertados na modalidade a distância, aqueles nos quais o processo de ensino e aprendizagem ocorre por meio de tecnologias da informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares e tempos diversos, em consonância com o Decreto 9.057, de 25 de maio de 2017.

Em relação aos cursos e componentes curriculares ofertados na modalidade a distância, cabe destacar:

- a) Os componentes curriculares a distância podem integrar cursos ofertados na modalidade a distância ou cursos presenciais, conforme legislações pertinentes.
- b) De acordo com a legislação vigente, os cursos e componentes curriculares a distância devem prever a obrigatoriedade de momentos presenciais para: avaliações, atividades relacionadas a laboratórios, práticas profissionais, defesa de trabalho de conclusão de curso, estágios.
- c) A oferta de cursos e componentes curriculares a distância devem incluir métodos e práticas de ensino e aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação para a realização dos objetivos pedagógicos, bem como prever encontros presenciais e atividades de tutoria (mediação pedagógica).
- d) Observada a legislação vigente para cada nível de ensino, poderão ser ofertados componentes curriculares integralmente na modalidade a distância, ou parte de componentes curriculares na modalidade a distância.
- e) A oferta de cursos e componentes curriculares à distância devem ser realizados com a utilização dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem empregados pelo IFF.
- f) A metodologia utilizada para a avaliação dos discentes nos cursos e componentes curriculares à distância devem estar adequadas à Regulamentação Didático-Pedagógica do IFF, prevendo atividades presenciais e atividades a distância, com a descrição dos cálculos das médias.
- g) Nos componentes curriculares à distância, deverá ser garantida a equivalência de conteúdos e objetivos com os componentes curriculares presenciais, bem como o desenvolvimento das habilidades exigidas para a formação do estudante.

h) Os Projetos Pedagógicos dos Cursos devem descrever o critério para o cálculo do rendimento final do discente nos componentes curriculares a distância, em consonância com a Regulamentação Didático-Pedagógica do IFF.

i) Os Projetos Pedagógicos dos Cursos presenciais devem descrever os componentes curriculares que serão ofertados na modalidade a distância.

j) A oferta de componentes curriculares a distância em cursos presenciais não deve ultrapassar 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.

k) Para atuação nos componentes curriculares ofertados na modalidade a distância, faz-se necessário que os docentes e os mediadores pedagógicos (tutores) possuam capacitação adequada em Ambientes Virtuais de Aprendizagem e metodologias de educação a distância.

l) A atividade de mediação pedagógica é equivalente à atividade de tutoria na modalidade a distância.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos ofertados na modalidade a distância devem descrever o critério para o cálculo do rendimento final do discente nos componentes curriculares, em consonância com a Regulamentação Didático-Pedagógica do IFF. O planejamento, bem como a descrição das atividades na modalidade a distância, deverá constar no Plano de Ensino de cada componente curricular de forma clara e precisa, especificando a justificativa para utilização da modalidade a distância, a carga horária a distância, a metodologia adotada, os critérios de avaliação, o cronograma de atividades e os mecanismos de atendimento presencial e semipresencial dos estudantes. Quanto à carga horária, o docente deverá informar o percentual das atividades a distância do componente curricular. Na metodologia adotada, o docente deverá estabelecer ações em duas categorias: momentos presenciais e momentos à distância. Em cada um dos momentos o docente deverá detalhar como será trabalhado o componente curricular e quais instrumentos serão utilizados para atingir os objetivos estabelecidos no Plano de Ensino. Os mecanismos de avaliação, cálculos das médias, registros das atividades avaliativas, devem estar de acordo com a Regulamentação Didático-Pedagógica.

Nos cursos presenciais que admitem progressão parcial (dependência), a oferta de componentes curriculares nesta situação pode ser realizada na modalidade a distância:

a) O limite de carga horária previsto na legislação vigente, para oferta de componentes curriculares a distância em cursos presenciais, não deve ser ultrapassado.

b) Deve estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais para: avaliações, atividades relacionadas a laboratórios, práticas profissionais, defesa de trabalho de conclusão de curso, estágios.

c) Em componentes curriculares cursados sob forma de progressão parcial deve ser aplicado o mesmo critério de cálculo para rendimento final descrito no Projeto Pedagógico do Curso.

As características que justificam a oferta de cursos e componentes curriculares na modalidade a distância incluem:

- a) Permitir ao discente vivenciar uma modalidade que desenvolve a disciplina, a organização e a autonomia de aprendizagem.
- b) Flexibilizar os horários para estudos.
- c) Promover a integração entre os cursos e/ou *campi* para oferta de componentes curriculares comuns.
- d) Incluir métodos e práticas no processo de ensino e aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias da informação e comunicação para a realização de objetivos pedagógicos.
- e) Ampliar o acesso dos estudantes aos cursos independente das condições de localização e deslocamento.
- f) Possibilitar a expansão da oferta de vagas em diversos cursos, em municípios nas regiões de abrangência do IFF.
- g) Possibilitar que componentes curriculares possam ser ofertados em diferentes *campi* e/ou polos, com o mesmo material didático e os mesmos docentes.

Conforme previsto na Portaria 1.134 de 10 de outubro de 2016 do MEC, podem ser introduzidos na organização pedagógica e curricular dos cursos de graduação presenciais, a oferta de componentes curriculares na modalidade a distância. O Projeto Pedagógico do Curso deve descrever os componentes curriculares que serão ofertados na modalidade a distância. Os componentes curriculares poderão ser ofertados, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.

Conforme previsto na Resolução CNE/CEB Nº 6 de 20 de setembro de 2012 e o Parecer CNE/CEB Nº 11/2012, respeitados os mínimos previstos de duração e carga horária total, o Projeto Pedagógico de Curso Técnico de Nível Médio pode prever atividades não presenciais, até 20% (vinte por cento) da carga horária diária do curso ou de cada tempo de organização curricular. De acordo com o Parecer CNE/CEB Nº 12/2012, os cursos técnicos de nível médio oferecidos na modalidade a distância, no âmbito da área profissional da saúde, devem cumprir, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de carga horária presencial, sendo que, no caso dos demais eixos tecnológicos, será exigido um mínimo de 20% (vinte por cento) de carga horária presencial.

A Portaria Nº 919 de 15 de agosto de 2017, autorizou o credenciamento do IFF para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância.

10.2 Convênios e programas de fomento para oferta de Educação a Distância

A Rede e-Tec Brasil está embasada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, que inseriu a Educação Profissional e Tecnológica entre os níveis e as modalidades de educação e ensino, e teve como origem o Decreto nº 6.301/2007, que instituiu o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil.

A oferta dos cursos na Rede e-Tec Brasil estão alinhadas às políticas públicas de educação profissional do Ministério da Educação de modo a proporcionar a qualificação e inclusão dos jovens brasileiros e brasileiras no mundo do trabalho, fortalecendo as possibilidades de permanência e continuidade nos estudos.

O Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011, revogou o Decreto nº 6.301/2007 e instituiu a Rede e-Tec Brasil, com a finalidade de desenvolver a Educação Profissional e Tecnológica na modalidade a distância (EaD). A Rede e-Tec Brasil é uma das ações que integram o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

A Rede e-Tec Brasil envolve as seguintes ações de formação inicial e continuada em EaD: FIC ou qualificação profissional, educação profissional de nível médio, educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação, produção de material didático para educação profissional a distância e pesquisas relacionadas com a educação a distância.

A modalidade a distância no Instituto Federal Fluminense, em parceria com a Rede e-Tec, com ofertas exclusivas de curso pós-médio, iniciou em 2011. No primeiro semestre daquele ano (2011), teve início o primeiro Curso Técnico na Modalidade a Distância - em Segurança do Trabalho, com 75 estudantes distribuídos entre os Polos de São João da Barra e Barra do Açu. Com a reoferta desse mesmo curso, no segundo semestre de 2011, houve um crescimento significativo da EaD, ingressando 550 novos estudantes, distribuídos nos seguintes polos: São João da Barra, Barra do Açu, Miracema, Casimiro de Abreu, Cabo Frio e Quissamã.

No segundo semestre de 2012, dois novos polos foram criados, um em Campos dos Goytacazes e outro em Bom Jesus de Itabapoana. O número de vagas aumentou significativamente. Foram oferecidas 800 vagas, sendo 500 para o curso de Técnico em Segurança do Trabalho (São João da Barra, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Miracema, Quissamã e Bom Jesus de Itabapoana), 150 para o curso Técnico em Guia de Turismo (Itaperuna e Cabo Frio) e 150 para o curso Técnico em Eventos (Cabo Frio e Campos dos Goytacazes). Em 2013, ocorreu um novo processo seletivo para os cursos de Segurança do Trabalho, Guia de Turismo e Eventos, em oferta nos diversos polos e, pela primeira vez, o curso de Análises Clínicas, ofertado pelo *campus* Guarus, que, a partir do início desse curso, começou a funcionar também como polo de apoio presencial. As vagas totalizaram 950.

Em 2013, foi dado mais um passo na modalidade a distância, por meio da rede e-Tec, com a oferta do primeiro curso do programa Profucionário do Governo Federal, o Curso Técnico em Múltiplos Didáticos. Ele foi ofertado para funcionários de escolas públicas estaduais e municipais nos polos de Bom Jesus de Itabapoana e Guarus.

Em fevereiro de 2014 a EaD avançou para os cursos de Aperfeiçoamento e também Especialização, ambos com foco na Educação de Jovens e Adultos (EJA), oferta-

dos para funcionários do quadro do IFF e público externo. O objetivo foi a preparação dos funcionários, especialmente os recém-ingressantes, para o trabalho com a modalidade EJA na rede federal.

Em abril de 2014, aconteceu um novo processo seletivo para os Cursos Técnicos em Análises Clínicas, Eventos, Guia de Turismo e Segurança do Trabalho, com a oferta de 1000 vagas. O processo seletivo para 150 vagas do Curso Técnico em Multimeios Didáticos ocorreu em maio de 2014. Os novos estudantes ingressaram nos diferentes cursos em julho do referido ano.

Em 2015, iniciou-se um novo Polo EaD no Polo de Inovação do IFF (*Campus Rio Paraíba do Sul*), constituindo o total de 10 polos EaD no âmbito do Instituto. Em 2015, foram ofertadas 1100 vagas em cursos técnicos vinculados à Rede e-Tec Brasil (Curso Técnico em Análises Clínicas, Curso Técnico em Eventos, Curso Técnico em Guia de Turismo, Curso Técnico em Meio Ambiente, Curso Técnico em Multimeios Didáticos, Curso Técnico em Segurança do Trabalho). Em 2017, por meio da Rede e-Tec Brasil, foi ofertado o Curso Técnico Concomitante em Segurança do Trabalho na modalidade a distância em 09 polos EaD.

Consórcio CEDERJ

A inclusão do IFF no Consórcio Centro de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro – CEDERJ, da Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro - CECIERJ, ocorreu por meio do Termo Aditivo nº 02, de 24 de maio de 2013, objeto do Acordo de Cooperação firmado através do Processo nº E-26/60333/2010.

O objetivo do Consórcio CEDERJ é oferecer cursos de Graduação, Extensão e Pós-Graduação, aprovados no âmbito do Consórcio, a serem ministrados pelas Instituições de Ensino Superior (IES) consorciadas. Os cursos são oferecidos utilizando metodologias de educação a distância.

Universidade Aberta do Brasil

A inclusão do IFF no Sistema Universidade Aberta do Brasil ocorreu no início de 2018. De acordo com o Decreto 5.800 de 08 de junho de 2006, o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País. São objetivos do Sistema UAB:

- I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV - ampliar o acesso à educação superior pública;
- V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
- VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância;
- VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

10.3 Estrutura da Educação a Distância

Com relação à educação a distância, a sede do IFF está localizada no município de Campos dos Goytacazes/RJ. A sede deve disponibilizar infraestrutura tecnológica, espaço físico, apoio operacional, equipe pedagógica para assessorar e acompanhar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem dos componentes curriculares ofertados na modalidade a distância, equipe multidisciplinar, constituída por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, responsável pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e os recursos educacionais para EaD.

A Coordenação de Educação a Distância, do Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação, é responsável por orientar a gestão da EaD no IFF. Este planejamento é realizado em conjunto com representantes dos *campi* do IFF, objetivando sempre empregar a modalidade a distância para ampliar a oferta da educação profissional em todos os níveis de ensino. Todos os *campi* podem ofertar cursos e componentes curriculares na modalidade a distância.

Os *campi* do IFF devem definir a estrutura de administração da educação a distância em sua estrutura organizacional. Os *campi* possuem autonomia para definir como os cursos EaD propostos estarão vinculados em sua própria estrutura organizacional.

Os *campi* devem disponibilizar infraestrutura tecnológica, espaço físico, suporte pedagógico e apoio operacional para viabilizar a oferta de cursos e componentes curriculares na modalidade a distância. Os *campi*, em conjunto com o Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação, devem disponibilizar capacitação para os servidores atuarem em atividades na modalidade a distância, de acordo com a demanda de cada *campus*. Os *campi* devem disponibilizar equipe pedagógica para assessorar e acompanhar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem dos componentes curriculares ofertados na modalidade a distância. Os *campi* devem disponibilizar equipe multidisciplinar, constituída por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, responsável pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e os recursos educacionais para a educação a distância.

Os *campi* do IFF devem garantir infraestrutura e pessoal para cumprimento dos seguintes objetivos: realizar articulação com o Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação; prover apoio local, no que diz respeito ao planejamento e execução de cursos e componentes curriculares ofertados na modalidade a distância; ser um difusor das diretrizes da Educação a Distância, fomentando o crescimento da modalidade localmente.

Um polo de educação a distância é a unidade acadêmica e operacional para o desenvolvimento de atividades presenciais relativas aos cursos ofertados na modalidade a distância. Todo polo de educação a distância deve manter infraestrutura física, tecnológica e de pessoal adequada ao projeto pedagógico dos cursos a ele vinculados, ao quantitativo de estudantes matriculados e à legislação específica, para a realização das atividades presenciais, especialmente:

- a) salas de aula;
- b) laboratório de informática com acesso à internet;
- c) laboratórios específicos presenciais ou virtuais;
- d) sala para as atividades de tutoria;
- e) sala para a coordenação do polo;
- f) ambiente para apoio técnico-administrativo;

- g) biblioteca com acervo físico das bibliografias básica e complementar;
- h) recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC;
- i) organização dos conteúdos digitais.

De acordo com a Resolução Nº 08/2018 do Conselho Superior do IFF, todos os *campi* do IFF são polos de educação a distância. A previsão de expansão dos polos de educação a distância contemplará a continuidade dos polos existentes e a implantação de novos polos conveniados nos municípios das regiões de abrangência do IFF.

Além dos *campi* do IFF que são polos de educação a distância, o IFF também possui polos EaD constituídos a partir de convênios e programas de fomento, como os polos da Rede e-Tec Brasil nos municípios de Casimiro de Abreu, Miracema e São João da Barra. Todos os polos EaD do Consórcio CEDERJ e do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) também podem ser empregados pelo IFF, para oferta de cursos superiores na modalidade a distância. Os Polos do Consórcio CEDERJ e/ou UAB estão localizados em: Angra dos Reis, Barra do Piraí, Belford Roxo, Bom Jesus do Itabapoana, Rio de Janeiro (Campo Grande), Cantagalo, Duque de Caxias, Itaguaí, Itaocara, Itaperuna, Macaé, Magé, Miguel Pereira, Miracema, Natividade, Niterói, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, Piraí, Resende, Rio Bonito, Rio das Flores, Rio das Ostras, Rio de Janeiro (Rocinha), Santa Maria Madalena, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana, São Gonçalo, São Pedro da Aldeia, Saquarema, Três Rios, Volta Redonda.

De acordo com a Resolução Nº 08/2018 do Conselho Superior do IFF, um polo de educação a distância conveniado diretamente ao IFF poderá ser uma escola pública municipal ou estadual. A parceria entre o IFF e a escola pública para criação de polo de educação a distância deve ser estabelecida em documento próprio, respeitando o limite da capacidade de atendimento de estudantes, descrevendo as responsabilidades de cada entidade e elaborado em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional. Nesta parceria ficará sob responsabilidade do IFF: a prática dos atos acadêmicos, o corpo docente, as atividades de tutoria (mediação pedagógica), o material didático, a expedição das titulações conferidas.

10.4 Oferta de Educação a Distância

Os *campi* do IFF podem ofertar cursos e componentes curriculares na modalidade a distância. Essa oferta e execução podem ser realizadas em conjunto pelos *campi*.

O plano de gestão para a EaD é conduzido pela Coordenação de Educação a Distância do Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação, em conjunto com os *campi* do IFF. O plano de gestão para a EaD envolve:

- a) Fortalecer e expandir as ações relacionadas com a EaD, envolvendo a oferta de cursos técnicos, de graduação e pós-graduação.
- b) Fortalecer as políticas institucionais para educação a distância.
- c) Ampliar as políticas de divulgação e aperfeiçoamento dos cursos EaD.
- d) Apoiar a oferta de componentes curriculares na modalidade a distância em cursos presenciais.
- e) Ampliar a promoção de cursos de capacitação para a atuação de servidores na EaD.
- f) Ampliar o suporte tecnológico para implantação/configuração dos ambientes virtuais de aprendizagem utilizados na modalidade a distância.
- g) Estimular a pesquisa e produção de conhecimento sobre EaD.
- h) Desenvolver estudos e propostas relacionados com a permanência e êxito dos discentes nos cursos ofertados na modalidade a distância.

O plano de gestão para a EaD inclui a continuidade da oferta de cursos por meio de convênios e programas de fomento. Uma das metas do plano de gestão para a EaD é a institucionalização da modalidade a distância, por meio da oferta de cursos com fomento integral do Instituto, conduzidos por coordenadores, professores e equipes multidisciplinares que sejam servidores efetivos do IFF.

O planejamento de programas, projetos e cursos na modalidade a distância é realizado pelos *campi*. O planejamento contempla as seguintes ações:

- a) Continuidade da oferta dos cursos técnicos por meio da parceria com a Rede e-Tec Brasil.
- b) Oferta de cursos de graduação e pós-graduação lato sensu por meio da UAB.
- c) Oferta de cursos de graduação através da parceria com o Consórcio CEDERJ. O primeiro curso desta parceria será o Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico na modalidade a distância, que será ofertado no segundo semestre de 2019.
- d) Oferta de cursos FIC, técnicos, graduação e pós-graduação por meio da institucionalização da EaD no IFF, isto é, a realização da oferta sem necessidade de convênios e programas de fomento.
- e) Oferta de componentes curriculares na modalidade a distância em cursos presenciais.

10.5 Metodologia da Educação a Distância

A proposta metodológica para a educação a distância no IFF está mediada por um conjunto de saberes e práticas que se integram, propondo uma formação, principalmente, autônoma, responsável e crítica.

Nesse sentido, os componentes curriculares e as demais atividades são organizados para permitir o aprofundamento e a reflexão dos conteúdos que integram os conhecimentos específicos de cada área. Constituem-se como elementos de interligação e problematização, a experiência do estudante e a realidade dos cursos, como tema gerador que orienta a prática dialógica dessa formação. Constrói-se, assim, uma transversalidade entre os conteúdos específicos de cada curso, em uma escala local e global, verticalizando-se o processo ensino e aprendizagem em uma perspectiva interdisciplinar.

Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) são ambientes preparados para o gerenciamento e execução das atividades de cursos e componentes curriculares na modalidade a distância. Esse ambiente virtual viabiliza o gerenciamento de cursos a distância, oportunizando a realização de diversas atividades, permitindo a comunicação entre as pessoas, possibilitando acesso a um ambiente específico onde são realizados os estudos e procedimentos acadêmicos.

Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem representam a possibilidade de uma educação com suporte multimídia, que proporciona motivação aos estudantes. Nesse ambiente virtual, são disponibilizados conteúdos digitais, compartilhamento de informações, socialização de conhecimento por meio de fóruns de discussão, comunicação síncrona (chat, entre outros) e assíncrona (mensagem, fórum de discussão), desenvolvimento de atividades didáticas com suporte e avaliação, possibilidade de diagnóstico e recuperação dos estudantes durante o processo de ensino e aprendizagem.

No polo EaD e no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), o estudante terá acesso a uma equipe de professores e mediadores pedagógicos (tutores) que irão auxiliá-lo durante o desenvolvimento dos componentes curriculares por meio dos recursos disponíveis.

Além das atividades realizadas no AVA, os estudantes realizarão atividades presenciais obrigatórias, previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Durante todo o decorrer dos cursos, há plantões de atendimento presencial aos estudantes, em todos os polos EaD. Os horários de atendimento presencial são disponibilizados no AVA.

Além do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), que representa a ferramenta prioritária dos cursos EaD, pode ser utilizado um sistema de webconferência, além de material didático impresso. O recurso da webconferência pode ser utilizado para momentos síncronos necessários no decorrer do processo.

Os estudantes dos cursos EaD são orientados por um manual encontrado no AVA. Esse manual relata todas as informações sobre a instituição, sua estrutura física e administrativa, as características do curso, os critérios de avaliação, entre outros aspectos.

O papel do professor na educação a distância contempla: exercer as atividades de docência; planejar e elaborar os componentes curriculares a distância que for ministrar; realizar a revisão de linguagem do material didático desenvolvido para a modalidade a distância; articular-se com os mediadores pedagógicos (tutores) e com os coordenadores dos cursos. O planejamento de componentes curriculares a distância caracteriza-se pela elaboração de materiais didáticos como salas nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem, vídeoaulas, livros, estratégias didáticas, atividades avaliativas, produção e seleção de objetos de aprendizagem, caracterizando atividade de preparação, manutenção e apoio ao ensino.

10.5.1. Atividades de mediação pedagógica (tutoria)

Além do professor de cada componente curricular, os estudantes também recebem apoio de mediação pedagógica (tutoria).

A mediação pedagógica (tutoria) na oferta de componentes curriculares a distância define-se pela atuação no processo de ensino a distância, esclarecendo dúvidas, promovendo espaços de construção colaborativa de conhecimento, participando de processos avaliativos, participando de atividades práticas presenciais, orientando e corrigindo atividades, entre outras, caracterizando-se como atividade de atendimento, acompanhamento, avaliação e orientação de estudantes.

O mediador pedagógico (tutor) é o interlocutor entre o docente responsável pelo componente curricular, o material didático e o estudante. O mediador pedagógico (tutor) colabora na identificação e busca de soluções para as dificuldades e problemas encontrados pelos discentes, ajudando-os na conquista da sua autonomia.

A mediação pedagógica (tutoria) pode ocorrer em duas modalidades:

- 1) Mediação pedagógica presencial, que ocorre nos polos EaD.
- 2) Mediação pedagógica a distância, que ocorre por meio da Internet.

Os mediadores pedagógicos a distância trabalham os conteúdos por meio de material didático digital, vídeoaulas, conteúdos animados, webconferência, interagindo com os estudantes por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

As funções do mediador pedagógico a distância são múltiplas: além de propiciar a interação e de atender à demanda dos estudantes, apoiando-os no conteúdo específico, é também um elemento incentivador, trabalhando em intensa colaboração com o professor responsável pelo componente curricular e com os mediadores pedagógicos presenciais.

A mediação pedagógica presencial tem como objetivo ajudar o estudante a se adaptar à educação a distância, que requer uma participação ativa no processo de aprendizagem. Para isso, o mediador pedagógico presencial atua no polo EaD, próximo ao discente e cumpre funções muito importantes. O mediador pedagógico presencial também auxilia na condução das atividades práticas e avaliações presenciais.

Os estudantes podem interagir por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem com os mediadores pedagógicos a distância e com os docentes, encaminhando mensagens e postando dúvidas nos fóruns de discussão. Os estudantes também podem comparecer ao polo EaD para interagir com os mediadores pedagógicos presenciais e elucidar suas dúvidas.

No caso dos cursos EaD ofertados por meio de convênios ou programas de fomento, os mediadores pedagógicos (tutores) são bolsistas, selecionados a partir de edital público. Na Rede e-Tec Brasil e no Consórcio CEDERJ, os tutores são selecionados a partir de edital público e devem possuir no mínimo o título de graduação em área de conhecimento especificada no edital de seleção. No âmbito dos convênios e programas de fomento, o cronograma de expansão do corpo de tutores para acompanhar o crescimento dos cursos acompanha a implantação de cada curso. À medida que os componentes curriculares são ofertados, são alocados os tutores necessários.

Os professores e mediadores pedagógicos (tutores) previstos para os cursos e componentes curriculares ofertados na modalidade a distância cumprem um período de capacitação. O processo de capacitação aborda conteúdos sobre os Ambientes Virtuais de Aprendizagem empregados pelo IFF e metodologias de educação a distância.

10.6 Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação

O Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação é um espaço para o desenvolvimento de ações relacionadas à educação profissional e tecnológica com o objetivo de ampliar os diálogos necessários à educação com vistas à produção, apropriação e inovação do conhecimento, assumindo o compromisso de contribuir para a qualidade dos processos educacionais das regiões de atuação do Instituto.

O Centro de Referência constitui-se num centro irradiador e fomentador de processos, programas e projetos com fins educacionais, cujas ações integradas promovem o desenvolvimento de ações em prol da promoção e permanência da qualidade na educação. Seu papel é ampliar os diálogos necessários à educação com vistas ao fortalecimento e ampliação das ações relacionadas com a educação a distância, apoiar a formação continuada dos docentes baseada em metodologias ativas de ensino e na utilização de práticas pedagógicas inovadoras, apoiar o desenvolvimento e utilização de tecnologias educacionais.

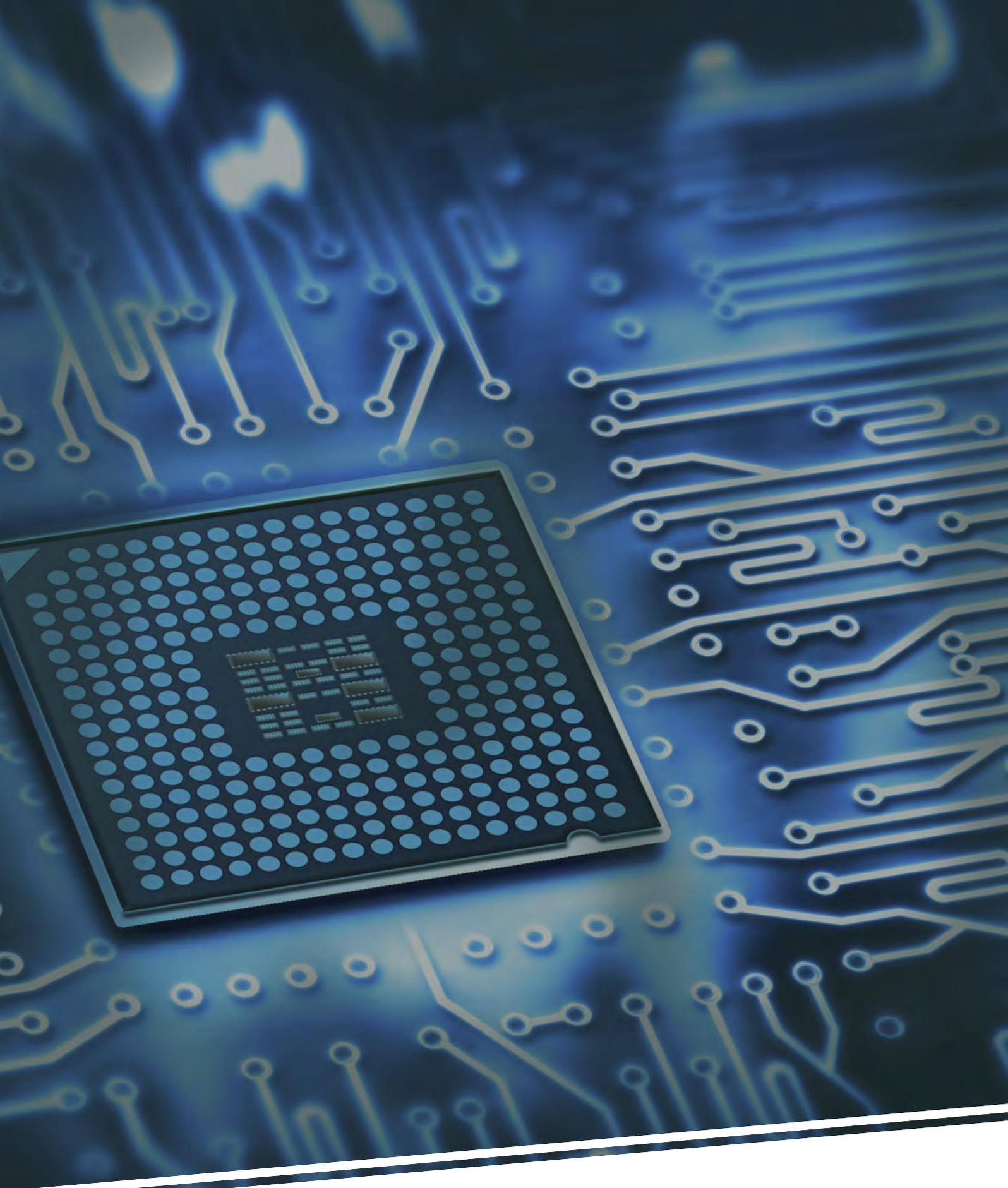
Cabe ressaltar que algumas das ações propostas pelo Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação já são realizadas em alguns *campi* do IFF. O Centro de Referência pretende integrar estas ações, possibilitando que as mesmas sejam ampliadas e executadas em todos os *campi*.

Os objetivos do Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação são:

- Fortalecer e ampliar as ações relacionadas com a educação a distância.
- Fortalecer e ampliar as ações relacionadas com a formação continuada de docentes.
- Fortalecer e ampliar a utilização de metodologias ativas de ensino, que promovam práticas pedagógicas inovadoras, apoiando e promovendo a execução destas ações pelos docentes do IFF.
- Fortalecer e ampliar a utilização de tecnologias educacionais, promovendo o uso das mesmas pelos docentes do IFF.
- Promover cursos, debates, palestras e grupos de estudo sobre educação a distância, ensino e tecnologias, formação de professores, metodologias de ensino, estratégias de aprendizagem, utilização de tecnologias digitais na educação.
- Auxiliar na produção de objetos de aprendizagem, softwares educacionais, simuladores, plugins para ambientes virtuais de aprendizagem, vídeoaulas, ilustrações, animações, entre outros.
- Fortalecer e ampliar ações, em conjunto com os *campi*, que promovam a aplicação de metodologias ativas de ensino e a utilização de tecnologias digitais na educação.
- Apoiar a oferta de cursos de Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu relacio-

nados com educação a distância, ensino e tecnologias, formação de professores, metodologias de ensino, estratégias de aprendizagem, utilização de tecnologias digitais na educação.

- Com relação à educação a distância, as responsabilidades do Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação são:
- Orientar a gestão da educação a distância no IFF.
- Propor políticas institucionais para a educação a distância.
- Propor políticas de divulgação e aperfeiçoamento dos cursos na modalidade a distância.
- Ofertar capacitação para os servidores atuarem em atividades na modalidade a distância (docentes, mediadores pedagógicos, coordenadores, administradores dos ambientes virtuais de aprendizagem, entre outros).
- Auxiliar na produção de materiais didáticos: vídeoaulas, ilustrações, animações, objetos de aprendizagem, entre outros.
- Apoiar a administração geral dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem do IFF.
- Acompanhar e monitorar a manutenção, atualização de versões, realização de cópias de segurança e outras operações nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem do IFF, que deverão ser executadas pela Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação, ou outro órgão que a substitua.
- Apoiar a realização de pesquisas acadêmicas e inovações para a evolução e melhoria da EaD do IFF.



POLÍTICAS DE TECNOLOGIAS DE
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO **(TIC)**

CAPÍTULO
11

11.1 A Tecnologia da Informação e Comunicação como ativo estratégico

A informação, nos dias atuais, consiste em um bem extremamente valioso para as organizações públicas e, a maneira como a mesma é tratada e gerenciada influencia, diretamente, no alcance do sucesso e na tangibilidade de propósitos, metas e ações estratégicas.

Dessarte, a relevância da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) é cada vez mais perceptível, uma vez que auxilia na definição de objetivos de negócios e a própria gestão do conhecimento, que são suportadas em quase sua totalidade por sistemas de informação. Nessa abordagem, as aplicações e serviços de TIC podem influenciar em muito a escolha de estratégias competitivas, tanto as em produção quanto as futuras, que podem ser usadas para criar ou preservar competências essenciais. Cabe ressaltar que a TIC no IFFluminense possui transversalidade em diversos eixos e permeia, inclusive, todas as suas áreas de negócio, o que denota inegavelmente a sua importância no contexto apresentado.

11.2 Planejamento no Âmbito da Tecnologia da Informação e Comunicação

Visando a uma administração pública que efetivamente se destaque pelo melhor gerenciamento de recursos e incremento da qualidade dos serviços oferecidos à sua comunidade, é imprescindível a produção de um planejamento adequado para que se possibilite e estimule a melhoria contínua do desempenho organizacional.

No tocante da Administração Pública, a própria Constituição Federal de 1988 no seu Art. 174 estabelece que “Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.”

Já no Art. 6º do Decreto-Lei nº 200 de 1967, as atividades da Administração Federal devem obedecer aos seguintes princípios fundamentais:

- I. Planejamento;
- II. Coordenação;
- III. Descentralização;
- IV. Delegação de Competência;
- V. Controle.

Ainda na seara do conceito de planejamento, mais especificamente em relação à TIC, a Instrução Normativa Nº 4, que trata do processo de contratação de soluções de TIC para os órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), indica no seu Art. 4º que “as contratações de que trata esta IN deverão ser precedidas de planejamento, elaborado em harmonia com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI” e no parágrafo 1º deste artigo que “O PDTI deverá estar alinhado à EGTIC e ao plano estratégico institucional e aprovado pelo Comitê de Tecnologia da Informação do órgão ou entidade”.

Diante do supracitado e para a consecução dos princípios expostos, é fundamental que ocorra o alinhamento das estratégias organizacionais com as estratégias e planos de TIC. Sendo assim, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) é o documento que permite orientar a execução e gerenciar o desempenho da área de TIC, definindo para isso estratégias e um plano de ação e metas para concretizá-las.

Na esfera do IFFluminense, de forma a garantir o êxito do Objetivo Estratégico 20 “Garantir infraestrutura física e de tecnologias adequadas”, este instrumento será de suma importância pois nele estarão definidas as diretrizes, metas e ações que norteiam as equipes de TIC.

Vale destacar que o PDTIC consiste também num importante subsídio para os gestores quanto a tomada de decisões, pois os permite atuar de maneira proativa, a aplicar corretamente recursos naquilo que é relevante e de forma a mitigar seu desperdício, melhorando com isso o gasto público e a qualidade do que é provido aos cidadãos.

11.3 Colegiados de TIC do IFFluminense

O Instituto Federal Fluminense conta em sua estrutura organizacional com dois órgãos colegiados responsáveis pela tomada de decisões inerentes à área de TIC, sendo eles o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) e a Câmara de Tecnologia da Informação.

O CGTIC, instituído pela Portaria nº 686 de 26 de maio de 2017, é presidido pelo representante da Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação e é composto pelas representações das áreas de negócio do instituto, sendo:

- Um representante da Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação;
- Um representante da Pró-Reitoria de Administração;
- Um representante da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas;
- Um representante da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional;
- Um representante da Pró-Reitoria de Ensino;
- Um representante da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação;
- Um representante da Diretoria de Comunicação;
- Um representante da Diretoria de Políticas Estudantis, Culturais e Esportivas;
- Dois representantes dos *campi* do IFFluminense, indicados pelo Colégio de Dirigentes.

Já a Câmara de Tecnologia da Informação é um órgão colegiado de natureza consultiva vinculada à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional que tem como finalidade colaborar, tecnicamente, para o desenvolvimento das políticas e ações do IFFluminense na âmbito da TIC, conforme disposto nos Artigos 3º e 6º da Resolução nº 04/2011 do Conselho Superior.

Assim como o CGTIC, a Câmara também possui atribuições e competências próprias, que são:

1. Acompanhar as ações previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional, nos planos de ação e em projetos e programas vinculados à sua área;
2. Analisar e emitir parecer sobre as propostas encaminhadas pelas respectivas Pró-Reitorias e/ou Diretorias dos *campi* (ou estruturas equivalentes);
3. Elaborar e atualizar normas regulamentadoras das atividades de sua área de atuação no âmbito do IFFluminense, que deverão ser submetidas ao Colégio dos Dirigentes ou ao Conselho Superior, sempre de acordo com as atribuições estabelecidas pelo Estatuto do IFFluminense;
4. Subsidiar os respectivos Conselhos no tocante às políticas de sua área de atuação.

Sua estruturação é formada pela Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação e pelos Coordenadores/Diretores (ou funções equivalentes) de Tecnologia da Informação dos *campi*. No tocante da condução desse colegiado, compete ao Diretor de Gestão de Tecnologia da Informação coordená-lo de forma matricial a fim de uniformizar as políticas de Tecnologia da Informação e Comunicação no instituto.

11.4 Equipes de TIC do IFFluminense

No instituto, a reitoria e os *campi* possuem equipes de TIC distintas e, na reitoria está compreendida a Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DGTI). Para mais informações sobre a mesma, assim como as coordenações que lhe estão subordinadas, consultar o Capítulo 7, seção: 7.1.4.

Como já destacado, cada *campus* possui uma equipe específica, e elas igualmente possuem atribuições e competências que lhe são peculiares:

1. Levantar as demandas/necessidades de TI do *campus* o qual a equipe pertence e efetuar o devido planejamento para atendê-las;
2. Providenciar a aquisição de recursos de TI para o *campus* o qual a equipe pertence segundo o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação e legislação vigente;
3. Desenvolver atividades de TI em consonância com as políticas e diretrizes de Tecnologia da Informação e Comunicação emanadas pelo Comitê Gestor de TIC, Câmara de TI, Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação e pelo Diretor Geral do *campus* o qual a equipe pertence;
4. Fazer cumprir as políticas e diretrizes de Tecnologia da Informação e Comunicação emanadas pelo Comitê Gestor de TIC, Câmara de TI, Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação e pelo Diretor Geral do *campus* o qual a equipe pertence;
5. Promover, orientar e acompanhar no que compete à equipe de TI, a Política de Segurança da Informação;
6. Registrar, por meio de sistema específico as requisições dos usuários;
7. Gerenciar e garantir o atendimento dos chamados de acordo com a ordem cronológica de abertura ou criticidade;
8. Manter os usuários informados, respondendo nos chamados abertos pelos mesmos, sobre o progresso de atendimento de suas requisições;
9. Monitorar o cumprimento dos acordos de níveis de serviço, quando houver;
10. Avaliar incidentes e, quando necessário, encaminhar as requisições de segundo e terceiro níveis às equipes pertinentes;
11. Prover suporte técnico aos serviços constantes no Catálogo de Serviços inerentes ao *campus* o qual a equipe pertence;
12. Instalar e configurar recursos computacionais e softwares que atendam aos interesses do *campus* o qual a equipe pertence, desde que solicitado formalmente;
13. Executar atividades de manutenção preventiva e corretiva necessárias à conservação dos recursos computacionais, instrumentos e outros materiais utilizados no *campus* o qual a equipe pertence, ou acompanhá-las quando forem realizadas por terceiros;

-
14. Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos e materiais peculiares ao trabalho da coordenação/direção de TI o qual a equipe pertence;
 15. Prover e manter o gerenciamento do inventário das licenças de softwares utilizados no *campus* o qual a equipe pertence;
 16. Prover e manter o gerenciamento e inventário de recursos computacionais, telefonia e softwares utilizados no *campus* o qual a equipe pertence;
 17. Desenvolver outras atividades inerentes à coordenação/direção de TI o qual a equipe pertence.

Apesar da autonomia de cada equipe de TIC, é imprescindível salientar que as mesmas sempre serão e terão suas políticas orientadas ao logro do Plano Diretor de TIC e do PDI do IFFluminense.



AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

CAPÍTULO
12

12.1 Avaliação do Desempenho Institucional

O processo de acompanhamento e avaliação do desenvolvimento institucional consiste em uma oportunidade privilegiada para que a comunidade reflita sobre as suas atividades e possibilidades de conhecer e analisar, criticamente, a instituição numa perspectiva de totalidade, propondo medidas para o seu aperfeiçoamento institucional, com vistas à melhoria da qualidade acadêmica.

A metodologia da autoavaliação do IFFluminense baseia-se nas 10 dimensões do Sistema Nacional da Avaliação da Educação Superior – SINAES, com indicadores constantes no art.3º da Lei nº 10.861 de 14/04/2004 (vide seção 10.2). Além dos indicadores das 10 dimensões, outros indicadores foram construídos, coletivamente, e propostos no Plano Estratégico (Capítulo 3). Espera-se que tal conjunto de indicadores seja capaz de produzir conhecimentos sobre a realidade institucional, identificar as causas de seus problemas, oportunidades e ameaças, pondo em questão o significado de suas atividades frente à sua missão, objetivos e políticas expressos no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

O acompanhamento e a avaliação do PDI serão coordenados pela Diretoria de Planejamento Estratégico (DIRPLAN) em trabalho conjunto com a Comissão Própria de Avaliação (CPA).

O eixo norteador do processo de acompanhamento e avaliação do PDI repousa na oportunidade de comparar a missão, os objetivos, as políticas institucionais e as metas com o que vem, de fato, sendo realizado.

Com isso, ensejamos construir o conhecimento sobre a própria realidade, compreendendo o significado de suas ações, objetivando melhorar a qualidade da educação e alcançar maior relevância social.

O Planejamento Estratégico - Capítulo 3 deste documento - traz como objetivos "Aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito" (objetivo 9), "Aprimorar as Políticas de Acesso" (objetivo 12), "Aperfeiçoar os processos de trabalho" (objetivo 14) e "Garantir infraestrutura física e de tecnologias adequadas" (objetivo 20). Tais objetivos relacionam uma série de iniciativas que enfatizam a importância da melhoria dos processos da instituição e das estruturas implementadoras da estratégia.

Aliado a isso, o desenvolvimento de uma cultura organizacional orientada à estratégia da instituição (objetivo estratégico 19) é fundamental para que se concretize a atuação inclusiva e promotora do desenvolvimento regional, expressa na nova visão de futuro declarada pela instituição.

O desdobramento dos Objetivos Estratégicos nos *campi* é outra ação que se apresenta como decisiva para que as metas institucionais sejam alcançadas. Para orientar o desdobramento dos Objetivos Estratégicos nos *campi*, a cada exercício, será concebido o Plano de Ação Anual (PAA), instrumento operacionalizador dos objetivos traçados no planejamento estratégico, o qual possibilita também a organização da disponibilidade de recursos orçamentários em projetos e demandas de manutenção da instituição, de acordo com as prioridades.

Esse documento será o veículo de concepção dos projetos e elo principal com o planejamento estratégico, a cada exercício desenvolvido por cada *campus* e deverá

incluir as iniciativas estratégicas e ações operacionais, que dependendo dos contextos interno e externo, poderão ser atualizadas anualmente.

Para acompanhar e avaliar a execução dos PAA's nos *campi*, o IFFluminense conta com diferentes ferramentas de gestão. Os desdobramentos do PDI, especialmente, o acompanhamento do Planejamento Estratégico e o PAA serão monitorados pelo Conselho de *Campus*, pelas Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas.

O Conselho de *Campus* é um órgão consultivo, deliberativo e fiscalizador. Tem a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo e de zelar pela correta execução das políticas do IFFluminense no *campus*. É composto por membros da comunidade interna e externa, indicados por seus pares, sendo renovado a cada dois anos.

Com o alinhamento dos instrumentos de avaliação ao seu planejamento estratégico, os indicadores poderão ser mensurados periodicamente, permitindo que a comunidade e os gestores verifiquem se as metas estabelecidas estão sendo alcançadas e, conseqüentemente, avaliem a necessidade de repactuá-las ou de redefinir o planejamento em um ou mais de seus níveis.

Destaca-se ainda a relevância do processo de construção do Relatório de Gestão. Instrumento de caráter obrigatório, normatizado e auditado pelos órgãos externos de controle, traduz em seu conteúdo, de forma objetiva, todo o fazer institucional ao longo do exercício, tanto na esfera educacional, compreendendo ensino, pesquisa, extensão e inovação, como na esfera da gestão. Em síntese, apresenta para a sociedade e comunidade acadêmica os resultados obtidos e as dificuldades enfrentadas pela instituição no exercício, considerando os ativos tangíveis e intangíveis.

Adicionados, o Relatório de Autoavaliação Institucional, elaborado anualmente pela CPA, e o Relatório de Gestão constituem-se nos principais documentos de avaliação do desenvolvimento institucional.

Por fim, apesar da necessidade de disponibilização de dados, informações e conhecimento, por meio de relatórios e sistemas de informação, para que seja possível a análise sobre a evolução da performance institucional, a continuidade do desenvolvimento de competência institucional voltada à capacidade analítica é de grande importância.

É por meio de análises críticas e fundamentadas que se aprimora o ciclo de gestão, possibilitando a correção da trajetória em prol do alcance das finalidades institucionais e atendimento às políticas públicas delineadas.

12.2 Comissão Própria de Avaliação (CPA)

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) busca desenvolver uma avaliação interna de forma democrática e participativa. A sensibilização da comunidade acadêmica acontece por meio da promoção de debates abertos e proposições dos diversos segmentos institucionais. Nesse sentido, é a CPA que auxilia e executa o processo de autoavaliação institucional, exercendo papel fundamental no processo de avaliação e acompanhamento do plano estratégico da instituição.

A CPA é um órgão colegiado, vinculado à Reitoria, com atuação nas avaliações acadêmicas e administrativas, em atendimento ao PDI do e que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Possui atuação autônoma, no âmbito de sua competência, em relação aos Conselhos e demais órgãos colegiados existentes no IFFluminense. Para fins de suporte administrativo é assessorada pela Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN).

Os processos de Avaliação Institucional do IFFluminense seguem, dentre outros aspectos, os princípios e dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A CPA organiza os procedimentos e instrumentos para a autoavaliação, em observância às dimensões propostas pelo SINAES e às diretrizes definidas pela CONAES. A saber:

- **Dimensão 1:** a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;
- **Dimensão 2:** a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- **Dimensão 3:** a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- **Dimensão 4:** a comunicação com a sociedade;
- **Dimensão 5:** as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- **Dimensão 6:** a organização e a gestão da instituição, especialmente, o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios;
- **Dimensão 7:** a infraestrutura física, especialmente, a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- **Dimensão 8:** o planejamento e avaliação, especialmente, os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
- **Dimensão 9:** as políticas de atendimento aos estudantes.

- **Dimensão 10:** a sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação, em todos os seus níveis e modalidades.

Considerando a importância da CPA na otimização do processo de desenvolvimento institucional, apresenta-se a seguir a sua estrutura de composição e de funcionamento.

A CPA é constituída por uma Comissão Central, composta por representantes do corpo docente, representantes do corpo técnico-administrativo, representantes do corpo discente e um representante da sociedade civil, e por comissões locais nos *campi* e na Reitoria. As Comissões Locais dos *campi* são compostas por quatro representantes: um docente, um discente, um técnico administrativo e um membro da sociedade civil. A Comissão Local da Reitoria é composta por quatro representantes dos servidores em atuação na Reitoria.

Para a CPA, a autoavaliação institucional é um processo de caráter diagnóstico, formativo e de compromisso coletivo, que tem por objetivo identificar o perfil institucional e o significado de sua atuação por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, observados os princípios do SINAES e as singularidades do IFFluminense.

As competências da CPA Central são:

- I. Conduzir os processos internos de avaliação do IFFluminense, sistematizar e analisar as informações e prestar as informações solicitadas às instâncias internas e externas ao IFFluminense;
- II. Propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos internos da avaliação institucional, sobretudo, nas dimensões indicadas pelo PDI;
- III. Estabelecer diretrizes e indicadores para organização dos processos internos de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias superiores do IFFluminense, contribuindo para subsidiar o processo decisório;
- IV. Acompanhar, permanentemente, e avaliar, anualmente, o PDI, propondo alterações ou correções, quando pertinente;
- V. Acompanhar os processos de avaliação desenvolvidos pelo Ministério da Educação, realizando estudos sobre os relatórios avaliativos institucionais e dos cursos ministrados na instituição;
- VI. Formular propostas para melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da pós-graduação e da extensão desenvolvidos na Instituição, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos internos de avaliação e nas avaliações realizadas pelo Ministério da Educação;
- VII. Acompanhar a avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação realizada mediante a aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE);
- VIII. Participar de todas as atividades relativas a eventos promovidos pelo

CONAES – Conselho Nacional de Educação Superior –, sempre que solicitada;

- IX. Sistematizar e prestar informações relativas às Avaliações das Instituições de Educação Superior (AVALIES) solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES);
- X. Assessorar e acompanhar os trabalhos das CLA;
- XI. Articular-se com as Comissões Próprias de Avaliação de outras instituições e com a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior;
XII. Informar suas atividades ao Reitor, por meio de relatórios, pareceres e recomendações;
- XIII. Dar ampla divulgação de todas as suas atividades.

A avaliação é um instrumento fundamental para o autoconhecimento institucional. Portanto, a necessidade de disseminar a cultura da autoavaliação voltada para a busca da eficiência e da eficácia do processo educacional, de modo a ampliar a relevância social da instituição, contextualizando os princípios referenciados nos objetivos do PDI, do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e do compromisso da comunidade acadêmica na construção da instituição idealizada.

O trabalho desenvolvido pela CPA propicia à comunidade acadêmica discutir e refletir os paradigmas da avaliação institucional e seus aspectos qualitativos e quantitativos, enfatizando a sua importância para o autoconhecimento e a responsabilidade de todos na construção e/ou redefinição de ações eficazes para o fortalecimento de uma Instituição inserida no contexto contemporâneo.

12.3 Acompanhamento, Avaliação e Atualização do PDI

O monitoramento do PDI será realizado com o apoio da ferramenta ForPDI. Esta plataforma aberta foi desenvolvida pelos professores Caetano Carlos Bonchristiani (UNILA), Guilherme Henrique Alves Borges (UFLA), Lucas Cezar Mendonça (UNIFAL) e Paulo Henrique de Sousa Bermejo (UnB), para auxiliar na gestão e acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional de universidades e demais instituições federais de ensino, de forma mais colaborativa, eficiente, rápida e segura. Com o ForPDI, é possível cadastrar todo o planejamento estratégico do PDI, inserir os valores das metas alcançadas, monitorar o desempenho das metas, além de ser possível atualizar e elaborar novos documentos.

O sistema ainda possibilita à administração de cada área o acompanhamento do PDI, em regime de fluxo contínuo, pelo qual o estado de desenvolvimento de cada ação e produto previstos poderá ser registrado, viabilizando a apreciação do atendimento aos objetivos, princípios e metas aos quais as ações e produtos correspondem.

Ao mesmo tempo, o sistema facilita a apreciação da própria adequação de cada ação ao contexto do PDI. Obviamente, toda essa apreciação orientará a tomada de decisão institucional e facilitará a documentação histórica do dia-a-dia do IFFluminense.

Para acompanhamento do planejamento em nível mais tático, o Plano de Ação Anual (PAA), além do ForPDI, será utilizado o GEPLANES - Software de Gestão do Planejamento Estratégico, que possibilita desde a elaboração do PAA até a execução, o acompanhamento e o controle. Por meio dessa ferramenta, será possível inserir informações do planejamento de cada *campus* sobre ações previstas para cada Objetivo Estratégico. Em cada caso, as ações projetadas a serem realizadas no período de 2018-2022, estarão relacionadas com as metas, os programas e objetivos institucionais.

Para avaliar a execução do PDI, o IFFluminense conta, prioritariamente, com a CPA. Outra ferramenta de gestão fundamental no processo de avaliação institucional são os órgãos colegiados, como o Colégio de Dirigentes e o Conselho de *Campus*. A atuação desses órgãos permite e facilita a comunicação, a integração e a análise pelos principais representantes da comunidade acadêmica.

Outras ações que subsidiarão o processo de avaliação do desenvolvimento institucional foram incluídas no (PAA) e no Plano de Capacitação, o qual prevê, respectivamente, a geração e disponibilização de dados e informações em forma de conhecimento estratégico e a qualificação da tomada de decisão dos gestores, dentre outras ações. Outra ação fundamental diz respeito ao mapa de indicadores estratégicos, que servirá como instrumento de mensuração do desempenho e dos resultados institucionais em relação às metas pactuadas. A realização dessas ações terá importância direta no acompanhamento e avaliação da instituição.

O acompanhamento e a avaliação do desenvolvimento institucional são fundamentais para o aprimoramento contínuo do IFFluminense, especialmente, no monitoramento da estratégia de atuação. Se preciso, serão realizadas correções com relação ao rumo onde for necessário.

A revisão do PDI deverá ser realizada anualmente, no que diz respeito:

- I. ao Planejamento Estratégico, por meio dos indicadores e metas pactuadas, que poderão ser repactuadas, considerando cronograma expedido pela PRODIN;
- II. às iniciativas estratégicas, tendo como instância de apreciação o Colégio de Dirigentes e de aprovação o Conselho Superior (CONSUP);
- III. ao Plano de Oferta de Cursos e Vagas e o Plano Diretor de Infraestrutura, considerando as condições mínimas para abertura dos cursos e ampliação de vagas, assim como disponibilidade orçamentária, tendo como instância de apreciação o Colégio de Dirigentes e de aprovação o Conselho Superior (CONSUP);
- IV. ao Plano Diretor de Infraestrutura Física, considerando novas necessidades de obras e reformas, assim como disponibilidade orçamentária, tendo como instância de apreciação o Colégio de Dirigentes e de aprovação o Conselho Superior (CONSUP).

A comunicação do desempenho institucional será realizada com relatórios de divulgação da evolução dos indicadores e metas e reuniões com a equipe gestora e órgãos colegiados.

12.3.1 Acompanhamento dos Indicadores de Desempenho

Os Objetivos Estratégicos descritos no Mapa Estratégico no Capítulo 3 apresentam toda estratégia institucional que servirá como um norte para o desenvolvimento de políticas, projetos e ações operacionais para o período de 2018 a 2022.

No entanto, não adianta implementar essas ações e não ter certeza de que elas estão realmente contribuindo para o alcance dos objetivos em questão. Desta forma, os indicadores de desempenho são propostos para medir o desempenho da Instituição à luz dos objetivos estratégicos traçados.

Os indicadores estabelecidos no planejamento estratégico serão acompanhados periodicamente pela DIRPLAN, em conformidade com os atributos estabelecidos. Como já mencionado anteriormente, com o objetivo de possibilitar o acompanhamento e a divulgação de forma mais frequente e ampla da evolução dos indicadores e metas, será utilizado o sistema ForPDI.

A ferramenta possibilitará a visualização da performance institucional, através do monitoramento dos indicadores, subsidiando a adoção de medidas, preferencialmente, de caráter preventivo. Para contribuir com o processo, poderão ser elaborados relatórios periódicos de análise dos indicadores. Destaca-se, entretanto, no momento da análise, a importância da consideração das relações de causa e efeito entre os diferentes indicadores abordados.

Adicionalmente, será concebida e implementada a Ficha de Acompanhamento de Indicadores (Figura 12.1). As fichas de indicadores contêm o detalhamento do indicador, ajudando na compreensão e visualização das informações.

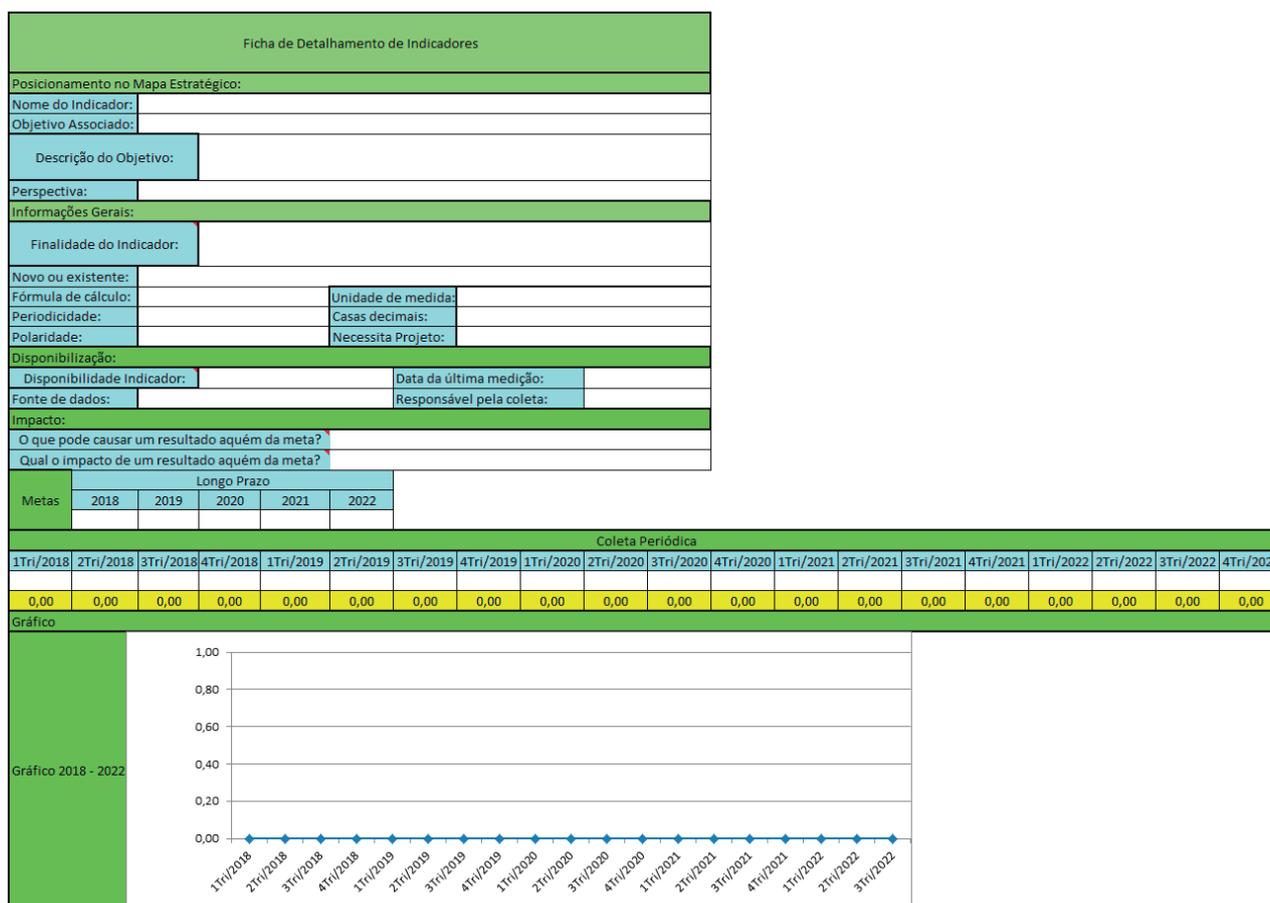


Figura 12.1 - Ficha de Acompanhamento de Indicadores

12.3.2 Formas de utilização dos resultados das avaliações

Os dados, informações e conhecimentos, disponibilizados nos relatórios e documentos de avaliação, possibilitam a qualificação da etapa de diagnóstico institucional, imprescindível para subsidiar o processo de manutenção e melhoria dos resultados alcançados.

Para Fowler (2011), a melhoria contínua presume uma série de pequenos passos incrementais de melhoramento, sendo gradual e constante e não se concentrando em mudanças radicais.

Neste contexto está inserido o ciclo PDCA (Plan, Do, Check, Action) que resume a natureza repetitiva e cíclica do melhoramento contínuo. De acordo com Falconi (2013), trata-se de um ciclo de gestão organizacional com foco na melhoria contínua. O ciclo tem por objetivo tornar mais claros e ágeis os processos envolvidos na execução da gestão, dividindo-a em quatro principais passos:

- Plan (planejamento): Planeja-se o que vai ser feito, pode ser um novo produto, uma mudança, ou até mesmo uma ação frente a um problema identificado.
- Do (execução): realizar, executar as atividades conforme o planejamento inicial
- Check (verificação): Avaliar se os resultados esperados pelo planejamento foram alcançados durante a execução.
- Act (ação): Tomar alguma ação para contornar eventuais desvios identificados na verificação da execução.

O sistema utilizado para monitoramento do PDI apresenta atividades orientadas pela ferramenta PDCA. Pelo sistema é possível analisar a situação atual, planejar e gerenciar as metas institucionais e os servidores, através do controle de indicadores, representados em relatórios, que facilitam a visão integrada da atuação dos diversos *campi*.

Os resultados oriundos dos processos de avaliação e monitoramento do PDI, quando utilizados dentro da metodologia do PDCA, representam possibilidades de melhoria contínua de toda a instituição, a saber:

- Ao identificar problemas e oportunidades de melhoria no processo, estamos na fase de planejamento, verificando o que precisa ser feito.
- Com as situações identificadas, partimos para o redesenho do processo, etapa da Ação, em que procuraremos modificar o processo, solucionando problemas e implantando melhorias.
- Redesenhado o processo, definiremos indicadores para acompanhamento do desempenho.
- Esses indicadores, além de outras coisas, nos mostram também se todas as ações tomadas foram ou estão sendo eficazes. Através dos indicadores e de outros mecanismos de controle, atuamos na parte de Verificação do ciclo PDCA.
- Após as devidas verificações no processo, elaboraremos novos planos de ação, a fim de sanar qualquer situação identificada na verificação. A partir daí o ciclo inicia-se novamente.

Percebe-se que o ciclo é contínuo, quando você toma uma ação ao final de um ciclo, na verdade, já estará, de certa forma, iniciando o planejamento de um novo.

A Figura 12.2 (Ciclo de Avaliação do Desempenho Institucional) apresenta o contexto do planejamento estratégico institucional a partir da ótica de um ciclo desejável, pelo qual é possível perceber as relações entre as etapas de planejamento, levantamento de informações, mensuração, análise e comunicação do desempenho institucional. Neste ciclo de melhoria contínua, construído a partir de uma proposta metodológica da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), o PDI exerce papel fundamental, configurando-se como o elemento principal de coesão dos diferentes referenciais, orientando a sua concepção e desenvolvimento a cada exercício anual.

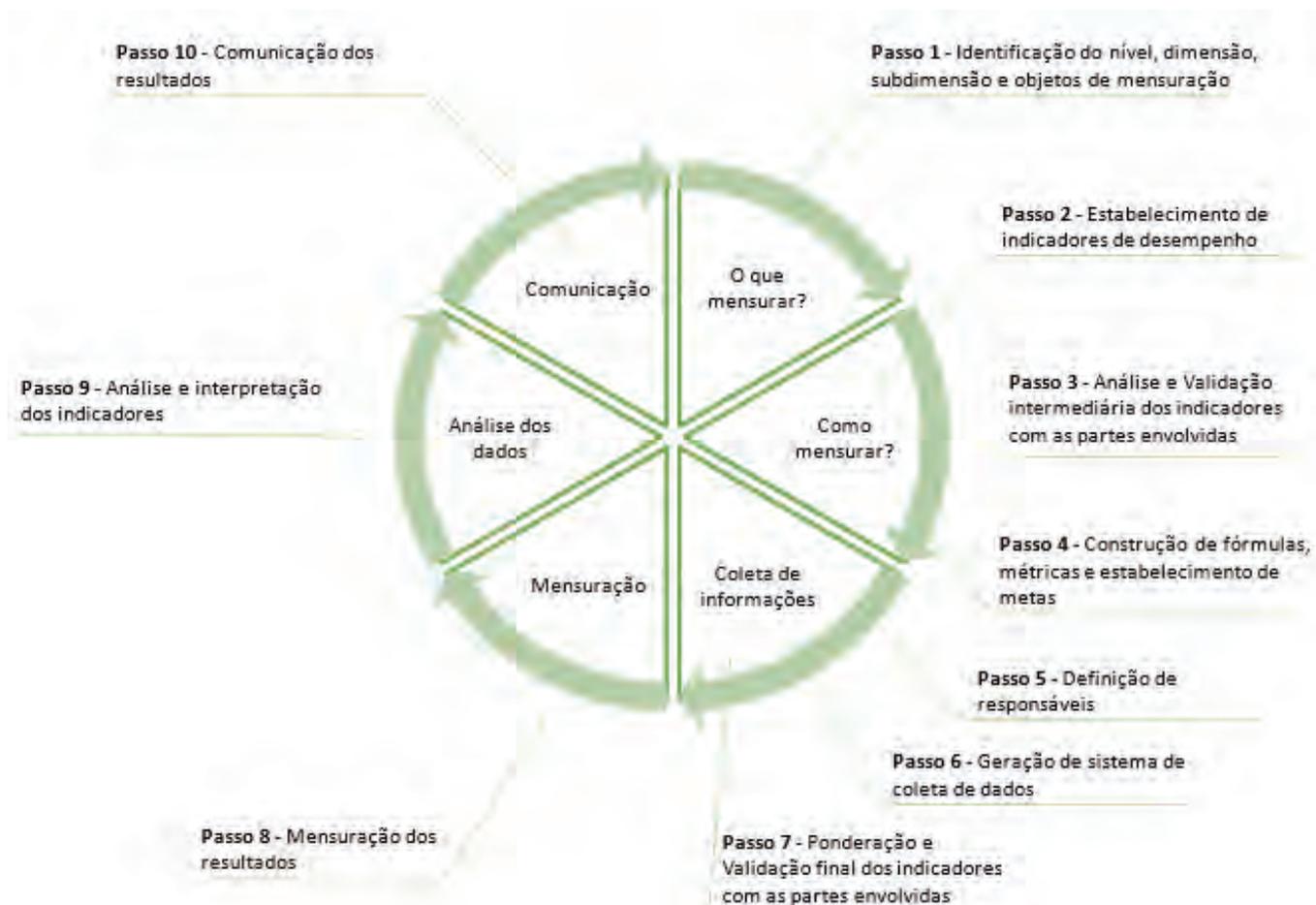


Figura 12.2 - Ciclo de Avaliação do Desempenho Institucional (Fonte: UCHOA, 2013)

O processo de utilização dos resultados das avaliações tem que ser visualizado, acima de tudo, como um processo formativo, através do qual as pessoas e a instituição aprendem continuamente, aprimoram suas práticas e relações laborais e sociais a partir da consideração dos valores institucionais.

Uma Instituição pública de ensino, por ser um órgão público, além de ter suas ações regidas pelos princípios constitucionais da Administração Pública: a Legalidade, a Impessoalidade, a Moralidade, a Publicidade e a Eficiência; deve buscar oferecer um serviço de qualidade à sociedade, cumprindo assim o seu papel como agente do Estado.

12.4 Formas de Participação da Comunidade

As instituições não implementam estratégias, são as pessoas que o fazem. Partindo dessa premissa, resgata-se aqui a importância da participação e do envolvimento dos diferentes atores que constituem o IFFluminense, no processo de concepção, execução, acompanhamento, avaliação e atualização do PDI.

Os objetivos estratégicos “Desenvolver cultura organizacional orientada à estratégia” (Objetivo 19) e “Ampliar e aperfeiçoar a comunicação interna e com a sociedade” (Objetivo 13), apontam para a necessidade da participação cada vez mais efetiva da comunidade interna e externa nos processos de avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional, uma vez que objetivam, dentre outros aspectos, desenvolver a cultura da gestão em rede e a comunicação em seu amplo sentido. Em face disso, cabe à instituição prover também um ambiente que favoreça a comunicação, a cooperação e as condições necessárias para a produção e o compartilhamento do conhecimento individual e organizacional.

Para que a comunidade possa participar da avaliação institucional, serão disponibilizadas informações no site do IFFluminense. Esse canal de comunicação envolve a disponibilização digital do PDI, com a descrição sintética da Missão, Visão e Valores do IFFluminense, dos Objetivos Institucionais e das Políticas Gerais, Metas e Programas definidos. Com o intuito de captar comentários e sugestões, o site institucional também disponibiliza, através do menu “Plano de Desenvolvimento Institucional / Dúvidas e Sugestões”, uma área destinada ao registro dessas informações, que serão utilizadas como base para a revisão/atualização do documento.

O ForPDI e o GEPLANES também dispõem de acesso público, como forma de conhecer e acompanhar os projetos e ações propostos. Nos relatórios emitidos pelos sistemas é possível verificar todos os indicadores, projetos/iniciativas globais e presentes em cada *campus* e seus respectivos planos de ação detalhados.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 14 mai. 2018.

BRASIL. INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 4, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014. **Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF do Poder Executivo Federal**. Disponível em: <https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/legislacao/IN%204%202014_compilada.pdf>. Acesso em: 22 out. 2018.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida: Uma Nova Compreensão Científica dos Sistemas Vivos**. 9ª ed. Trad. Newton Roberval Eichenberg.. São Paulo, SP: Editora Pensamento--Cultrix Ltda, 2004.

CHRISTOPHE, M. **A legislação sobre a Educação Tecnológica no quadro da Educação Profissional Brasileira**, 2005. Disponível em: <http://www.do.ufgd.edu.br/paulolima/arquivo/ept/texto%2003.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2018.

_____. Conselho Superior. **Resolução N.º 29, de 14 de agosto de 2018**. Aprova as Orientações Normativas para a Organização Curricular da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio no IFFluminense. Campos dos Goytacazes: Conselho Superior, 2018. Disponível em: http://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2018/resolucao-19/view/++widget++form.widgets.arquivo/@@download/RESOLU%C3%87%C3%83O+N.%C2%BA+29_2018+-+REIT_IFFLU.final.pdf. Acesso em: 16 nov. 2018.

FALCONI, V. **O Verdadeiro Poder** - 2ª Ed. Editora Falconi, 2013.

FULLAN, M. **The NEW Meaning of Educational Change**. London: Routledge, 2007.

FOWLER, E. D'M., MELLO, C. H. P., COSTA NETO, P. L. O. **Análise exploratória da utilização do programa de qualidade GESPÚBLICA nas instituições federais de ensino superior**, Gest. Prod., São Carlos, v. 18, n. 4, p. 837-852, 2011.

GARCIA, Emerson.. **O Direito à Educação e suas Perspectivas de Efetividade**. In: _____. (Coord.). **A Efetividade dos Direitos Sociais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004. pp. 149-198.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE. Conselho Superior. **Resolução N.º 9, de 16 de março de 2018**. Aprova, ad referendum, o Plano de Cultura do Instituto Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes: Conselho Superior, 2018. Disponível em: http://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2018/resolucao-4/view/++widget++form.widgets.arquivo/@@download/RESOLU%C3%87%C3%83O+N.%C2%BA+9_2018+-+REIT.pdf. Acesso em: 16 nov. 2018.

KUENZER, Acacia (Org.). **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo, Cortez, 2000.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. **The balanced scorecard: measures that drive performance**. Harvard Business Review, v. 70, n. 1, p. 71-79, jan./feb. 1992.

_____. **Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em: 8 nov. 2018.

_____. **Decreto n.º 7.824, de 11 de outubro de 2012**. Regulamenta a Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm. Acesso em: 8 nov. 2018.

_____. **Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2014**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2014]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm. Acesso em: 8 nov. 2018.

_____. **Decreto n.º 9.034, de 20 de abril de 2017**. Altera o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9034.htm. Acesso em: 8 nov. 2018.

_____. **Decreto n.º 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm. Acesso em: 8 nov. 2018.

_____. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República: [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 16 mai. 2018.

_____. **Lei n.º 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília: Presidência da República: [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm. Acesso em: 16 mai. 2018.

_____. **Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2013]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 8 nov. 2018.

_____. **Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 8 nov. 2018.

_____. **Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2014]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 13 mai. 2018.

_____. **Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acessado em 13 mai. 2016.

_____. **Lei n.º 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm. Acesso em: 8 nov. 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Um novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica: Concepções e Diretrizes.** Brasília, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&Itemid=30192. Acesso em: 14 mai. 2018.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB N.º 6, de 20 de setembro de 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.** Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 14 mai. 2018.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB n.º 11/2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 8 nov. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Portaria Normativa n.º 18, de 11 de outubro de 2012.** Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto n.º 7.824, de 11 de outubro de 2012. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 199, p. 16, 15 out. 2012. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=16&data=15/10/2012>. Acesso em: 14 mai. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Portaria Normativa n.º 9, de 5 de maio de 2017.** Altera a Portaria Normativa MEC no 18, de 11 de outubro de 2012, e a Portaria Normativa MEC no 21, de 5 de novembro de 2012, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 86, p. 29, 8 mai. 2017. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&data=08/05/2017&pagina=29>. Acesso em: 14 mai. 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.** Disponível em: <http://r1.ufrj.br/c-tur/wp-content/uploads/2017/03/Documento-Orientador-SETEC.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2018.

NÓVOA, A. (Coord.) **Os professores e a sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 1992.

_____. **Portaria N.º 1.917, de 28 de dezembro de 2017.** Institui Diretrizes para a criação e reformulação de Projetos Pedagógicos de Cursos do IFFluminense conforme Instrução Normativa PROEN, N.º 02, de 21 de dezembro de 2017. Campos dos Goytacazes, 2017. Disponível em: <http://cdd.iff.edu.br/documentos/portarias/2017/dezembro/portaria-1515700969.2/view/++widget++form.widgets.arquivo/@@download/Portaria+n%C2%BA+1917%2C+de+28+de+dezembro+de+2017.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2018.

PUHL, Mário José; DRESCH, ÓbersonIsac. **O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e o conhecimento.** Di@alogus, v. 5, n. 1, pp. 37-55, 2016. Disponível em: <http://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/Revista/article/view/3991/728>. Acesso em: 16 out. 2018.

SAVIANI, D. **O choque teórico da politecnia.** Trabalho, Educação e Saúde [online]. v. 1, n. 1, pp. 131-152, 2003. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462003000100010>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v1n1/10.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2018.

SILVA, N. N. **A diversidade cultural como princípio educativo.** Paideia, Belo Horizonte, FUMEC, ano 8, número 11, p. 13-29, ju./dez. 2011. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/view/1307/888>. Acesso em: 5 nov. 2018.

SILVEIRA, ZuleidaSimasda. **Contradições entre Capital e Trabalho: concepções de educação tecnológica na reforma do ensino médio e técnico.** 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://bvssite.bvseps.icict.fiocruz.br/lildbi/docsonline/get.php?id=1073>. Acesso em: 5 nov. 2018.

TRKMAN, P. **The critical success factors of business process management.** International Journal of Information Management, v. 30, n. 2, p. 125- 134, 2010.

UCHOA, C. E. **Elaboração de indicadores de desempenho institucional.** Desenho e elaboração, Coordenação Geral de Programas de Capacitação/DDG. _ Brasília: ENAP/DDG, 2013. 36p.



Plano de
Desenvolvimento
Institucional

IFFluminense 2018 - 2022